

**UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ANDERSON JOSÉ LISBOA BAPTISTA

**ALUNOS DA EJA EM ESCOLA COM TRADIÇÃO DE EXCELÊNCIA: UMA
ANÁLISE DO PROEJA NO COLÉGIO PEDRO II**

Niterói

2014

ANDERSON JOSÉ LISBOA BAPTISTA

**ALUNOS DA EJA EM ESCOLA COM TRADIÇÃO DE EXCELÊNCIA: UMA
ANÁLISE DO PROEJA NO COLÉGIO PEDRO II**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Campo de Confluência: Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação, na Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Educativas de Jovens e Adultos

Orientador: Professor Dr. Elionaldo Fernandes Julião

**Niterói
2014**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B222 Baptista, Anderson José Lisboa.
Alunos da EJA em escola com tradição de excelência: uma análise do Proeja no Colégio Pedro II / Anderson José Lisboa Baptista. – 2014. 167 f.
Orientador: Elionaldo Fernandes Julião.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2014.
Bibliografia: f. 126-135.

1. Educação de adultos. 2. Colégio Pedro II. I. Julião, Elionaldo Fernandes. II. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 374



UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE

Programa de Pós-Graduação em Educação

Nº 991

Ata da Defesa de Dissertação do
mestrando **ANDERSON JOSÉ LISBOA
BAPTISTA**, na forma que se segue:

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às quinze horas, na sala 514 do Bloco D - do Campus do Gragoatá, instalou-se a banca examinadora da Dissertação de Mestrado em Educação de **ANDERSON JOSÉ LISBOA BAPTISTA**, formada pelos seguintes professores doutores: **ELIONALDO FERNANDES JULIÃO (Presidente/UFF)**, **OSMAR FÁVERO (UFF)**, **JANE PAIVA (UERJ)** e **ALESSANDRA NICODEMOS OLIVEIRA E SILVA (UFRJ)**. Abertos os trabalhos, o presidente da banca passou a palavra ao mestrando para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado **“ALUNOS DA EJA EM ESCOLA COM TRADIÇÃO DE EXCELÊNCIA: uma análise do PROEJA no Colégio Pedro II”**. Feita a exposição, o presidente da banca passou a palavra aos outros componentes para que arguissem o mestrando, para, a seguir, também comentar o trabalho e as observações feitas pelos professores que o antecederam. Feitos os comentários e arguições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer:

Aprova a dissertação, destacando a originalidade da pesquisa, submetida por certifica-la nos alunos e a boa redação do texto que revela rigor acadêmico. A banca recomenda que sejam incorporadas, na medida do possível as sugestões feitas. Considerando a trajetória do mestrando no curso e a defesa da dissertação, indica, ainda, o aceite certo ao doutorado.

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e eu Elinaldo F. Juliao, lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da banca. Niterói, 04 de fevereiro de 2014.



ELIONALDO FERNANDES JULIÃO (Presidente – UFF)



OSMAR FÁVERO (UFF)



JANE PAIVA (UERJ)



ALESSANDRA NICODEMOS OLIVEIRA E SILVA (UFRJ)

*A Deus,
Alessandra e Zezé
Fé e graça, amor e amizade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pelo dom da vida, por ter me concedido força, saúde e persistência para chegar até aqui.

Ao professor Dr. Elionaldo Fernandes Julião, que com competência, sabedoria e amizade me orientou na realização desta pesquisa.

Aos professores Dr. Osmar Fávero e Dra. Jane Paiva pelas fundamentais contribuições durante o exame de Projeto (qualificação).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal Fluminense e também aos colegas de turma, pois as trocas obtidas durante as aulas e nos momentos de convivência constituíram elemento imprescindível na minha formação.

Aos professores e colegas do Observatório Jovem, pelas reflexões e contribuições durante os encontros.

Ao Colégio Pedro II por ter permitido a realização desta pesquisa, principalmente à direção do Proeja, *Campus* Centro, pelo acolhimento e colaboração com o meu trabalho. Também aos “sujeitos” desta pesquisa, alunos, egressos, gestores, professores e servidores do CPII, *Campus* Centro que gentilmente me concederam as entrevistas. Sem tais contribuições este trabalho não seria possível.

A minha mãe, Zezé, que mesmo diante das dificuldades da vida sempre me fez encarar os estudos como prioridade, juntamente com a minha família, parte fundamental na minha formação como ser humano.

Não poderia deixar de citar neste momento a minha esposa Alessandra, que esteve ao meu lado desde o início, como minha grande incentivadora e colaboradora. Sem a sua compreensão, amor e amizade eu não teria conseguido.

RESUMO

BAPTISTA, Anderson José Lisboa. **Alunos da EJA em escola com tradição de excelência: Uma análise do Proeja no Colégio Pedro II.** Orientador: Dr. Elionaldo Fernandes Julião. Niterói, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), 167 páginas. Campo de Confluência: Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação, na Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Educativas de Jovens e Adultos.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) nasceu com a proposta de integrar oficialmente a educação profissional à educação de jovens e adultos (EJA), na perspectiva do currículo integrado. Proporcionou, em nível nacional, a entrada da EJA na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Esta pesquisa discorreu sobre o Proeja e sua inserção no Colégio Pedro II (CPII). O objetivo foi, a partir da perspectiva dos alunos, refletir sobre o Proeja no Colégio Pedro II, investigando principalmente os resultados do encontro de realidades tão distintas: o CPII e a EJA. Para isso, foi realizada uma análise histórica e política do Proeja, investigando a sua entrada no CPII, assim como as características e o perfil dos seus alunos na instituição, através do levantamento de dados quantitativos e da realização de entrevistas fundamentadas em uma abordagem biográfica. Entre os resultados principais destas análises pudemos destacar que o Proeja apresenta diferenciais importantes como: a proposta do currículo integrado, o resgate do conceito de politecnia e o incentivo à pesquisa e a formação de professores. Mas, boa parte destas propostas não têm sido aplicadas na prática. No caso do CPII, percebemos uma dificuldade da instituição em aplicar tanto a proposta do currículo integrado, quanto em reconhecer a EJA como modalidade de ensino. Todavia, o protagonismo dos sujeitos do Proeja no CPII tem contribuído para resultados importantes, principalmente a partir de redes de solidariedade que em muitos casos são usadas como suportes para que os alunos consigam vencer as dificuldades. O peso simbólico da instituição foi internalizado pelos alunos de modo a representar uma perceptível elevação na autoestima, que aparece de forma bem explícita nos relatos dos egressos. O contato com esses sujeitos também fez emergir temas como: diversidade, a EJA como direito e a qualidade na educação de jovens e adultos.

Palavras-chave: Proeja; Colégio Pedro II; sujeitos da EJA.

Abstract

BAPTISTA, Anderson José Lisboa. **EJA students at distinct traditional schools: A analysis of Proeja at Pedro II School.** Thesis Advisor: Dr. Elionaldo Fernandes Julião. Niterói, Rio de Janeiro, Federal Fluminense University, 2014. Thesis (Master's in Education), 167 pages. Field: Diversity, Social Differences and Education, in the Research Line Educational and Social Practices of Youths and Adults.

The National Program of Inclusion of Professional Education in the Elementary Education for Youths and Adults (Proeja) was launched with the mission of officially include professional education in the Education for Youths and Adults (EJA) aiming an integrated curriculum. It was responsible for the inclusion of EJA at the Federal Network of Scientific, Technological and Professional education around the country. This thesis assesses the Proeja program and its application at Pedro II School (CPII). The goal of this project was to depict the Proeja at CPII from the students' perspectives, focusing on the consequences of joining so different realities: CPII and EJA. A historical and political evaluation of Proeja was made in order to investigate its outset at CPII. Besides, Proeja students' profiles were evaluated through surveys, by gathering quantitative data and performing interviews based on a biographical approach. Among the main results of this work we could stress that Proeja addresses several important points: the proposal of the integrated curriculum, the rescue of the polytechnic concept and the encouragement of research and teacher training. However, most of these proposals are not being effectively implemented. In the CPII case, we have noticed a reluctance to implement the integrated curriculum proposal and to recognize EJA as a legitimate kind of education. Despite that, the engagement of some at Proeja has contributed to important results, mainly through a solidarity net which is used as a source to help students to overcome the difficulties. As reported by the program students, the symbolic meaning of the institution was internalized by the students which led to an increase of self-esteem. The careful look at these people also brought some points for discussion: diversity, EJA as a right and the quality of education for youths and adults.

Keywords: Proeja; Pedro II School; EJA students

LISTA DE FIGURAS

N.º	LEGENDA	PÁGINA
1	Matrícula no Proeja CPEI e Nacional	64
2	Alunos do Proeja no 1º Ano – CPEI	66
3	Alunos do CPEI por modalidade do Ensino Médio de 2009 à 2012	68
4	Motivos para cursar o Proeja no CPEI (<i>Campus Centro 2006 - 2012</i>)	70
5	Faixa etária dos alunos do Proeja CPEI (<i>Campus Centro 2006 - 2012</i>)	73
6	Renda – Alunos do Proeja CPEI (<i>Campus Centro 2006 - 2012</i>)	75

LISTA DE TABELAS

N.º	LEGENDA	PÁGINA
1	Cursos oferecidos nos <i>campi</i> do CPII	55
2	Quantidade de alunos nos Cursos de Ensino Médio Regular e Técnico no CPII (2009 a 2012)	59
3	Cursos do Proeja por <i>campus</i> do CPII	68
4	Alunos Proeja CPII por ano/série	65
5	Total de Matrículas/ sexo por modalidades de ensino da Educação básica no Brasil em 2012	69

LISTA DE SIGLAS

ADCPII	Associação de Docentes do Colégio Pedro II
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CREJA	Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos
CPII	Colégio Pedro II
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIC	Formação Inicial e Continuada
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-estar do menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
PEA	População Economicamente Ativa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

	Inclusão
SME	Secretaria Municipal de Educação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Sumário

Introdução:.....	14
Capítulo 1: Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos – Da LDBEN aos dias atuais.....	21
1.1- Educação e Trabalho	21
1.2 – Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos a partir de 1996	25
1.2.1 – Políticas para a EJA e Educação Profissional no Governo FHC.....	27
1.2.2 – Políticas para a EJA e a Educação Profissional a partir do Governo Lula	33
1.3– Proeja: a educação de jovens e adultos na pauta da rede federal de ensino.....	40
1.4 - Caminhos e descaminhos curriculares para a integração.....	47
1.4.1 - O Documento do PROEJA Ensino Médio.....	48
Capítulo 2: O Proeja e o Colégio Pedro II	54
2.1 – Natureza histórica e características do Colégio Pedro II	54
2. 2 – A entrada do Proeja no Colégio Pedro II	59
2. 3 – Professores do Proeja no CPII	66
2. 4 – Alunos do Proeja no CPII	67
2.5 – Espaço Físico (<i>Campus</i> Centro)	72
2.6 - Perfil Social dos Alunos do Proeja no Colégio Pedro II (<i>Campus</i> Centro)	74
Capítulo 3: O Proeja visto por seus sujeitos.....	83
3.1 – Conhecendo os sujeitos da Pesquisa.....	83
3.1.1 – Profissionais do CPII no Proeja	83
3.1.2 – Alunos do Proeja	85
3.1.3 – Egressos do Proeja.....	87
3.2 - O cotidiano dos sujeitos no Programa	89
3.3 – Percepções sobre os alunos do Proeja.....	96
3.3.1 – Percepções dos profissionais	96

3.3.2 – Percepções dos alunos	100
3.3.3 – Percepções dos egressos.....	104
3.4 – Observações sobre a estrutura do Proeja no CPII.....	106
Considerações Finais:	111
Referências Bibliográficas:	126
Anexos:.....	136

Introdução:

A presente pesquisa de dissertação de Mestrado reflete sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e sua inserção no Colégio Pedro II (CPII).

Localizado no estado do Rio de Janeiro, o CPII foi criado no século XIX. Destaca-se na História da educação no Brasil como primeiro colégio laico, humanitário e propedêutico do país. Teve em seus quadros docente e discente figuras bastante conhecidas no cenário nacional e acumulou historicamente o *status* de escola de excelência.

O Proeja nasce em 2005 e é ampliado em 2006, momento em que passa ser oferecido também pelo CPII. Independentemente dos resultados e consequências a ele atrelados, o Programa apresenta pelo menos duas marcas que consideramos importantes: a integração oficial da educação profissional à educação de jovens e adultos (EJA) na perspectiva do currículo integrado e a entrada da EJA na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

O objetivo principal deste trabalho é, a partir da perspectiva dos alunos, refletir sobre o Proeja e sua inserção no Colégio Pedro II, investigando principalmente os resultados do encontro de realidades tão distintas: o CPII e a EJA.

Em relação à entrada da EJA na Rede Federal, instiga-nos o fato de que uma instituição como o Colégio Pedro II, reconhecido tradicionalmente pela excelência, passa também a atuar nesta modalidade de ensino. Isso não significa que a EJA seja uma modalidade de ensino inferior e que não possa estar presente em instituições de excelência. Mas, dentro do atual cenário social e educacional, marcado pela exclusão e por estereótipos de alunos padrões, ela dificilmente ocuparia esses espaços. Foi justamente desejando refletir sobre este “encontro” da EJA e seus sujeitos com o CPII que surgiram as indagações desta pesquisa. Entre elas: como será que se deu este processo de institucionalização? O que prevaleceu, o peso da tradição institucional ou a especificidade da EJA como modalidade de ensino? Será que há na prática uma síntese salutar de ambas as características? Quais são os marcos experienciais deixados na vida de alunos que outrora vivenciaram a interrupção de suas trajetórias escolares e que agora têm a oportunidade de regressar aos estudos em uma

instituição como o Colégio Pedro II? Em quais aspectos o encontro entre a EJA e uma escola com a tradição do CPII nos ajuda a pensar sobre novos caminhos para a EJA no Brasil?

A hipótese principal que fundamentou a construção da problemática e do objetivo principal da pesquisa é a de que o encontro entre a EJA, a educação profissional e o Colégio Pedro II resulta em uma síntese capaz de propor novos diagnósticos para pensar a educação de jovens e adultos nos dias atuais. Também partimos das hipóteses de que a associação da elevação de escolaridade à educação profissional, nos moldes propostos no Documento Base do Proeja Ensino Médio, apontam avanços em relação a outros programas da Educação de Jovens e Adultos e a de que o Proeja proporcionou um contexto para a possível consolidação futura de uma política pública permanente de integração da educação profissional à EJA.

Cientes de que “nenhum método dá conta de captar o problema em todas as suas dimensões” (Zago, 2003, p. 294), podemos afirmar que o trabalho desenvolvido se caracteriza como uma pesquisa qualitativa realizada a partir de aportes do método indutivo.

Quando falamos em pesquisa qualitativa, não o fazemos a partir de uma posição que antagoniza qualitativo x quantitativo. Entendemos que ambos se complementam em algumas pesquisas. Desta forma, embora este trabalho seja caracterizado como qualitativo, não significa que abrimos mão de dados quantitativos, pelo contrário, esses foram usados com intuito de facilitar uma compreensão de quadros mais amplos, onde o objeto estudado estava hipoteticamente inserido.

Conforme Kaufmann (1996):

Os métodos qualitativos têm por função compreender mais do que descrever sistematicamente ou de medir: não se deve pois procurar fazer com que eles digam mais do que podem sobre um campo que não é o seu. Por outro lado, os resultados devem ser regularmente cruzados e confrontados com o que é obtido por outros métodos, notadamente estatísticos (*apud* ZAGO 2003, p. 298).

O método indutivo é definido por Guerra (2006, p. 22), como aquele cuja intenção dos investigadores não parte de hipóteses predefinidas que apenas precisam ser reafirmadas. Mas sim “identifica as lógicas e racionalidades dos atores confrontando-as com o seu modelo de referência”. Uma consequência direta deste princípio metodológico é a de que o objeto de análise, assim como as hipóteses, passam por um processo de construção contínuo que se dá nas diferentes etapas da pesquisa.

Fundamentados nesta concepção, tivemos a oportunidade de pensar e repensar as problemáticas desta pesquisa durante todo o processo de contato com o campo empírico.

Apoiados nesses pressupostos metodológicos, os instrumentos escolhidos para o desenvolvimento do trabalho foram: análise de dados oficiais produzidos sobre a EJA e o Proeja (Leis, resoluções, pareceres, relatórios, bancos de dados etc.), assim como a realização de entrevistas com alunos, egressos, professores e gestores do Proeja no Colégio Pedro II. O recorte cronológico referente aos dados estatísticos analisados foi até o ano de 2012.

As entrevistas seguiram uma abordagem biográfica, considerando as trajetórias de vida dos entrevistados como fator fundamental para compreender as suas experiências e vivências dentro do Proeja no CPII.

Esta abordagem também se enquadra na definição de “entrevista compreensiva” destacada por Zago (2003, p. 296). Segundo a autora, a mesma é desenvolvida quando “o pesquisador se engaja formalmente; o objetivo da investigação é a compreensão do social e, de acordo com este, o que interessa ao pesquisador é a riqueza do material que descobre”.

Guerra (2006, p.18) aponta o que de fato importa conhecer em uma entrevista compreensiva, que parta de uma abordagem biográfica.

Seja qual for o método a ensaiar, nas entrevistas compreensivas os sujeitos tomam estatutos de informadores privilegiados, uma postura muito diferente da dos entrevistados nos métodos de pesquisa mais cartesianos, que são reduzidos à posição de informadores objetivos. [...] Claro que se trata de atores situados em contextos de ação concretos, e a atenção à criação de significações pelos atores (*sense making*) – centro de interesse das problemáticas interpretativas – remete para uma dimensão social fundamental que corresponde à relação entre perspectivas dos atores e os contextos nos quais eles se encontram implicados.

Desta forma, nesta pesquisa procuramos conhecer um pouco da história de vida dos sujeitos entrevistados, considerando-a fundamental para compreender a construção de suas perspectivas e experiências vivenciadas no Proeja do CPII.

Podemos dividir os procedimentos adotados na pesquisa em dois grupos: abordagem bibliográfica/ exploratória e a pesquisa de campo.

Na abordagem bibliográfica/ exploratória, um dos procedimentos adotados foi a realização do Estado da Arte do Proeja. Fizemos um levantamento no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

sobre trabalhos defendidos no período entre 2006 e 2012. O método de pesquisa foi através da palavra-chave: Proeja. Foram encontradas 182 teses/dissertações.

Inferimos que este grande número de trabalhos defendidos sobre o Proeja se deu pela ação de fomento à pesquisa atrelada ao Programa através do Edital PROEJA-CAPES/SETEC n.º 03/2006. O mesmo teve como objetivo a produção de pesquisas e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduados em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, “contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área”.

Dividindo estes trabalhos de acordo com os temas, a partir da leitura dos resumos divulgados, os mais recorrentes foram: currículo e políticas públicas. Em relação ao Proeja no Colégio Pedro II, encontramos apenas um trabalho, uma dissertação de mestrado defendida em março de 2013 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cujo objeto de estudo é a formação docente.

Com o intuito de percebermos como o Proeja está inserido no contexto histórico e político da educação nacional, além dos estudos sobre o Proeja, também levantamos informações referentes ao Proeja nacional e no CPII e dados referentes a Educação de Jovens e Adultos na sociedade contemporânea. Trabalhamos com legislações, dados estatísticos e textos de autores que lidam com o tema. Todos serão devidamente referenciados ao longo do trabalho.

Em relação aos procedimentos referentes à pesquisa de campo, destacamos que o processo de entrada no CPII foi um pouco complexo, devido à burocracia que envolve a instituição.

Primeiramente, precisamos protocolar um pedido de autorização de pesquisa, que caiu em exigência. Foi-nos solicitado o roteiro das entrevistas, assim como um maior detalhamento dos sujeitos que iríamos entrevistar e um modelo de autorização e compromisso com a preservação da identidade dos entrevistados.

Após um período total de aproximadamente dois meses, obtivemos autorização para iniciar a pesquisa, todavia a greve dos professores da Rede Federal nos fez aguardar por mais dois meses para começarmos efetivamente as entrevistas.

No Parecer da Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (cópia em anexo), com a autorização da pesquisa, consta a observação de que preservaríamos a identidade dos entrevistados. Por este motivo, utilizamos nomes fictícios para os mesmos.

A pesquisa empírica foi realizada no *Campus* Centro, eleito como campo de pesquisa por dois motivos: (1) por ser o *campus* mais antigo, o que significa que vivenciou toda a História da instituição, tendo, por este motivo, hipoteticamente acumulado todo o sentido simbólico que envolve o Colégio e (2) pelo fato de termos obtido o contato do professor Gustavo (ex-coordenador do Proeja no CPII) e sua inteira disponibilidade para dar informações sobre o Programa. O fato de trabalhar no *campus* Centro facilitou a ambientação e o meu acesso.

Conseguimos, por meio da direção noturna do *campus* Centro, dados sobre o perfil dos alunos do Proeja. Esses dados são oriundos de questionário que os alunos do primeiro ano do Proeja costumam responder. Levantamos tais informações no período de 2006 a 2012.

Realizamos também um levantamento sobre dados estatísticos gerais referentes a todos os *campi* do CPII que ofertam o Proeja. As informações disponibilizadas foram apenas sobre a quantidades de alunos por ano no Proeja e no Ensino Médio.

Estes dados, somados aos fornecidos pela direção do *campus* Centro, aponta-nos características gerais do Proeja no CPII, além de permitir conhecer melhor o perfil e, consequentemente, a realidade do público entrevistado.

As entrevistas foram realizadas com diversos sujeitos do Proeja: 7 alunos, 3 egressos, 2 gestores – que também foram professores do Programa –, 2 funcionários, do corpo administrativo, e 1 professor, totalizando 15 entrevistas, todas no *campus* Centro.

Trabalhamos com roteiros semiestruturados (cópia em anexo) para cada grupo de sujeitos (alunos, egressos, gestores, professores e funcionários). As entrevistas realizadas no período de maio a agosto de 2013 foram gravadas, gerando um tempo aproximado de mais de cinco horas de áudio. Todas posteriormente transcritas para sua análise na pesquisa.

A partir da compreensão de que a forma escrita de nossa língua se distingue da forma falada, editamos as entrevistas para os seus usos no texto da pesquisa, corrigindo eventuais erros de Português ou desvios à norma, de modo a não comprometer as falas. Entendemos ser esta uma forma de manutenção da horizontalidade com os sujeitos da pesquisa.

Em relação à escolha do espaço físico onde as entrevistas foram realizadas, conforme Zago (2003, p. 298), “é uma condição importante na produção dos dados, podendo facilitar ou produzir constrangimentos”.

Sendo assim, partimos do entendimento de que a biblioteca seria um lugar propício, uma vez que poderíamos também observar um pouco da relação dos sujeitos com o espaço

físico do Colégio. Além disso, trata-se de um local cujo silêncio facilitou as gravações, assim como obtivemos todo o apoio de uma funcionária do setor que se dispôs a colaborar com a pesquisa. Por isso, a maioria das entrevistas foi realizada neste espaço, com exceção apenas da professora Catarina que, por questões de conveniência, foi entrevistada na sala dos professores.

A direção do *Campus* nos ajudou no contato com os alunos e professores. No primeiro dia, nos levou às salas de aula e nos apresentou aos alunos, de modo que os interessados se prontificaram a contribuir com a pesquisa. Em alguns casos, precisamos abordar alunos no interior do Colégio. A funcionária da biblioteca, Ana, também contribuiu incentivando alguns alunos. Desta forma, o interesse e a disposição em participar da pesquisa foi o critério adotado para selecionar os alunos.

Já o contato com os funcionários e gestores foi estabelecido no dia a dia no campo, com exceção do gestor Gustavo que foi indicado por um contato pessoal, o que facilitou a nossa exploração do campo. Através dele, conseguimos entrevistar o egresso Rodrigo, que, por trabalhar no Colégio, tem contato com outros egressos. Rodrigo nos apresentou alguns desses egressos através uma rede social. Mesmo com a sua indicação, foi um pouco difícil conseguir a participação desses egressos na pesquisa. Somente duas pessoas se disponibilizaram participar. Essas entrevistas também foram feitas na biblioteca do Colégio.

Não foi fácil entrevistar professores, tivemos casos em que agendaram e não compareceram. Todavia, a professora Catarina foi bastante solícita. O contato com ela foi feito através da direção do Proeja no *campus*. O critério inicial estabelecido para selecionar os professores para as entrevistas foi o de terem trabalhado no Programa desde o início (2006). Este foi o caso da professora Catarina, que trabalhou no Proeja no momento de sua implantação, se ausentou por um período, mas estava retornando no momento da entrevista.

Alguns autores e estudos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas contribuições se expressam de forma direta e indireta, nas linhas e nas entrelinhas desta pesquisa. Dentre eles, podemos destacar: Eneida Shiroma, Edward P. Thompson, Lúcia Neves, dentre outros, que aguçaram o nosso olhar para pensar a constituição de uma política e as suas contradições na implementação. Maria Margarida Machado, Jane Paiva, Paulo Freire, Dante Moura que nos ajudaram a refletir sobre a EJA contemporânea e, principalmente, sobre o Proeja; Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta foram essenciais na discussão sobre a educação profissional e o tema do trabalho como princípio educativo; já

Pierre Bourdieu e Danilo Martuccelli, contribuíram para a constituição de um olhar para os sujeitos da pesquisa, principalmente com as contribuições na sociologia contemporânea – discussões sobre a microsociologia.

Para a organização do relatório final de pesquisa – confecção desta dissertação de mestrado – seguimos a seguinte arquitetura: três capítulos, além desta introdução, das considerações finais e referências.

No Capítulo 1, sob o título “Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos – da LDBEN aos dias atuais”, desenvolvemos discussão histórica que considera o Proeja em um contexto político repleto de disputas e concepções distintas entre a Educação Profissional e a Educação de Jovens e adultos. Apresentamos o Programa, contextualizando o cenário de sua criação, destacando suas propostas e, de forma geral, suas características.

No Capítulo 2, “O Proeja e o Colégio Pedro II”, resgatamos a constituição histórica da instituição – CPII, destacando a sua imagem de escola de excelência perante a sociedade. Apresentamos o processo de entrada do Proeja no Colégio, assim como a organização, a estrutura e dados estatísticos gerais, principalmente apresentando o perfil dos sujeitos do Proeja no CPII, *Campus Centro*.

Já no terceiro capítulo, “O Proeja visto por seus sujeitos”, apresentamos o resultado das entrevistas realizadas para a pesquisa. Destacamos o perfil dos sujeitos entrevistados, o cotidiano destes sujeitos no Programa, suas percepções sobre os alunos na instituição e observações sobre o Proeja no CPII. Em síntese, evidenciamos, neste capítulo, a voz destes sujeitos entrevistados e, principalmente, as experiências dos alunos nas suas vivências no Proeja – CPII.

Para concluir o trabalho, nas considerações finais resgatamos algumas questões centrais trabalhadas na pesquisa e explicitamos algumas contribuições.

Concordando com Nadir Zago (2003, p. 307):

Pesquisar é isso. É um itinerário, um caminho que trilhamos e com o qual aprendemos muito, não por acaso, mas por não podermos deixar de colocar em cheque ‘nossas verdades’ diante das descobertas reveladas, seja pela leitura de autores consagrados, seja pelos nossos informantes, que têm outras formas de marcar suas presenças no mundo.

Seguiremos, a partir de agora, compartilhando “descobertas reveladas” obtidas ao longo deste trabalho.

Capítulo 1: Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos – Da LDBEN aos dias atuais

1.1- Educação e Trabalho

O tema trabalho e educação vem sendo discutido no Brasil há algum tempo. Existe um campo de pesquisa consolidado na área que muito tem contribuído para o debate com a publicação de importantes trabalhos. O mesmo tem como característica a opção teórico-metodológica pelo materialismo-histórico. Por este motivo, as discussões apresentadas serão estabelecidas a partir do diálogo com autores que se inserem nessa matriz teórica cujas contribuições são grandemente relevantes.

A partir de uma perspectiva marxista, Saviani (2007, p.154) aponta que esta é uma relação ontológica. Existem formas distintas de tentar definir o homem, ou melhor, de tentar distingui-lo dos demais animais. Entre elas, estão as que o caracterizam como: o ser que pensa, o ser que fala, o ser que tem corpo, alma etc. Todavia, a proposta é entendê-lo partindo das “condições efetivas, reais”. Sendo assim, na perspectiva do materialismo histórico, o fator principal de distinção do homem em relação aos outros animais é o fato de que ele é o único ser capaz de produzir a sua própria existência.

Esta ação ontológica está relacionada à atuação do homem sobre a natureza transformando-a, adaptando-a as suas necessidades. A isso se dá o nome de trabalho. A partir desta concepção, trabalho é, então, a atividade humana de transformação da natureza em prol da construção da sua própria existência. Como essa construção é um ato humano, significa que ela precisa ser aprendida. É aí que surge então a educação, como ato de aprender a construir, a transformar a natureza, ou seja, o ato de aprender a produzir a própria existência. Por este motivo, afirma-se que a “relação trabalho e educação é uma relação de identidade” (SAVIANI, 2007. p. 154).

Entretanto, não são estas as concepções e definições que geralmente são associadas aos termos trabalho e educação. Mas, conforme apontou Saviani (2007), essa relação se dava de forma muito clara nas sociedades mais primitivas. Tais sociedades não tinham divisões de classes, pois contavam com a propriedade coletiva, o que fazia com que a educação fosse parte da vida. Somente com a propriedade privada e, conseqüentemente, com a divisão dos

homens em classes é que houve também uma divisão na educação. Isso porque a classe dos proprietários passou a ter a possibilidade de viver sem trabalhar. Dessa forma, tivemos no escravismo antigo, por exemplo, uma educação para a classe proprietária e outra para a classe não proprietária. No caso desta segunda, tratava-se de uma educação identificada com a educação dos escravos, dos serviçais. Já no caso da primeira, era uma educação mais identificada com os homens livres. Foi justamente este modelo que deu origem à escola.

Segundo Saviani (2007, p.159), a palavra escola vem de um termo grego que significa lugar do ócio, do tempo livre. Seria este o lugar da educação associada ao homem livre. A partir de então, foi sendo acentuada historicamente uma forma de educação totalmente distinta daquela que era inerente ao trabalho. Obviamente, os modelos educacionais foram se adaptando às especificidades de cada momento histórico. Com o advento da Revolução Industrial, os países tiveram que pensar na organização de sistemas nacionais de ensino. “Se a maquinaria viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para objetivar-se a materialização das funções intelectuais na sociedade, foi a escola”.

Do mesmo modo que a maquinaria eliminou a necessidade de qualificação específica, ela também trouxe consigo a necessidade de uma qualificação mínima, geral que foi atendida no currículo da escola elementar. Chegamos, então, à realidade da sociedade capitalista que tem como uma de suas características principais a transformação do trabalho em mercadoria. O trabalhador da sociedade capitalista precisa vender a sua força de trabalho para sobreviver.

Conforme destaca Frigotto (2012, p.63), isso não ocorre só com o trabalho, mas também com a propriedade e com a ciência e tecnologia que deixam de ser apenas valores de uso e se transformam em produtoras de valores de troca, cujo objetivo é gerar sempre mais lucro para a minoritária parcela social dos detentores dos meios de produção. O trabalho mercadoria é aquele que deixa de ser e/ou de produzir valor de uso para os trabalhadores e “tende a se confundir com emprego”.

Outra característica importante da sociedade industrial capitalista é a de que ela intensificou a divisão social e técnica do trabalho, como destaca Ramos (2012, p.110). Este fator relacionado à separação entre trabalho manual e trabalho intelectual fez com que as profissões passassem “a ser classificadas de acordo com o seu nível de complexidade, que por sua vez, se relacionou com o nível de escolaridade necessário a cada uma delas”.

Uma das propostas para dar conta desta demanda, no que tange a formação profissional, é a que centra o objetivo no “desenvolvimento de competências adequadas à

operação de processos automatizados, que requerem pouco conhecimento especializado do trabalhador e mais a capacidade de agir diante dos imprevistos” (RAMOS, 2012 p. 113).

Tal modelo é conhecido como pedagogia das competências e parte do pressuposto de que os saberes devem ser construídos pela ação. Ramos (2012, p. 118) destaca que:

[...] a competência caracteriza-se pela mobilização de saberes, como recursos ou insumos, por meio de esquemas mentais adaptados e flexíveis, tais como análises, síntese, inferências, generalizações, analogias, associações, transferências, entre outros. Por essa perspectiva, a finalidade prática pedagógica seria proporcionar a mobilização contínua e contextualizada de saberes, sendo os conteúdos disciplinares insumos para o desenvolvimento de competências.

É justamente diante de tal realidade que a área de trabalho e educação assume o desafio de resgatar a relação ontológica de trabalho e educação e contribuir para a superação do modelo atual. Certamente, a escolha metodológica feita pelo campo elege o trabalho como categoria central de análise, entendendo estar nele o sentido ontológico da realização do homem enquanto ser humano.

Frigotto (2011) deixa claro que há autores como Habermas, por exemplo, que deslocam a centralidade do trabalho e pensam o homem a partir de outras categorias. Neste caso específico há um deslocamento da centralidade da produção material para a comunicação, identificada com a linguagem.

Ciavatta (2011), em uma apropriação marxista, relaciona o ato de o homem produzir socialmente a sua existência com a construção histórica. Com isso, ela advoga a importância de se analisar a relação entre trabalho e educação sobre o prisma da historicidade. Sendo assim, fica clara a preocupação do campo de jamais perder de vista a noção de processo histórico, assim como a de totalidade.

Uma vez destacado um pouco do movimento histórico proposto pela área de trabalho e educação, quais seriam então as principais propostas e disputas em relação ao tema?

Partindo da dimensão ontológica dos conceitos de trabalho e educação, busca-se pensar o trabalho como princípio educativo. Isso implica romper com a concepção que relaciona trabalho a emprego, a salário, e que propõe uma formação limitada ao suprimento de mão de obra para o mercado. Ou seja, significa uma opção distinta ao modelo que converteu tanto o trabalho, como a ciência e tecnologia em mercadoria, em elementos de lucro em detrimento do valor de uso que os mesmos deveriam ter para a sociedade como um

todo. Não se trata apenas de uma “técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas sim um princípio ético-político” (FRIGOTTO, 2012, p. 60).

Por este motivo, tais propostas se inserem em um campo de disputas que engloba projetos distintos de sociedade e se expressa nas propostas políticas assumidas pelos distintos governos, conforme veremos abaixo.

Ramos (2012, p. 120) afirma que o trabalho como princípio educativo é uma concepção que “implica referir-se a uma formação baseada no processo histórico e ontológico de produção da existência humana, em que a produção do conhecimento científico é uma dimensão”.

A proposta é de um modelo de apreensão do conhecimento que dê ao sujeito a possibilidade de compreender os fundamentos históricos de determinado fenômeno, assim como as relações que o constituem. Assim, “um processo de produção, como uma realidade mais completa, pode ser estudado em múltiplas dimensões, tais como econômica, produtiva, social, política, cultural e técnica” (RAMOS, 2012, p. 121).

Qual seria a forma de viabilizar esta proposta? A resposta a esta indagação está no termo “currículo integrado”. É este o currículo que integra formação geral, técnica e política. Neste caso as ciências seriam consideradas leis gerais que explicam fenômenos. Desta forma, a tecnologia seria uma apropriação da ciência com fins produtivos.

Com isso, o conhecimento deve transitar do geral para o particular, de modo que o sujeito compreenda todo o processo produtivo e não seja apenas reprodutor de técnicas específicas. O objetivo não é de formar técnicos, “mas de pessoas que compreendam a realidade e que possam também atuar como profissionais” (RAMOS, 2012, p. 125).

O currículo integrado seria a maneira de pôr em prática a proposta do trabalho como princípio educativo. Proposta esta que parte de uma concepção que considera o trabalho e a educação como atividades relacionadas à essência, à identidade humana.

Outro termo bastante comum na temática da educação profissional é “politécnico”. Segundo Saviani (2007, p. 161), politecnia significa a “especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”.

Podemos, com isso, afirmar que a proposta de trabalho como princípio educativo, assim como a de currículo integrado assumida pelos autores até aqui expostos encontra-se relacionada diretamente com a concepção de politecnia.

Ciavatta (2011, p. 38) afirma que um dos fundamentos de tais propostas encontra-se em Gramsci, na concepção de escola unitária. Esta se caracteriza pela “unidade entre instrução (educação) e trabalho, na formação de homens capazes de produzir, mas também de serem dirigentes, governantes”.

Embora tais propostas estejam relacionadas academicamente com a área de trabalho e educação, as mesmas se tornaram, no final da década de 1980, fundamento das “propostas do campo educacional democrático das massas” (NEVES, 2008. p. 191).

Sendo assim, essas proposições aparecerão, como parte dos debates e disputas em torno das políticas e propostas de educação profissional.

Embora reconheçamos as importantes contribuições deixadas pelos autores do campo de trabalho e educação, dialogaremos também ao longo da pesquisa com autores de outras matrizes epistemológicas. Uma vez que entendemos que a concepção do trabalho como princípio educativo seja a via para um modelo educacional não excludente, o diálogo com o materialismo histórico torna-se indispensável.

1.2 – Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos a partir de 1996

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é, no contexto brasileiro, reflexo de um sistema desigual. A simples existência da EJA, na perspectiva escolar, remete a tal realidade, uma vez que se trata de uma modalidade de ensino voltada para atender jovens e adultos que, por motivos distintos, não galgaram os bancos escolares em idade e tempo oportunos. É um público composto em boa parte por trabalhadores que geralmente conciliam essa realidade com a dos estudos.

O tema educação aparece na nossa Carta Constitucional de 1988 como um direito social, que deve ser assegurado a todos pelo Estado e pela família. Um dos princípios para aplicação deste direito aparece no artigo 206, inciso I: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A simples necessidade de uma modalidade de ensino voltada para um público que não desfrutou do direito do acesso e/ou da permanência na escola, por quaisquer que sejam os motivos, nos leva a inferir que tal direito tem sido negado. Desta forma, essa modalidade assume implicitamente o papel de garantir que tal negação não seja perpetuada.

Educação e trabalho são termos que aparecem juntos inclusive no texto constitucional de 1988. O artigo 205 da nossa Carta Magna aponta que a educação de nosso país deve visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, o texto destaca duas palavras importantíssimas: cidadania e trabalho. Isso, na prática, significa que é obrigação do Estado formar cidadãos e ao mesmo tempo qualificá-los para o trabalho através da educação.

Não assumimos aqui uma definição limitadora de trabalho que o confunde com emprego ou mercado, adotamos a definição abrangente do trabalho em seu sentido ontológico, conforme exposto pelos supracitados autores do campo de trabalho e educação. A garantia do direito à educação de jovens e adultos não deve furtar-se também da formação profissional, uma vez que de acordo com a legislação, educação e trabalho devem caminhar juntas, ou convergir para um fim comum, que é o pleno desenvolvimento humano, a cidadania. Isso implica pensar a educação como direito.

Conforme aponta Paiva (2009, p. 61), o direito à educação é uma construção social, desta forma o acesso ao conhecimento é um “bem cultural simbólico das civilizações”. Sendo assim, “ter acesso a esse bem constitui o direito e, por oposição, não ter acesso, o não direito, traduzido como exclusão/apartação, por não ser direito natural, mas construção social”. No caso específico do público da EJA, podemos falar em direito negado.

Na década de 1990, a discussão da EJA como garantia de direito ganha uma força extra, ou talvez um foco mais forte. Fruto da V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (V Confitea), realizada em 1997, a Declaração de Hamburgo afirma que “a educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade.

Paiva (2009, p. 67) destaca que um dos aspectos fundamentais do texto da Declaração está no fato de a educação ser reafirmada como “mais que um direito”. Segundo a autora, a concepção do direito à educação esteve ausente em algumas conferências anteriores, mas reapareceu na década de 1990, recuperando, “[...] lugar de relevo em acordos em torno do meio ambiente, das mulheres, das populações, dos assentamentos humanos etc.”.

Machado (2009, p.18), ao discutir as principais políticas para educação de jovens e adultos a partir da instituição da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN - Lei n.º 9.394/96) o faz com a ressalva de que não devemos reduzi-la à questão da

escolarização. Reconhecer a educação como direito significa entender que o mesmo está além da realidade escolar e deve se ampliar à “produção do conhecimento que se dá no mundo da cultura e do trabalho nos diversos espaços do convívio social, em que jovens e adultos seguem constituindo-se como sujeitos”.

Tal perspectiva é chamada de “educação continuada”. Segundo Paiva (2009, p. 67), a partir de então, a EJA pode ser pensada como “processo de longo prazo”, no qual “o aprendizado acontece durante a vida inteira”.

Isso significa que pensar a EJA como direito nos dias de hoje implica considerar a perspectiva escolar e também a da educação continuada ao longo da vida. Uma apreensão plena deste direito deve se relacionar diretamente com a questão do trabalho.

1.2.1 – Políticas para a EJA e Educação Profissional no Governo FHC

Eneida Shiroma (et.al. 2011) demonstra que foi na década de 1990 que as políticas neoliberais se consolidaram no Brasil. No governo do presidente Fernando Collor de Mello, o país se inseriu no contexto internacional, ajustando a economia brasileira às exigências da reestruturação econômica global. Tal reestruturação, iniciada na Inglaterra, por Margareth Thatcher, na década de 1970, inaugurou o que hoje é chamado de neoliberalismo¹.

O direcionamento político do governo do presidente Fernando Collor de Mello confirmou a tendência pela opção neoliberal, que já se expressava em ações de governos no Brasil consolidando-se, posteriormente, nos governos do presidente Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC). A pauta política adotada por estes governos, em linhas gerais, seguiu o direcionamento e o interesse de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), o Banco Mundial etc. (SHIROMA, et.al, 2011)

O alinhamento de tais políticas foi tão intenso que, segundo Shiroma (et.al. 2011, p. 65), já na campanha do primeiro governo de FHC apareceram importantes identificações entre as suas propostas educacionais com as propagadas por esses organismos multilaterais. Isso pode ser visto, por exemplo, em uma das metas apontadas pelo então candidato, que destacava a

¹ O Neoliberalismo surgiu no pós-guerra como resposta ao estado intervencionista, que por sua vez apareceu como alternativa de superação a crise de 1930. A sua proposta é de uma participação mínima do Estado na economia. No que tange a lógica produtiva, o neoliberalismo foi acompanhado pelo Toyotismo, onde a produção passa a ser “pulverizada” em distintos países. Para um maior aprofundamento ver: Anderson, 1995.

centralidade do econômico como “base do novo estilo de desenvolvimento”. Esta base seria dinamizada e sustentada pela “verdadeira parceria que deveria ser construída entre setor privado e governo, entre universidade e indústria”.

A opção por determinado modelo pode ser associada a uma escolha conservadora em relação ao projeto capitalista. Segundo Paiva (2009, p. 62), durante algum tempo tivemos um modelo de direitos sociais ou até mesmo de educação primária, que não ameaçavam diretamente a ordem capitalista, pelo contrário contribuíam para manutenção da mesma. Todavia:

[...] abandonada a ideia de alívio da pobreza, os direitos sociais adquirem um sentido de ação capaz de mudar a origem das desigualdades, buscando transformar a superestrutura mantenedora delas. No âmbito do projeto neoliberal, assiste-se à retomada da identificação de direitos sociais com o alívio da pobreza, negando a conquista histórica de direito dos trabalhadores e dos movimentos organizados.

A LDBEN (Lei 9.394/96), sancionada por FHC, foi um dos grandes marcos da década de 1990 na área de educação. Ela teve o mérito de reconhecer a EJA como modalidade de ensino da educação básica. Entretanto, é importante ressaltar que este é, provavelmente, um dos ganhos oriundos da proposta das massas, ou da sociedade civil que vinha se organizando desde o final da ditadura civil-militar em torno de propostas educacionais democráticas e da construção da nova LDBEN. Infelizmente, a versão sancionada por FHC foi construída em gabinete e imposta de forma verticalizada, deixando de lado importantes aspectos que vinham sendo discutidos por seguimentos da sociedade civil (SAVIANI, 2008).

Consta, no texto da LDBEN de 1996, uma seção exclusiva para a Educação de Jovens e Adultos, no capítulo que trata sobre a educação básica. A partir de então, a EJA passa a ser considerada uma modalidade de ensino da educação básica. Essa seção é composta por dois artigos. O Artigo 37 destaca a obrigação do Estado em ofertar esta modalidade de ensino “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Já o Artigo 38 legitima a questão dos exames supletivos, que na verdade são exames de certificação. Assim como a Constituição Federal de 1988, a LDBEN trata de obrigação de oferta de vagas em instituições públicas na modalidade de educação de jovens e adultos. O dever do Estado com a oferta de Educação de Jovens e Adultos já aparece inclusive no Artigo 4º da LDBEN.

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
[...];
VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; [...]. (BRASIL, 1996, in: MACHADO, 2009, p. 20)².

Embora a EJA seja tratada na LDBEN apenas como escolarização, ressaltamos que atualmente ela é pensada para além dessa perspectiva. Hoje ela é pensada também como educação continuada ao longo da vida.

Como destaca Machado (2009, p. 20), mesmo após sancionar uma lei que reconhecia a EJA como modalidade de ensino da educação básica, o presidente FHC, em uma postura contraditória, impõe vetos à lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef)³. Tais vetos atingiram diretamente a EJA, uma vez que as matrículas dessa modalidade deixaram de ser computadas para o repasse de verbas. Isso significa que, ao mesmo tempo que tivemos o reconhecimento legal dessa modalidade de ensino, não tivemos o repasse de recursos adequados para dar viabilidade a mesma. O que na prática pode ser traduzido como uma “contramão da garantia do direito explicitado nos incisos do art. 4º da LDBEN”.

A política de FHC para EJA se materializou em ações como a do Programa de Alfabetização Solidária (PAS), que tinha a proposta de alfabetização em cinco meses e contava com apoio de universidades e da iniciativa privada, na captação de recursos. Barreyro (2010, P.185), destaca que “o Programa Alfabetização Solidária convertia um direito garantido na Constituição em um ato filantrópico”.

O encaminhamento político de FHC para essa modalidade de ensino pode ser percebido nos cortes de verbas que seriam destinadas à mesma. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecido pela Lei n.º 10.172/2001, que nasceu com um papel importante na concepção da EJA como modalidade de ensino, teve nos vetos de FHC, em relação a itens de financiamento, um dos principais fatores que inviabilizaram a sua concretização.

² Esta redação foi alterada em Abril de 2013 pela Lei n.º 12.796, que entre outras providências ampliou a abrangência etária da educação básica, para 4 a 17 anos de idade. Em relação à EJA, o inciso IV do artigo 4º da LDBEN ficou com a seguinte redação: “acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria”.

³ O FUNDEF foi regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

De uma forma geral, podemos afirmar que o período de governo FHC foi marcado pelas chamadas reformas educacionais. Essas reformas foram balizadas pela concepção de formação para as competências, que eram “supostamente requeridas pelo novo paradigma produtivo” e “deveriam ser formadas na escola básica” (SHIROMA, et.al., 2011, p. 69).

Conforme pode ser percebida claramente nos Parâmetros Curriculares Nacionais aprovados na época, a lógica das competências balizava a educação como um todo.

Não basta visar à capacitação dos estudantes para futuras habilitações em termos das especializações tradicionais, mas antes trata-se de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos (BRASIL, 1997, p. 28).

Foi esta mesma lógica que pautou as ações voltadas para Educação Profissional⁴ de FHC. Neste caso é importante chamar atenção para outra noção que se destaca nesse contexto: a qualificação profissional. Este é também um termo carregado de sentidos e que aponta para um direcionamento político específico. A qualificação profissional, conforme o nome diz, tem em si a pretensão de qualificar trabalhadores para funções específicas de acordo com as necessidades mais imediatas do mercado de trabalho. Seria uma espécie de atualização constante do trabalhador para as demandas do mercado (ALVES, 2008).

Já o termo “formação profissional” pode ser usado para se distinguir de tal concepção de qualificação profissional. Desta forma, podemos afirmar que ele se relaciona a uma proposta de formação mais completa, que se alinha com a perspectiva do trabalho como princípio educativo, que propõe à formação integral do ser humano, que associa a formação geral à profissional. É importante destacar que a formação profissional também se faz com mediação da educação.

⁴ Segundo o Artigo 37 da LDBEN, a Educação de Jovens e Adultos é destinada aos que não tiveram acesso ou não concluíram o Ensino Fundamental e Médio na idade própria. Já a Educação Profissional foi definida, no texto original, Artigo 39, como aquela que “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida”. Todavia, este Artigo ganhou nova redação em 2008, com a Lei n.º 11.741/08: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. E ainda sobre a Educação Profissional, o Artigo 40 da LDBEN define as formas em que ela deverá ser desenvolvida: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Posteriormente, no ano de 2010, a Resolução CNE 3/2010 estabeleceu diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos e determinou, além das idades mínimas, a duração dos cursos, inclusive nos casos em que a EJA é associada à educação profissional.

Em 17 de Abril de 1997, o governo estabeleceu a separação entre o ensino médio e o técnico através do Decreto n.º 2.208/97. Isso pode ser visto no artigo 5º: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997b).

A promulgação desse Decreto constituiu mais um duro golpe em setores da sociedade que desde o fim da ditadura articulavam uma proposta educacional que partia da premissa de um currículo integrado. Ao formalizar a separação entre Ensino Médio e Educação Profissional, FHC ratificava o seu alinhamento com políticas internacionais de cunho neoliberal e a sua oposição ao que Neves (2008, p. 186) chamou de “campo democrático das massas”, que defendia a questão do trabalho como princípio educativo.

A autora ainda reitera que as políticas de Educação Profissional de 1997 contribuíram para a manutenção da dualidade educacional. Esta dualidade se expressa na máxima de que enquanto uma camada da sociedade é formada para ter acesso à universidade e funções de gerência, de cunho intelectual, a outra é formada para atividades mecanizadas em funções subalternas.

Para as massas trabalhadoras uma terminalidade precoce, assegurada pela educação profissional de nível técnico; para os egressos do ensino médio propedêutico, a possibilidade mais concreta de acesso ao nível superior de ensino. (NEVES, 2008, p. 199)

Além da separação entre educação profissional e o ensino médio, o Decreto n.º 2.208/97 também “instituiu o nível tecnológico como o nível superior da educação”. Tal ação foi viabilizada pelo Decreto n.º 2.406/97 que “consolidou a transformação de todas as Escolas Técnicas Federais em CEFETs” (FRIGOTTO, et.al., 2012b, p.47).

A transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) já vinha em um processo de implementação desde 1978, pela Lei n.º 6.545/78, que conferia a essas instituições além dos cursos técnicos a atuação no nível superior através do curso de Engenharia Industrial, entre outros (FRIGOTTO, et.al., 2012b).

O processo de expansão da educação tecnológica de nível superior é chamado de “cefetização”. Para Neves (2008, p. 194-195), ele é voltado para oferecer mão de obra apta para operar e se adaptar às exigências de empresas, em sua maior parte estrangeiras.

O fato é que na concepção de alguns autores tanto o ensino técnico quanto o tecnológico de nível superior cumpriram o papel de “formar operários qualificados” (FRIGOTTO, et.al., 2012b, p.47).

De certa forma, podemos afirmar que este processo, aliado a outros, contribuiu também para o crescimento estatístico do número de matrículas no ensino superior, principalmente privado.

Além do ensino técnico e tecnológico, as ações de educação profissional de FHC se voltaram também para a “qualificação e a requalificação profissional”. Pautado nas noções de “empregabilidade” e “competências”, o governo também atuou através de projetos que Frigotto (et.al., 2012b, p.38) os define como “fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação”.

Dentre estes, podemos apontar o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), criado em 1995. A proposta era qualificar, pela educação profissional, pelo menos 20% da população economicamente ativa (PEA). O plano movimentou um número grande de trabalhadores pelos Planos de Qualificação Profissional. Houve um investimento crescente de recursos que “passou de R\$ 28 milhões em 1995, para R\$ 493 milhões em 2001” (KUENZER, 2006, p. 888).

Todavia, conforme mostra Kuenzer (2006, p. 889), o aumento de recursos foi acompanhado de uma redução na carga horária dos cursos que passou de 150 horas para 60 horas. A autora também aponta que os resultados das avaliações externas do programa foram negativos. Segundo ela, os mesmos apontaram para “baixa qualidade e baixa efetividade social”.

O Planfor tinha a proposta de atuar diretamente na qualificação profissional, mas também em projetos que associavam a educação profissional com a certificação. Segundo Bulhões (2004, p. 42), o programa agia pela “melhoria de competências básicas e a elevação de escolaridade”. Esses fatores se desenvolviam “por meio de treinamento de habilidades básicas em cursos de qualificação *stricto sensu* e, ainda, de cursos de alfabetização e supletivos de ensinos fundamental e médio no âmbito do Planfor”.

Isso significa que havia, em alguns casos, a associação da EJA com a educação profissional pela concepção de qualificação. Ou seja, tal associação aparecia no governo FHC como uma das esferas de atuação do Planfor, todavia na lógica de empregabilidade. A autora mostra em seu processo de avaliação que tais cursos não deram o mesmo retorno que os demais, no que tange ao atendimento de egressos no mercado de trabalho, além de ter um custo maior que os cursos apenas de qualificação (BULHÕES, 2004).

Bulhões (2004) não faz uma avaliação totalmente negativa do Programa. Na sua concepção, este tinha três propostas principais: democratização do acesso à educação profissional; a busca de um modelo de desenvolvimento sustentado; e uma nova forma de atuação do Estado. Para ela, os limites do Programa se evidenciaram apenas no segundo aspecto.

Enfim, podemos afirmar que as políticas de educação profissional de FHC estavam voltadas para atender um modelo de sociedade que se alinhava com a reestruturação produtiva do capitalismo. Certamente tais políticas eram incompatíveis ideologicamente com a lógica do trabalho como princípio educativo. Fica claro na proposta do Planfor que existia uma preocupação maior com as demandas imediatas do mercado, a partir da lógica da empregabilidade.

1.2.2 – Políticas para a EJA e a Educação Profissional a partir do Governo Lula

Com todas as contradições existentes na década de 1990, observamos que o século XXI se inicia com um ar de expectativa em relação à EJA. A eleição de um presidente oriundo de camadas populares juntamente com conquistas de movimentos da sociedade civil que se expressaram na virada do milênio, principalmente com a Resolução CNE/CEB n.º1/2000 e do Parecer CNE/CEB n.º11/2000, corroboraram para um clima de novas expectativas. Tais documentos marcaram um passo importantíssimo no caminho da consolidação da EJA como modalidade de ensino. Além da legitimidade conferida à EJA no campo das políticas educacionais, primaram não só pela defesa da ampliação da oferta, mas também por sua qualidade.

Conforme pode ser visto no Artigo 1º, a partir de então a Educação de Jovens e Adultos passou a ter diretrizes curriculares próprias.

Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação (BRASIL, 2000b. Art. 1º).

A EJA foi reconhecida como modalidade de ensino, cujas especificidades foram impressas em um documento oficial, passando a ter uma abordagem pedagógica específica.

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (BRASIL, 2000b. Art. 5º, Parágrafo Único, Incisos I, II e II).

Outra característica importante desses documentos é que eles reconhecem que por trás da Educação de Jovens e Adultos existe uma dívida social com pessoas que não tiveram a oportunidade de acessar o direito à educação na idade própria. Desta forma, o Parecer CNE/CEB n.º11/2000 destaca como funções da EJA a reparadora, a equalizadora e a qualificadora. A função reparadora resgata a questão da educação como direito, direito que foi negado à determinada parcela da população. Já a função equalizadora visa a garantir a reentrada dessas pessoas no sistema educacional, através não só da ampliação das vagas, mas também da possibilidade de acesso e permanência. E, finalmente, a função qualificadora tem por meta proporcionar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Isso aponta, conforme já havia sido destacado em 1997 na Conferência de Hamburgo, para perspectiva de uma educação continuada ao longo da vida.

Entre os programas e iniciativas voltados para a EJA durante o governo Lula estão: o Projeto Escola de Fábrica; Programa Brasil Alfabetizado (PBA); Programa Fazendo Escola; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e

Adultos (Proeja); o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), entre outros.

Em 2003, é criado o Programa Fazendo Escola que, na realidade, foi uma adaptação de um programa do governo anterior que se chamava Recomeço⁵. O objetivo era, pelo repasse de verbas, incentivar matrículas na EJA. Há, contudo, uma ampliação da abrangência do Programa Fazendo Escola, em relação ao Recomeço, uma vez que ele deixou de distinguir estados e municípios pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incluindo todos em um movimento de ampliação do apoio a matrículas na EJA.

Isso se deu até o momento em que as matrículas da EJA foram incorporadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da educação (Fundeb)⁶ que substituiu o antigo Fundef (MACHADO, 2009).

No caso do Fundeb, é importante destacar que há uma diferença entre o peso do valor do repasse de verbas para matrículas da EJA, inferior ao repasse a outras modalidades de ensino⁷. Todavia, o fundo representou avanços, uma vez que “o valor aluno/ano hoje praticado nacionalmente é bem maior do que o valor referência de apoio à EJA enviado aos sistemas pelo Programa Fazendo Escola” (MACHADO, 2009, p. 30).

O governo Lula não deixou de investir em programas e ações de alfabetização. Contudo, como afirma Machado (2009, p. 25), houve progressivo aumento do repasse de verbas para estados e municípios, que anteriormente era destinado a uma ONG e depois para parceiros da sociedade civil. Em 2007, a Resolução CD/ FNDE n.º 45, “definiu o repasse de recursos apenas para os estados, o Distrito Federal e os municípios”. É o caso do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Embora a História seja repleta de continuidades, ela também é composta por rupturas. Podemos, sim, identificar importantes rupturas das políticas do governo Lula em relação ao período que o antecedeu. Uma delas está na lógica de financiamento para EJA, que além de contar com uma ampliação importante através do Fazendo Escola e, principalmente pelo Fundeb, embora ainda esteja distante do ideal, também contou com uma lógica de centralizar

⁵ O Programa Recomeço foi criado em 2001, por FHC. Considerado como “Programa Supletivo” transferia recursos para os estados e municípios aumentarem as matrículas de EJA. Todavia, o Programa fazia distinção entre estados e municípios a partir do IDH (MACHADO, 2009, p. 23).

⁶ O FUNDEB foi regulamentado pela Lei n.º 11.494/07.

⁷ Podemos ver no artigo 36 da Lei n.º 11.494/07, que regulamenta o Fundeb, que as ponderações dos valores para as matrículas da EJA são os menores, chegando a 0,80, tanto na EJA “regular”, quanto na EJA associada a educação profissional de Ensino Médio. Enquanto que os valores referentes aos anos finais do Ensino Fundamental é de 1,10, do Ensino Médio Urbano de 1,20 e do Ensino Médio integrado a educação profissional de 1,30.

a maior parte dos recursos nos estados e municípios. Apresentavam-se sinais de que se estabelecia uma nova lógica política para a EJA, como direito.

Machado (2009, p. 31) destaca que a EJA ganhou mais destaque na agenda nacional de educação, principalmente com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)⁸. Segundo ela, “cabe destaque, neste aspecto da tentativa de superação das práticas patrimonialistas, a conquista de um espaço político mais autônomo”.

Desta forma, um elemento novo entra na pauta de ações para a EJA e este elemento refere-se ao tema da diversidade. Como uma das marcas importantes neste contexto de reestruturação política e institucional da EJA, destacamos a criação da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos⁹. Esta teve o objetivo de lidar com o desafio do analfabetismo, integrando-o com ações específicas para a EJA a partir das realidades dos estados, Distrito Federal e municípios. Ela se configurou, a princípio, como uma espécie de pacto pela EJA contra o analfabetismo, e se propunha a agir com parcerias entre distintas dimensões do poder público e da sociedade civil.

Segundo Machado (2009, p. 32), foi a partir da temática da diversidade dos sujeitos da EJA que o governo articulou ações, na Secad, juntamente com outros setores. Estas se materializaram em programas, por exemplo, como Proeja e Projovem. Ambos articularam diferentes setores dentro do MEC, além de, mesmo com concepções distintas, proporem uma união entre formação profissional e EJA.

No caso específico do Projovem, destacamos que este foi criado para atender ao público de 18 a 24 anos, que já concluiu o 5º ano do Ensino Fundamental (antiga 4ª série), que não terminou o 9º ano (antiga 8ª série) e não possui emprego formal. O objetivo era oferecer a conclusão do Ensino Fundamental integrada à qualificação profissional e a capacitação para atuação em ações comunitárias. Os participantes seriam contemplados com uma bolsa mensal de R\$100,00. O projeto deveria ser desenvolvido no período de 12 meses ininterruptos.

O Programa oferece a conclusão de todo o Ensino Fundamental em apenas um ano. E ainda conta com o agravante de oferecer apenas duas das cinco horas diárias para as disciplinas que compõem o Ensino Fundamental. Ainda há uma crítica contundente sobre a questão das atuações comunitárias que os jovens devem desenvolver, sob a capa de

⁸ Posteriormente, no governo da presidente Dilma Rousseff, a Secad passou a se chamar de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

⁹ Resolução CD/FNDE n.º 65, de 13 de dezembro de 2007, publicada no DOU n.º 241, de 17 de dezembro de 2007.

“engajamento cívico”. O Projovem passou por uma série de adaptações e desdobramentos desde sua criação, até os dias de hoje, mas a sua natureza central não foi alterada.

Machado (2009, p. 27) aponta características específicas das políticas voltadas para a EJA e para a Educação Profissional, termos que são usados para identificar atualmente ambas as modalidades de ensino a partir da LDBEN. Para ela, a EJA teve a característica histórica de políticas que insistiam na erradicação do analfabetismo e “ofertas compensatórias, como o ensino supletivo”. Já a Educação Profissional “foi sendo redirecionada do atendimento dos ‘indigentes’ para o treinamento eficiente de mão de obra necessária ao avanço do capitalismo, principalmente de base industrial”.

Todavia, reconhecendo as especificidades das políticas dessas modalidades de ensino podemos afirmar que a EJA e a Educação Profissional se encontraram em momentos distintos da História.

As ações de Educação Profissional do governo Lula também são alvo de críticas bem contundentes no que se refere à focalização de alguns programas. Todavia, como exposto, existe a possibilidade de considerar o que alguns chamam de programas focais, a partir da perspectiva da diversidade, como propõe Machado (2009). Entretanto, isso exigiria uma análise de cada um desses programas, o que faremos apenas com o Proeja.

De uma forma geral, Kuenzer (2006, p. 890) define as linhas de ação do governo Lula, em relação à Educação Profissional, em três frentes, que podem ser percebidas através do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), criado em 2003, que substituiu o Planfor:

[...] a primeira, que se constitui na proposta reformulada do PLANFOR, continua financiando ações que integram o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), e as Comissões Estaduais e Municipais do Trabalho, com recursos, cada vez mais exíguos, do FAT; a segunda, que congrega os programas que apresentam efetiva vinculação com a Educação Básica; e a terceira, que congrega as ações que têm sua origem no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE).

O Proeja estaria classificado na segunda frente, mas antes de entrarmos nele é necessário considerarmos uma importantíssima ação do governo Lula em relação à Educação Profissional, que foi o Decreto n.º 5.154/2004. Este revogou e substituiu o Decreto n.º 2.208/97. Tal ação configurou, pelo menos na teoria, um rompimento também com o modelo de educação proposto adotado no governo de FHC.

O processo de construção deste novo Decreto foi marcado por disputas de cunho ideológico. “A gênese das controvérsias que cercam a revogação do Decreto n.º 2.208/97 e a

publicação do Decreto n.º 5.154/2004 está nas lutas sociais dos anos 1980, pela redemocratização do país e pela ‘remoção do entulho autoritário’ (FRIGOTTO et. al., 2012, p. 22).

Isso significa que polarizavam concepções que defendiam a formação integrada, o trabalho como princípio educativo e as que advogavam uma formação voltada para o mercado.

O Decreto n.º 5.154/2004 estabeleceu regulamentações e mudanças na LDBEN, em relação à Educação Profissional na perspectiva integrada¹⁰. Com isso, o documento regulamentou a Educação Profissional a partir de três possibilidades: formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

No que tange aos objetivos desta pesquisa, é importante ressaltar que o texto regulamentador traz alguns pontos importantes no contexto da EJA, que, sem dúvida, serviram de embrião para criação do Proeja. Isto pode ser visto, por exemplo, no artigo 3º, parágrafo 2º, quando afirma que os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores deverão ser articulados preferencialmente com a EJA.

Embora essa nova iniciativa tenha representado avanços importantes, Frigotto (et. al., 2005) chamou a atenção de que as apropriações futuras é que dariam o tom de uma contribuição progressista ou uma manutenção de *status quo* sobre o tema da educação profissional no país.

Isso fica claro na medida em que percebemos alguns encaminhamentos distintos, se não contraditórios, de alguns programas do governo Lula em relação à educação profissional. O Projovem, por exemplo, em princípio apresenta uma lógica que se aproxima da concepção de formação para o mercado de trabalho, não muito diferente da condução dada por FHC. Já o Proeja segue em outra direção, principalmente no que tange ao Ensino Médio. Mas, ao mesmo tempo permite, por exemplo, a participação do Sistema S¹¹. Tais contradições estão presentes nas políticas do governo Lula e se evidenciam atualmente no governo que o sucedeu.

¹⁰ Tais regulamentações e acréscimos feitos na LDBEN pelo Decreto n.º 5.154 de 2004 foram posteriormente modificados, em sua maior parte em 2008, pela Lei 11.741, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

¹¹ Segundo Carvalho e Palma (2012), “[...] Sistema “S” compreende um conjunto de entidades privadas ligadas ao setor produtivo brasileiro atuando na prestação de serviços de utilidade pública (sociais e educativos). Foram criadas pelo do Poder Público com fonte de receitas públicas específicas, sem prejuízo daquelas obtidas por

A presidente Dilma Rousseff assumiu a presidência com a promessa de dar continuidade às políticas de seu antecessor. Desta forma, programas como o Proeja e o Projovem foram mantidos. Mas neste governo entra em cena um programa importante para pensarmos os rumos das políticas de educação profissional e educação de jovens e adultos.

Criado em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como objetivo a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Todavia, esta ampliação não se dá a partir do fortalecimento de programas existentes, mas sim a partir do que podemos chamar de mais um direcionamento político. Este direcionamento político se aproxima da lógica de transferência de recursos para a iniciativa privada, principalmente Sistema S e universidades privadas. Isto pode ser visto na Lei n.º 12.513/2011, que instituiu o programa.

Art. 6º Para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei.

§ 1º As transferências de recursos de que trata o **caput** dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos.

§ 2º Do total dos recursos financeiros de que trata o **caput** deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

Além disso, boa parte dos cursos do Pronatec são de curta duração e visam a atender a lógica da empregabilidade.

No âmbito das legislações referentes à EJA e à educação profissional, destacamos que a mesma década que começou com a aprovação da Resolução CNE/CEB n.º 1/2000 se encerrou com a aprovação da Resolução CNE/CEB n.º 3/2010 que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos, marcando de uma vez por todas a EJA como modalidade de ensino da educação básica.

Esta Resolução regulamentou a questão da duração dos cursos de EJA assim como a idade mínima para ingresso e para realização dos exames supletivos.

arrecadação própria. Dentre as instituições que integram o Sistema, se destacam, por seu porte e presença nacional, as vinculadas à Confederação Nacional da Indústria(CNI) e à Confederação Nacional do Comércio(CNC)". Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11669&revista_caderno=4> Acessado em 18 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, mantém-se a formulação do Parecer CNE/CEB n.º 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular: I - para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino;

II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

III - para o Ensino Médio, a duração mínima deve ser de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Parágrafo único. Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada com o Ensino Médio, reafirma-se a duração de 1.200 (mil e duzentas) horas destinadas à educação geral, cumulativamente com a carga horária mínima para a respectiva habilitação profissional de Nível Médio, tal como estabelece a Resolução CNE/CEB n.º 4/2005, e para o ProJovem, a duração estabelecida no Parecer CNE/CEB n.º 37/2006. (BRASIL, 2010, grifo nosso)

Em relação à integração da EJA à educação profissional, no ensino médio, também não houve omissão. E mais, a carga horária destinada à educação geral foi mantida com a adição da carga horária da educação profissional de acordo com a especificidade do curso, o que demonstra uma forte possibilidade de formação geral, em detrimento a preparação para o mercado de trabalho.

Em meio a este clima composto por algumas continuidades, mas também repleto de rupturas importantes é que avançamos para discussão do Proeja.

1.3– Proeja: a educação de jovens e adultos na pauta da rede federal de ensino

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)¹², foi criado com a proposta de integrar a educação profissional à educação de jovens e adultos no Brasil, a partir do Decreto n.º 5.478 de 2005, sendo depois ampliado pelo Decreto n.º 5.840/2006.

Embora não tenha sido a primeira experiência, no país, de cursos que associaram a qualificação do trabalhador à elevação da escolaridade, o Programa tem como um de seus marcos o fato de ser executado obrigatoriamente pela rede federal de educação profissional e

¹² O termo Proeja passou a significar “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” a partir do Decreto n.º 5.840/06. O significado anterior, oriundo do Decreto n.º 5.478 de 2005 era: “Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos”. (BRASIL, 2005 e BRASIL, 2006)

tecnológica. Isso, na prática, significa que “o lugar de excelência na formação educação profissional do país agora teria o desafio de manter essa excelência com um público diferenciado do que vinha atendendo”. Esse público diferenciado é o público da EJA que a partir de então, passou a ter assegurado o direito ao ingresso em tais instituições (Machado, 2011, p. 20).

Em uma perspectiva histórico-política, podemos afirmar que o ano de 2005 teve como marco dois acontecimentos importantes. O primeiro ocorreu no dia 13 de junho, com a publicação da Portaria n.º 2.080/2005 - MEC que estabeleceu, para as escolas técnicas da rede federal, diretrizes para a oferta de vagas de educação profissional vinculada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. O segundo acontecimento foi a publicação do Decreto n.º 5.478/2005 que, no primeiro momento, criou o Proeja.

Sobre a Portaria n.º 2080/2005 – MEC, merece destaque o fato histórico de o governo federal ter aberto a sua rede para a educação de jovens e adultos, instituindo um percentual mínimo obrigatório de vagas que deveriam ser voltadas para tal modalidade de ensino¹³. De acordo com a Portaria, seriam ofertadas 10% das vagas de ingressos em tais instituições em 2006 e 20% em 2007. Tais metas seriam reavaliadas em 2007 e tratavam especificamente do ensino médio na EJA.

Em um espaço de 10 dias após a Portaria foi publicado o Decreto n.º 5.478/2005 que estabeleceu o Proeja no âmbito do ensino médio nas escolas técnicas da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Essa proposta inicial que desafiava os então Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)¹⁴ a reservarem 10% de suas vagas para o público da EJA, “público potencial e rigorosamente interdito a essa possibilidade” (PAIVA, 2012, p. 12), despertou questionamentos de diretores dessas instituições.

Tais questionamentos se iniciaram com a Portaria n.º 2080/2005 – MEC que, conforme apontam Moura e Henrique (2012), cometia o equívoco de se sobrepor ao Decreto n.º 5.224/2004. Isso jamais poderia ocorrer pelo fato de o Decreto ser hierarquicamente superior a uma Portaria. O Decreto n.º 5.224/2004 foi ferido em seu artigo 1º que estabelece que:

¹³ É importante destacar que segundo a LDBEN, em seu artigo 9º, o papel da União na Educação básica refere-se à gerência. Embora sejam necessárias algumas reflexões sobre o tema, a implementação da EJA na Rede Federal de ensino é um acontecimento histórico. Machado (2011, p. 20) afirma que o fato de o Proeja proporcionar a entrada da EJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica o faz “relevante no contexto da política educacional brasileira”.

¹⁴ Nesse momento os Cefets ainda não tinham sido transformados em institutos federais.

[...] os Centros Federais de educação tecnológica – CEFETs –, criados mediante transformação das escolas técnicas federais e escolas agrotécnicas federais, [...] constituem-se em autarquias federais, vinculadas ao Ministério da Educação, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (*apud.* MOURA e HENRIQUE, 2012, p. 118)

Na concepção de Moura e Henrique (2012, p. 118), o Decreto n.º 5.478/2005, que ratificou a Portaria n.º 2080/2005 e seus equívocos, pareceu “ter sido uma tentativa de resolver o problema de hierarquia das normas”. Não sabemos se o Decreto foi publicado apenas por este motivo, o que não nos convence muito, uma vez que sua publicação se deu em apenas 10 dias após a Portaria. O que dá a entender que se tratava de um intento que já estava pronto antes mesmo da repercussão das críticas.

A aprovação do Decreto n.º 5.478/2005 não foi suficiente para conter as críticas que a partir de então recaíam especificamente sobre o recém-criado Programa. Ao assumir a diretoria do Departamento de Políticas e Articulação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), em setembro de 2005, Jaqueline Moll (*In:* CREMONESE, 2012, p. 234) afirma que “havia um grande embate com a Rede Federal”, que se dava por conta do Decreto que estava em vigor.

O documento foi elaborado com o equívoco de não dialogar com as instituições e com os demais atores. Moura e Pinheiro (2009, p. 96) destacam o caráter singular da proposta do Proeja, na qual envolvia instituições que na maioria dos casos nunca tinham trabalhado com a EJA. As instituições que já tinham trabalhado com essa modalidade de ensino, não o faziam na perspectiva do currículo integrado. Tal fator, aliado à ausência de professores preparados para este trabalho, fazia com que não fosse “razoável” obrigar as escolas técnicas da rede federal destinarem 10% de suas vagas ao Programa.

Outro aspecto passível de crítica ao Decreto n.º 5.478/2005 se relaciona à questão da carga horária prevista para os cursos do Proeja. O texto falava em carga horária máxima. Santos (2008, p. 2) destaca que “o usual em Educação é a carga horária mínima”. Falar em carga horária máxima aponta para um empobrecimento curricular principalmente pela dificuldade que impõe ao atendimento de especificidades regionais.

Quando chegou na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Jaqueline Moll promoveu um diálogo que envolveu diversos atores interessados. O desafio da junção da EJA com a educação profissional na perspectiva integrada, dadas as circunstâncias históricas acumuladas em ambas as modalidades de ensino

e nas instituições que deveriam abrigar o Programa, precisava ser construído a partir de debates, uma vez que se tratava de algo desafiador.

Segundo Moura e Henrique (2012, p. 119), esse diálogo começou com ações realizadas no segundo semestre de 2005 pela Setec/Mec, cujo objetivo inicial era o de uma capacitação pedagógica para implantação do Proeja. Todavia, “resultou em uma série de análises, reflexões e duras críticas relativas ao conteúdo e, principalmente, à forma de implantação do Programa”.

Moll (*In*: CREMONESE 2012, p. 234) afirma que foi formado um grupo de trabalho que tinha:

[...] a representação tanto das escolas técnicas vinculadas às universidades, escolas agrotécnicas e do Cefet, [...], além da Anped, do fórum de coordenadores estaduais do ensino médio, do sistema S (sempre teve uma representação), do ministério do trabalho.

Desta forma, diferente de muitos programas e políticas que geralmente são gestados em gabinetes, o Proeja foi construído a partir de intensos diálogos com os atores. Essas reuniões originaram o Decreto n.º 5.840/2006 que revogou o Decreto n.º 5.478/2005, reformulando e ampliando o Proeja.

A partir de então, o Programa atenderia, além da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituições públicas dos sistemas municipais e estaduais, assim como o sistema S. Todavia, no que tange às instituições não federais, não recaiu sobre elas a obrigatoriedade da oferta de vagas, uma vez que dentro do pacto federativo existem graus de autonomia dos estados e municípios que precisam ser respeitados, assim como em uma sociedade liberal não podem ser feitas algumas imposições a instituições privadas. Isto pode ser visto no parágrafo terceiro do primeiro artigo do Decreto n.º 5.840/2006.

§ 3º O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo. (Grifo nosso)

Ao especificar as instituições federais que atenderiam o Programa são apontadas a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. É importante destacar que o Colégio Pedro II não tinha entrado no Decreto anterior.

A partir de então, a EJA é oferecida na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica – instituições de reconhecida excelência. O seu papel na pauta educacional do país ganha novos contornos. Estabeleceu o ano de 2007 como prazo para que tais instituições implantassem o Programa. Foi mantida a reserva de 10% das vagas de ingresso nas instituições federais.

É importante destacar que não houve criação de novas vagas na rede para a EJA, apenas destinou-se a ele parte das vagas já existentes.

O Decreto n.º 5.840/2006 não só ampliou o número de instituições que ofertariam o Programa, mas também a possibilidade para o atendimento ao ensino fundamental pela Formação Inicial e Continuada (Proeja-Fic). Por serem cursos de ensino fundamental, a carga horária estabelecida foi de 1.600 horas, divididas em 1.200 horas para formação geral e 400 horas para formação profissional¹⁵.

Incorporando o previsto na Resolução CNE/CEB n.º 1 de 2000, que reconhece a EJA como modalidade de ensino da educação básica e determina diretrizes curriculares próprias, o segundo parágrafo do artigo primeiro do Decreto afirma que os cursos e programas do Proeja deverão considerar as características dos jovens atendidos. Ou seja, exige uma perspectiva curricular e pedagógica adequada à realidade dos alunos.

O Decreto n.º 5.840/2006 também determina, no artigo quinto, que a escolha das áreas profissionais atendidas pelo Proeja seja de acordo com as demandas locais e regionais. É fundamental que tenhamos em mente que tal dispositivo não venha a ser mero sinônimo de seguir a pauta determinada pelo mercado local e regional, mas sim uma perspectiva curricular e pedagógica. Não se trata também de reverter o que as instituições já oferecem sem adequação ao público, ou seja, ofertas pobres para pobres.

Cabe ressaltar que, segundo este texto normativo, o que deve estabelecer a oferta de determinado curso no Proeja, é a demanda local e regional e não a capacidade operacional das instituições ofertantes. Isso dá a entender que, conforme a demanda, o governo federal oferecerá subsídios para que tais cursos sejam implantados.

Ao associar a educação profissional à EJA na perspectiva da educação intergradada, com obrigatoriedade de oferta nas escolas da rede federal, o Proeja mostra-se como um programa pioneiro, cuja iniciativa tende a ir além de um programa passageiro. Por isso, ele conta com

¹⁵ Em 2010 foi estabelecida a Resolução n.º 3/2010 que instituiu diretrizes operacionais para a EJA. A carga horária prevista no Decreto do PROEJA foi mantida na Resolução. (BRASIL, 2010)

tudo um arcabouço legal que o torna possível. Podemos, com isso, destacar, como exemplo, o Decreto n.º 6.095/2007 que trata da constituição dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Este Decreto estabelece, por exemplo, no inciso terceiro, segundo parágrafo do artigo quarto, a criação de ofertas de vagas no âmbito do Proeja.

III - ofertar, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional e técnica de nível médio; (BRASIL, 2007)

A partir de então, os Institutos Federais terão a EJA inerentes à sua existência. Segundo o Artigo 5º, devem destinar 50% de sua dotação orçamentária para as seguintes áreas: Educação profissional técnica de nível médio em cursos e programas integrados ao ensino regular, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e ao PROEJA em geral.

Art. 4º Após a celebração do acordo, as instituições deverão elaborar projeto de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado, observando, no que couber, o disposto no art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. [...]§ 2º No plano acadêmico, o projeto de PDI integrado deverá se orientar aos seguintes objetivos:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente em cursos e programas integrados ao ensino regular;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - ofertar, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional e técnica de nível médio;

Art. 5º O projeto de lei que instituir o IFET vinculará sua autonomia financeira de modo que o Instituto, em cada exercício, aplique o mínimo de cinquenta por cento de sua dotação orçamentária anual no alcance dos objetivos definidos nos incisos I, II e III do § 2º do art. 4º, e o mínimo de vinte por cento de sua dotação orçamentária anual na consecução do objetivo referido na alínea “d”, inciso VII, do § 2º do citado art. 4º. (BRASIL, 2007).

A Lei n.º 11.741/2008 alterou a LDBEN para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de ensino médio, da EJA e da educação profissional tecnológica. A partir dessa lei, foi incluído o parágrafo 3º, no Artigo 37 da LDBEN, com a seguinte redação: “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”.

Esta afirmativa assinala ficou assim assegurado na LDBEN, o caminho para a articulação da educação profissional com a EJA.

Ainda em 2008, no mês de dezembro, foi publicada a Lei n.º 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, a herança de caráter anterior estabelecido por um Decreto. Não se trata mais de um Decreto do Presidente ou Portaria Ministério da Educação, mas sim de uma Lei Federal. Isso significa que, obrigatoriamente, passou por votação e foi aprovada pelo Congresso Nacional. Essa lei consolidou a entrada da EJA na Rede Federal a partir da integração com a educação profissional.

O artigo sétimo da Lei n.º 11.892/2008, ao tratar sobre os objetivos dos Institutos Federais aponta que, entre eles, está o de ministrar educação profissional técnica de nível médio para os concluintes do ensino fundamental e para o público da EJA. O artigo oitavo determina que 50% das vagas dos Institutos Federais devem ser destinadas aos concluintes do ensino fundamental regular e para o público da EJA.

Não há uma especificação nesta Lei sobre o quantitativo dessa reserva que deve ser voltado para a EJA. Tudo indica que tal decisão cabe à autonomia administrativa dos Institutos Federais. Entretanto, é importante lembrar que a Portaria n.º 2.080/05 estabeleceu que, em 2007, 20% das vagas de ingressos se destinariam ao Proeja e que tais metas deveriam ser reavaliadas no mesmo ano.

A Lei n.º 12.677 de Julho de 2012, entre outras questões, incluiu o Colégio Pedro II no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, passando a ser enquadrado nos mesmos parâmetros dos Institutos Federais. Com isso, os mesmos princípios administrativos e organizacionais que regem tais instituições regem agora também o Colégio Pedro II.

Essa articulação legal que foi desenvolvida neste período nos dá pistas de que, principalmente depois do Proeja, foi consolidada a entrada da EJA nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, uma vez que a legislação em vigor lhe garante, além de uma porcentagem das vagas, também parte da dotação orçamentária.

Como uma das principais características do Proeja é a associação da EJA com a educação profissional a partir da perspectiva de currículo integrado, é importante se analisar a forma como esta integração é proposta, uma vez que o tema do currículo integrado perpassa pelo debate estabelecido na temática educação e trabalho.

1.4 - Caminhos e descaminhos curriculares para a integração

Embora a abordagem curricular não seja o caminho elegido metodologicamente para condução desta pesquisa, é importante estabelecer um olhar para tal proposta, uma vez que ela é fator inerente à identidade e, conseqüentemente, à operacionalidade do Programa.

Esse contexto se relaciona diretamente aos diálogos com os diversos atores envolvidos no Programa através dos grupos de trabalho realizados na gestão de Jaqueline Moll, a frente da diretoria da SETEC/MEC. Conforme destaca Paiva (2012, p. 12), foi um programa construído coletivamente com a participação de representantes dos “CEFETs, da educação de jovens e adultos, da educação profissional — estas duas últimas representadas por pesquisadores de universidades”.

Ainda sobre o grupo de trabalho, é importante apontar que o Documento Base do Proeja (BRASIL, 2007a), conforme destacam Moura e Pinheiro (2009, p. 97), foi fruto do labor desse grupo plural. A partir do direcionamento apontado pelo Documento é possível destacar marcas singulares na identidade do Programa:

[...] a oferta de curso de especialização voltado para a formação de profissionais do ensino público para atuar no Proeja e as ações decorrentes do Edital Proeja-CAPES/SETEC n.º 03/2006, destinado a estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa entre universidades federais e Cefets.

Quanto às críticas ao Decreto n.º 5.478/2005, principalmente à falta de profissionais na Rede Federal de educação preparados para trabalhar com as especificidades do Proeja (MOURA e HENRIQUE, 2012), a nova proposta do Programa tentava suprir esta demanda. Isso aparece na proposta de formação em nível de pós-graduação lato-senso de docentes e gestores para o Proeja.

A SETEC/MEC como gestora nacional do PROEJA será responsável pelo estabelecimento de programas especiais para a formação de formadores e para a pesquisa em educação de jovens e adultos, por meio de: a) oferta de Programas de Especialização em educação de jovens e adultos como modalidade de atendimento no ensino médio integrado à educação profissional; b) articulação institucional com vista a cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que incidam em áreas afins do PROEJA; c) fomento para linhas de pesquisa em educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional (BRASIL, 2007a, p. 60-61).

“Iniciativa pioneira, que não encontra precedentes na história da educação brasileira”, é como Lima Filho (2010, p. 114) se refere ao Proeja. Podemos afirmar que este pioneirismo

foi em parte uma vez que este não foi o primeiro programa que associou educação profissional à certificação na EJA. O próprio Planfor teve iniciativa semelhante. Moll (CREMONESE, 2012), afirma que o Proeja foi inspirado no Programa Integrar da Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁶. Podemos afirmar que o pioneirismo do Proeja está no conjunto composto pela integração da EJA com a Educação profissional, na proposta do currículo integrado, com obrigatoriedade de oferta de vagas na Rede Federal de educação tecnológica.

O Edital Proeja-CAPES/SETEC n.º 03/2006 também representou um marco paradigmático importante, uma vez que a construção de um campo epistemológico para a área se fez necessário para consolidação da mesma. Em relação a esse Edital, Machado (2011, p.21) afirma que o

[...] mesmo buscou promover a integração entre instituições de ensino superior (IES), instituições de educação profissional e tecnológica com vistas à realização de pesquisas com foco nas demandas do Proeja, fortalecendo estas duas temáticas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*.

Em relação ao Documento Base Proeja, propriamente dito, podemos afirmar que ele fundamentou teórica e operacionalmente o Programa. Em 2007 foram publicadas versões específicas para o ensino médio, o ensino fundamental (FIC) e a educação escolar indígena.

A fundamentação prática do Programa passa necessariamente pelo direcionamento do currículo e da ação docente. Desta forma, os Documentos transitam diretamente por essas questões.

1.4.1 - O Documento do PROEJA Ensino Médio

Como o recorte deste trabalho se restringe ao Proeja ensino médio, focaremos a nossa análise sobre este documento específico. Diferentemente de muitos programas voltados para a EJA e desenvolvidos ao longo da história da educação brasileira, o Proeja tem como proposta uma atuação na educação de jovens e adultos que vai além da alfabetização.

¹⁶ O Programa Integrar foi um programa da “Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM, incorporada pela CUT, o qual se transformou num programa de qualificação e elevação de escolaridade de trabalhadores empregados e desempregados, no nível da educação básica, ensino fundamental e médio”. (LAUDARES & QUARESMA, 2003, p.1). Para mais informações sobre o mesmo ver Laudares & Quaresma (2003) e Rummert (2004).

Esse é um dos destaques iniciais do Documento do Ensino Médio que faz, de forma muito direta, crítica a ações descontínuas no campo da EJA.

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado (BRASIL, 2007a, p. 9).

Ao traçar um diagnóstico da realidade educacional brasileira no campo da EJA, o Documento do MEC destaca a grande presença de jovens nesta modalidade de ensino. Tais jovens voltariam à escola acreditando que a baixa escolaridade é a responsável pelo seu desemprego. A situação desses jovens seria consequência do fato de que o número de matrículas no ensino fundamental não resulta na prática em permanência na escola.

É justamente nesta proposta de inovação e contribuição para a construção de uma nova realidade educacional que o texto demonstra que o objetivo do Proeja é de ir além de um mero programa de governo e se consolidar como política pública.

O horizonte que se almeja aponta para a perenidade da ação proposta, ou seja, para sua consolidação para além de um programa, sua institucionalização como uma política pública de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (BRASIL, 2007a, p. 13)

O Documento ainda ressalta como objetivo uma formação na vida e para a vida, ao invés de uma formação voltada para o mercado. Tomando de Shiroma (2001) um questionamento anterior, será que a proposta do Programa não é apenas um “consenso de papel”?

Um dos objetivos desta pesquisa foi o de analisar até que ponto tudo isso se efetivou na prática do Colégio Pedro II.

Podemos perceber, no Documento, uma problematização do conceito de trabalho, conforme costuma ser aplicado nos dias de hoje, geralmente atrelado à herança da revolução industrial e ao modo de produção capitalista. Neste caso, o documento propõe um resgate histórico de tal conceito.

Esse largo mundo do trabalho não apenas das modernas tecnologias, mas de toda a construção histórica que homens e mulheres realizaram, das mais

simples, cotidianas, inseridas e oriundas no/do espaço local até as mais complexas, expressas pela revolução da ciência e da tecnologia **força o mundo contemporâneo a rever a própria noção de trabalho (e de desenvolvimento) como inexoravelmente ligada à revolução industrial.** (BRASIL, 2007a, p. 13 – Grifo nosso)

Há, no texto, uma clara opção epistemológica, que certamente é fruto dos diálogos estabelecidos com os diversos atores que participaram dos grupos de trabalho que elaboraram o Proeja. Em relação a isso, Moura e Pinheiro (2009, p. 93) ressaltam uma “referência explícita desse documento ao trabalho como princípio educativo e à integração entre trabalho, ciência e tecnologia e cultura”. Observe-se:

[...] a concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real. Ademais, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania. (BRASIL, 2007a, p. 35)

Todavia, não podemos ser ingênuos ao pensar que o Documento só tem avanços e que está além de interesses governamentais. Um exemplo disso está no fato de, embora apresente uma proposta de construção de uma política pública, percebemos claramente uma perspectiva política de governo quando o texto destaca a atuação política do então governo Lula na luta contra as desigualdades e disparidades sociais, assim como a situação periférica do Brasil no cenário mundial ao longo da história.

Por outro lado é importante destacar que o atual Governo, [...] tem trabalhado com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos, a partir das diretrizes de democratização do acesso e garantia de permanência em todos os níveis de ensino. Assim sendo, busca retomar o papel regulador e indutor do Estado, na medida em que assume o protagonismo na criação e promoção de políticas públicas voltadas para a melhoria progressiva da educação, em consonância com os estados e municípios. [...] Isso, ao longo do tempo, vem fazendo com que o país não tenha um modelo próprio de desenvolvimento orientado às suas necessidades econômicas e melhorias sociais. Ao invés disso, historicamente, prevalece a submissão aos indicadores econômicos ditados desde fora, aos organismos internacionais de financiamento e aos investidores internacionais, principalmente os de curto prazo, na verdade, especuladores. (BRASIL, 2007a, p. 22-23).

Existe no texto a proposição de um novo tipo de sociedade onde a tecnologia não deve estar limitada às agruras do mercado. Mas, sim, pautada na ética e na solidariedade, na qual o homem deve ser concebido como ser integral. Defende ainda um projeto nacional

autossustentável e inclusivo que articule as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, educação etc.

O mesmo, segundo o Documento, deverá se desenvolver a partir de uma política pública de educação profissional e tecnológica, articulada com as demais políticas.

A educação profissional e tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana exige uma política de educação e qualificação profissional não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de um outro mundo possível (BRASIL, 2007a, p. 32).

Não seria ambicioso demais atribuir ao Proeja uma missão de transformação social? Todavia, entendemos que a educação de qualidade pode sim ser um importante instrumento de transformação da sociedade. Como documento oficial do Ministério da Educação, cujo objetivo é viabilizar a aplicação prática do Programa, podemos entender suas afirmações como princípios que deverão nortear todas as ações em torno do projeto, inclusive as práticas pedagógicas.

Propostas como as que aparecem no texto precisam externalizar o cuidado de não vender falsas promessas. Neste sentido, o Documento assinala que o Proeja não é garantia de emprego e de melhoria material, mas acena a possibilidade de os alunos alcançarem estes objetivos.

Os sujeitos alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo (BRASIL, 2007a. p. 36).

Contudo, precisamos ter o cuidado de não irmos para outro discurso extremo do tipo: “o governo ofereceu a oportunidade de mudar, se você não a aproveitou, a culpa é sua”. Sabemos que se trata de um discurso amplamente desumano e desleal que transfere toda responsabilidade para o indivíduo. Partimos, neste trabalho, de princípios que embora reconheçam a importância de trajetórias individuais, reconhecem que elas devem ser articuladas com a realidade macro. Não queremos cometer o engano de cairmos em um

determinismo estrutural, em que o sistema determinaria todas as coisas, e nem no seu oposto, quando o indivíduo seria responsabilizado por tudo.

Existe uma pretensão de o Proeja de ir além de um programa de governo e se consolidar como política pública. Pretende-se como uma política que opera, prioritariamente, na perspectiva de um projeto político pedagógico integrado.

A política de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, considerando-se especificamente nesse documento a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, conforme anteriormente afirmado, opera, prioritariamente, na perspectiva de um projeto político-pedagógico integrado, apesar de ser possível a oferta de cursos de educação profissional articulada ao ensino médio em outras formas – integrada, concomitante e subsequente (Decreto n.º 5.154/04) e o Decreto n.º 5.840/2006 prevê, especificamente para o PROEJA, as possibilidades de articulação considerando as formas integrada e concomitante. Na busca de priorizar a integração, os maiores esforços concentram-se em buscar caracterizar a forma integrada, que se traduz por um currículo integrado (BRASIL, 2007a, p. 39)

A partir de então é que se trabalha com o conceito de currículo integrado, que se refere a uma integração epistemológica de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. Integração entre uma formação humana geral e uma formação profissional. Aponta-se para uma perspectiva de formação continuada. A EJA seria vista não apenas como modalidade de ensino, mas também como estratégia política de formação continuada. Isso em uma relação direta entre a função qualificadora e a formação cidadã por meio do pensamento crítico e autônomo.

A EJA é entendida aqui, então, tanto como modalidade de ensino como estratégia de formação continuada. As funções reparadora e equalizadora, por meio das quais o Parecer CNE/CEB n.º. 11/2000 atribui o caráter de fazer cumprir o dever do Estado para assegurar o direito de todos à educação, reduzindo a desigualdade entre os que a tiveram e aqueles aos quais o acesso foi interdito, associa-se à terceira função, a qualificadora. Esta função, segundo o Parecer, revela o verdadeiro sentido da EJA, compreendida na perspectiva da formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do trabalho, entendido como elemento fundamental ao processo de omnição de homens e mulheres e de produção cultural (BRASIL, 2007a, p. 42).

O currículo integrado, segundo o Documento, seria uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de ensino médio. “Abandona-se a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma compreender e se compreender no mundo” (BRASIL, 2007a, p. 43).

A possibilidade de integração deste currículo seria por meio de abordagens que se dariam da seguinte forma: complexos temáticos, esquemas conceituais, resoluções de problemas, dilemas reais vividos pela sociedade, abordagem por área do conhecimento. A construção deste currículo implica questões sociais mais amplas como, segundo o documento: “uma nova cultura escolar e uma política de formação docente” (BRASIL, 2007a, p. 52).

O fato de o Programa ter inerente à sua criação a possibilidade de oferecer, aos seus docentes, cursos de formação continuada, nos faz perceber a clara relação que deve existir entre currículo, prática docente e política profissional.

Podemos evidenciar, na leitura do Documento, uma clara escolha ideológica. Esta escolha está, a princípio, relacionada com uma perspectiva politécnica, que se articula com a proposta do trabalho como princípio educativo. Tudo indica que é uma marca deixada pelos movimentos da sociedade civil que militam no campo da EJA e da educação profissional.

Capítulo 2: O Proeja e o Colégio Pedro II

2.1 – Natureza histórica e características do Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II (CPII) tem a peculiaridade histórica de ter sido o primeiro colégio laico, humanitário e propedêutico do país. Fundado em 1837, acumulou historicamente a tradição de escola de excelência, obtendo grande prestígio social. É uma instituição detentora de “desfechos escolares socialmente valorizados” (GALVÃO, 2009. p. 222).

Alguns autores como Segismundo (1987, p. 24) afirmam que a data de fundação é ainda mais antiga. Neste caso, a origem da instituição é associada ao seminário de órfãos de São Pedro, cuja fundação ocorreu em 1739. Posteriormente, a instituição passou ao Seminário São Joaquim, até que em 1837 transformou-se de “escola profissional em casa de instrução secundária, com o título de Colégio Pedro II”.

O nome do Colégio passou por diversas mudanças, até fixar a atual denominação, Pedro II, em 1911. Dentro de um cenário histórico, onde o ensino secundário se concentrava nas mãos de particulares e instituições filantrópicas, o Colégio Pedro II surgiu ainda sob o governo regencial, em 1837, como o primeiro colégio secundário oficial do Brasil. Ser oficial naquela época não significava ser gratuito, pois os alunos pagavam para estudar lá.

A denominação ligava a instituição diretamente ao imperador em um momento em que se tentava construir uma memória nacional no país, o que pode ser percebido no fato de o primeiro regulamento da instituição datar ao mesmo ano em que foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O CPII servia de modelo e norma para outras instituições de ensino secundário no país. Em relação à proposta curricular predominavam, na época, os estudos literários. Os alunos concluintes galgavam o título de bacharel em letras, o que lhes garantia a matrícula nas instituições de ensino superior do Império sem a necessidade dos exames preparatórios (MURASSE, 2006).

Tais peculiaridades e alinhamentos com os interesses da corte imperial colaboraram para que o Colégio acumulasse, ao longo da história, características de escola de referência na educação nacional. O final do Império, acompanhado da queda do patrono do colégio, causou algumas crises institucionais. Ações republicanas tentavam ofuscar a identidade imperial. No

âmbito do Colégio Pedro II, essas ações resultaram em mudanças no nome da instituição e perda de alguns privilégios, como a extinção do título de Bacharel em Ciências e Letras. Entretanto, o Colégio continuou sendo, no cenário nacional, uma referência no ensino secundário.

Importantes nomes passaram pelo CP II, tanto no corpo docente, quanto no corpo discente. O que mostra que se constituiu, ao longo da história, como uma escola de elite.

O Colégio Pedro II projetou-se como personagem da História da Educação no Brasil através de seus professores-catedráticos de notório saber, dos livros didáticos de utilização nacional e dos ex-alunos ilustres, formando grande parte dos agentes históricos do poder constituído, grupo considerável de homens públicos formados pelos paradigmas europeus de civilização e progresso:

– Professores: Joaquim Manoel de Macedo, Antônio Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Farias de Brito, Carlos de Laet, Silvio Romero, João Ribeiro, Eugênio de Raja Gabaglia, Escragnolle Dória, José Veríssimo, José Oiticica, Álvaro Lins, Waldemiro Postch, Delgado de Carvalho, Pedro Calmon e outros mais;

– Alunos: Joaquim Nabuco, Barão de Ramiz Galvão, Barão do Rio Branco, Visconde de Taunay, Vieira Fazenda, Washington Luis, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes Fonseca, Paulo de Frontin, Carlos de Laet, Raul Pederneiras, Jônathas Serrano, Antenor Nascentes, Manuel Bandeira, Vicente Licínio Cardoso, Hebert Moses, José Eduardo Prado Kelly, Filadelfo de Azevedo, Afonso Arinos de Melo Franco, Fernando Segismundo, Pedro Nava, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Atayde), Mário Lago, Gilberto Braga e outros mais (ANDRADE, 2012, texto em html.¹⁷)

Não é por acaso também que a instituição se concentrou no Rio de Janeiro, pois a cidade foi capital do Império, local onde se encontrava boa parte da corte. Durante a Primeira República, continuou como capital do país, Distrito Federal, até a fundação de Brasília em 1960. De 1960 a 1975 angariou o *status* de Estado da Guanabara, único caso de cidade-estado na história do Brasil. Isso mostra que a localização geográfica da instituição, que hoje se concentra exclusivamente no estado do Rio de Janeiro, teve o objetivo de atender o apelo estratégico que girava em torno dela.

Do ponto de vista legal e organizacional podemos destacar o ano de 1967. O Decreto-lei n.º 245/1967 transformou o Colégio Pedro II em uma autarquia. Isso lhe conferiu

¹⁷ Disponível em : < <http://www.cp2centro.net/historia/historia/historia.asp?data=21/10/2013%2016:48:45>> Acesso em Outubro de 2013.

autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, o que de certa forma ratificou o seu destaque no contexto da educação brasileira.

Esse destaque foi ratificado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que citou o Colégio nominalmente no segundo parágrafo do artigo 242: “O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal”. É o único Colégio citado nominalmente na Carta Magna do país. Não se trata apenas de uma citação, trata-se de uma garantia constitucional em relação a sua natureza jurídica de autarquia federal.

No ano de 2012, a partir da Lei n.º 12.677/2012, o Colégio Pedro II passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que é vinculada ao Ministério da Educação. Desta forma, o colégio foi enquadrado na Lei n.º 11.892/2008, que instituiu a RFEPCT e nos mesmos dispositivos normativos dos Institutos Federais de Educação e demais instituições características. A partir de então, as antigas unidades se transformaram em *campi*, aproximando a natureza jurídica do colégio a das Universidades Federais.

Segundo a Lei n.º 11.892/2008, as instituições que compõem a RFEPCT desfrutam de natureza jurídica de autarquia, além de deter autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. O Artigo 4º passou a se referir especificamente ao CPII, com a seguinte redação:

Art. 4º-A. O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas.

Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior.

Atualmente, o CPII oferece cursos de educação infantil, ensino fundamental (1º ao 9º anos), ensino médio regular, ensino médio integrado à educação profissional, ensino médio integrado à educação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja), além do mestrado profissional em práticas da educação.

No ano de 2012, segundo o relatório de gestão deste mesmo ano (Colégio Pedro II, 2012, p. 178), o número de alunos matriculados no CPII alcançou 12.921, distribuídos pelos

campi: Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo I e II, Humaitá I e II, Niterói, Realengo I e II, São Cristovam I, II e III e Tijuca I e II.

Três desses *campi* foram inaugurados recentemente: Duque de Caxias (2007), Niterói (2006) e Realengo (2004). Todos durante o governo do presidente Lula e, certamente, se enquadraram nas ações de expansão da Rede Federal de Ensino. Foi também durante este governo, no ano de 2005, que o CPII adotou o sistema de cotas¹⁸, reservando parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas. Certamente, essa política contribuiu para uma diversificação da clientela da instituição.

Essa expansão, com abertura de novos *campi* e também de novos cursos, tem sido questionada, como em nota publicada no *site* da Associação de Docentes do Colégio Pedro II (ADCPII).

EXPANSÃO NO CPII: POR FORA BELA VIOLA, POR DENTRO PÃO BOLORENTO: Em 23 de março de 2012, decorrido mais de um mês do início do ano letivo nos anos iniciais do ensino Fundamental, a ADCPII encaminhou à Direção Geral do Colégio Pedro II ofício no qual relatava as condições em que se daria a inauguração da Educação Infantil na Unidade Realengo. Além disso, face à precariedade das condições de trabalho ali presentes, propunha o adiamento do início das aulas nessa etapa a fim de discutir com os servidores envolvidos a estrutura administrativo-pedagógica mais adequada à Educação Infantil no Colégio Pedro II.

Como aconteceu em tantas outras vezes, não recebemos nenhuma resposta ao ofício encaminhado e nossa proposta não foi considerada. A Educação Infantil foi implementada, em 27 de março, sem que, minimamente, fossem garantidas as condições necessárias para seu funcionamento. Passados três meses da inauguração, os efeitos dessa decisão da administração central do Colégio Pedro II são os mais desastrosos possíveis e estão denunciados no documento protocolado hoje, 26 de junho, depois de aprovado pela Assembléia de Servidores. (ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DO COLÉGIO PEDRO II, 2012, texto em html¹⁹)

Os cursos não são distribuídos uniformemente pelos *campi* (Tabela 1). O *Campus* de Duque de Caxias, por exemplo, só oferece o Ensino Médio Regular. Já o *Campus* Centro, oferece os anos finais do ensino fundamental, além do ensino médio e do Proeja, enquanto

¹⁸ O Relatório de Gestão do CPII, exercício de 2011, destaca que desde 2005 a instituição adotou o sistema de cotas reservando 50% das vagas da instituição para alunos oriundos de escolas mantidas pelo poder público. O documento destaca ainda que “essa prática foi uma iniciativa pioneira da Direção-Geral do Colégio Pedro II, com o objetivo de promover o acesso de candidatas oriundas de escolas públicas às vagas disponibilizadas pela Instituição”. (Colégio Pedro II, 2011, p. 48)

¹⁹ Disponível em: <<http://www.adcpil.com.br/regimento.htm>>. Acesso em dezembro de 2013.

que os *Campi* Realengo I e II oferecem a educação infantil, os anos iniciais e finais do ensino fundamental, o ensino médio regular e técnico, além do Proeja.

Tabela 1
Cursos oferecidos nos *Campi* do CPII

	Educação Infantil	E. Fund. anos iniciais	E. Fund. anos finais	E. Médio Regular	E. Médio Técnico	Proeja
Centro						
Duque de Caxias						
Engenho Novo I e II						
Humaitá I e II						
Niterói						
Realengo I e II						
São Cristovão I, II e II						
Tijuca I e II						

Fonte: CPII²⁰

Conforme exposto acima, o CPII, segundo a Lei n.º 11.892/2008, a partir de redação dada pela Lei n.º 12.677/2012, caracteriza-se como uma instituição especializada na oferta de educação básica e licenciaturas. Isso aponta para uma intenção de oferecer cursos de licenciaturas na instituição, que pode ser visto em seu Estatuto aprovado em 2012, através da Portaria n.º 1316/12 do MEC (BRASIL, 2012a). No Artigo 1º, parágrafo 1º, do Estatuto define o CPII como “uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação básica e licenciaturas, com base na conjugação de conhecimento com sua prática pedagógica”.

É importante destacar que, neste sentido, o CPII já oferece o mestrado profissional em práticas da educação e, pelo que tudo indica, oferecerá cursos de licenciatura no futuro, tornando-se referência na área.

Enfim, o CPII é uma instituição diferenciada desde sua constituição histórica, obviamente atendendo ou cumprindo desfechos políticos predeterminados.

²⁰ Disponível em: < <http://www.cp2.g12.br/>>. Acesso em dezembro de 2013.

2. 2 – A entrada do Proeja no Colégio Pedro II

Segundo documentos oficiais, a entrada do Proeja no Colégio Pedro II não se deu por imposição do MEC ou por qualquer outro órgão governamental. Pelo contrário, foi uma opção da própria instituição. Isso pode ser identificado no Relatório de Gestão do CPII, exercício de 2005, conforme segue abaixo:

Para 2006, embora o Colégio Pedro II não mais esteja vinculado à SETEC, não sendo, portanto, obrigado a oferecer o Ensino Médio integrado na modalidade de Jovens e Adultos, a Direção-Geral decidiu aderir ao PROEJA, com a abertura de turmas no 3º turno das unidades Escolares Centro, Engenho Novo II e Realengo, como forma, inclusive, de redimensionar o curso noturno, que, excetuando-se a Unidade Escolar Humaitá II, vem apresentando alto índice de evasão. A previsão é que o trabalho com os alunos tenha início em agosto de 2006, ficando o primeiro semestre destinado ao planejamento das atividades, capacitação de profissionais, elaboração de material para esse curso e seleção de alunos. (COLÉGIO PEDRO II, 2005, p. 17)

O Colégio, segundo Decreto n.º 5.478/2005, não fazia parte da relação de instituições que ofertariam o Programa em sua origem. Segundo o relatório de Gestão do CPII, exercício de 2005, a adesão do Colégio ao Programa teve o intuito de redimensionar os cursos noturnos que vinham sofrendo com altos índices de evasão.

Sobre tal questão, em entrevista para a pesquisa, o professor Gustavo, que foi gestor do Proeja no CPII de 2007 até 2009²¹, ratificou o apresentado no relatório destacando que havia, inclusive, unidades que tinham fechado os cursos noturnos. Segundo ele, a chegada do Proeja ajudou a reestabelecer o turno da noite.

A ação voluntária do CPII em adotar o Proeja também inquietou Neves (2013, p. 73), que levantou algumas questões/hipóteses que nos ajudam a pensar melhor sobre.

Por que uma instituição com o histórico de escolarização básica propedêutica como o CP II resolve oferecer o PROEJA? Algumas respostas despontam, tais como: a necessidade de se assegurar sua manutenção na órbita do Governo Federal; o posicionamento político do grupo dirigente que é historicamente “adesista” ao bloco no poder em nível federal; a necessidade de legitimar-se frente à população e ao Governo enquanto instituição capaz de diversificar suas atividades (modalidades e níveis) para “atender às necessidades do país”; e o desejo de diversificar suas

²¹ Assumi a coordenação geral do Proeja em substituição ao antigo coordenador que teve que deixar o cargo por questões de saúde.

atividades para atender aos requisitos para se igualar aos IFETs tendo a prerrogativa de ministrar ensino superior.

Certamente, não há de fato uma resposta única para a adoção voluntária do CPII ao Proeja, todavia o interesse da instituição em oferecer cursos de nível superior é uma possibilidade plausível, uma vez que ao aderir ao Programa, o Colégio deu um passo importante para a aproximação com os Institutos Federais que já ofereciam cursos de graduação. Com o enquadramento da instituição na Lei n.º 11.892/2008, obteve-se a mesma estrutura organizacional e jurídica desses institutos podendo, com isso, oferecer tais cursos, além de ter definida, como uma de suas características, a especialização na oferta de licenciaturas que, na prática, trata de cursos de graduação que, até o presente momento, não são oferecidos pelo CPII.

Ao tratar sobre finalidades e objetivos da instituição, o Estatuto do CPII em seus artigos 4º e 5º, ratifica e legitima a pretensão da instituição de atuar na educação superior.

Art. 4º O COLÉGIO PEDRO II tem as seguintes finalidades e características: I - ofertar educação básica, educação profissional de forma articulada com a educação básica e ensino superior na área de educação e de formação de professores, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação nos diversos setores da sociedade organizada e na vida profissional; II - desenvolver a educação básica, profissional e superior como processos educativos e investigativos; III - promover a integração dos diferentes níveis de educação e modalidades de ensino ofertados; IV - constituir-se em campo de experiência e em centro de excelência na oferta de educação básica e do ensino superior na área de educação e de formação de professores; V - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de todas as disciplinas que integram a composição curricular da educação básica, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos profissionais de educação das redes públicas de ensino; [...] Art. 5º O COLÉGIO PEDRO II tem os seguintes objetivos: [...]VII - ministrar, em nível de educação superior: a) cursos de licenciatura com vistas à formação de professores para a educação básica e demais profissionais da educação; b) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas na área de educação e de formação de professores; e c) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, com vistas ao processo de atualização e melhoria da formação dos profissionais da educação. (BRASIL, 2012 A. p.3)

Cabe lembrar que o referido Estatuto é de novembro de 2012. Ou seja, esse movimento em direção à educação superior teria começado em 2006 com a adoção do Proeja e uma consequente aproximação com os institutos federais, e teria ganho legitimidade em

2012 com a Lei n.º 12.677/2012, que incluiu o Colégio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e com o Estatuto. Neste caso, o Colégio tende a atuar desde a educação infantil à Pós-graduação.

Outro ponto que também nos parece bastante intrigante é o fato de que o CPII, até então, possuía uma natureza singular e isolada na estrutura do Ministério da Educação. A adesão ao Proeja, além de ter sido um passo em direção a uma maior proximidade com as demais instituições federais, foi também uma ação de conformação à estrutura atual do MEC.

Não conseguimos ter acesso a fontes documentais sobre o processo de efetivação do Proeja no Colégio Pedro II. As únicas informações que tivemos foram por meio de fontes orais, principalmente a entrevista com o professor Gustavo.

A inclusão do CPII no Proeja ocorreu oficialmente no ano de 2006, com a publicação do Decreto n.º 5.840/2006. Segundo o professor Gustavo, o então diretor geral²², professor Wilson Choeri e a professora Vera Maria²³ perceberam que o Colégio já tinha uma atuação no ensino médio técnico, sendo o motivo para a instituição aderir ao Programa.

É importante destacar que o CPII não tinha, até então, uma experiência com a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos.

A sua experiência com o ensino médio técnico integrado, que começou na década de 1980, foi interrompida em 1998, período em que as Reformas de FHC na educação profissional acabaram com o ensino técnico integrado ao ensino médio, possibilitando apenas a realização de cursos técnicos nos modos concomitante e subsequente²⁴. Desta forma, naquele período, o ensino técnico foi organizado “em módulos semestrais, e destinados a alunos da própria instituição” (COLÉGIO PEDRO II, 2005, p. 16).

Desde 2004, com o Decreto n.º 5.154/2004, foi reestabelecido o ensino técnico integrado ao ensino médio no país.

Em função do índice de evasão apresentado pelos alunos nas modalidades acima citadas, e atendendo à solicitação da Secretaria de Educação Básica do MEC, o Colégio Pedro II instituiu, para 2006, o Ensino Médio Integrado/Área de formação: Informática, para o qual realizou Concurso Público

²² Atualmente, o cargo é de Reitor.

²³ Na época, a professora era secretária de ensino e, posteriormente, assumiu a reitoria no lugar do professor Wilson Choeri, permanecendo até o ano de 2013.

²⁴ No modo concomitante, o aluno cursa o Ensino Médio e faz, ao mesmo tempo, na mesma instituição ou em outra, o curso técnico a parte. Já no modo subsequente, também chamado de pós-médio, o aluno que já concluiu o ensino médio faz apenas o curso técnico.

nos mesmos moldes dos demais Concursos, retomando o modelo inicial de nossa escola há anos atrás (COLÉGIO PEDRO II, 2005, p. 16).

Isso mostra que a experiência do CPII com a educação profissional não era, até aquele momento, tão bem sucedida quanto o que ocorria com as demais modalidades de ensino, que o fizeram se destacar no cenário nacional.

Se observarmos a quantidade de alunos no ensino médio regular e técnico integrado de 2009 a 2012 (tabela 2) perceberemos que o número de alunos no ensino médio integrado foi bem inferior ao quantitativo do ensino médio regular. Houve um aumento muito grande no número de matrículas no ensino médio integrado em 2012, saltando de 337 para 1322. Ou seja, mais de 400%. Não foi possível justificativa para tal crescimento no número de matrículas no relatório de gestão de 2012 e nem através de informação da instituição.

É importante destacar que a oferta de vagas no Ensino Médio Regular é bem maior do que no Integrado. Pois, enquanto o ensino médio regular é oferecido em todos os *campi*, o ensino médio integrado é oferecido apenas em quatro *campi* (Tabela 1).

Tabela 2
Quantidade de alunos nos Cursos de Ensino Médio Regular e Técnico no CPII (2009 a 2012)

Número de Alunos		Ano			
		2009 ²⁵	2010	2011	2012
Ensino Regular	Médio	3465	3578	3660	3653
Ensino Técnico	Médio	531	416	337	1322

Fonte: Colégio Pedro II/ Pró-Reitoria de Ensino

Ao adotar o Proeja, o Colégio Pedro II assumiu um grande desafio em dois sentidos. Primeiro, por não ter experiência ainda com a EJA e, segundo, diferentemente das outras instituições federais que assumiram o Programa como Institutos Federais e os Cefets, por não ter, por exemplo, na educação profissional a sua marca principal.

²⁵ Selecionamos o ano de 2009 como início para a nossa amostragem pelo fato de o Ensino Médio técnico integrado ter iniciado em 2006 e ter concluído as primeiras turmas no ano de 2009.

Em 2006, o Proeja começou nos seguintes *campi* do Colégio Pedro II: Centro, Engenho Novo II e Realengo II. O *campus* Tijuca II, passou a oferecer o Programa a partir de 2007. Para dar conta do desafio, o professor Gustavo, nos contou, em entrevista para a pesquisa, que buscou ajuda externa. Sendo assim, foi estabelecido contato com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME) que possuía larga experiência na EJA.

O contato com a SME possibilitou que alunos concluintes do ensino fundamental na EJA, pelo menos do Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos (CREJA)²⁶, obtivessem informações e incentivo por parte dos professores para ingressar no Proeja. Deparamos-nos, inclusive, com notícias de que alguns professores trabalharam com alunos conteúdos da prova de seleção para o Proeja. Segundo o professor Gustavo, infelizmente questões políticas impediram que este contanto se transformasse em um acordo formal.

No caso de uma instituição tradicional, com um currículo diferenciado em relação a boa parte das instituições de ensino do país, principalmente as públicas, o CPEI enfrentou um desafio duplo neste campo ao implementar o Proeja, pois, além da necessidade de um currículo específico para a modalidade de ensino EJA, havia também a prerrogativa de que este currículo fosse integrado com a educação profissional.

Em um desses contatos com a SME, foi dada uma palestra por uma representante do órgão, quando foi apresentado o trabalho da EJA realizado no município do Rio. Segundo o professor Gustavo, a partir de então, o Proeja no CPEI começou, pelo menos na sua gestão, “*dando uma continuidade ao que era visto na EJA*”.

Percebemos na fala do professor Gustavo que houve um esforço inicial muito grande para se implementar o Programa ou assumi-lo na realidade da instituição. Isso fez com que a gestão, a partir da ajuda do pessoal da EJA do município do Rio de Janeiro, usasse da experiência como ponto de partida para começar.

Pautar o programa em uma continuidade da EJA do município é um começo, mas, curiosamente, conforme veremos adiante, boa parte dos alunos do programa não passou pela EJA. É importante destacar que o Proeja não se restringe a atender alunos que passaram necessariamente por esta modalidade de ensino.

²⁶ O Creja foi criado em 2004 pela prefeitura do Rio para atender a EJA com projetos específicos voltados para esta modalidade de ensino.

O Proeja começou no CPII com o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Em 2007, iniciou-se o Curso Técnico em Manutenção Automotiva, realizado em parceria com o CEFET (Unidade Maria da Graça). Neste caso específico, o Colégio Pedro II é responsável pela parte propedêutica, enquanto que o CEFET pelo curso técnico.

Um dos grandes diferenciais do Programa, a proposta do currículo integrado, não foi levada em consideração. Conforme destacado por Ramos (2012), a proposta do currículo integrado está além da mera inclusão de disciplinas técnicas no currículo, passa por um modelo pautado no trabalho como princípio educativo, e que proporciona uma formação geral, técnica e política. No caso da parceria entre o CPII e o CEFET, evidencia-se o não cumprimento do currículo integrado, uma vez que há uma clara distinção entre formação técnica e formação propedêutica, aplicadas por instituições diferentes e em locais e momentos distintos.

Em 2010, o Proeja do CPII passou a oferecer também o Técnico em Administração. Os cursos não são todos oferecidos nos *campi* que tem o Proeja (Tabela 3).

Tabela 3
Cursos do Proeja por *Campus* do CPII

	Téc. em Manutenção e Suporte em Informática	Téc. em Manutenção Automotiva	Téc. em Administração
Centro			
Engenho de Dentro II			
Realengo II			
Tijuca II			

Fonte: CPII²⁷

A escolha dos cursos, pelo que tudo indica, não levou em consideração os critérios da realidade local, e nem do mercado de trabalho, conforme preceituado do art. 5º do Decreto n.º 5.840/2006, que instituiu o Proeja (BRASIL, 2006). Observa-se que os cursos são sempre os que se denominam “para pobres”, pois estes não teriam atribuições mais complexas, assim como não demandam, em certos casos, custo de instalação de oficinas e laboratórios.

²⁷ Disponível em: < <http://www.cp2.g12.br/>>. Acesso em dezembro de 2013

No primeiro momento, o Proeja no CPII foi organizado por períodos, perfazendo seis. Isto dava a possibilidade de começar pelo menos duas turmas por ano nos *campi* que atendiam o Proeja. Posteriormente, a partir do ano de 2008, adotou-se a organização em anos, mantendo o total de três anos.

Conforme expomos no capítulo 1, a carga horária mínima prevista para o Proeja (2.400 horas) foi posteriormente ratificada pela Resolução CNE/CEB n.º 3/2010. Entretanto, percebemos que ela segue um modelo rígido no CPII em relação à organização curricular. Esse modelo, de certa forma, nega o fato da EJA ser uma modalidade de ensino específica e se caracteriza por uma repetição da estrutura do “regular”, com uma mera redução de conteúdos. Assim, como ocorreu no caso da escolha dos cursos, evidencia-se mais uma vez o que se convencionou chamar de “educação pobre para pobres”.

Não afirmamos que a previsão de uma carga-horária mínima seja um fator necessariamente negativo. O problema está no fato de ocorrer um engessamento da estrutura curricular muito próximo ao que ocorre no ensino regular, no qual tanto a carga horária como a organização das disciplinas e a divisão do tempo entre elas são observadas de uma forma rígida, que não considera, por exemplo, a possibilidade de um aluno saltar etapas.

Também não existe, até o presente momento, um Projeto Político Pedagógico (PPP) específico para o Proeja na instituição. Inclusive, esta foi uma promessa de campanha do professor Oscar Halac, atual Reitor, que assumiu em 2013.

O projeto pedagógico do Pedro II está defasado diante das práticas mais recentes desenvolvidas no colégio. Assim como boa parte das práticas que constam nele não existem mais. Não constam os cursos do Proeja, nem um capítulo que trate do ensino médio integrado, por exemplo. Só temos uma estrutura organizacional combinada porque, na verdade, no documento não consta. O PPP, então, será um documento similar a uma pesquisa, como uma acadêmica, de bancada, para se encontrar a nova realidade do colégio. E como uma boa pesquisa de qualidade, é sempre fundamental alimentar esse processo com novas informações (MALINE, 2013, Texto em Html²⁸).

Lidar com a especificidade do público da educação de jovens e adultos, a partir da proposta do Proeja tem sido um desafio no CPII. Em 2011, foram estabelecidas diretrizes para avaliação do Proeja, através da Portaria n.º 799/11. Trata-se de uma normatização da

²⁸ Disponível em: < <http://www.folhadirigida.com.br/fd/Satellite/educacao/entrevistas/No-Pedro-II-uma-gestao-voltada-para-o-ser-humano-2000050292323-1400002102372>>. Acesso em Agosto de 2013.

avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos do Proeja do CPII, em vigor a partir do ano letivo de 2011. O Artigo 3º aponta os conceitos desta avaliação.

Art. 3º A avaliação do processo de ensino-aprendizagem levará em consideração dois aspectos básicos – a Diagnose e a Certificação. § 1º A Diagnose, voltada para a tomada de decisões de progressão do trabalho, dar-se-á no acompanhamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem para identificar os indicadores de avanço e as dificuldades apresentadas pelo aluno em seu percurso escolar e, Colégio Pedro II assim, orientar as interferências a serem feitas pelo Professor, levando-o a redirecionar, dimensionar, reestruturar e modelar sua ação didático-pedagógica. § 2º A Certificação é a expressão numérica dos patamares alcançados pelos alunos e representa, documentalmente, a comunicação institucional da síntese do desempenho escolar, em determinado período letivo, considerando os aspectos quantitativo e qualitativo do processo de avaliação (COLÉGIO PEDRO II, 2011a).

O Estatuto do CPII, aprovado e publicado em 2012, destaca, entre os objetivos do CPII, “ministrar educação profissional técnica de nível médio, integrada à educação básica, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, preservando o perfil de ensino humanístico da Instituição” (COLÉGIO PEDRO II, 2012a, artigo 5º, inciso II).

Isso significa que, com a chegada do Proeja, o CPII assume na sua natureza institucional a educação de jovens e adultos. Todavia, percebe-se o cuidado de manter a tradição humanística do Colégio, conforme assinala o texto citado acima. Ou seja, embora atualmente faça parte da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e esteja experimentando uma diversificação do seu público, há uma preocupação de manutenção da identidade institucional, historicamente marcada por um ensino humanístico.

2.3 – Professores do Proeja no CPII

Em relação aos professores do Programa, não há um critério estabelecido para sua escolha pela instituição. Na realidade, segundo o professor Gustavo, no início, foi feito um convite aos professores que queriam trabalhar à noite, no Proeja, e alguns aceitaram.

Informações disponibilizadas por Neves (2012, p. 86) mostram que, no ano de 2012, aproximadamente 65% dos docentes do Proeja tinham vínculo efetivo e os demais eram professores com contrato temporário.

Segundo informações disponíveis pela Diretoria de Gestão de Pessoas, no *site* da instituição²⁹, tais números não destoam da realidade geral do Colégio. Somente 67% dos docentes da escola são também efetivos, os demais são contratados.

Quanto ao perfil dos docentes do Proeja no CPII, segundo Neves (2012, p. 85), os dados também não destoam da realidade dos docentes do Colégio em geral. Enquanto no Proeja 32% são somente graduados, 32% têm mestrado, 27% especialização e, aproximadamente, 8% o doutorado. No Colégio em geral³⁰, 21% são graduados, 31% têm especialização, 38% o mestrado e 8% o doutorado.

Os dados mostram que não existe uma distinção entre os professores da instituição que trabalham no Proeja, nem ao menos por vínculo institucional. Da mesma forma, podemos destacar que não há um critério de seleção que leve em consideração a especificidade do Programa.

2. 4 – Alunos do Proeja no CPII

Desde a implantação do Proeja em 2006, observamos um crescimento no número de alunos matriculados. Em 2008, pela primeira vez o Colégio tem turmas de todos os anos/séries. Com isso, houve um aumento considerável no número de alunos, de aproximadamente 50% em relação a 2007. Destacamos que na figura 1, os dados aparecem a partir do ano de 2007 porque as informações que obtivemos referentes ao Proeja nacional, são a partir deste ano.

No ano de 2011 (Figura 1), se comparado ao ano anterior, houve uma queda de aproximadamente 15% no número de alunos que cursavam o Proeja no CPII. Em 2012, é possível perceber um pequeno aumento, porém o número ainda é inferior ao do ano de 2009.

O Relatório de Gestão do CPII, exercício de 2009 (COLÉGIO PEDRO II, 2009. p. 6) aponta um aumento no número de vagas na instituição, o que nos ajuda entender os dados da figura 1.

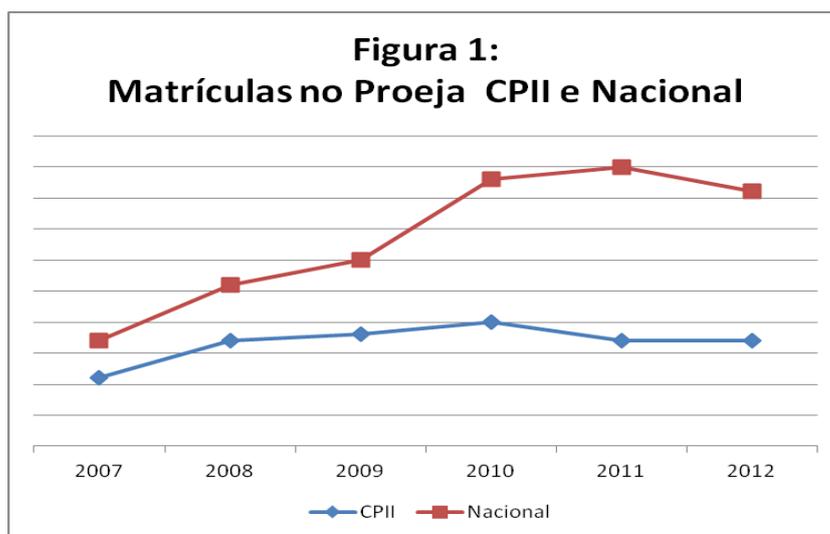
No âmbito discente, houve uma ampliação inicial de 789 vagas, totalizando 2072 vagas oferecidas nos Editais para ingresso de novos alunos através de sorteios, para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, e de concursos para 6º e 7º anos do Ensino Fundamental e 1ª série de ensino médio regular e ensino

²⁹ Dados disponíveis em: < <http://cp2.g12.br/UAs/dgp/pagina/index.php#>> Acesso em novembro de 2013.

³⁰ Dados referentes ao total de professores efetivos e contratados do Colégio Pedro II. Disponível em: < <http://cp2.g12.br/UAs/dgp/pagina/index.php#>> Acesso em novembro de 2013.

médio integrado, bem como para o ensino médio integrado/Proeja, o qual teve ainda implementado um novo curso – Técnico em Administração. Concorreram a todas essas vagas, aproximadamente 28.000 crianças, jovens e adultos conforme a modalidade de seguimento escolar.

Houve um aumento no número de vagas no Proeja/ CPII, no ano de 2009, provavelmente por consequência da criação do Curso Técnico em Administração.



Fontes: Pró-Reitoria de Ensino – CII e Mec/Inep

Ao analisarmos os dados referentes ao Proeja no cenário nacional, percebemos que houve um crescimento extraordinário no número de matrículas do Programa nos anos de 2009 a 2011. Em 2012 houve uma queda de aproximadamente 8% em relação ao ano anterior.

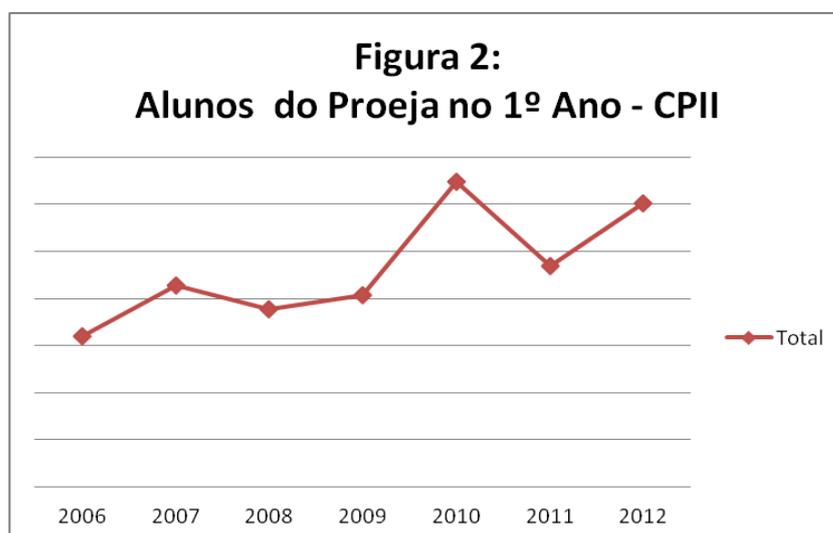
A tabela 4 expõe a quantidade de alunos por ano/série no Colégio Pedro II, o que nos permite termos algumas estimativas mais concretas da realidade do Programa na instituição.

Tabela 4
Alunos Proeja CPII por ano/série³¹

Ano Letivo	Ano/série		
	1°	2°	3°
2006	160 (1° Período)		
2007	214 (1° Período)	147 (2° Período)	
2008	189	268	84
2009	203	223	143
2010	324	122	186
2011	234	214	91
2012	301	121	140

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino - CPII

Se analisarmos apenas o número de alunos cursando o 1º ano, teremos uma noção aproximada do número de matrículas “novas” do Proeja no CPII³². Vejamos:



Fonte: Pró-Reitoria de Ensino - CPII

³¹ Observações: O curso começou no segundo semestre de 2006. Nos anos de 2006 e 2007 o curso era oferecido por períodos, isso significa que podiam iniciar duas turmas por ano. A partir de 2008, adotou-se o sistema anual. Em 2007 o Proeja passou a ser ministrado também no *Campus* Tijuca II.

³² Essa noção de matrículas novas é aproximada, uma vez que os dados que nos foram disponibilizados se referiram apenas ao quantitativo de alunos por ano. Neste caso, por exemplo, podemos ter alunos no primeiro ano que evadiram e retornaram ou que simplesmente foram reprovados. Por este motivo, não podemos nos referir a um número exato de matrículas novas. Todavia, destacamos que em entrevista, obtivemos a informação de que o aluno que evade no primeiro ano dificilmente retorna ao curso.

O número de matrículas novas no Proeja do CII sofreu uma queda em dois momentos: o primeiro foi no ano de 2008, que talvez não possa ser considerado uma queda propriamente porque no ano anterior foi inaugurado o Proeja no *campus* Tijuca II. Além disso, houve uma mudança no formato do curso justamente neste ano, que até então era em períodos e passou a ser organizado por ano/série.

A segunda queda, essa sim mais expressiva, foi no ano de 2011, de aproximadamente 30% se comparado ao ano de 2010 que, por sua vez, teve o maior registro do número de matrículas novas de todos os anos. É relevante lembrar, conforme exposto acima, que em 2010 houve uma ampliação do número de vagas com a criação do Curso Técnico em Administração, no Proeja do CII.

Destacamos ainda que o ano de 2010 foi o da eleição da presidente Dilma Rousseff. Neste momento, é possível verificar um crescimento no número de matrículas no Proeja, tanto no CII, quanto no cenário nacional (Figura 1). A diferença é que no ano de 2011, há uma queda nesse número no CII, enquanto que nacionalmente a quantidade de matrículas continuou em ascensão.

É importante ressaltar que em 2011 um novo programa passou a concorrer com o Proeja, o Pronatec. Todavia, a proposta do Programa, conforme destacado no capítulo 1, é pautado na lógica da empregabilidade, com cursos de curta duração e transferência de verbas para iniciativa privada, beneficiando diretamente o Sistema S. Uma questão que paira no ar é se uma maior atenção do atual governo ao Pronatec pode ter, como consequências, a diminuição dos investimentos e o esvaziamento do Proeja. Embora ainda não tenhamos elementos suficientes para relacionar a influência desse novo Programa no número de vagas no Proeja, destacamos que esta é uma relação importante que precisará ser feita posteriormente, quando tivermos dados mais consistentes em relação ao Pronatec, que ainda se inicia.

Outro dado relevante do Proeja no CII é o grande número de evasões, que foi inclusive apontado pelos gestores entrevistados como um dos grandes desafios. A instituição não nos disponibilizou esses dados, embora o tenhamos solicitado. Entretanto, podemos tirar uma estimativa desses números se compararmos a quantidade de alunos que começaram em uma turma, e quantos chegaram ao terceiro ano. Em 2012, por exemplo, tivemos 140 alunos

no 3º ano, quando em 2010 iniciaram 324 alunos. Podemos estimar que ocorreu uma evasão de aproximadamente 55%.

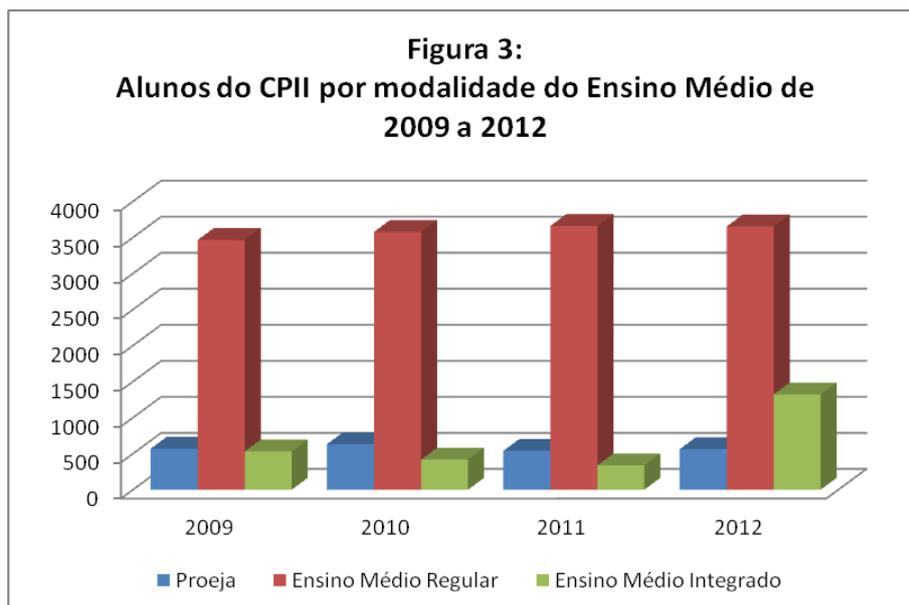
Considerando estes dados, podemos concluir que em 2010 tivemos uma elevação do número de matrículas com a criação do Curso Técnico em Administração. Todavia, o número de evasões que, segundo informação obtida em entrevista é maior ainda no primeiro ano, explica a queda na quantidade de alunos em 2011.

Tomando por base o mesmo período, podemos comparar os dados com o Ensino Médio Regular do CPII. Em 2010, o Colégio teve 1418 matrículas chegando em 2012 com 1085 alunos. Na prática, houve uma estimativa de evasão de aproximadamente 23%.

No caso do Ensino Médio Integrado, em 2010 iniciaram 132 alunos e 99 chegaram em 2012. Isto aponta para uma estimativa de evasão de aproximadamente 20%.

Se considerarmos estes dados, chegamos à conclusão de que o número de evasões, no período exposto, foi de aproximadamente 30% maior no Proeja em relação ao ensino médio regular e ao integrado. Ou seja, em ambos os casos a evasão foi menos da metade da evasão estimada no Proeja.

A quantidade de alunos no Proeja comparada com a quantidade de alunos do ensino médio regular e do ensino médio integrado, no período de 2009 a 2012 (Figura 3) nos revela alguns dados interessantes. O primeiro é a confirmação do ensino médio regular como a principal ênfase do CPII. O segundo é que a quantidade de alunos no Proeja foi superior ao do Ensino Médio integrado nos anos de 2009 a 2011. É importante lembrar que tanto o Proeja, quanto o Ensino Médio Integrado, iniciaram em 2006, e ambos são oferecidos em quatro *campi*, que não são os mesmos necessariamente (Tabela 1). Se fizermos uma análise do quantitativo total de alunos nessas três modalidades de ensino médio oferecidas no CPII, no período de 2009 a 2012, perceberemos que 74% dos alunos estavam no ensino médio regular, enquanto que 12% estavam no Proeja e 14% no integrado.



Fonte: Pró-Reitoria de Ensino - CPII

Dentro de um quadro mais amplo, os números mostram que o Proeja no Colégio Pedro II ainda está muito distante de ser uma das prioridades da instituição. Corresponde apenas a 5% do quantitativo geral de alunos e a 12% dos alunos do ensino médio.

No contexto nacional, o número de matrículas do Proeja ensino médio no período de 2008 a 2012, correspondeu a apenas 2% do total de matrículas da EJA ensino médio. Se compararmos este número com o ensino médio regular, os números do Proeja no Brasil será quase que inexistente. Isso mostra que ainda é pequeno e pouco expressivo o número de matrículas no país. Infelizmente não é apenas uma realidade do CPII.

2.5 – Espaço Físico (*Campus Centro*)

Não tivemos acesso ao espaço físico completo da instituição. A descrição que segue abaixo é referente ao espaço em que funciona o Proeja no dia a dia.

Começamos pela biblioteca, local onde realizamos praticamente todas as entrevistas. Trata-se de um belo e amplo espaço suntuoso, com características de uma arquitetura imponente e marcante das grandes construções do século XIX. Um salão imponente, cujo pé direito alto dá um tom de grandiosidade. A decoração é composta por belos lustres, sancas, colunatas aparentes e piso em madeira completam o ar deste belo salão. Ainda chama atenção do usuário uma grande tela com uma pintura do Imperador que deu nome a instituição, além

das estantes com os livros. A impressão é a de que a arquitetura do lugar proporciona um ar que induz o usuário do espaço ao silêncio e à leitura.

Embora a reivindicação do funcionamento da biblioteca no turno da noite tenha sido uma iniciativa dos alunos do Proeja, conforme nos contou a servidora Ana, percebemos que a referida biblioteca não é muito frequentada por eles. Alguns alunos, que abordamos para entrevista, afirmaram, inclusive, que não a conheciam. Todavia, nos deparamos também com alunos frequentadores assíduos e que, inclusive, estão adquirindo a prática da leitura, pelo incentivo do setor. Infelizmente, ainda não é um número grande.

As salas de aula usadas pelo Proeja são de estilo antigo. Embora estejam bem cuidadas, percebe-se que não passam por reforma há bastante tempo. Ainda possuem quadros de giz. No período em que estivemos no CPII, observamos que as salas estavam geralmente vazias. O tamanho das salas, comparados com a quantidade de alunos nas turmas do Proeja contribuem para uma sensação de espaços vazios.

O Proeja funciona no andar térreo. A planta do edifício é disposta como um retângulo e as salas ficam próximas às faces externas, acessadas por corredores internos iluminados e ventilados naturalmente a partir da subtração da cobertura na área central, o que forma um pátio interno muito agradável. Local de estar, encontro e permanência dos alunos durante os intervalos e demais períodos que não estão tendo aula.

O refeitório fica no mesmo andar das salas de aula do Proeja. A cozinha não é fechada, todos têm a ela acesso através de um balcão em que as refeições são servidas. Conforme servidora Ana destacou na entrevista, as refeições são “fresquinhas”, preparadas exclusivamente para o público do Proeja.

Tivemos acesso também ao laboratório de informática, que fica em uma sala do andar térreo, com formato retangular. A sala possui bancadas apoiadas em três paredes, onde ficam os computadores. Aparentemente, as máquinas estão em bom estado de uso. Os computadores têm acesso à internet. A sala também conta com um quadro de giz.

A secretaria do Colégio fica no 2º andar e funciona todas as noites. Os alunos do Proeja têm acesso disponível à secretaria do Colégio.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2008, p. 160;163) destacou em uma de suas obras, que existe uma relação entre espaço social e espaço físico.

Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa [...]. Como o espaço social encontra-se

inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade (para os próprios analistas, muitas vezes ligados, como os historiadores depois de Schramm, aos sinais mais visíveis do poder simbólico, cetros e coroas), da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico.

Cabe lembrar que o *campus* Centro foi o primeiro do CPII, deste modo a arquitetura do local foi projetada para atender as elites da época do Império e refletem todo o aspecto simbólico que envolve a instituição. Parece-nos que reivindicações como a que ocorreu pelo funcionamento da biblioteca no turno da noite expressam, de forma objetiva, o desejo dos alunos de ocuparem de fato o espaço físico do Colégio. Mas também, além deste desejo objetivo de ocupação plena do espaço físico, há também um interesse, talvez inconsciente, de usufruto do mesmo espaço social que os alunos dos turnos diurnos dispõem.

Contudo, o fato de termos nos deparado com alunos que sequer conheciam a biblioteca, nos mostra também que esse interesse esbarra com uma certa dificuldade de apropriação destes espaços, que na realidade não foram pensados para atender esses alunos da educação de jovens e adultos.

Podemos com isso afirmar que há uma tensão constante sobre o Proeja no CPII, em relação ao lugar real do Programa (no sentido abrangente do termo, que engloba os seus sujeitos) na instituição. Isso significa pensar sobre qual é o lugar ocupado pelo Proeja no CPII, se é apenas um espaço físico, ou também um espaço social.

2.6 - Perfil Social dos Alunos do Proeja no Colégio Pedro II (*Campus* Centro)

Com o objetivo de conhecermos um pouco da realidade dos alunos do Proeja no CPII, *Campus* Centro, tentamos obter dados referentes ao perfil desses alunos. Infelizmente, não conseguimos os dados de todos os alunos do CPII, somente tivemos acesso às informações de 2006 a 2012 do *campus* Centro, através dos questionários aplicados pelo *campus* aos alunos ingressantes no Programa.

Os questionários a que tivemos acesso têm uma média de vinte perguntas abertas e fechadas. Estas perguntas vão entre perfil, renda, ocupação, trajetória escolar, disciplinas com maior dificuldade, tempo dedicado aos estudos e hábitos de diversão. Seleccionamos, para esta pesquisa, dados referentes a sexo, idade, realidade econômica, motivações para fazer o curso, realidade profissional e trajetória escolar.

Infelizmente não consta nesses questionários aplicados pelo CPII autodeclaração de cor. Essa é uma informação importante em pesquisas referentes à EJA e ajudaria na análise do perfil destes alunos.

Quanto ao sexo dos alunos matriculados no Proeja, *campus* Centro, a diferença entre homens é de apenas 2% a mais para o sexo feminino.

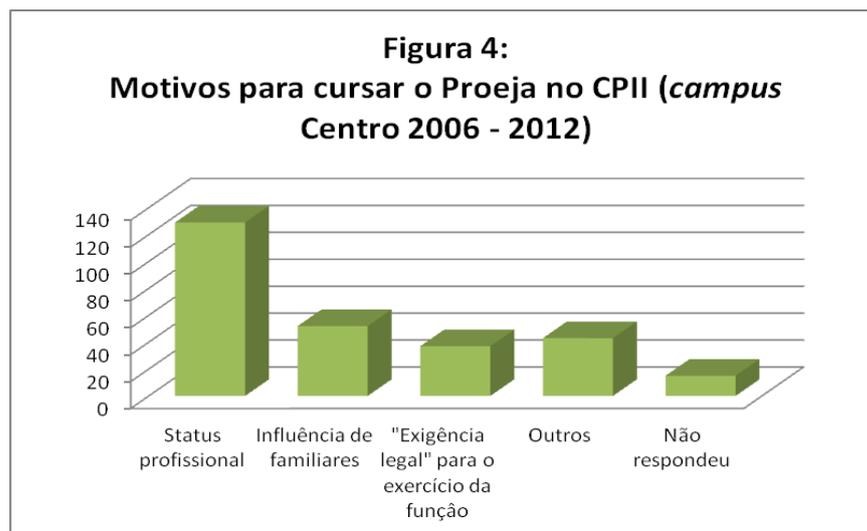
Essa maior presença feminina não é um fenômeno exclusivo do Proeja no CPII. Conforme tabela abaixo há, em geral, uma tendência nacional que apresenta um maior número de mulheres na escola, com exceção apenas no ensino fundamental. Se compararmos os dados da EJA no Brasil (Tabela 5), perceberemos que os números são idênticos aos do Proeja no CPII, *campus* Centro.

Tabela 5
Total de Matrículas/ sexo por modalidades de ensino da
Educação básica no Brasil em 2012

Modalidade	Feminino	Masculino
Ensino Fundamental	48%	52%
Ensino Médio	54%	46%
EJA	51%	49%
Educação Profissional	53%	47%

Fonte: Mec/Inep

Analisando os motivos que levaram os alunos a se matricularem no Proeja do CPII, há uma forte tendência a se afirmar que existe uma relação direta, no caso do Proeja do CPII, *campus* Centro, entre o curso e a possível inserção no mercado de trabalho. Tal hipótese pode ser verificada abaixo (Figura 4).



Fonte: CPII – *Campus* Centro/ Questionários

Segundo os dados acima, o principal motivo que levou os alunos, que responderam ao questionário a matricular-se no Proeja do CPII pode estar diretamente relacionado ao tema do trabalho.

Entre 265 respostas sobre a ocupação dos alunos, apenas 9 se declararam do lar. Isso corresponde a apenas 3% do total. O fato de, em um universo em que 51% do público é feminino, apenas 3% responder a ocupação como do lar, confirma a tendência de inserção deste público no mercado de trabalho.

Todas as mulheres que entrevistamos, trabalham ou estão desempregadas. Nenhuma, entre elas, cuida apenas das tarefas domésticas. As que o fazem não é por opção, mas sim por estarem desempregadas.

É o caso de Andreia. Ela tem 36 anos, é casada, mãe de um filho e aluna do segundo ano do Proeja. No momento da entrevista, Andreia disse estar desempregada há um mês. Sua ocupação anterior era de operadora de caixa. A rotina que anteriormente era dividida entre trabalho, funções domésticas e escola, estava temporariamente resumida aos cuidados domésticos e à escola.

Castro, Barbosa e Barbosa (2011, p. 136) relacionam o predomínio do público feminino no Proeja à natureza dos cursos.

Voltando à questão específica do Proeja, o predomínio do gênero feminino pode estar relacionado ao fato de grande parte dos cursos oferecidos voltar-se para o setor de serviços, no qual a presença feminina é elevada e o trabalho precarizado.

No caso específico do CPII, *campus* Centro, até o ano de 2009, o único curso que existia era o técnico em manutenção e suporte em informática. Embora seja uma profissão do setor de serviços, é geralmente ocupada pelo público masculino.

Se observarmos o recorte por gênero, a partir de 2010, ano em que passou a ser oferecido o curso de administração, perceberemos que desde então o curso de informática teve maioria masculina (55%), enquanto que o de administração teve maioria feminina (75%).

Se considerarmos os anos de 2006 a 2009, quando só existia o curso de informática, teremos uma maioria feminina de 64% dos matriculados. Isto significa que a predominância do público feminino no Proeja do CPII, *Campus* Centro, a princípio foi independente do tipo de curso, o que se alinha com os dados nacionais, que apresentam maior número de mulheres na escola a partir do Ensino Médio. Na verdade, o que este público buscou foi uma oportunidade de retornar aos estudos e ascender profissionalmente. Entretanto, quando lhes foi oferecida a opção de escolha entre as carreiras a seguir, então houve uma busca por aquela que mais se identificava com a realidade desse público.

Outro dado que nos chama atenção, 66% dos alunos que responderam o questionário tem filhos. Isso significa, na prática, que esses alunos têm que conciliar a jornada do trabalho com a dos estudos e, ainda, com o cuidado dos filhos. O que, em uma sociedade como a nossa, recai mais sobre os ombros das mulheres, que são a maioria entre os alunos. Trata-se de jornadas triplas, onde em muitos casos saem de casa ainda pela manhã, para ir ao trabalho, depois vão direto para a escola, chegando em casa apenas no final da noite. Cabe aqui uma pergunta: onde permanecem essas crianças no período em que suas mães estão estudando? Embora não tenhamos essa resposta, uma vez que tal questionamento não aparece nos questionários, entendemos ser uma problematização importante, pois o Proeja deveria prever a criação de salas de acolhimento para as crianças durante o tempo de estudo das mães.

Analisando o que efetivamente significa o “*status* profissional”, respondido pela maioria dos alunos como a principal motivação para cursarem o Proeja, fizemos um recorte levando em consideração os dados de 2010 e 2012, dos alunos do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Na resposta, *status* profissional se manteve com 47%.

Tentando melhor compreender essas respostas, resolvemos analisar a ocupação profissional dos alunos do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática no período de 2010 e 2012. Apareceram as seguintes ocupações: analista de faturamento, ascensorista, assistente administrativo, auxiliar de escritório, auxiliar de serviços gerais,

autônomo, auxiliar de lavanderia, auxiliar de serviços gerais, barbeiro, baterista, biscateiro, carpinteiro/ montador, doméstica, desempregado (a), diarista, do lar, estoquista, estudante, gari, guardador de carros, informática, marítimo, mecânico de refrigeração, mensageiro, pedreiro, porteiro, office boy, servente, técnico em eletrônica, vendedor, segurança e subemprego de pesca.

Entre essas ocupações, identificamos apenas duas que podem ter alguma relação mais direta com o curso em que eles se matricularam – Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Desse grupo de alunos, temos apenas um que trabalha com informática e outro que trabalha com eletrônica. São estas as ocupações mais próximas do curso em que se matricularam.

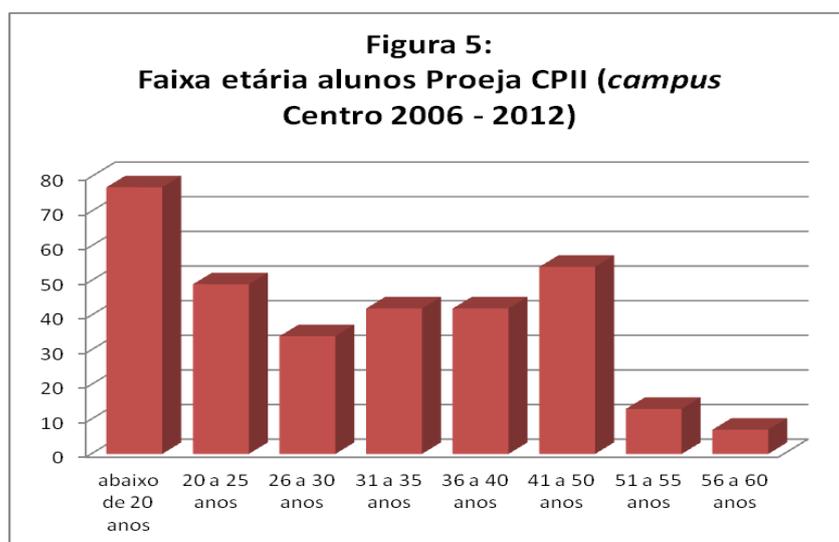
Analisando esses dados, podemos, em linhas gerais, afirmar que tais alunos que se matricularam no Proeja do CPII, *campus* Centro, o fizeram com o intuito de obter um novo *status* profissional/social, uma vez que atuam em funções, geralmente consideradas subalternas. A busca de *status* pode ou não, na prática, significar uma nova ocupação no mercado de trabalho. Mas, na verdade, representa certo reconhecimento perante a sociedade, afinal serão “técnicos” formados pelo CPII.

O Proeja, como é um programa que foi criado com o objetivo de atender a demanda do público jovem, conforme pode ser visto no Documento Base do Proeja (BRASIL, 2007a, p.18), assim se refere ao público que se propõe atender:

O imenso contingente de jovens que demanda a educação de jovens e adultos, resultante de taxas de abandono de 12% no ensino fundamental regular e de 16,7% no ensino médio, acrescido de distorção idade-série de 39,1% no ensino fundamental e de 53,3% no ensino médio (BRASIL, 2001), revela a urgência de tratamento não fragmentado, mas totalizante e sistêmico, sem o que se corre o risco de manter invisibilizada socialmente essa população, frente ao sistema escolar e, seguramente, no mundo do trabalho formal, exigente de certificações e comprovações de escolaridade formal.

Por ser um programa de educação de jovens e adultos, não há uma restrição em relação à faixa etária máxima. Sendo assim, podemos observar (figura 5) que, no caso específico do *Campus* Centro, tivemos no período de 2006 a 2012 alunos em grupos etários que variaram entre abaixo de 20 anos até 60 anos³³.

³³ Destacamos que nas entrevistas encontramos uma aluna de 65 anos de idade que, provavelmente, não respondeu a este questionário, uma vez que a idade máxima que aparece nas respostas é a de 60 anos de idade.



Fonte: CPII – *Campus* Centro/ Questionários

A Lei n.º 12.852/13, que instituiu o Estatuto da Juventude, designa como jovem a faixa etária entre 15 e 29 anos. O questionário construído pelo Colégio Pedro II não considerou esta faixa etária. Contudo, para termos uma estimativa mais próxima possível do percentual de jovens no programa, vamos considerar até os 30 anos.

Neste caso, tivemos, no *campus* Centro, o número total de 51% de jovens no Proeja do CPII desde a sua primeira turma até o ano de 2012. É a maioria, o que não é uma novidade em um Programa que foi pensado para atender este público. Entretanto, se consideramos essa prerrogativa, em tese, podemos afirmar que o número de jovens deveria ser ainda maior. Por isso, nos chama atenção a representatividade de 17% na faixa etária entre 40 e 50 anos e 6% na faixa entre 51 e 60 anos.

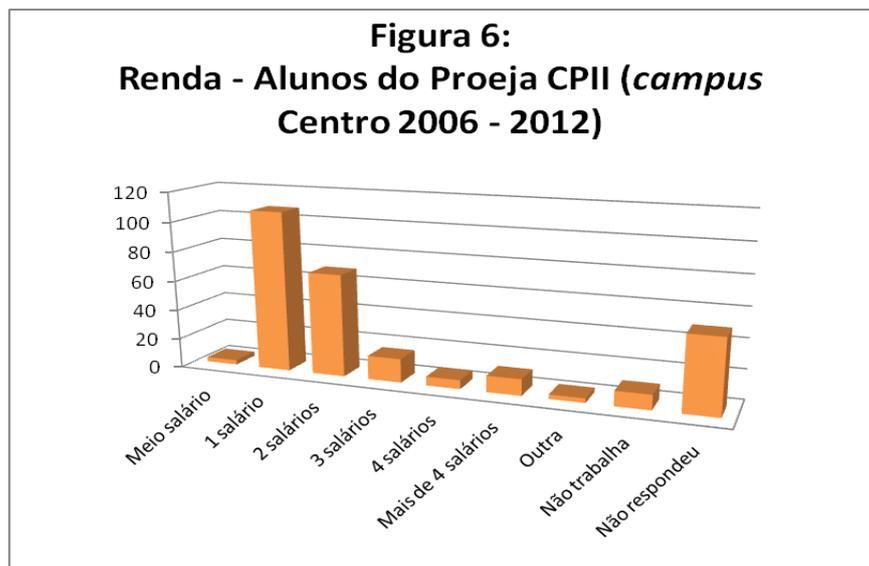
Ao situar a realidade da educação de jovens e adultos no Brasil, o Documento Base do Proeja (BRASIL, 2007a, p. 11) apresentou uma definição para este público.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos **sempre** acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (Grifo nosso)

Analisando os dados do CPII, até o presente momento vimos que estamos diante de um público de maioria feminina, que procurara o curso visando melhorias de *status* profissional, cujas ocupações são as mais diversas. Em boa parte, são funções sem prestígio social e econômico. Trata-se de um grupo heterogêneo e composto por maioria de jovens.

Com o intuito de conhecer um pouco sobre o perfil econômico desses alunos, analisamos três itens: renda, função dessa renda dentro da família e quantidade de pessoas que moram na mesma residência.

Em relação à renda (Figura 6), a maior parte dos alunos, 39%, declarou receber um salário mínimo, e 25%, dois salários mínimos. Se somarmos estes percentuais, 64% do total de alunos tem renda entre um e dois salários mínimos. Apenas 6% do total de alunos matriculados possuem renda de quatro ou mais salários mínimos.



Fonte: CPII – *Campus* Centro/ Questionários

Quanto à função dessa renda, em 24% dos casos ela é responsável por manter a família e em 36% ela ajuda nessa manutenção. Apenas em 16% dos casos ela tem como função apenas a manutenção pessoal. Neste caso, fica claro que, na maior parte das situações, o trabalho desses alunos não é mera opção, mas sim questão de sobrevivência. Então, se em algum momento tiverem que optar entre trabalhar e continuar os estudos, muitos, sem sombra de dúvida, terão que optar pelo trabalho.

Considerando ainda a realidade econômica dos alunos, analisamos também o número de pessoas por residência. A maior parte do grupo (64%) vive como uma renda de até 2

salários mínimos. Ou seja, quanto maior o número de pessoas morando na mesma casa, provavelmente piores serão as condições de vida. Neste sentido, analisando os questionários, observamos que 43% dos alunos moram em casas com três ou quatro pessoas; 35% com mais de cinco pessoas; e 4% tem mais de sete habitantes na mesma residência. Apenas 4% dos alunos moram sozinhos e 9% não responderam.

A média nacional de pessoas por residência, segundo síntese dos indicadores sociais do IBGE de 2012, é de 3,1. Se observarmos estes dados referentes à região Sudeste, essa média cai para 3,0 pessoas por residência e no caso específico da região metropolitana do Rio de Janeiro a média é de 2,8. Se considerarmos que 35% dos alunos do Proeja CPII, *campus* Centro tem uma média de mais de cinco pessoas por residência, podemos afirmar que boa parte desse público está acima da média nacional e bastante acima da média da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Dados do IBGE (2012) também apontam que, no país, 47,8% da população tinha, no ano de 2011, renda familiar de até 1 salário mínimo. Já no caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, este número caiu para 35,7%. Não temos como estabelecer uma comparação mais precisa destes dados gerais com os dos alunos do Proeja CPII *campus* Centro, porque os questionários que eles responderam não investigaram renda familiar, mas apenas individual. Entretanto, se considerarmos que boa parte dos alunos tem renda de um salário mínimo e provavelmente usam esta renda para manter famílias, que em boa parte dos casos tem número de pessoas superior ao da média nacional e da região metropolitana do Rio de Janeiro, podemos inferir que o perfil econômico destes alunos aponta para rendas familiares abaixo dos números nacionais e principalmente da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Os dados expostos acima nos mostram um recorte da realidade socioeconômica dos alunos do Proeja no CPII, *campus* Centro. Trata-se de alunos, em sua maior parte, com baixos salários, com a responsabilidade de ajudar ou sustentar famílias que, em muitos casos (35%), tem mais de quatro pessoas por residência. Esses números revelam que esse público, como de costume na educação de jovens e adultos, é composto por pessoas economicamente desfavorecidas.

Ao olharmos para os estabelecimentos de ensino em que os alunos cursaram o ensino fundamental, além de melhor compreensão do perfil socioeconômico, podemos também compreender a trajetória escolar desses alunos. Na maior parte dos casos (49%), eles cursaram

esta etapa de ensino em escolas de redes municipais. Curiosamente, apenas 16% cursaram o ensino fundamental na EJA, enquanto 19% o cursaram em escolas de redes estaduais; 13% em escolas particulares; e apenas 1% em escola da rede federal.

Em relação à trajetória escolar, os dados mostram que a maioria foi marcada por descontinuidades, pois 61% dos alunos que responderam os questionários tiveram que interromper uma ou mais vezes os estudos ainda durante o ensino fundamental. Apenas 32% não teve interrupção de trajetória no ensino fundamental. Neste caso, esses alunos chegaram ao Proeja após terem ficado um período sem estudar entre o ensino fundamental e o ensino médio, por serem casos de distorção idade-série, ainda no ensino fundamental, ou por terem começado e interrompido o próprio ensino médio.

É importante ressaltar que nos deparamos na entrevista com o caso de uma pessoa que já tinha concluído o ensino médio, mas voltou a fazê-lo para ter um diploma do CPII.

A média nacional de estudos de pessoas com 25 anos ou mais de idade, em 2011 (IBGE, 2012) era de 7,6 anos. Isso significa que boa parte da população sequer conseguiu chegar ao Ensino Médio, uma vez que só o fundamental exige uma média de 9 anos de estudos.

Neste sentido, podemos afirmar que esses alunos do Proeja, dadas as realidades econômica e social em que estão inseridos, tem neste Programa uma possibilidade de enfrentar tais circunstâncias. O fato de este enfrentamento se dar em um contexto institucional com uma tradição histórica como a do CPII precisa ser considerado.

Capítulo 3: O Proeja visto por seus sujeitos

Foram realizadas 15 entrevistas no CPII, *campus* Centro, no período de maio à agosto de 2013, com diversos sujeitos do Proeja: 7 alunos, 3 egressos, 2 gestores – que também foram professores do Programa –, 2 funcionários, do corpo administrativo, e 1 professor. As entrevistas foram organizadas seguindo roteiros semiestruturados (cópia em anexo) para cada grupo de sujeitos (alunos, egressos, gestores, professores e funcionários), pois não nos limitamos apenas a perguntas previamente planejadas. Em alguns casos, novas perguntas surgiram ao longo da entrevista.

Para análise do material, as entrevistas foram organizadas seguindo os seguintes eixos: perfil; trajetória escolar e profissional; cotidiano no Programa; percepções dos alunos do Programa; percepções sobre os alunos do Programa e a realidade do Programa na instituição.

A partir do entendimento de que as entrevistas não são autossuficientes para responder o problema de uma pesquisa, procuramos interpretá-las de acordo com o perfil dos sujeitos e do contexto em questão.

3.1 – Conhecendo os sujeitos da Pesquisa

3.1.1 – Profissionais do CPII no Proeja

O primeiro gestor entrevistado foi também o nosso primeiro contato no CPII. Por este motivo, esta primeira entrevista foi de caráter exploratório, servindo de base para aproximação com o campo e estabelecimento de estratégias para a realização das demais entrevistas.

O professor de Física, Gustavo, conforme apresentado anteriormente no capítulo 2, foi gestor do Proeja no período de 2006 a 2009. Por conta de problemas de saúde do antigo gestor, assumiu a gestão geral do Proeja em 2007. Com o intuito de conhecer melhor a realidade dos alunos do Programa e também para viabilizar sua pesquisa de Mestrado, cujo título foi “Ensino de Física mediado por computador e as novas tecnologias para alunos do Proeja”, além de gestor, segundo ele, também lecionou no Proeja durante este período.

A segunda gestora entrevistada foi a professora Elaine, responsável pelo Proeja no *campus* Centro do CPII. Licenciada em Química e Doutora em meio ambiente, assim como o professor Gustavo, lecionou durante algum tempo no Programa.

Falando sobre a sua trajetória escolar, a professora Elaine expressou orgulho ao afirmar que estudou em instituição pública da educação infantil ao doutorado. A sua trajetória profissional foi marcada por passagens por instituições das redes estadual e privada, até chegar ao CPII, onde já lecionou no ensino regular, e no Proeja de 2008 a 2010.

Segundo ela, a sua experiência como professora no Programa, que durou um ano e meio, não foi o seu primeiro contato com a Educação de Jovens e Adultos. Já havia trabalhado com este público na rede privada.

Por ser responsável pelo Proeja no *campus* em que foi realizada a pesquisa, a professora contribuiu bastante para a realização da mesma, inclusive intermediando os primeiros contatos com alunos e professores que concederam as entrevistas.

Além dos dois professores acima apresentados, entrevistamos também a professora Catarina. Professora de Inglês no Programa, possui graduação e mestrado em psicologia e especialização em Inglês. Estudou durante toda a sua trajetória escolar em escola pública e trabalhou em cursos de inglês durante 12 anos; está no CPII há oito anos.

A professora Catarina lecionou no Proeja desde o seu início no CPII, em 2006, se afastando no final de 2009. Posteriormente, após um pequeno intervalo, retornou a atuar no Programa em 2013.

A sua primeira passagem no Proeja não foi por opção. Segundo ela, simplesmente foi informada que trabalharia no turno da noite. Até então, nunca tinha tido qualquer experiência profissional com o público da EJA. Já a segunda e atual passagem pelo Programa, foi por escolha pessoal, recebeu um convite e optou por aceitar.

As duas funcionárias do CPII entrevistadas foram Ana e Maria, ambas pertencem ao quadro de apoio administrativo da instituição. Ana trabalha na biblioteca, prestando atendimento aos alunos e ao público em geral e Maria exerce a função de inspetora de alunos.

A Ana fez o curso normal, graduação em Direito e Psicologia, mestrado em Psicologia e, atualmente, cursa especialização em Neuropsicologia.

A sua trajetória profissional antes de chegar ao CPII é bastante particular. Segundo ela, o fato de não ter sido uma boa aluna a fez ser professora. Desta forma, trabalhou como

docente na extinta Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM)³⁴, sendo lotada em uma casa de reclusão para jovens infratores chamada Instituto Padre Severino. Com a extinção da FUNABEM, foi transferida para o CPII, mas não como professora. Passou por alguns setores do Colégio até chegar à Biblioteca. Em um momento da sua experiência profissional no CPII, passou pela Biblioteca, mas temporariamente. Todavia, após reivindicações dos alunos do Proeja para que a Biblioteca do Colégio funcionasse também no turno da noite, retornou ao setor, onde se diz satisfeita e com prazer em trabalhar com tal público.

Maria, assim como Ana, também foi funcionária da FUNABEM. Atualmente trabalha como inspetora de alunos no Proeja. Ela possui o Ensino Médio completo. Em sua vida profissional, passou por setores como limpeza, cozinha até começar a trabalhar diretamente com alunos. Está no CPII desde 1998 e, por problemas familiares, teve que começar trabalhar no turno da noite, conseqüentemente com o Proeja.

3.1.2 – Alunos do Proeja

O primeiro aluno entrevistado foi João, um jovem de 23 anos, sem filhos, que trabalha como zelador em um condomínio residencial. Natural do interior da Paraíba, foi criado na zona rural.

Segundo ele, sua trajetória escolar foi bem “bagunçada”. O fato de os pais morarem em cidades distintas, durante algum tempo, além das diversas mudanças de cidade, contribuíram para as constantes trocas de escolas, todas elas da rede pública: municipais ou estadual. Uma oportunidade de trabalho na capital fez com que tivesse que parar de estudar no sexto ano. Posteriormente, teve a oportunidade de voltar a estudar na EJA, ainda na Paraíba. Mas, por necessidade de trabalhar, teve que novamente abandonar os estudos.

Já morando no Rio de Janeiro, foi incentivado a voltar a estudar por uma moradora do condomínio em que trabalha, professora do Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos (CREJA). Conseguiu concluir o Ensino Fundamental. Essa mesma professora, posteriormente, o indicou o Proeja e fez a sua inscrição pela internet.

³⁴ A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi criada em 1964 pela Lei n.º 4.513/64. Ela atendia em sistema de internato a adolescentes que, na época, eram chamados de menores infratores ou em situação de abandono.

Iniciou no Proeja no ano de 2012, mas teve que trancar por problemas com sua passagem, que impediram seu deslocamento até o Colégio. Após um contato do Colégio, no início de 2013, retornou a cursar o primeiro ano. Mostrou-se uma pessoa bastante crítica e disposta a aproveitar a oportunidade no Proeja.

Andreia, a quem já nos referimos no Capítulo II deste trabalho, tem 36 anos, é casada e mãe de um filho. No momento da entrevista estava desempregada há um mês. Sua ocupação era de operadora de caixa. Sempre estudou em escolas públicas. Segundo ela, parou de estudar por motivos de trabalho, após concluir o Ensino Fundamental. Depois de dez anos sem estudar, retornou matriculando-se no Proeja.

Entre as alunas entrevistadas, tivemos a oportunidade de conversar com Patrícia. Ela tem 30 anos de idade, é solteira e sem filhos. Em conversas com uma funcionária, obtivemos a informação, não oficial, de que ela tem dislexia, o que dificulta a sua aprendizagem. Após ficar um tempo desempregada, trabalha atualmente como vendedora de perfumes. Natural do Recife, concluiu o Ensino Fundamental na EJA em sua cidade natal.

Também foi possível entrevistar a aluna Joana. Com 65 anos, é separada, tem um filho e estava desempregada, após ter trabalhado durante 17 anos como auxiliar de secretaria de uma faculdade. Sempre estudou em escola pública e estava sem estudar há mais de 15 anos.

Já o aluno Marcos tem 34 anos, é casado e pai de um filho. Trabalha como repositor de mercearia em um supermercado, localizado no Centro do Rio de Janeiro. Também estudou em escola pública, chegando a iniciar o ensino médio, antes de matricular-se no Proeja. Segundo ele, parou em 1998, ficando quinze anos sem estudar.

Enquanto a Joana foi a aluna entrevistada com mais idade, Pedro foi o mais novo, com 18 anos. Solteiro e sem filhos, trabalha – com o que chamou de “bico” – para uma empresa com o desmanche de jogos ilegais apreendidos, conhecidos como caça-níqueis, no depósito da Receita Federal.

Estudou em escolas públicas, com exceção do 9º ano, que cursou em uma instituição privada. Cursou o Ensino Médio até o 2º ano e parou por conflitos familiares. Segundo ele, “coisa de adolescente”.

Diferentemente dos outros entrevistados, Pedro não chegou a ficar nem um ano sem estudar.

É importante destacar que Pedro poderia continuar o Ensino Médio no ano em que parou, mas, ao optar por estudar no Proeja do CPII, retornou ao primeiro ano.

A última aluna entrevistada, Marcela, tem 45 anos, é solteira, mãe de um filho e trabalha como doméstica. Contou que sua trajetória escolar foi bastante difícil. A necessidade de trabalhar a fez interromper os estudos algumas vezes. A última interrupção foi na 1ª série do ensino médio, depois da qual ficou dez anos sem estudar. O motivo desta última interrupção foi a perda de uma filha, algo que ainda a emociona.

Durante a entrevista, Marcela demonstrou que o fato de ter passado na prova de seleção e de estar estudando novamente, e no CPII, é algo que eleva, consideravelmente, a sua autoestima.

3.1.3 – Egressos do Proeja

Rodrigo foi o primeiro egresso entrevistado. Na realidade, foi a segunda entrevista realizada para esta pesquisa e nos ajudou bastante no processo de aproximação com o campo, além de ter sido o canal que nos possibilitou contato com outros egressos.

Ele tem 39 anos, é divorciado e sem filhos. Começou a estudar no Proeja com 33 anos. No momento da entrevista, trabalhava como terceirizado no CPII na área em que se formou no Proeja, apoio e suporte em informática.

Durante o curso, trabalhou em uma empresa de eventos como gerente. Com o intuito de priorizar o curso, trabalhava apenas nos finais de semana. Em sua trajetória escolar, passou por escolas da rede pública e privada; uma dessas, foi o Colégio Martins, no Rio de Janeiro. Mas ao terminar o Ensino Fundamental na EJA nessa escola privada, não deu continuidade aos estudos. O seu contato com o Programa foi através de uma colega que trabalhava em uma escola no Centro do Rio de Janeiro, em que havia um cartaz afixado sobre o Proeja no CPII.

Vanessa foi a segunda entrevistada, egressa do Proeja no CPII, *campus* Centro. Tem 33 anos de idade, é solteira, tem um filho e trabalha como supervisora na parte administrativa de um hospital. Começou no Proeja na turma de 2010, quando tinha 30 anos e foi representante de turma.

Classificou sua trajetória escolar como composta por “vários altos e baixos”, passando por distintas instituições, principalmente da rede privada. Vislumbrou no Proeja a possibilidade de uma formação técnica, além da oportunidade de estudar em “uma escola conceituada como o CPII”. Depois de concluir o ensino fundamental, ficou dois anos e meio parada e chegou a concluir o ensino médio em outra instituição. Cinco anos depois de

concluído o ensino médio, resolveu fazê-lo novamente para ter “algo mais”. Segundo ela, a escola em que cursou o Ensino Médio pela primeira vez faliu, por isso, “mesmo que não quisesse”, teria que fazê-lo novamente.

Colega de turma de Vanessa, a terceira entrevistada foi Denise. Ela tem 37 anos, é solteira, mãe de um filho e trabalha na área contábil de um partido político. Tinha 34 anos quando começou no Proeja.

Segundo ela, parou de estudar no 9º ano, quando tinha 15 anos de idade. O principal motivo foi a separação dos pais, o que a obrigou a mudar de residência constantemente.

Ao resolver voltar aos estudos, procurou o CREJA por sua localização no Centro do Rio de Janeiro e por sua proposta institucional. Naquele momento, segundo ela, não havia vaga no 9º ano, apenas no 8º. Denise não quis esperar e voltou assim mesmo.

Foi justamente no CREJA que viu o folheto do Proeja e, com o apoio e incentivo dos professores, se inscreveu na seleção.

Se fizermos uma relação entre a ocupação dos alunos e egressos entrevistados e os cursos do Proeja no CPII, constataremos que em boa parte dos casos não há uma relação entre eles. Há exceções, como o caso das egressas Vanessa e Denise que trabalhavam na área administrativa e tiveram no curso Técnico em Administração a oportunidade de enriquecer suas experiências, conseguindo inclusive, por trabalharem na área, ser dispensadas do estágio.

Percebemos aqui mais uma vez o que apareceu nas respostas dos questionários como principal motivo para matrícula dos alunos no Proeja do CPII (Capítulo 2) – a busca por “*Status Profissional*” – que na prática, provavelmente, seria a busca por um reconhecimento social com o título de técnico em determinada área, formado pelo CPII, independente de exercer ou não a profissão.

Mas, a proposta da politecnicidade, conforme consta no Documento Base do Proeja, inserida na lógica do trabalho como princípio educativo, como demonstramos no Capítulo 1, infelizmente não têm sido aplicado na prática. Segundo ela, essa questão deveria ser superada, pois está além da obtenção de uma profissão específica. O que não significa que a profissionalização não deva acontecer. Todavia, o objetivo que preconiza é o de, a partir do currículo integrado, não formar apenas competências para o mercado de trabalho, mas sujeitos capazes de dominar, através de uma formação geral, os fundamentos científicos da produção moderna. Isso significa, na prática, uma formação que dê a estes sujeitos, condições de irem

além de ocupações subalternas, como as suas atuais, que não sejam apenas pessoas capazes de produzir, mas também de dirigir e governar (CIAVATTA, 2011).

3.2 - O cotidiano dos sujeitos no Programa

O cotidiano dos alunos no programa se mistura com o dia a dia de suas vidas profissionais. Afinal, estamos diante de um público que concilia a realidade do trabalho com os estudos e, em muitos casos, ainda com uma terceira jornada, que é a dos afazeres domésticos.

Todos os alunos entrevistados apresentaram uma rotina diária bastante rígida e cansativa. Mesmo aqueles que não estavam trabalhando no momento da entrevista, tinham uma rotina pesada por conta dos afazeres domésticos.

Marcos, por exemplo, por morar na zona oeste da cidade, chega em casa por volta de uma hora da manhã e acorda às cinco para chegar ao trabalho, saindo às 17h, indo direto para o Colégio.

Dormindo aproximadamente entre três e quatro horas por noite, é possível imaginar como fica em sala de aula. Um público com esta rotina, muito comum na EJA, precisa, sem sombra de dúvida, de um olhar e de um trabalho diferenciado.

A dura rotina diária e o sacrifício para conseguir concluir o curso parecem ser incentivados pelo “privilégio” que muitos desses alunos sentem por estudar no CPII, conforme veremos abaixo. Existe um valor simbólico que envolve a instituição.

O universo simbólico do Colégio é tão significativo para alguns alunos que temos casos em que atribuem à passagem na instituição como importante marco em suas trajetórias pessoais. É o caso do egresso Rodrigo que afirma: carregar o “nome do CPII” na sua história é algo “maravilhoso”.

Os profissionais entrevistados se mostraram cientes da necessidade de um trabalho específico com estes alunos. Contudo, percebemos que alguns desses profissionais não têm uma concepção sobre o que é este trabalho específico. A professora Catarina, por exemplo, falando sobre a sua prática pedagógica, afirma que não há diferença em relação à metodologia e a prática pedagógica em sala de aula em relação ao desenvolvido no diurno, mas sim em

relação ao conteúdo. Segundo ela, no caso do Proeja é “incomparavelmente menor” a quantidade de conteúdos se comparado com o ensino regular diurno.

A atual LDBEN definiu a EJA como uma modalidade de ensino da educação básica. Isso significa que, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CEB n.º 1/2000, que aprovou as diretrizes curriculares nacionais para educação de jovens e adultos, a EJA deve possuir metodologia própria, voltada para realidade do seu público.

Metodologia própria na educação de jovens e adultos, não pode ser confundida com redução de conteúdos. Trata-se de uma proposta metodológica diferenciada, fundamentada na realidade do aluno, que por ser jovem ou adulto, possui uma vivência que o público do ensino regular ainda não dispõe. Quando a LDBEN reconhece a EJA como modalidade de ensino da educação básica, além de reconhecer esta prática metodológica diferenciada, está apontando também para a necessidade de uma adaptação curricular, que também seja fundamentado na realidade dos sujeitos da EJA. Infelizmente, ainda é comum nos depararmos com docentes que confundem isso com redução de conteúdos.

Quando o professor assume que usa a mesma metodologia do ensino regular para a EJA, na realidade, faz emergir a discussão, em linhas gerais, sobre a ausência de uma formação específica dos profissionais para trabalhar com este público. Formação, inclusive, proposta pelo MEC na criação do Proeja³⁵, mas que, conforme nos informou o gestor Gustavo, não ocorreu no CPII.

Na tentativa de desenvolver um trabalho diferenciado com o público de EJA, o professor Gustavo contou que elaborou pessoalmente um método experimental, pelo qual trabalha fenômenos físicos mais próximos do dia à dia dos seus alunos. Segundo ele, um trabalho baseado na apresentação de slides. Ressaltou, em uma avaliação pessoal, que a estratégia não funcionou bem, pois os alunos chegam cansados e cochilam durante a exibição dos *slides*.

A vivência, até então inédita com alunos da educação de jovens e adultos, faz com que os profissionais que trabalham no CPII busquem superações constantes. Isso tanto dentro da sala de aula, quanto em qualquer outro setor da instituição.

³⁵ O Documento Base do Proeja (BRASIL, 2007a, p.7) destaca ações para viabilidade do Programa. Dentre elas, cursos de Pós-graduação para professores e gestores. “Entre essas ações destacam-se a formação, em nível de pós-graduação lato sensu, de docentes e gestores e a constituição de núcleos de pesquisa visando a materialização de redes de colaboração acadêmica. Diversos outros planos estão em andamento: qualificação de profissionais através de cursos de extensão; articulação com programas de pós-graduação em Educação para abertura de linhas de pesquisa nos campos de abrangência do PROEJA e produção de material educativo referencial para a elaboração de material didático”.

A inspetora Maria, falando sobre a diferença entre trabalhar com o público do regular e do Proeja, afirma que:

[...] teve uma diferença [...]. No começo, eu não conseguia me acostumar. Agora eu já me acostumei. Tem diferença sim. Na parte da tarde, são crianças, jovens e adolescentes. À noite, são adultos. Logo no começo, eu esquecia e pensava que estava trabalhando à tarde. Então tratava os alunos do mesmo jeito. Custei, levei uns dois anos pra me adaptar a trabalhar com adultos, mas consegui.

Falas como esta mostram que o trabalho com a EJA exige uma formação especial para toda a equipe, não apenas para os professores. Geralmente, pela inexistência de uma formação oficial, os profissionais são obrigados a aprender, com a prática, na experiência do dia a dia.

Sem sombra de dúvida, a educação de jovens e adultos precisa ser vivenciada de fato como uma modalidade de ensino, o que implica despir-se de práticas profissionais que, embora muitas vezes funcionem bem com crianças e adolescentes, não funcionam, necessariamente, com jovens e adultos.

Paulo Freire (2008, p. 81) destaca a importância de se considerar as leituras de mundo dos educandos.

Como educador preciso de ir ‘lendo’ cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações políticos-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo "leitura do mundo" que precede sempre a "leitura da palavra".

Baseados em Freire (2008) podemos afirmar que tratar pedagogicamente um adulto como uma criança, significa tolher esses sujeitos de suas leituras de mundo, negar a sua vivência e identidade humana constituída.

A priorização da ‘relação dialógica’ no ensino que permite o respeito à cultura do aluno, à valorização do conhecimento que o educando traz, enfim, um trabalho a partir da visão do mundo do educando é sem dúvida um dos eixos fundamentais sobre os quais deve se apoiar a prática pedagógica de professoras e professores (...). O que se propõe é que o conhecimento com o qual se trabalha na escola seja relevante e significativo para formação do aluno (FREIRE, 2006, p. 82, 83).

A partir das falas dos entrevistados – tanto dos profissionais, quanto alunos e egressos – é possível perceber que a relação entre os profissionais e alunos se desenvolve de forma bastante harmoniosa na instituição. Foram pouquíssimos os casos em que os alunos afirmaram, por exemplo, não gostar de um professor.

Em um dos primeiros dias da pesquisa de campo, em visita ao colégio, andamos pela instituição com a diretora, que nos apresentou aos alunos. Chamou-nos a atenção o fato de ela ser muito bem recebida em todas as salas em que passamos. Tivemos, em muitos casos, observações mais pessoais como, por exemplo, observações de alunas: “adorei seu novo corte de cabelo”. Entendemos que tal situação reflete o clima amistoso dos alunos com a direção, além de propor uma possível horizontalidade na relação.

Os egressos entrevistados também destacaram o ambiente harmonioso da escola. Inclusive associam tal ambiente a uma espécie de identidade da instituição.

Eu fiz amigos que guardo até hoje. Aqui é diferente mesmo, tenho muitos amigos professores. A gente ouve muitas coisas ruins das instituições, mas aqui você se sente acolhido[...] É a forma diferente que é o Colégio Pedro II. Você não é apenas mais um aluno, você é o aluno do Colégio Pedro II. [...] Então, isso me dava orgulho. Para quem parou de estudar lá atrás. Quando você para de estudar, a sensação é que se perdeu. Eu tinha essa sensação de estar perdido. (Egresso Rodrigo)

Rodrigo, em um primeiro momento, associou o diferencial da instituição como o acolhimento que recebeu. Na concepção dele, esse ambiente favorável é possível por se estar no CPII.

Martuccelli (2010) defende que o laço social é o verdadeiro fundamento da vida social na América Latina. No caso desses sujeitos do Proeja no CPII, esses laços são estabelecidos de maneira a se confundir com a identidade da instituição.

Em muitos casos, observamos que os laços sociais transformam-se no que o próprio Martuccelli (2007, p. 71) define como suportes existenciais. Ou seja, “[...] *las maneras efectivas como los individuos se sostienen en el mundo y hacen frente a los imperativos sociales crecientes a los cuales están sometidos en este sentido*”.

No contexto específico dos alunos do Proeja, um dos grandes imperativos sociais que se apresenta é, somada às dificuldades sociais e pessoais, a necessidade de concluir o curso.

A necessidade de conclusão do curso acaba sendo uma imposição da sociedade, através, principalmente, do diploma. Neste caso, não possuir o diploma passa a ser uma expressão de desigualdade em relação àqueles que o possuem. Lahire (2003, p. 991) afirma que para que uma desigualdade seja constituída,

[...] é preciso que todo o mundo (ou pelo menos uma maioria tanto dos “privilegiados” como dos “lesados”) considere que a privação de tal atividade, isto é, o acesso a dado bem cultural ou serviço constitui uma carência, uma deficiência ou uma injustiça inaceitável.

Podemos considerar que a formação escolar também faz parte de um processo de socialização e, conseqüentemente, em uma sociedade que lida com o conhecimento o tempo todo, de realização do ser humano. Tal necessidade, no campo da EJA, convive diretamente com dificuldades de cunho social e pessoal que colocam os alunos do Proeja, que já vivem a questão da desigualdade pela ausência do diploma e da formação, diante da dura realidade de trabalhar e estudar, das diversidades que se apresentam na vida e, também, de conseguir acompanhar o ritmo do curso depois de alguns anos sem estudar.

A partir da realidade da experiência dos sujeitos entrevistados, destacamos dois casos que nos chamam a atenção sobre o uso de laços sociais como suportes para lidar com dificuldades que se apresentaram no decorrer do curso.

O primeiro caso é o da aluna Patrícia. O fato de realizarmos as entrevistas na biblioteca do Colégio nos fez perceber que Patrícia era uma frequentadora assídua do espaço. Na realidade, ela costuma chegar cedo ao Colégio e ficar todos os dias na biblioteca.

Ao conversar com uma pessoa sobre o seu caso, obtive a informação de que frequenta a biblioteca porque a funcionária Ana lhe ajuda com os conteúdos das disciplinas. Percebi que Ana acaba sendo, para ela, uma espécie de conselheira sobre os mais diversos assuntos.

Em uma conversa informal, Patrícia confessou que não gosta de ler. Após já ter sido reprovada no curso, buscou suportes para conseguir se manter na escola. Este suporte se desenvolveu no laço que conseguiu estabelecer com a funcionária da biblioteca que lhe ajuda nas disciplinas.

O outro caso de suporte através de laços estabelecidos dentro do Programa é o da egressa Vanessa, que em um determinado momento do curso teve que assumir uma jornada profissional dupla. Por trabalhar em regime de plantão, isso significou que teve que assistir aulas dia sim, dia não e muitas vezes sem dormir por alguns dias. Além de ser representante de turma, Vanessa é uma pessoa bastante comunicativa, o que fez com que conseguisse

estabelecer laços tanto com os alunos quanto com professores e gestores do curso. Certamente estes laços que ela construiu serviram de suporte para conseguir se manter no curso durante este período. Ela conta que obteve grande compreensão dos professores que chegavam ao ponto de deixar de passar um vídeo ou um *slide* porque ela dormia nas aulas, além de adaptar toda rotina de provas e trabalhos para ajudá-la. Houve também uma compreensão da gestão do curso em relação as suas faltas e o apoio dos colegas de turma com a atualização constante dos conteúdos perdidos, além dos incentivos e encontros nos finais de semanas para estudar.

Certamente, sem esses suportes desenvolvidos no cotidiano do Programa por meio de laços sociais, estes alunos não teriam conseguido superar as dificuldades que surgiram ao longo do caminho.

Na realidade esses laços sociais se traduzem em uma grande rede de solidariedade que envolve alunos, professores, gestores e funcionários e certamente contribui para diminuição no índice de evasão nos cursos. Os casos de Patrícia e Vanessa são emblemáticos. Ambas tinham tudo para terem desistido. Patrícia, além da dura rotina de aluna trabalhadora contava ainda com o desestímulo de ter sido reprovada no curso e Vanessa, devido a necessidade de acumular uma dupla jornada de trabalho, precisou de uma postura quase que heroica para concluir o curso. Certamente elas não teriam conseguido sem esta rede solidária estabelecida no curso.

Em pesquisa realizada com alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) da SME do Rio de Janeiro, Mileto (2009) observou que um dos elementos fundamentais que contribuiu para que sujeitos com rotinas extremamente cansativas e com diversos fatores de cunho social, conspirando para sua desistência, foram principalmente os laços criados entre os alunos no decorrer do curso. Esses laços foram traduzidos por ajudas mútuas e envolvia inclusive os professores. Ele percebeu que nas turmas em que estas relações entre os sujeitos eram mais fortes, o número de evasões foi menor.

Ou seja, o uso dos laços sociais e da solidariedade como suporte para resistir às dificuldades e conseguir concluir o curso, tem sido uma estratégia observada entre sujeitos da EJA.

Ainda no caso de nossa análise sobre o cotidiano no Proeja do CPII, é importante registrarmos que os laços sociais desenvolvidos ao longo da caminhada destes sujeitos dentro do curso não são sinônimos de apatia, não resultam na ausência de reivindicações. Uma observação interessante feita pela inspetora Maria é a de que:

Eles se sentem alunos, então acham que está faltando isso, aquilo. Eles reclamam, de vez enquanto, que está faltando alguma coisa que é oferecida e/ou realizada com os alunos dos turnos da manhã e tarde [...]. Então, acham que a noite também tem que acontecer. Eu falo que não dá pra ser a mesma coisa, o tempo é curto. Quando eles entram ali, se sentem um pouco crianças, então reclamam [...] gostariam que tivesse isso e aquilo.

Ao ser perguntada sobre os tipos de reivindicações que eles fazem, Maria não lembrou muito no momento da entrevista, mas, no dia seguinte, ao me encontrar na Unidade, me chamou e disse que uma coisa que eles costumam reivindicar é a presença da equipe médica no turno da noite, uma vez que durante o dia os alunos têm esta equipe.

A gestora Elaine afirmou que boa parte das reivindicações que chegam a ela é com relação a problemas com as passagens, com os ônibus que costumam não parar para os alunos no retorno para casa. Nestes casos, ela diz que a escola costuma mandar ofícios para as empresas com o intuito de tentar resolver a situação. Segundo ela, dificilmente chegam reclamações referentes a algum professor, pois, por serem adultos, costumam tratar essas questões primeiramente com os próprios professores.

Na realidade, quando Maria afirma que estes alunos reivindicam para o turno da noite questões que eles sabem que funcionam no diurno, na realidade, estes alunos reivindicam que o Proeja ocupe no CPEI o mesmo espaço social que os cursos regulares.

Não surgiram reivindicações dos alunos nas entrevistas, o que presenciamos foram algumas reclamações destes alunos em relação ao atraso na bolsa que o governo paga, e os egressos, que apontaram a dificuldade de se conseguir estágio, principalmente entre os alunos de mais idade.

A professora Catarina também percebe, no cotidiano do Programa, que existe de fato uma diferença entre o Proeja e o regular.

[...] eu vejo uma separação muito grande do que acontece no regular e o que acontece no Proeja. Como se fossem duas escolas diferentes, o que é inaceitável. Mas, começou assim e a gente já está no sétimo ano e eu não vejo melhorar, não vejo mudar, é uma coisa privada. São duas escolas diferentes.

Esta distinção, por parte da instituição, fica muito clara na fala da funcionária Ana:

O Proeja não é do CPII, é um programa do governo. Nós temos muito bem claro isso. Só que não temos essa distinção dos alunos do CPII com eles que são lotados no CPII. Este programa está lotado no CPII, mas ele não é do CPII.

É importante destacar que, para ela, os alunos do Proeja não são alunos do CPII de fato, estão apenas lotados no Colégio.

Cabe lembrar que, legalmente, tanto no âmbito do MEC, como do Estatuto do CPII, os alunos do Proeja são alunos da instituição. Isso fica claro quando a instituição assume no Artigo 5º, inciso II de seu Estatuto, aprovado pelo MEC, o objetivo de:

[...] ministrar educação profissional técnica de nível médio, integrada à educação básica, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, preservando o perfil de ensino humanístico da Instituição.

Ou seja, o Proeja é um programa oferecido pela instituição. Não se tratam de alunos de um Programa lotado no Colégio, mas alunos do CPII como os demais. Afinal, da mesma forma que a instituição atualmente tem a obrigação de ofertar o ensino médio regular, tem também de ofertar o ensino médio integrado à educação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos.

3.3 – Percepções sobre os alunos do Proeja

Destacaremos como os sujeitos da pesquisa percebem o fato de alunos com perfis tão distintos daqueles considerados padrões, estarem estudando em uma instituição considerada de excelência. Como os gestores, funcionários e professores percebem estes alunos dentro do Proeja no CPII e como estes alunos percebem a si mesmos.

3.3.1 – Percepções dos profissionais

A gestora Elaine destaca o fato de um aluno da EJA estudar em uma instituição como o CPII, como um sinal de que o governo está começando a se preocupar com este público. Todavia, existem fatores externos ao Colégio e ao Programa que dificultam a manutenção deste aluno no curso. A questão do transporte público, por exemplo, é um deles. Mesmo com

o cartão de gratuidade, fica difícil, uma vez que a péssima qualidade dos serviços prestados dificulta a vida destes alunos.

Essas dificuldades, oriundas de fatores externos, também foram destacadas na fala da inspetora Maria, que em sua simplicidade, as descreveu da seguinte forma: “cansaço, trabalho, moram longe [...]. Eu fico dando exemplos da minha vida para ver se eles se animam. Tem muitos que conseguiram com esse exemplo que eu dei”.

Identificamos com esta fala que há certa identificação da inspetora com esses alunos, quando ela diz que usa o próprio exemplo para incentivá-los e, que isso, muitas vezes dá certo. Essa identificação é de cunho social. Embora seja funcionária pública, atualmente, Maria vem de uma trajetória de vida bem próxima a boa parte desses alunos, uma vez que também trabalhou em funções de pouco prestígio social e de baixa remuneração.

Não escapa, também, à percepção da gestora Elaine que se trata de um público estigmatizado.

[...] já têm todos os problemas naturais da realidade da educação de jovens e adultos e ainda encontram certo preconceito, resistência com relação a sociedade. As pessoas que não trabalham com esse grupo, às vezes olham como se fosse um trabalho menos importante. Então é muito difícil trabalhar com jovens e adultos. As pessoas acham que resultado é conseguir aprovação no vestibular, que resultado é ser aprovado no concurso. Não veem o ganho social, a possibilidade da promoção no trabalho, a possibilidade de trabalhar em uma empresa melhor. Como esse ganho é difícil de ser medido, as pessoas acham que não tem ganho nenhum, mas não é assim.

Em síntese, a gestora descreve que o trabalho com o público da EJA não dá muita visibilidade social. No que tange à instituição, provavelmente, o aluno do Proeja não contribuirá com dados estatísticos como números de aprovação no ENEM, por exemplo. Por este motivo, há certa resistência interna em relação a este público.

Outra dificuldade observada em relação aos alunos do Proeja por gestores, professores e funcionários entrevistados, está relacionada à questão da aprendizagem. Neste sentido, a professora Catarina e a funcionária Ana fizeram observações interessantes.

Percebemos na fala de Ana, fruto de sua vivência pessoal e trajetória profissional, um olhar diferenciado para os alunos do Proeja. Inclusive, pesquisou o público do Proeja em seu Mestrado em Psicologia, tentando perceber questões voltadas para o déficit de aprendizagem.

A professora Catarina, por exemplo, chamou de “falta de bagagem anterior”. Na realidade, ela estava afirmando que são alunos com formações escolares deficitárias e que chegam ao ensino médio com grande dificuldade.

Entendemos que esta formação escolar deficitária – que infelizmente é uma realidade na vida desses alunos –, tende a ser suprida por toda experiência que acumularam ao longo da vida e, principalmente, pelas estratégias de sobrevivência que usaram para driblar as dificuldades da vida, sobretudo aquelas oriundas da ausência de uma formação escolar de qualidade.

Ao descrever as formas em que se devem dar as relações de ensino-aprendizagem com o público adulto, Thompson (2002, p. 13) nos chama atenção sobre a importância de considerar as experiências de vida desses sujeitos.

O que é diferente acerca da do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente todo processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo.

Embora estivesse se referindo especificamente à disciplina de língua estrangeira, a professora Catarina afirma também que esta “falta de bagagem” se dá nas disciplinas em geral, sendo uma das grandes dificuldades desses alunos dentro do curso.

Ana, funcionária da biblioteca, afirmou que a grande dificuldade que os alunos geralmente levam até ela é “que não entenderam a matéria”. Ela disse que não sabe informar se tal dificuldade se relaciona com a formação do aluno em si ou com o fato de o professor não conseguir atingir a realidade deste aluno.

Mais do que isso, segundo Ana, o fato de os alunos tirarem nota baixa, os deixam “arrasados” e, em muitos casos, inclusive, provocam o trancamento da matrícula. Para ela, o fato deles geralmente chegarem ao Proeja com trajetórias escolares repletas de rupturas pesa bastante nesta cobrança em relação às notas.

A nota representa o quanto está valendo. Se ele estiver com problema lá fora, vai juntar tudo e se sentir menos ainda. Não é um problema exclusivo da nota, mas do contexto em que ele está. Ele pode até entender, não aceitar, mas pelo contexto lá fora, juntando com a nota aqui, ele se sente muito mal.

São alunos que carregam em si o estigma³⁶ do fracasso escolar, seja qual for o motivo. O fato da interrupção na trajetória e o retorno à escola depois de certa idade aponta que esta pessoa “fracassou” em algum momento. Todavia, a grande maioria dos entrevistados relatou ter interrompido suas trajetórias escolares por questões relacionadas a trabalho, ou adversidades que surgiram na vida. Raros foram os casos de abandono da escola por opção.

Dos alunos entrevistados, apenas Pedro afirmou ter parado por questões mais individuais, “conflitos familiares, namorada, coisa de adolescente”. Mesmo assim, não chegou a ficar um ano sem estudar.

Marcos também alegou que o namoro foi um dos motivos que o fez parar. Contudo, não foi o namoro por si só, mas sim a necessidade de trabalhar. Ou seja, a necessidade de se manter socialmente para sustentar algo que é um direito de todo jovem, o namoro.

O estigma do fracasso escolar é um fator que marca a presença desses alunos no Programa. A partir de dados levantados nos questionários fornecidos pelo CPII, *campus* Centro, obtivemos a informação de que 61% dos alunos que responderam os questionários, tiveram que interromper uma ou mais vezes os estudos ainda durante o ensino fundamental.

Provavelmente, o fato de estarem em uma instituição reconhecida pela sociedade pelo sucesso dos seus alunos também é um fator que reforça esta autocobrança em relação ao desempenho destes alunos.

A relação dos alunos com a instituição CPII é percebida pela gestora Elaine como uma relação de orgulho por parte dos alunos. Por isso, ao se depararem com certas dificuldades oriundas de uma instituição pública, vivenciam, segundo ela, algumas frustrações. Mas, o orgulho de estudar no CPII é tão grande para estes alunos que, segundo a gestora, os poucos que retornam à instituição depois de formados, afirmam não acreditar terem estudado no CPII. Este relato foi confirmado nas entrevistas que fizemos com os egressos, conforme veremos abaixo.

³⁶ Destacamos aqui “estigma” como uma categoria sociológica. “Para Irving Goffman, estigma é um defeito reconhecido socialmente como tal, uma vez descoberto, outorga ao indivíduo portador do mesmo um status socialmente desvalorizado. Tais são os casos, por exemplo, dos que praticam a prostituição e crimes, como também os que padecem de alguma desvantagem física ou psíquica ou alguma enfermidade. O indivíduo é diminuído e/ou estigmatizado pela sua carência de determinadas características consideradas como valiosas pela sociedade e/ou grupo (honradez, estética corporal, identidade de gênero). O estigma pode afetar tanto a um indivíduo como todo um grupo e é um elemento importante para a compreensão da discriminação”. (GOFFMAN, 1998 *apud* JULIÃO, 2009, p. 56)

A professora Catarina afirmou perceber certa distância entre o aluno e a instituição. Esta distância que ela se refere é em relação ao tratamento que o CPEI dá ao Proeja de uma forma geral.

[...] Então, quando você me pergunta, não vejo essa conexão dos alunos com a instituição, eu vejo uma conexão deles com a direção aqui do turno da noite, com a coordenação, mas com o Colégio Pedro II em si, essa coisa simbólica, eu não consigo vislumbrar.

Pensamos que o aluno não faz esta distinção entre a instituição como um todo e o *campus* em que ele estuda. Reconhecer que há uma conexão deste aluno com o *campus*, na verdade significa afirmar que, pelo menos por parte do aluno, existe uma identificação com a instituição. Infelizmente, não podemos fazer a mesma afirmação no que se refere à instituição, uma vez que há um tratamento diferenciado em relação ao ensino regular.

Conforme destacamos acima, em uma das falas da funcionária Ana, ainda existe por parte da instituição a concepção de que não são alunos do CPEI, mas alunos “lotados” na instituição. Essa é uma concepção totalmente equivocada, que dá a impressão de que tratar os alunos do Proeja como os “demais” alunos da instituição é uma ação quase que de caridade.

Entretanto, os alunos do Proeja têm os mesmos direitos que os demais. Não se trata de assistência social por parte do CPEI ou de nenhum de seus funcionários. Como política pública, atualmente faz parte dos objetivos do Colégio atender estes alunos.

3.3.2 – Percepções dos alunos

Entre os alunos entrevistados, apenas três esboçaram críticas mais diretas ao Proeja no CPEI. Ambas são críticas parecidas, referentes a qualidade do ensino.

A primeira crítica, neste sentido, que despertou nossa atenção, foi de Patrícia, justamente a aluna que, segundo a funcionária da biblioteca, tem dislexia. Entretanto, conforme destacamos acima, é uma aluna esforçada, a ponto de chegar cedo na biblioteca e tirar dúvidas referentes aos conteúdos das disciplinas com a funcionária Ana.

Patrícia, que foi reprovada um ano, justamente na disciplina de informática, criticou a qualidade da parte técnica do curso. Nas suas palavras, “trata-se de um curso muito básico, sem aprofundamento”. Segundo ela, inclusive é uma reclamação também feita por outros alunos.

A partir de um olhar diferenciado da vida, de uma leitura de mundo marcada pela experiência de 65 anos de idade, Joana, em sua entrevista, também criticou o curso técnico do Proeja. O caso dela chamou-nos atenção porque, ao ser perguntada sobre os aspectos positivos e negativos do curso, primeiramente afirmou que não havia aspectos negativos, mas, em seguida, criticou a qualidade da formação técnica do Proeja.

Olha, aspecto negativo eu não tenho nada para descrever não. Só tenho aspectos positivos mesmo. O curso não é aquela coisa, aquele curso técnico, como a gente pode falar. Porque é um curso noturno, então ele não é tão puxado. Assim, dentro do Programa, do que é proposto, eu acho que está bem.

Ao mesmo tempo em que Joana critica o curso, afirma que, embora não seja de qualidade, por se tratar de um curso noturno, ou seja, da EJA, está bom, não precisa ter tanta qualidade mesmo.

Durante muito tempo a educação de jovens e adultos foi tratada a partir de uma perspectiva de assistência e não de direito. Infelizmente, esta concepção permanece no imaginário social. Neste caso, da fala explicitada acima, de uma pessoa de 65 anos que cresceu presenciando tal perspectiva em relação à EJA e que agora, ao estar estudando em uma instituição reconhecida pela excelência, como ela mesmo aponta em outros momentos da sua entrevista, assume que, embora a qualidade do ensino não seja a esperada, não tem problema, pois trata-se de um curso de educação para jovens e adultos.

Campos e Haddad (2006, p. 122) afirmam que “trazer o tema da qualidade para um outro campo de ação, o campo da efetivação dos direitos, parece assim ser o grande desafio na luta pela real democratização da educação no Brasil”.

Se o acesso à educação de jovens e adultos é um direito, conforme expomos no capítulo 1, ele deve vir acompanhado pela qualidade. A perspectiva de que “não está bom, mas como é na EJA, podemos entender”, precisa ser superada por esses sujeitos desta modalidade de ensino, que, em boa parte dos casos, vêm de uma vida marcada por estigmas.

Levando em consideração uma realidade distinta de Joana, Pedro, com apenas 18 anos, de uma forma geral, também critica a qualidade de ensino do Proeja. Para ele, o ensino é “fraco” e, na sua concepção, se justifica porque é preciso levar em conta as pessoas que chegam cansadas do trabalho e estão muito tempo sem estudar. Ou seja, mais uma vez a baixa qualidade do curso é justificada pelo fato de ser um curso voltado para o público da EJA.

Uma outra questão que merece destaque na pesquisa são as impressões que os alunos tinham da instituição CPII antes e agora como alunos da mesma.

Algumas posições se destacam, como a de João, que afirma que o CPII é superior a qualquer outra instituição em que ele estudou. Já, segundo Marcela, pensou que jamais passaria na prova de seleção, pois achava que o ensino era “superior” a ela.

Em outros casos, externou-se um sentimento de pequena frustração. Como o caso de Joana, por exemplo, que citou a greve como uma decepção.

Pedro, por sua vez, afirmou que as impressões que ele tinha da instituição se mantiveram apenas em relação ao ensino regular, mas não sobre o Proeja.

Mais uma vez se evidencia, na percepção de Pedro, que a qualidade de ensino no Proeja não é a mesma da educação regular.

Ao serem indagados sobre as principais mudanças na vida após o retorno aos estudos, tivemos respostas bem positivas, como a de João, que afirmou que resumiu esta mudança como “esperança para o futuro”.

Andreia apontou mudanças na sua linguagem, no trato com a literatura e demais disciplinas.

Marcela demonstrou, em sua resposta, que voltar aos estudos significou uma espécie de elevação da sua autoestima. A partir de agora, ela tem o seu tempo ocupado com os estudos e isto lhe traz certo orgulho.

A prova de seleção aparece como fator fundamental na contribuição da elevação da autoestima destes sujeitos. Embora a maioria afirme que não encontrou dificuldades na realização das provas, percebemos em algumas entrevistas a importância do processo seletivo para estes alunos. A aprovação representa um incentivo a mais para estes alunos, que em muitos casos começam descreditados.

Bom, toda vez que você vai fazer uma prova dizem: “Pedro ll, Pedro ll”. Quando eu fazia qualquer comentário que já tinha feito a inscrição sempre vinha um idiota falar: “lá é ruim de você passar”. Então, vou ser bem sincera, quando eu vim fazer a prova, pensei assim: “tanto faz tanto fez se eu passar ou não”, já tinham me desanimado tanto que eu nem esperava. Mas Deus é tão bom que eu passei e ainda passei com nota máxima (Aluna Marcela).

Também não escapa à percepção dos alunos a importância do jantar. Andreia destacou como um dos fatores positivos do curso, uma vez que muitos alunos não teriam como comer se tivessem que pagar. Certamente este é um fator que contribui inclusive para permanência

destes alunos no curso, pois depois de um dia de trabalho, a ausência do jantar dificultaria bastante a aprendizagem desses alunos.

A funcionária Ana faz questão de exaltar a qualidade do jantar e destacar na sua fala que a comida é preparada especificamente para os alunos do Proeja. Na realidade, o fato do jantar ser fresco e preparado exclusivamente para os alunos do Programa não deixa de ser um direito desse público. Mas, se considerarmos a realidade de como a EJA costuma ser tratada de uma forma geral, este é um fator bastante positivo e reconhecido pelos alunos.

Existe uma questão simbólica muito grande que envolve o CPII. Isso pode ser percebido em falas como a de João, por exemplo, que ao ser indagado sobre como ele se sentia por ser aluno do CPII, deu a seguinte resposta.

Eu sempre fui aquele aluno que chegava no colégio, olhava para um lado e para o outro e falava: “poxa para que usar uniforme? Isso é besteira”. Falava assim mesmo. Eu nunca gostei de usar uniforme, hoje não. Dá gosto usar uniforme que o Colégio Pedro II exige que você use. Pra ser sincero, no meu caso, eu até acho que eles são bastante flexíveis, porque deveria ser bem melhor o uniforme. Eu não gosto dessa cor aqui não, azul, deveria ser branco como os demais.

Esta fala de João é muito parecida com a de Ramiro Cruz³⁷, egresso, da década de 1970, do ensino regular da instituição:

Ir ao Colégio Pedro II a cada dia, vestir o uniforme que para muitos era o manto sagrado, fez com que víssemos o mundo e as pessoas de um modo diferente. Somos o que somos hoje graças ao Colégio Pedro II. (Colégio Pedro II, 2007, p. 38).

O simbolismo que envolve o CPII se expressou, nestes casos, através do orgulho de usar o uniforme.

No caso de João, nos chamam atenção alguns aspectos. O primeiro é o fato de ele fazer questão de usar um uniforme. Em uma das nossas visitas ao CPII, presenciamos a diretora chamando a atenção de um aluno que estava com o jaleco em cima da mesa. Neste caso, ele foi obrigado a vesti-lo. O uniforme não é opcional no Colégio, mesmo no turno da noite.

João fala que sente orgulho em usar o uniforme do CPII, mas que preferia que o uniforme fosse igual ao uniforme dos alunos dos turnos diurnos. Tratando-se de um aluno da

³⁷ É importante lembrarmos que existe uma Associação de Ex-alunos do CPII que, inclusive, tem o poder, segundo o Artigo 7º, inciso V do Estatuto do CPII, de indicar dois representantes para participar do Conselho Superior da Instituição.

educação de jovens e adultos, percebemos nas entrelinhas desta fala o desejo de um reconhecimento como aluno do CPII, assim como são os alunos do diurno. O orgulho de estar na instituição é grande e precisa ser compartilhado com a sociedade. As pessoas precisam olhar para ele e reconhecê-lo como aluno do CPII.

Afinal, conforme afirmou Patrícia, ser aluno do CPII é um “privilégio”. Também se sentindo privilegiada, Andreia foi um pouco mais longe, ao destacar o fato de estar em uma instituição federal, como algo que “nem todo mundo consegue”.

Depois de interrupções em suas trajetórias escolares, o fato de estudar no CPII faz com que esses alunos esperem uma espécie de reconhecimento da sociedade. É o que Marcela nos conta, ao dizer que se sente orgulhosa de si mesmo e que muitas pessoas sequer acreditam que ela estuda no CPII.

No caso dela, não se percebe uma distinção entre o Proeja e o regular. Ela afirma que a prova é muito difícil e cita o exemplo de “pessoas novas” que fizeram a prova, mas não passaram.

Com uma perspectiva mais pragmática, Joana diz que se sente “um pouco” realizada. Ela espera ver resultados práticos de sua passagem pelo Proeja. A diferença de se estudar em uma instituição como o CPII está no ensino regular e não no Proeja.

O seu depoimento é típico de uma pessoa de 65 anos de idade, que sofreu algumas decepções na vida. Foi recentemente demitida da empresa em que trabalhava há dezessete anos e que, por sua idade, encontra dificuldades de se recolocar no mercado de trabalho.

Pedro, que em outro momento da entrevista fez críticas à qualidade do curso, afirmou se sentir “lisonjeado” em estudar em uma instituição como o CPII. Nas suas palavras, o Colégio é mais forte que qualquer outra instituição pública. “Mesmo o Proeja, se comparado com outras instituições públicas noturnas, é superior”.

Não é nosso objetivo nesta pesquisa comparar experiências entre instituições que ofertam a educação de jovens e adultos, por este motivo não temos condições de avaliar a afirmação do aluno Pedro. Julgamos que seja fundamental que tais experiências sejam analisadas em pesquisas futuras.

3.3.3 – Percepções dos egressos

O egresso Rodrigo destacou que entrou no Proeja do CPII com a seguinte mentalidade: “eu vou mudar a minha vida. Eu vou melhorar de alguma forma”. Com isto,

apontou como principal aspecto positivo no curso, as relações interpessoais dentro do curso. Segundo ele, esta esfera “familiar”, que envolve o Programa, foi fundamental. Na realidade, esse ambiente do curso, para ele, supre inclusive a ausência de pessoas “lá fora”, e o faz se sentir mesmo “em uma família”.

As egressas Vanessa e Denise também fizeram questão de destacar as relações interpessoais dentro do curso. Relações com os professores, funcionários, gestores e colegas de turma. O aspecto negativo que elas apontaram, embora não as tenha atingido, mas sim a alguns colegas de curso, foi a dificuldade de conseguir estágio, principalmente nos casos de alunos com mais idade.

Segundo Vanessa, uma colega de 65 anos lhe falou: “Ninguém vai querer me dar estágio nesta idade”. E não se tratava apenas de uma pessoa, existiam outras na mesma situação.

Os constantes atrasos no recebimento da bolsa de R\$100,00, dada pelo governo aos alunos do Proeja, também foi destacado como aspecto negativo.

Em relação às impressões que ficaram do CPII, após terem sido alunos do Proeja, foram todas positivas. Denise apontou que costuma ir na sua antiga escola incentivar as colegas a estudarem no Proeja. Afirmou que faz isso todo ano, inclusive levando panfletos de divulgação do curso e deixando na escola.

Já Rodrigo, ao falar sobre lembranças do tempo do curso, afirma que “você não é apenas mais um aluno, você é aluno do Colégio Pedro II”.

Este sentido simbólico do estudar no CPII, conforme vimos acima, é muito significativo também na vida dos alunos.

Em relação à experiência profissional obtida no curso, Rodrigo destaca que foi positiva, pois no momento consegue fazer manutenção de computadores, o que antes tinha que pagar. Sobre o valor do diploma, informou que a única vez que precisou usar teve um resultado positivo, pois foi em uma empresa que presta serviços para o próprio CPII. No caso, ele acabou sendo contratado e atua até o presente momento (da entrevista).

Vanessa e Denise, que foram alunas do curso de administração, já trabalhavam na área durante o curso e continuam nas mesmas empresas que atuavam quando estudantes do CPII. Por este motivo, em linhas gerais, ainda não conseguiram medir o poder do diploma do CPII.

Os três entrevistados também demonstraram o desejo de continuar os estudos. Rodrigo afirmou que pretende fazer concurso para ser funcionário do CPII, uma vez que trabalha para

uma empresa terceirizada e não pretende romper o vínculo com a instituição. Segundo ele, após conseguir o objetivo de se tornar funcionário concursado do CPII, pretende fazer uma faculdade.

Vanessa e Denise também querem tentar a faculdade. Ambas começaram a fazer um pré-vestibular. Denise está fazendo mais um curso técnico de contabilidade, destinado a alunos que já possuem o diploma de ensino médio.

3.4 – Observações sobre a estrutura do Proeja no CPII

No decorrer das entrevistas, os sujeitos do Programa também destacaram alguns aspectos mais relacionados ao funcionamento estrutural do Proeja no CPII.

Os alunos e egressos não se furtaram em apontar alguns desses aspectos. O que mais apareceu na fala deles foram questões relacionadas, principalmente, à bolsa de estudos, no valor de R\$ 100,00, que é paga para os alunos, por parte do governo federal.

Não nos deparamos nas entrevistas com nenhuma afirmação de que a bolsa foi essencial em relação à decisão de se matricular no curso. Pelo contrário, em alguns casos, esses alunos e egressos disseram que nem tinham conhecimento da bolsa no momento da matrícula no curso.

Na verdade, quando eu vim fazer, não sabia que quando a gente entra para o Proeja ganha uma bolsa de R\$100,00. O intuito era se formar, era ter a estabilidade e a bolsa foi consequência. Mas, até isso vir parar nas nossas mãos foi muito complicado. Até hoje é. (Egressa Vanessa)

Se levarmos em consideração o fato de que aproximadamente 39% dos alunos do Proeja no CPII, *campus* Centro, tem renda de um salário mínimo, que no momento das entrevistas era de R\$ 678,00, perceberemos que, para muitos, a bolsa significa um acréscimo próximo de 15% na renda dessas pessoas. Desta forma, tende a ser um importante incentivo e auxílio para esses alunos durante o curso.

Muitos alunos entrevistados se queixaram sobre os constantes atrasos desta bolsa que, nas palavras da aluna Joana, “não é algo que se possa estar contando”, justamente por conta da demora.

O aluno João foi um pouco além em relação às suas observações sobre a estrutura do Programa. Teceu críticas em relação ao sucateamento do prédio do CPII, *campus* Centro. Ele gostaria de ter acesso às verbas da instituição para atuar na fiscalização dos gastos.

Eu acho que poderia ser melhor, na infraestrutura do prédio. A gente vê que é complicado isso aqui. Você não pode sequer cobrar porque não tem acesso à informação, quanto de verba vem para o colégio ou algo assim. O que está sendo feito, de que forma tem sido gasto, o que sobra. Aqui é um prédio histórico, tem vários locais que precisam ser reformados, restaurados. Até documentos históricos. [...] A gente olha pra um quadro com as fotos dos “bacharéis”, tudo estragado. Então, essa questão aí eu reprovo totalmente.

Perguntamos aos gestores e funcionários entrevistados se perceberam alguma mudança significativa na instituição com a chegada do Proeja. Cada um procurou responder essa questão a partir de sua realidade e vivência dentro do CPII. A funcionária Ana, por exemplo, ilustra bem este quadro:

Não mudou. O que mudou é ter o turno da noite. Os professores são os mesmos. O que deveria ter um professor preparado especificamente para trabalhar com essas turmas, pois eles ficariam sabendo como lidar com tantas dificuldades e o aluno saberia se chegar melhor nessa situação. [...] Eu acho agonizante tanto o lado do professor, porque sou professora e sei como funcionam certas coisas, e também do lado do aluno. Os dois sofrem e a vida continua.

A partir da percepção dessa funcionária, é possível identificar que houve apenas mudanças mínimas que, na realidade, afetaram mais a rotina do que a estrutura propriamente dita da instituição. Ou seja, alguns setores passaram a funcionar também no turno da noite, assim como alguns professores também foram remanejados para o noturno. Todavia, não ocorreu, até então, uma adaptação de fato estrutural da instituição, com uma preparação de setores e, principalmente, do corpo docente, para lidar com esse novo público e com essa nova realidade dentro do Colégio.

A gestora Elaine compartilhou algumas dificuldades que tem na execução de seu trabalho em relação ao Proeja. Trata-se, segundo ela, de uma instituição pensada em sua estrutura para funcionar durante o dia. A chegada do Proeja não foi suficiente para fazer com que isso fosse repensado. Por este motivo, encontra sérias dificuldades de gestão, uma vez que setores essenciais do Colégio só funcionam durante o dia. Isso faz com que problemas que

surgem só possam ser pensados no dia seguinte, o que a obriga a começar seu expediente sempre na parte da tarde.

Mesmo com tais dificuldades, a gestora relata que consegue resultados. Entretanto, não com a mesma agilidade que conseguiria nos turnos diurnos, o que em sua opinião não tem como ser resolvido. Apresenta como uma importante sugestão para o CPII, a existência de um gestor específico na estrutura institucional do Colégio para o Proeja, pois, segundo ela, não há uma função específica na estrutura do Colégio que responda pelo Programa. A responsabilidade está com a diretoria de ensino médio. Considerando a especificidade do Proeja, segundo ela, uma pessoa que respondesse exclusivamente pelo Programa ajudaria bastante no seu desenvolvimento.

A professora Catarina elogia a proposta do Proeja no papel e afirma que, na prática, tal proposta não é cumprida efetivamente. Embora o curso, segundo ela, contribua efetivamente na formação dos alunos que “saem com uma nova postura diante da vida”, há, na sua concepção, problemas com a infraestrutura. No caso do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, não há, na sua opinião, um laboratório adequado para que os alunos aprendam a fazer manutenção em computador.

Tais problemas, segundo ela, comprometem a principal vertente do Proeja, que é “o lado profissional”. Não existe a mesma “preocupação” institucional com o que acontece no regular e no Proeja.

Enfim, considerando as questões até aqui apresentadas, uma temática que se evidencia quando conhecemos e ouvimos os sujeitos do Proeja é a da diversidade. Para Hanemann (2013, p. 28):

La diversidad es una noción que hace referencia a la diferencia, la variedad y la heterogeneidad de las poblaciones que potencialmente participan en las diferentes ofertas de la educación de personas jóvenes y adultas. Se refiere a diferentes aspectos que distinguen a las personas unas de las otras: la edad, el sexo, la orientación sexual, la identidad sociocultural y lingüística, el origen étnico o nacional, el estado matrimonial o parental, la religión, la afiliación política, la ubicación geográfica o la escolaridad.

No caso dos atores que compõem o Proeja no CPII, *campus* Centro, observamos que tratam-se de pessoas com trajetórias escolares distintas, com faixa etária que variou entre 18 e 65 anos, vivências completamente diferentes e, conseqüentemente, com perspectivas e leituras de mundo próprias.

A riqueza desses olhares e leituras diversos sobre um contexto comum - contexto que as une e as aproxima - o do Proeja se evidencia justamente quando usamos esta diversidade como ponto de partida.

Podemos tomar, como exemplo, o caso dos alunos João e Pedro. Ambos jovens, com idades entre 23 e 18 anos, respectivamente, mas com trajetórias pessoais tão distintas.

Enquanto um (João) foi criado no interior do Brasil, trabalhou desde criança, sofreu várias interrupções em sua trajetória escolar por conta de dificuldades sociais de sua família, o outro (Pedro) viveu sempre no Rio de Janeiro. É filho de uma ex-aluna do CPEI e abandonou o 2º ano do ensino médio, por questões pessoais. Como ele mesmo declarou, “coisa de adolescente”, mas que não o afastou sequer um ano dos estudos.

Com o Proeja, ambas as trajetórias se esbarram e se veem diante do que muitos alunos chamaram de “privilégio de estudar no CPEI”. “Privilégio” este que, a partir dos conjuntos de especificidades de cada um, é vivido, por estes e por todos os demais alunos do Programa, de forma particular.

Tanto João quanto Pedro esbarraram em algo que os incomoda. Cada um expressou o seu incômodo à sua maneira a partir de sua perspectiva. O incômodo de perceber que não estão no mesmo CPEI que os alunos do diurno.

João expressou isto nas entrelinhas de sua fala, ao elogiar o uniforme do Proeja e ao mesmo tempo afirmar que gostaria de um uniforme “branco como os demais”. Já Pedro foi direto, afirmou que a sua perspectiva se manteve em relação à instituição, mas não em relação ao Proeja, que não possui a mesma qualidade de ensino que os cursos regulares.

Mesmo com a distinção de suas trajetórias e a partir de meios diferentes, ambos chegam à conclusão de que há uma diferença de tratamento entre o regular e o Proeja no CPEI. Entretanto, tais fatores não foram suficientes para ofuscar o orgulho desses alunos em estudar no CPEI.

Esta leitura, a partir dos casos emblemáticos de João e Pedro, pode ser feita também com outros alunos. Alguns, de forma mais direta, e outros nem tanto. O retorno aos estudos e em uma instituição com o reconhecimento social e estrutura do CPEI promove, em muitos casos, uma “possibilidade de recomeço”. Muitos a encaram como uma nova chance que a vida lhes proporciona, como um resgate de autoestima.

Nas falas dos egressos, algumas percepções mais críticas em relação ao curso já não aparecem, como no caso de alguns alunos. Embora reconheçam que existem questões que

devem ser melhoradas, ou até mesmo corrigidas, como o caso de colegas que não conseguem estágio por conta da idade e, conseqüentemente, não conseguirão o diploma também, há um sentimento de que portar um diploma do CPII, “não é para qualquer um”.

Há para esses sujeitos uma atmosfera muito positiva dentro do Programa, que apesar das dificuldades, acabam servindo de suporte para que estes alunos resistam e consigam concluir os seus objetivos.

Gestores, funcionários e professores contribuem diretamente para esta atmosfera positiva. Embora todos tenham reconhecido, em suas entrevistas, que, infelizmente, o tratamento dado ao Proeja está muito aquém do tratamento dado às demais modalidades de ensino da instituição. Assumem o desafio do Proeja, de modo a contribuírem com esse clima especial relatado por alunos e egressos. Percebe-se que a falta de uma formação específica para trabalhar com educação de jovens e adultos contribui para alguns equívocos.

Enfim, a partir dos olhares dos sujeitos do Proeja no CPII, percebemos que o Programa pode representar novos passos na educação de jovens e adultos. Entretanto, para que tais passos sejam novos de fato é preciso romper com algumas heranças ainda associadas à EJA. Afinal, hoje a tratamos como uma modalidade de ensino da educação básica e um direito conquistado. Não se trata mais de filantropia, benefício e tão pouco assistência.

Considerações Finais:

Resgataremos, neste momento, algumas questões essenciais que surgiram ao longo da pesquisa e que podem ser possíveis contribuições para a reflexão do tema. De antemão, gostaria de ressaltar que este trabalho não é conclusivo. A partir dos limites de uma dissertação de Mestrado, destaco que os dados levantados durante este percurso suscitaram algumas hipóteses, muitas das quais precisarão ser averiguadas e aprofundadas no futuro.

O tema da EJA no Brasil precisa sempre levar em conta a realidade excludente que faz parte das nossas estruturas econômicas, políticas e sociais. Isto porque estamos diante de uma modalidade de ensino, que a princípio legalmente foi pensada para atender pessoas que, por motivos distintos, não concluíram ou não tiveram acesso à escola na idade e no tempo, considerados como próprios.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) nasceu durante o governo do presidente Lula, em um momento em que os olhos do país estavam voltados para a primeira gestão de um presidente oriundo das camadas populares.

Era um contexto em que a Educação Profissional passava por uma reestruturação e a educação de jovens e adultos emergia com um certo destaque no governo. Após a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso ter dado um duro golpe na educação profissional do país ao separar o ensino médio do ensino técnico em 1997, além de vir também de um histórico de vetos importantes em relação a políticas de verbas para a EJA, em 2004, o governo Lula reestabeleceu a educação profissional integrada ao ensino médio, além de ter se mostrado também mais disposto a investir em uma política nacional de educação de jovens e adultos.

O Proeja, neste cenário, assumiu algumas características que reputo como importantes no quadro da educação nacional:

- A forma como o programa foi gestado na sua reformulação em 2006 que culminou no Decreto n.º 5.840/2006. Foi um processo que contou com a participação de distintos atores interessados no Programa.

- Embora não tenha sido o primeiro Programa a integrar a educação profissional à EJA, outro diferencial do Proeja foi ter promovido esta associação a partir da proposta de um currículo integrado. Esta integração aparece de forma bem clara no Documento Base do Proeja (Brasil, 2007a, p. 41), quando afirma que:

[...] o que se pretende é uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional.

- O Proeja teve o mérito de resgatar, em sua proposta, o conceito de politecnia, que surge no documento a partir da lógica do trabalho como princípio educativo. De certa forma, este fato evidencia, na proposta do Programa, no que se refere ao Ensino Médio, um rompimento com a lógica de formação de mão de obra exclusivamente para o mercado.
- Finalmente, outro fator que gostaríamos de apontar como diferencial do Proeja, está relacionado à sua proposta de formação de professores e gestores, assim como o fomento à pesquisa. A formação seria por meio de cursos de pós-graduação, projetos de extensão etc. Quanto à pesquisa, contou com o Edital Proeja-CAPES/SETEC n.º 03/2006, cuja finalidade foi estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa entre universidades e instituições federais de educação profissional.

Essas são características da proposta do Proeja que o destacam no cenário da educação nacional. É sempre importante frisar que a nossa pesquisa se restringiu à análise apenas ao Proeja voltado para o ensino médio e não o Proeja FIC.

O fato de apontarmos esses aspectos, não significa que todos eles conseguiram se efetivar na prática. Ao olhar para realidade a do Programa no CPII, por exemplo, percebemos, de forma mais explícita, algumas vulnerabilidades que o Proeja apresenta enquanto ação de governo.

Destacamos, entre elas, a ausência de uma política de estágio para atender os alunos do Programa e a falta de uma estrutura nacional para apoiar a implementação do Proeja nos estados e municípios.

Em relação à ausência de uma política de estágio no Proeja, basta dizer que o Programa não articulou, em sua proposta, uma política que encaminhasse os alunos para o estágio a partir de parcerias com empresas e/ou instituições em geral. Por conta disso, tivemos notícias de alunos que estão tendo dificuldades para realizar o estágio.

Como o recorte de análise desta pesquisa se restringiu ao CPII, não foi possível verificar se este problema com os estágios se repete em outras instituições que ofertam o Programa, como, por exemplo, o IFRJ e o CEFET. O fato é que tais instituições tem larga experiência na oferta de cursos técnicos e contam com programas de estágio voltados para alunos do regular. No caso do CPII, a ausência de uma política de estágio para o público do Proeja é clara. Seria ela reflexo de certo preconceito com o público do Programa? Pergunta-se: por que o CEFET Maria da Graça, com o qual o CPII tem convênio, não o orientou na elaboração dessa política?

Em relação à ausência de uma estrutura de acompanhamento, monitoramento e fiscalização da implementação do Proeja nos estados e municípios, percebemos que a sua implantação ficou por conta única e exclusivamente da instituição. Trata-se de uma escola sem tradição na educação profissional e sem experiência na educação de jovens e adultos, desta forma esse acompanhamento seria uma forma de preservar os conceitos propostos no Programa.

Uma perspectiva interessante do Proeja, que destacamos nesta pesquisa, está no fato de proporcionar o acesso de alunos da EJA a escolas de excelência da Rede Federal. Geralmente são escolas com uma seleção bastante criteriosa, em que somente passam alunos com uma formação inicial muito diferenciada, principalmente que se destacaram no ensino fundamental.

O Proeja nasceu, conforme é destacado no Documento Base (BRASIL, 2007a), com a pretensão de se transformar em uma política permanente. Para consolidar a integração da educação profissional à educação básica na modalidade educação de jovens e adultos, foram publicadas portarias, decretos e leis (Decreto n.º 5.154/2004, Decreto n.º 6.095/2007, Portaria n.º 2.080/2005, Lei n.º 11.741/2008, Lei n.º 11.892/2008, a Lei n.º 12.677/2012). Acreditamos que são conquistas que vão além propriamente das fronteiras do Programa. Consolida-se a oferta de cursos de Educação Profissional integrados à Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, uma vez que atualmente os

Institutos Federais e o Colégio Pedro II são obrigados, por lei, a ofertar tal modalidade de ensino.

Cabe agora, principalmente, à sociedade civil organizada, acompanhar os seus desdobramentos, não deixando que novamente mais uma proposta que se apresenta tão positiva venha se tornar refém de interesses políticos, principalmente partidários.

Como um dos encaminhamentos em execução, os Institutos Federais e o Colégio Pedro II vêm adaptando os seus Estatutos a esta nova realidade, como é o caso do CPII que, a partir da legislação vigente, assumiu entre os seus objetivos (explicitados no novo Estatuto), o de ministrar educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Mas, para que a proposta do Proeja possa se consolidar como uma política de Estado espera-se, além da garantia de sua permanência, a aprovação de normativas em diversas instâncias como, por exemplo, a realização de concurso público específico para professores.

Como o CPII assumiu a mesma estrutura dos Institutos Federais, pela Lei n.º 12.677/2012, o seu Estatuto, baseado na Lei n.º 11.892/2008, também inclui nos seus objetivos a oferta de cursos de educação profissional integrados à EJA.

Contraditoriamente aos encaminhamentos até então evidenciados, as atenções do atual governo estão neste momento voltadas quase exclusivamente para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Todos os seus investimentos estão sendo direcionados para o Pronatec. Diferentemente do Proeja Ensino Médio, o Pronatec tem ações voltadas para cursos de curta duração na perspectiva de qualificação profissional. Isso tem contribuído para que haja rumores de que o Proeja possivelmente acabará.

Acredito que, mesmo que o Proeja seja extinto, a educação profissional integrada à EJA no ensino médio está garantida no texto da legislação. A existência de tais cursos nos Institutos Federais e no Colégio Pedro II configura-se com um importante legado do Proeja.

Se considerarmos o contexto em que a educação de jovens e adultos vem se desenvolvendo historicamente no Brasil, certamente reconheceremos que a integração da Educação Profissional com a EJA, nos moldes propostos pelo Proeja, é uma importante conquista. Entretanto, a garantia legal de uma oferta de vagas não pode ser ingenuamente tratada como garantia de sucesso. Existe todo um processo de contradições e disputas que nos ajudam a refletir sobre os rumos tomados e descortinar caminhos que ainda precisam ser percorridos.

Diante de todas as reações dialéticas que envolvem a formulação de um Programa como o Proeja, podemos afirmar que ele foi capaz de articular encontros que provavelmente seriam impensáveis em outros momentos da nossa História. Um desses encontros foi o que motivou esta pesquisa, o da EJA com o Colégio Pedro II.

A entrada do Proeja no CPII é parte de um processo em que a instituição se aproxima das demais instituições federais, passando a compor, a partir de 2012, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, além de assumir a pretensão de atuar no ensino superior, tornando-se referência também na oferta de licenciaturas no país.

Podemos afirmar que a entrada do Proeja, de certa forma, se integra ao contexto de expansão que vive a instituição, com a abertura de *campi* em outras regiões do estado do Rio de Janeiro – Realengo, Niterói e Duque de Caxias. Além disso, há também uma tendência de diversificação do público da instituição que, no nosso entendimento, começa com a adoção, em 2005, do sistema de cotas para alunos oriundos de escolas públicas.

Neste sentido, a instituição que advém de uma tradição de formação de elites da época do Império, que era até então diferenciada dentro da estrutura do MEC e a única citada nominalmente na Constituição Federal, tinha, por estes e outros motivos, uma diferenciação no seu diploma.

Não podemos ainda saber se tais mudanças na estrutura da instituição afetarão, em longo prazo, o prestígio do seu diploma, como muitos possam acreditar. O fato é que percebemos no CPII uma preocupação em resguardar a sua tradição, principalmente ao explicitar no seu estatuto (Art. 5º, inciso II) que preservará “o perfil de ensino humanístico da instituição” na oferta de educação profissional tanto para os concluintes do ensino fundamental, quanto para alunos da EJA.

Há nesta ressalva uma tentativa de manutenção da identidade construída historicamente pela instituição. Assim como a participação no Conselho Superior de dois egressos, indicados pela Associação de ex-alunos da instituição, previstas no atual Estatuto, é, no nosso entendimento, uma tentativa de zelar pela preservação da tradição do Colégio, uma vez que esses ex-alunos tem o nome da instituição inerente as suas histórias.

Bourdieu (2012, p.160) chama de “histerese do habitus” o fenômeno pelo qual um diploma perde valor no mercado, mas mantém o seu prestígio, pelo menos por um longo tempo. “O apego a uma representação antiga do valor do diploma favorecido pelas histereses

dos habitus contribui, certamente para existências de mercados nos quais os títulos podem escapar (pelo menos, na aparência) à desvalorização”.

Partindo da inferência de que no caso de instituições como o CPII, que construiu um prestígio social ao longo da história, mesmo que esta venha sofrer – ou esteja sofrendo uma desvalorização real –, o prestígio que a mesma desfruta no imaginário social demorará a ser afetado.

Em uma avaliação geral, observamos que, no caso do CPII, infelizmente, não há uma aplicação de algumas prerrogativas previstas no Proeja. Não identificamos, por exemplo, nos contatos que tivemos com gestores, professores e alunos, uma aplicação prática do currículo integrado e nem com a concepção do trabalho como princípio educativo. O conceito de politecnia não é efetivamente aplicado. Há sim uma preocupação de inserção ou de melhoria de condições deste público em relação ao mercado de trabalho.

Não existe de fato uma formação que parta do trabalho como elemento constituidor da identidade humana. O currículo, por sua vez, segue o modelo tradicional e apenas inclui as disciplinas técnicas. A especificidade da EJA como modalidade de ensino também não é observada na estrutura curricular, que a confunde com redução de conteúdos.

Isto pode representar o reflexo da ausência de uma formação específica dos profissionais que trabalham com o Proeja no CPII, até mesmo com relação à compreensão do próprio Programa. Formação esta que está prevista na proposta do Proeja.

No caso específico do CPII, acreditamos que o fato de a maioria dos professores possuir pós-graduação – tanto *lato* quanto *stritu senso* –, provavelmente não estimula a participação destes profissionais em nova especialização. Mesmo porque, dar aula no Proeja não faz parte propriamente dos seus planos, não é o objetivo na carreira de muitos professores. Por terem passado por um processo seletivo bastante rigoroso e atuarem em uma instituição reconhecida nacionalmente como de excelência, provavelmente se sentem preparados o suficiente para trabalhar inclusive no Proeja.

A ausência de uma formação para trabalhar na EJA foi percebida na fala da professora Catarina, que reconheceu usar no Proeja a mesma metodologia que utiliza no regular, com uma simples redução de conteúdo. Mas ao mesmo tempo evidenciou-se no contato com alunos, egressos e professores, um esforço por parte dos docentes para atender a demanda dos alunos. O que fez, por exemplo, alguns professores repensarem o uso de *slides* porque alguns

alunos, bastante cansados por conta de suas pesadas rotinas, tendiam a dormir durante as exposições.

Os professores que atuam no Proeja precisam efetivamente de uma formação específica. Seja por ter uma proposta de um currículo integrado, pautado na proposta da politécnica, que é algo novo e desafiador para a maioria dos professores, assim como pelo fato de ser um programa voltado para a modalidade EJA.

Esta questão – formação de professores para trabalhar com a EJA – é um problema que precisa ser encarado não apenas no âmbito do CPEI, mas no contexto da política de formação de professores na educação brasileira. Infelizmente, os cursos de formação de professores ainda não dão condições dos seus formandos saírem preparados para trabalhar com esta modalidade de ensino.

Em pesquisa realizada sobre formação de professores e práticas de letramento na EJA, Ferreira (2008) também se deparou com a lacuna que há na formação dos professores em relação à educação de jovens e adultos. Em muitos casos, estes professores, por não virem das universidades com tal formação, acabam por adquiri-la na prática, na vivência em sala de aula.

Há um desafio crescente para as universidades no sentido de garantir/ampliar os espaços para discussão da EJA, seja nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, sendo fundamental para isto considerar a produção já existente em Educação de Jovens e Adultos. É preciso ultrapassarmos os estágios a que chegamos, no sentido de buscar melhor definição dos conceitos e aportes teóricos que referendam as pesquisas em EJA, assim como seus procedimentos metodológicos (SOARES, 2003 *apud* FERREIRA, 2008, p. 78).

Entendemos que o Proeja só terá profissionais especializados em EJA no momento em que contar, por exemplo, com concurso específico para trabalhar com esta modalidade de ensino. Não basta apenas prever no Documento Base uma formação para os professores e gestores, é preciso garantir que esta formação aconteça na prática. Caso contrário, pode comprometer ou descaracterizar o que seria propriamente inovador.

No caso do Proeja no CPEI, ainda nos deparamos com informações de que o trabalho dos professores do Programa é desvalorizado por outros colegas docentes da instituição.

[...] muitos deles criticam os que estão como se estivessem fazendo um trabalho menor, como se dar aula no Proeja fosse um trabalho preguiçoso. Muitos não querem dar aula no Proeja de jeito nenhum,

mas tem esse discurso de que não é trabalho, de que é, digamos [...] uma forma fácil de se ganhar dinheiro e completar a carga horária. Há muito preconceito. (Professora Catarina)

Isso faz com que muitos professores optem por trabalhar no Programa, principalmente por questões de ordem pessoal, como, por exemplo, apenas para preencher carga horária.

O CPII não conseguiu mobilizar a sua estrutura administrativa para atender o Proeja. Há, na percepção de profissionais que participaram desta pesquisa, uma diferença grande do tratamento institucional do Proeja, se comparado ao ensino regular. Dentro do organograma institucional, o Proeja está abaixo da Diretoria-adjunta de ensino médio. Não existe uma pessoa que propriamente responda exclusivamente pelo Programa na instituição.

Isso, em linhas gerais, é um indício de que o Proeja está longe de ser uma das prioridades do CPII.

Infelizmente, não existe por parte do CPII uma proposta de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa, fragilizando ainda mais a sua execução conforme previsto na sua concepção.

Através de dados obtidos na pesquisa, é possível verificar que o Programa no CPII conta com um índice estimado de evasão aproximadamente 30% maior que as demais modalidades do ensino médio. Os dados apontam para uma estimativa alarmante de aproximadamente 55% de evasões.

Dentre os motivos das evasões, conforme informações obtidas nas entrevistas, vão desde dificuldades para conciliar o trabalho e os estudos, até problemas pessoais, como casos, por exemplo, de enfermidades. O maior número de justificativas para as evasões são por dificuldades de conciliar o trabalho com os estudos.

Esta é uma questão que vai além propriamente das questões pedagógicas. Sem sombra de dúvida necessitará de ações conjuntas do governo e da instituição, propriamente dita. Entretanto, uma perspectiva importante para se pensar a evasão está no exercício dialético. Ou seja, considerar a permanência destes sujeitos.

Neste caso, as falas dos egressos são bastante emblemáticas, com destaque para os laços de solidariedade desenvolvidos ao longo do curso. Isso não apenas entre alunos, mas também com professores e funcionários. Estes laços serviram de suporte para que sujeitos, como no caso da egressa Vanessa, conseguisse concluir o curso de forma quase que heroica depois de ter que se submeter a uma dupla jornada de trabalho, assistindo aulas em dias

alternados e muitas vezes sem ter conseguido dormir, devido os horários de seus plantões. Alguns cuidados por parte da instituição e de seus funcionários também são lembrados pelos egressos como essenciais. É o caso do jantar, por exemplo, que sem dúvida é um elemento fundamental para que alunos, depois de cansativas jornadas diárias, conseguir assistir aula. A boa qualidade da comida é lembrada por esses sujeitos que a recebem como um gesto de acolhimento e carinho por parte do CPEI e de seus funcionários.

Os dados sobre o perfil dos alunos obtidos através dos questionários aplicados pelo *campus* Centro nos mostram que o público do Proeja do CPEI, como de costume na educação de jovens e adultos, é composto por pessoas oriundas de camadas populares. São alunos trabalhadores e que geralmente vivem com baixa renda.

Por não existir uma proposta de auxílio ao estudante trabalhador, além da bolsa de R\$ 100,00 prevista no Programa, os alunos do Proeja, assim como os da EJA em geral, são obrigados a fazer esforços sobre-humanos para frequentar as aulas e concluir o curso. Sem o protagonismo destes sujeitos para lidar com as condições adversas de sobrevivência de uma classe que desfruta de todos os problemas sociais inerentes à sua realidade social, é inimaginável o seu sucesso no Programa.

Em muitos casos, constantemente os sujeitos da EJA são responsabilizados pelos resultados do Programa, principalmente pelo seu insucesso, não levando em consideração questões que diretamente envolvem sua realidade social, cultural e econômica.

Muitos destes alunos estão em busca de uma recolocação profissional e esperam que o diploma do CPEI os ajude a conquistar este objetivo. Entretanto, nos deparamos com depoimentos de alunos que, mesmo após concluir o curso, não têm conseguido obter o diploma, por não realizar o estágio. Alunos mais velhos, quando vão buscar o estágio, não têm conseguido colocação nas empresas.

O caso da aluna Joana, por exemplo, é emblemático neste sentido. Ela tem 65 anos de idade e é aluna do curso técnico em Manutenção e Suporte em informática. Será que uma senhora de 65 anos conseguirá ser incluída no mercado para trabalhar em Suporte e Manutenção em informática?

Pela natureza de determinadas profissões, os alunos mais velhos estão tendo dificuldades de encontrar estágio.

Embora a proposta do Proeja esteja voltada para um público mais jovem, não se pode excluir de seu escopo os mais velhos, uma vez que é um programa voltado para a modalidade

de educação de jovens e adultos. Contudo, não existe por parte do Programa, e nem da instituição, estratégias para lidar com este tipo de situação. O Proeja deveria prever, na sua concepção, a obrigatoriedade de as escolas também apresentarem uma política de estágio para os seus alunos no seu projeto. Por não existir esta política propriamente na proposta pedagógica da escola executora do Programa, como no caso do CPII, a responsabilidade por conseguir o estágio passa a ser exclusivamente dos alunos.

Por outro lado, se a conclusão do curso está condicionada, à realização do estágio, é também de responsabilidade do executor do Programa apresentar efetivamente opções de estágio. Além de uma proposta consolidada de acompanhamento, monitoramento e avaliação da sua realização. Parece que esta questão do estágio é uma das dificuldades centrais do Programa que precisa ser superada.

Outra questão que precisa também ser analisada é a escolha dos cursos oferecidos no Proeja do CPII. O Programa começou com o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; em seguida, passou a oferecer o Curso Técnico em Manutenção Automotiva, realizado em parceria com o CEFET (Unidade Maria da Graça) – o CPII com a parte propedêutica e o CEFET com o curso técnico. Em 2010, passou a oferecer também o curso Técnico em Administração.

Embora o Decreto n.º 5.840/2006, que criou o Proeja, determine (Art. 5º) que a escolha das áreas profissionais atendidas pelo Programa deva ser de acordo com as demandas locais e regionais e não de acordo com a estrutura física das instituições, em linhas gerais, como no caso do Colégio Pedro II, a escolha parece está diretamente relacionada às suas condições de infraestrutura.

O curso de Administração, por exemplo, não demanda uma infraestrutura de laboratório. O curso de Manutenção Automotiva, por outro lado, tem a sua parte técnica realizada pelo CEFET (unidade Maria da Graça), que já possuía laboratório próprio. O curso de informática, por sua vez, não conta com um laboratório específico para a parte de manutenção de computadores, segundo afirmou a professora entrevistada. O Colégio já dispunha, antes do Proeja, de laboratório de informática com computadores e acesso a internet.

Além da infraestrutura já existente e disponível no Colégio executor do Programa, algumas hipóteses emergem na discussão. Alguns cursos são oferecidos pelo seu baixo custo na sua execução. Outros apresentam características de pouco prestígio social, voltados para

um público desfavorecido social e economicamente. Já outros, em consideração a todo preconceito que paira sobre os alunos da EJA, de apresentarem dificuldades na aprendizagem e/ou defasagens nos conteúdos escolares.

Em síntese, pouco se leva em consideração as demandas do mundo do trabalho, assim como a realidade social e econômica da região atendida. Evidencia-se a permanência do que se convencionou chamar de “cursos pobres para pobres”.

O curso de manutenção de computadores, por exemplo, que também é oferecido pelo Proeja do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Rio de Janeiro, geralmente é oferecido no mercado de qualificação profissional em geral com uma carga horária muito inferior às 1.200 horas previstas para os cursos de formação profissional do Proeja.

Excetuando a ausência de um laboratório específico para parte de manutenção de computadores, o espaço físico que o Proeja utiliza no Colégio Pedro II atende as demandas do curso e do público. As salas proporcionam acomodações consideradas normais e, no caso do *campus* Centro, os alunos têm acesso livre à secretaria, biblioteca e demais setores administrativos do Colégio.

A ocupação do espaço físico do Colégio é uma realidade por parte do Proeja, porém o lugar social do CPII ainda não foi de fato compartilhado com o público do Programa. Por este motivo, algumas falas afirmam que o Proeja ocupa uma espécie de instituição a parte.

Conforme destacado acima, percebemos, durante as entrevistas, que as relações entre os sujeitos que convivem dentro do Proeja, no CPII, *campus* Centro, seguem tranquilas e harmônicas, de uma forma geral. Tanto os alunos e egressos, quanto os profissionais entrevistados, relataram que essas relações se desenvolvem positivamente. Constatamos, inclusive, que, em alguns casos, estas relações são usadas como suportes existências. Suportes para conseguir se manter no curso diante de dificuldades que se apresentam constantemente e que resultam, geralmente, no alto índice de evasões.

O valor simbólico e o prestígio social da instituição são aspectos fundamentais levantados pelos alunos do Programa. Concordando com Martuccelli (2007 *apud* Carrano e Falcão, 2011, p. 172):

[...] é essencial, portanto, que a escola seja “suporte existencial” que contribua para superação da “prova” – no sentido de provação ou desafio –, que é a realização do processo de escolarização. Os suportes podem ser definidos como a relação entre recursos subjetivos que os indivíduos conseguem articular para que se sustentem a si mesmo e o entorno social existente na forma de redes e apoios materiais e simbólicos [...].

No caso do CPII, o prestígio da instituição é usado pelos alunos como suporte existencial. Alunos marcados por interrupções em suas trajetórias escolares passam a ver a oportunidade de serem reconhecidos como alunos do CPII.

O CPII desfruta de um sentido simbólico que é vivenciado por seus alunos. Este sentido não passou despercebido por muitos alunos do Proeja. Em alguns casos, resultou em elevação de autoestima, sentimento de resgate, sentido de privilégio, orgulho de usar o uniforme. Além dos casos de uma egressa entrevistada e de um senhor de 65 anos, que ouvimos falar, refizeram o ensino médio somente para obter um diploma do CPII.

Todavia, tal prestígio simbólico não é capaz de ocultar alguns problemas reais que ocorrem dentro do Programa.

A fala da gestora Elaine é bem emblemática neste sentido,

[...] eles descobrem quando entram aqui que isso aqui é um colégio público como outro qualquer e isso decepciona um pouco eles. Por ser uma instituição de renome, eles acham que a gente não tem problemas, é um colégio que tem uma tradição, que tem uma estrutura diferente.

Embora alguns alunos percebam estes problemas, não abrem mão de reforçar o valor simbólico do CPII, destacando-o e afirmando o “privilégio” de estar em uma instituição diferenciada.

Bourdieu (2012, p. 219 – 227), no texto “Os excluídos do interior”, apontou que o acesso das classes menos abastadas à escola, não significou, na prática, um acesso desses indivíduos a determinadas posições sociais.

No caso específico do Proeja no CPII, o fato de o Programa ocupar o espaço físico do Colégio, não significa necessariamente que ocupou também o lugar social. Quando reconhecemos que há uma distinção dentro da própria instituição, na prática, estamos reconhecendo que aquele público que, em outro momento jamais poderia pensar em ter acesso a uma instituição como o CPII, continua excluído, mas agora dentro da própria instituição.

Por outro lado, tal exclusão não é percebida por todos os alunos. Mesmo aqueles que a percebem se apegam ao valor simbólico do Colégio e tentam atrelar este valor às suas histórias pessoais que estão sendo escritas a partir desta passagem pelo CPII.

A diversidade destes sujeitos também é um fator que se evidenciou na pesquisa. Pessoas com faixas etárias distintas, formações diferentes, vivências e realidades sociais

totalmente díspares. Esses aspectos fazem com que estes sujeitos tenham perspectivas, leituras e objetivos totalmente diferentes.

Pensar e considerar a diversidade dos sujeitos no trato pedagógico e na construção de políticas para a EJA ainda é um desafio presente, que está além do caso do Proeja no CPPII, mas que precisa ser encarado. Afinal, como destaca Julião (2014, p. 5):

Na busca pela compreensão dos atuais sujeitos da EJA, passamos a identificar que estamos falando de um campo muito diverso, com muitas particularidades, especificidades e armadilhas. Principalmente que hoje necessitamos melhor compreender esta modalidade de ensino diante da diversidade do público. Compreendendo o conceito diversidade, conforme o Dicionário Aurélio, como “diferença, dessemelhança, dissimilitude; caráter do que, por determinado aspecto, não se identifica com algum outro”, defendemos que, em sua amplitude, deve ser entendida como construção histórica, cultural, social e econômica das diferenças.

O desafio da EJA é hoje o desafio da compreensão e respeito à diversidade. É fundamental que compreendamos as diversas questões que envolvem os sujeitos da EJA para que se efetive o previsto na EJA como modalidade de ensino. O que significa afirmar que para pensarmos currículo e políticas públicas para EJA, teremos que considerar seriamente as questões que envolvem a discussão sobre diversidade. Este é um tema que durante muito tempo foi deixado de lado ou talvez esvaziado em seu significado. Um Programa como o Proeja precisa efetivamente enfrentar esta discussão.

O diálogo com a diversidade vai além do discurso das minorias, embora este também tenha elementos importantes. Diversidade não é sinônimo de diferença, vai muito além. Assim como a cor azul é diferente da cor verde, temos ao mesmo tempo distintos tons de azul e distintos tons de verde. Pensar diversidade na EJA significa dar voz aos sujeitos e conhecer suas especificidades, a partir do que eles dizem e não a partir de esteriótipos sociais ou academicamente construídos. Isso não significa que seremos capazes de atender todas as particularidades individuais, mas temos que estar preparados para atender a diversidade.

Vários aspectos que emergiram ao longo da pesquisa sobre o Proeja nos fazem refletir sobre o currículo da EJA, assim como as políticas e as ações governamentais que precisam considerar esta questão.

Caso contrário, caminharemos na contramão do que já avançamos historicamente no desafio desta modalidade de ensino, negando a Educação de Jovens e Adultos como direito. Isso não significa que não tenhamos outros desafios, além das questões de ordem social e

estrutural, mas pensar a diversidade é fundamental para garantirmos o direito de todos à educação.

Enfim, como destacamos, o Proeja promoveu o encontro dos sujeitos da EJA com instituições da Rede Federal, como o Colégio Pedro II. O diálogo com estes sujeitos inseridos neste contexto, nos ajuda a pensar sobre os rumos que essa modalidade de ensino está tomando na contemporaneidade.

O contato com este público, principalmente com os jovens entrevistados, fez emergir uma questão que deixamos como possibilidade de continuação nos estudos. Os jovens que acessam a educação de jovens e adultos, nos dias atuais, principalmente os que os fazem em escolas de prestígio social, como o caso do CPII, veem neste caso a possibilidade de terem acesso a um tipo de ensino, que anteriormente não conseguiram experimentar. Veem no Proeja a oportunidade de estudar nas escolas de excelência da rede federal. Tais jovens criam expectativas em relação a uma qualidade de ensino cuja fama está diretamente atrelada à sua história institucional.

Casos como o do aluno Pedro, mostram certa frustração ao constatarem que a qualidade do ensino não é a mesma dos cursos diurnos. Mas, o que será que estes jovens chamam de qualidade no ensino? Será que a configuração que nós temos de Educação de Jovens e Adultos, atualmente consegue dar conta das demandas destes jovens, do século XXI, imersos nas novas tecnologias e com muito mais acesso à informação? Jovens, por exemplo, que acessam atualmente outras instituições, têm as mesmas perspectivas em relação à qualidade do que um jovem do Proeja no CPII ou no IFRJ?

Sabemos que, segundo a LDBEN (Artigo 37), a EJA é uma modalidade de ensino da educação básica destinada “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Todavia, percebemos que, devido a outras debilidades do sistema, tal modalidade deixa de atender só os que não tiveram acesso ou continuidade, mas também aos que tem dificuldade de progressão no ensino regular ou ainda os que veem no Proeja a oportunidade de estudar em uma escola mais conceituada.

Nos últimos anos, obtivemos conquistas importantíssimas no campo da Educação de Jovens e Adultos. Conquistas estas que nos fazem falar da EJA como modalidade de ensino, como direito, como lugar privilegiado da diversidade etc. Todavia, o diálogo com os seus sujeitos nos levam a refletir sobre se já não podemos repensar, inclusive algumas

configurações oriundas destas recentes conquistas. Enfim, estas são questões que deixamos como desafio para pesquisas posteriores.

O contato com os sujeitos do Proeja no CPII nos coloca diante da realidade de que a Educação de Jovens e Adultos é um campo que, embora tenha avançado consideravelmente nos últimos anos, ainda precisa ser explorado em vários aspectos. Um Programa como o Proeja, por mais que seja datado historicamente, é capaz de produzir encontros que, sem dúvida, despertam reflexões sobre as várias facetas que vão se desenvolvendo na EJA, justamente como síntese destes encontros, que na verdade, são síntese das diversidades.

Ciente das limitações deste estudo, sem ter a pretensão de pôr um ponto final na discussão, espero que este trabalho possa contribuir com a discussão sobre as políticas de educação de jovens e adultos e, principalmente, para desdobramentos em futuros estudos.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Giovani. **Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade**: mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/1-Alves2008.pdf>>. Acesso em 10 de Julho 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *in*: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANDRADE, Eliane Ribeiro e PAIVA, Jane. **Políticas públicas de direito à educação de jovens e adultos no RJ**: estudos da região metropolitana. Rio de Janeiro: Anpede, 1997. <Disponível em: <http://www.anped.org.br/>. Acesso em: 16 de Novembro de 2012>

ANDRADE, Vera Lucia Cabana. **Histórico do Colégio Pedro II**: Unidade escolar Centro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em : <
<http://www.cp2centro.net/historia/historia/historia.asp?data=21/10/2013%2016:48:45>>
Acesso em: 21 de Outubro de 2013.

ASSOCIAÇÃO de DOCENTES do COLÉGIO PEDROII. **Expansão no CPII**: Por fora bela viola, por dentro pão bolorento. 2012. Disponível em: <
<http://www.adcpaii.com.br/regimento.htm>>. Acesso em dezembro de 2013.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 2.ed. ampl. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARREYRO, Gladys Beatriz. O "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educar em Revista**, n. 38, p. 175-191, set./dez UFPR: Curitiba, 2010.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR**: São Paulo Perspectiva [online]. 2004, vol.18, n.4, pp. 39-49. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400006> Acesso em Julho de 2013.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 159 – 166

BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 217 – 227.

BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p.145 – 183.

BRANDÃO, Zaia. Entre questionários e entrevistas. *In*: BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Loyola /PUC – Rio. p. 27 – 42.

CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. O direito humano à educação escolar pública de qualidade. *In: HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela (orgs.). A educação entre os direitos humanos*. Campinas: Autores associados, 2006. p. 95 - 125

CARRANO, Paulo; FALCÃO, Nádia. Os jovens e a escola de ensino médio: adiamento ou encontro com o mundo do trabalho? *In: . In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.) Trabalho e educação de jovens e adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011. (p.165 – 197).

CARVALHO, Alexsandro Pereira de; PALMA, Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da. O destino dos recursos administrados pelo sistema “S”. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11669&revista_caderno=4>. Acesso em 18 de fevereiro de 2014;

CASTRO, Mad'ana D. R. de; BARBOSA, Sebastião C. & BARBOSA, Walmir. O Proeja e as Características de seus Estudantes: Contextualização, limites e riscos. *In: MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputas*. Campinas: Mercado das letras, 2011. p. 125- 148

CIAVATTA, Maria. A reconstrução histórica do trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada – ensino médio e EJA. *In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.) Trabalho e educação de jovens e adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011. p. 25 – 55

COLÉGIO PEDRO II. **Almanaque Histórico** – Colégio Pedro II e a História da Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Folha Dirigida, 2007.

COSTA, Marcio da. **Famílias e acesso diferenciado a escolas públicas prestigiadas: Um estudo de caso**. Belo Horizonte: Educação em revista, v. 26, n.02, p.p. 227 – 248, ago. 2010.

CREMONESE, Baltazar C. **Análise Política do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de educação de Jovens e Adultos - PROEJA**. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2012.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da educação básica?** Campinas: Autores Associados, 2008.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Educação e Sociedade [online]. 1998, vol.19, n.62, pp. 13-30. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

FERREIRA E.B.; OLIVEIRA, E.C. **Entre a inclusão social e a integração curricular: os dilemas políticos e epistemológicos do proeja**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 87-107, jan./abr. 2010.

FERREIRA, Ioneli da S. Bessa. A formação dos professores: saberes e práticas de letramento na educação de jovens e adultos. **REVEJ@** - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 2, n. 1, p. 1-116, abr. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e Mudanças no Mundo do Trabalho e o Ensino Médio. *In: FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012a. p. 57- 82*

FRIGOTTO, Gaudêncio. (et.al.) A gênese do Decreto n. 5.154/2004: Um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In: FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012b p. 21 – 56*

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas do final de século**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. (p. 25 - 54)*

GALVÃO, Maria Cristina da Silva. “**Nós somos a história da educação**”: identidade institucional e excelência escolar no Colégio Pedro II. 2009. 293 f. Tese (Doutorado em educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso**. Cascais: Princípia, 2006.

HANEMANN. Ulrike. Diversidad. *In: VALDEZ, Raul; PILS, Dania; RIVERO, José; MACHADO, Maria Margarida; WALDER, Gabriela. (Coord.) **Aportes conceptuales de la educación de personas jóvenes y adultas: hacia la construcción de sentidos comunes en la diversidad**. p. 28 – 30.*

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira** 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2012/default_tab_pdf.shtm> Acesso em Dezembro de 2013.

INEP. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

JULIÃO, Elionaldo. **A diversidade dos sujeitos da educação de jovens e adultos**. Em prelo, 2014.

JULIÃO, Elionaldo. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

KUENZER, Acácia. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão das políticas de inclusão. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27 – Especial, n. 92, p.877-910. out. 2006.

KUENZER, Acácia Z. Desafios Teóricos- Metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola. In: FRIOGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas do final de século**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2011 (p. 55-75)

LAHIRE, Bernard. Crenças coletivas e desigualdades culturais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n 84, p. 983 – 995, setembro 2003.

LAHIRE, Bernard. Sociología y autobiografía. **Revista de Antropologia Social**, v.13, 2004. p.p. 37 - 47

LAUDARES, João B.; QUARESMA, Adilene G. **A formação integral do trabalhador como ponto de partida para sua qualificação profissional** – A experiência do programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. In: 26ª Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas: 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/adilenegoncalvesquaresma.rtf>> Acesso em 23 de Julho de 2013.

LIMA FILHO, Domingos L. O Proeja em construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 109-127, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/11023/7184>> Acesso em 15 de Julho de 2013.

MACHADO, Maria Margarida. **A Trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por solidariedade**. In: Reunião Anual da ANPED, 21. 1998, Caxambu. *Trabalhos apresentados*. São Paulo: ANPED, 1998.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. In: MACHADO, Maria Margarida (org). **Em Aberto: Educação de Jovens e Adultos**. v. 22, n. 82. Brasília: INEP, nov. 2009. p. 17 – 39

MACHADO, Maria Margarida. A pesquisa com foco na educação de trabalhadores a partir do Proeja. In: MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputas**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

MALINE, Luciana. **No Pedro II, uma gestão voltada para o ser humano**. Entrevista com Oscar Halac. Folha Dirigida, 2013. Disponível em: <<http://www.folhadirigida.com.br/fd/Satellite/educacao/entrevistas/No-Pedro-II-uma-gestao-voltada-para-o-ser-humano-2000050292323-1400002102372>>. Acesso em Agosto de 2013.

MARTUCCELLI, Danilo. **¿Existen individuos em El ASur?** Santiago: LOM Ediciones, 2010.

MARTUCCELLI, Danilo. **Cambio de rumbo: la sociedad a escala del individuo**. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

MILETO, Luís Fernando Monteiro. “**No mesmo barco, dando força, um ajuda o outro a não desistir**” – Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos. 2009. 217f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Proeja: entre desafios e possibilidades. **Holos** (Natal. Online), v. 02, p. 114-129, 2012.

MOURA, Dante Henrique; PINHEIRO, Rosa Aparecida. Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos. . In MACHADO, Maria Margarida (org). **Em Aberto: Educação de Jovens e Adultos**. v. 22, n. 82. Brasília: INEP, nov. 2009. p. 91 – 108

MURASSE, Celina Midori. Colégio Pedro II – verbete. In: LOMBARDI, José c.; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Isabel Moura. (Orgs.) **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE. HISTEDBR, 2006. 1-CD-ROOM

NEVES, Bruno Miranda. **O Proeja no Colégio Pedro II: formação e qualificação docente em questão**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro: Seropédica, 2013.

NEVES, Lúcia M. W. **Ensino Médio, Ensino Técnico e Educação Profissional: Delimitando Campos**. In: NEVES, Lúcia M. W. (Org.) **Educação e Política no Limiar do Século XXI**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p.183 – 200

PAIVA, Jane. **A construção coletiva da política de educação de jovens e adultos no Brasil**. In MACHADO, Maria Margarida (org). **Em Aberto: Educação de Jovens e Adultos**. v. 22, n. 82. Brasília: INEP, nov. 2009. p. 59-71

PAIVA, Jane. **Direito à educação no Brasil: democratiza-se a política pública e educação profissional integrada ao ensino médio para jovens e adultos**. Rio de Janeiro: 2012. (mimeo)

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128

RUMERT, Sonia Maria & VENTURA, J. P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. *Educar em Revista n. 29, Editora UFPR: Curitiba, 2007. p. 29-45.*

RUMERT, Sonia Maria. Programa Integração: avanços e contradições de uma proposta de educação formulada por trabalhadores. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, 27 (set/dez), 2004 pp. 138-153.

SANTOS, Valdete Simone dos. **Possibilidades para a EJA, possibilidade para a educação profissional: Proeja**. In: 31ª reunião anual da ANPED. Caxambu: 2008. Disponível em: <

<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT18-4024--Int.pdf>> Acesso em 23 de Julho de 2013.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação – Fundamentos histórico- ontológicos da relação trabalho e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Anped, v.12, n.34, jan.-abr., 2007

SAVIANI, Demerval. **A Nova Lei da Educação: Limites, trajetórias e perspectivas**. 11. ed. Campinas: Autores associados, 2008.

SEGISMUNDO, Fernandes. **Colégio Pedro II: tradição e modernidade**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1987.

SHIROMA, Eneida. A outra face da inclusão. *In: Revista Teias*. Rio de Janeiro, ano 2, n.º 3, p. 29-37, jan./jun. 2001.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Marília Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2011.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THOMPSON, E.P. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. *In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 2001. p. 271-272.

THOMPSON, E.P. “Mesa, você existe?” *In: THOMPSON. E .P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 180- 201.

THOMPSON, E.P. O Termo ausente: experiência. *In: THOMPSON. E .P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 180- 201.

THOMPSON, E.P. Educação e experiência. *In: Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. *In: Zago, N. (Org.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. 1ª Edição, Rio de Janeiro: DP&A/Lamparina, 2003. p. 285-309.

Leis, normas e documentos oficiais:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal da República do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 3 de Julho de 2013.

BRASIL. **Decreto N.º 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em 16 de Julho de 2013.

BRASIL. **Decreto n.º 2.406 de 27 de novembro de 1997**. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em:<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109883/decreto-2406-97>> Acesso em 16 de Julho de 2013.

BRASIL. **Decreto N.º 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em 21 de Agosto de 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 5.224 de 1 de outubro de 2004**. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm> Acesso em 21 de Agosto de 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 5.478 de 24 junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5.478.htm>. Acesso em 12 de Abril de 2012.

BRASIL.**Decreto n.º 5.840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em 12 de Abril de 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 6.095 de 24 de Abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em 10 de Maio de 2012.

BRASIL. **Lei n.º 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em 8 de Setembro de 2012.

BRASIL. **Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 10 de Maio de 2012.

BRASIL. **Lei n.º 11.741 de 16 de Julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 10 de Maio de 2012.

BRASIL. **Lei n.º 11.892 de 28 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em 10 de Maio de 2012.

BRASIL. **Lei n.º 12.513 de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm> Acesso em 14 de Outubro de 2013.

BRASIL. **Lei n.º 12.796 de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm> Acesso em 12 de novembro de 2013.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n.º 11 de 10 maio de 2000.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adulto. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2011.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n.º 6 de 9 de Junho de 2010.** Reexame do Parecer CNE/CEB n.º 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992> Acesso em: 17 de maio de 2012.

BRASIL. **Portaria n.º 2.080, de 13 de junho de 2005.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaportaria2080.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2012.

BRASIL. Resolução CD/FNDE n.º 45, de 18 de setembro de 2007. Revoga as Resoluções CD/FNDE N.ºs 12, 13, 32 e 33 de 2007, estabelece os critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e estabelece orientações e diretrizes para a concessão de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado no exercício de 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3193-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-45-de-18-de-setembro-de-2007>> Acesso em 17 de maio de 2013.

BRASIL. Resolução CD/FNDE n.º 65, de 13 de dezembro de 2007. Inclui os parágrafos 3º, 4º e 5º no Art. 18 da Resolução/CD/FNDE n.º 45, de 18 de setembro de 2007. (Fundamenta a agenda territorial) Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3223-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-65-de-13-de-dezembro-de-2007>> Acesso em: 17 de maio de 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5 de Julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>> Acesso em: 15 de Maio de 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 3 de 15 de Junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=14906&option=com_content&view=article> Acesso em: 15 de maio de 2012.

BRASIL, MEC. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2009. disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acessado em: Novembro de 2012.

BRASIL. PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base. Brasília: MEC, agosto 2007. a

BRASIL. PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Formação inicial e continuada/ensino fundamental. Documento Base. Brasília: MEC, agosto 2007.

BRASIL. Trabalhando com a educação de Jovens e Adultos: Alunas e Alunos da EJA. Cadernos 1, Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf> Acessado em Fevereiro de 2011.

BRASIL. Lei n.º 12. 852. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

BRASIL. Portaria N.º 1.316, de Novembro de 2012. Aprova o Estatuto do Colégio Pedro II.

COLÉGIO PEDRO II. **Portaria N.º 799 de Maio de 2011**. Estabelece diretrizes de avaliação dos processos de ensino aprendizagem do Proeja.

COLÉGIO PEDRO II. **Relatório de Gestão exercício 2005**. Rio de Janeiro: CPII, 2005. Disponível em: <
http://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2005/RELATORIO%20DE%20GESTAO%20ODA%202005.pdf> Acesso em setembro de 2013.

COLÉGIO PEDRO II. **Relatório de Gestão exercício 2012**. Rio de Janeiro: CPII, 2012. Disponível em: <
http://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2012/RG_CPII_2012_13-05.pdf> Acesso em dezembro de 2013.

HAMBURGO. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos**. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos: V CONFINTEA, Alemanha: Julho, 1997.

Anexos:

Parecer de autorização da pesquisa:



COLÉGIO PEDRO II
PROPPG - PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Processo nº 23040.004017/2012-15

P A R E C E R

Comunico, para os devidos fins, que a pesquisa "O Proeja no Colégio Pedro II", a ser elaborada por Anderson José Lisboa Baptista, regularmente matriculado no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Professor Doutor Elionaldo Fernandes Julião, (UFF), como parte dos requisitos para o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, conta com a aprovação desta Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para sua realização no Colégio Pedro II.

O projeto será desenvolvido no *Campus* Centro do Colégio Pedro II, com aquiescência da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação dessa Instituição, e abará o uso de questionários e entrevistas a alunos e professores. O pesquisador se compromete a solicitar autorização para uso de informações e imagens obtidas dos participantes, preservar a identidade dos mesmos e da Instituição na redação de seu trabalho e em materiais futuros que vier a publicar ou apresentar, seguindo os princípios éticos de pesquisa.

Conforme Termo de Compromisso assinado no requerimento, deverá dar ciência a esta Pró-Reitoria da conclusão de seu trabalho, como também fazer a entrega de 2 (duas) cópias do material conclusivo (tese) referente à pesquisa realizada em nossa Instituição.

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2013.

Professora Neide da Fonseca Parracho Sant'Anna

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação do Colégio Pedro II

Profª Drª. NEIDE DA FONSECA PARRACHO SANT'ANNA
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação-CPI
Matrícula Siapre: 0264789



Fundado em 2 de dezembro de 1837

Roteiros de entrevistas:

Alunos:

- Qual a sua idade e estado civil?
- Tem filhos?
- Onde você reside?
- Você trabalha? Qual a sua ocupação no momento?
- Como é o seu dia-a-dia?
- Como foi a sua trajetória escolar, antes de chegar no PROEJA?
- Em que ano e com qual idade começou no PROEJA?
- Como tomou conhecimento do programa?
- Conte um pouco sobre o processo seletivo, as suas maiores dificuldades e sua impressão geral do processo.
- Por que escolheu esta carreira técnica?
- Como é sua relação com os professores?
- Quais as maiores dificuldades dentro do programa?
- Destaque os aspectos positivos e negativos do curso?
- Qual disciplina você gosta mais? Por que?
- Você já conhecia o Pedro II antes de tentar o PROEJA?
- Quais as impressões que você tinha anteriormente da instituição?
- Como você vê a instituição Pedro II hoje?
- Quais as principais mudanças na sua vida depois desse retorno aos estudos?
- Como se sente hoje estudando em uma instituição como o Pedro II?
- O que pensa para o futuro após concluir o curso?

Professores:

- Qual a sua idade e estado civil?
- Tem filhos?
- Onde você reside?
- Qual a sua formação?
- Como foi sua trajetória escolar?
- Como foi a sua trajetória profissional antes de trabalhar no Colégio Pedro II?
- Como foi a sua chegada no Colégio Pedro II e no PROEJA?
- Você pensou em trabalhar com o público da EJA em algum momento da sua carreira?
- Quais são os principais procedimentos pedagógicos usados em sala de aula?
- Quais as principais dificuldades encontradas?
- Como descreveria o perfil dos alunos do PROEJA?
- Como é a relação com os alunos?
- O que percebe como principais dificuldades dos alunos?
- Quais seriam os pontos fracos e fortes do programa, na sua concepção?
- Como compreende e avalia o processo de aprendizagem dos alunos?
- Como é a relação dos alunos com a instituição Colégio Pedro II?
- Como você percebe o fato de um aluno da EJA estudar no Colégio Pedro II?
- Como percebe a relação dos alunos com a vida profissional depois de entrarem no programa?
- Qual a sua análise do PROEJA no Colégio Pedro II?
- Quais sugestões você daria para o programa?

Funcionários

- Qual a sua idade e estado civil?
- Tem filhos?
- Onde você reside?
- Qual a sua formação?
- Como foi sua trajetória escolar?
- Como foi a sua trajetória profissional antes de trabalhar no Colégio Pedro II?
- Como foi a sua chegada no Colégio Pedro II e no PROEJA?
- Você pensou em trabalhar com o público da EJA em algum momento da sua carreira?
- Como é a relação deles com o setor que você trabalha?
- Você poderia descrever como se dá a vivência com os alunos do Proeja no seu dia-a-dia?
- Como você percebe o fato de alunos da EJA estudarem em uma instituição como o Colégio Pedro II?
- A partir do seu convívio com os alunos, quais seriam as principais dificuldades que eles encontram?
- Você acha que a chegada do Proeja provocou alguma mudança substancial no Colégio Pedro II? Que mudança?
- Quais marcas você acha que o nome do Colégio Pedro II deixa na trajetória desses alunos?
- De uma forma geral, qual é a sua percepção do Proeja no Colégio Pedro II?
- Quais sugestões você daria ao programa?

Gestores

- Qual a sua idade e estado civil?
- Tem filhos?
- Onde você reside?
- Qual a sua formação?
- Como foi sua trajetória escolar? Estudou em escola pública ou privada?
- Como foi a sua trajetória profissional antes de trabalhar no Colégio Pedro II?
- Como foi a sua chegada no Colégio Pedro II e no PROEJA?
- Você pensou em trabalhar com o público da EJA em algum momento da sua carreira?
- Como você percebe o fato de alunos da EJA estudarem em uma instituição como o Colégio Pedro II?
- Você acha que a chegada do Proeja provocou alguma mudança substancial no Colégio Pedro II? Que mudança?
- Como gestora, quais são as principais dificuldades que você encontra em gerir um programa como o PROEJA em uma instituição como o Colégio Pedro II?
- O número de evasões é grande? A que você atribui isso?
- Como é a relação com os alunos do programa?
- Como você percebe a relação dos alunos com os professores?
- Como você percebe a relação dos alunos com a instituição Colégio Pedro II?
- Quais são as principais dificuldades que você observa nos alunos?
- Você acha que a chegada do Proeja provocou alguma mudança substancial no Colégio Pedro II? Que mudança?
- Quais marcas você acha que o nome do Colégio Pedro II deixa na trajetória desses alunos?
- De uma forma geral, qual é a sua percepção do Proeja no Colégio Pedro II?
- Quais sugestões você daria ao programa?
- Existe alguma história marcante deste seu tempo como gestora que você gostaria de compartilhar?

Egressos

- Qual a sua idade e estado civil?
- Tem filhos?
- Onde você reside?
- Como foi a sua trajetória escolar, antes de chegar no PROEJA?
- Em que ano e com qual idade começou no PROEJA?
- Como tomou conhecimento do programa?
- Conte um pouco sobre o processo seletivo, as suas maiores dificuldades e sua impressão geral do processo.
- Por que escolheu esta carreira técnica?
- Quais as principais lembranças em relação a época do curso?
- Como foi a sua relação com os professores?
- Trabalhava na época do curso? Como era o seu dia-a-dia?
- Quais as maiores dificuldades encontradas dentro do programa?
- Você se sentiu bem acolhida pelos funcionários do Colégio Pedro II de uma forma geral?
- Destaque os aspectos positivos e negativos do curso?
- Qual disciplina você mais gostou? Por que?
- Você fez estágio? Onde? Como foi a experiência?
- Você já conhecia o Colégio Pedro II antes de tentar o Proeja? Quais impressões você tinha da instituição?
- Como você vê o Colégio Pedro II hoje?
- Como era a sua experiência com a escola antes do Proeja? Isso mudou? Por quê?
- Quais as principais mudanças na sua vida depois do retorno aos estudos?
- De que forma o Proeja contribuiu para sua vida profissional? Mudou alguma coisa em sua relação com o trabalho e com o mercado?
- Você trabalha ou trabalhou em algum momento na área que se formou?
- O fato de ter estudado em uma instituição como o Colégio Pedro II proporcionou alguma diferença significativa na sua vida?
- Qual seria a sugestão para o Proeja no Colégio Pedro II?
- Quais são os seus planos atuais?

Transcrições das Entrevistas

Gestor Gustavo³⁸

O Proeja começou no CPII em 2006. Na realidade o CPII não era um dos colégios da Rede Federal indicados para fazer o trabalho do Proeja. Mas, o Professor Choeri, junto com a professora Vera. Principalmente a professora Vera percebeu que o colégio já tinha um, trabalho de Ensino Médio Técnico, aqui no CPII existe o Médio regular e o médio técnico. Então como ela já tinha este trabalho de médio técnico, ela participou de uma reunião lá em Brasília... Aí a professora Vera, junto ao professor Choeri, achou por bem incluir o Colégio Pedro II no PROEJA. Brasília concordou plenamente e o colégio foi incluído no novo documento que já com o CPII como uma das instituições que iria ter o Proeja, não só as escolas técnicas, como também o CPII.

Então esta iniciativa partiu do CPII?

É, partiu do CPII. Isso, já que ele tinha toda uma bagagem e experiência. Uma bagagem com o ensino médio profissionalizante, que no caso seria o curso técnico de informática e de meio ambiente. Então resolveu transferir tudo isso para o Proeja. (...) O professor Choeri encaminhou ao congresso e o congresso aprovou. O congresso era o órgão máximo da instituição. Isso em 2005, em 2006 começou-se o trabalho.

Quem era o professor Paulo?

O professor Paulo Fábio foi indicado para organizar o Proeja no Pedro II. O diretor na época, que ainda não tinha reitor era o professor Choeri. O professor Sidney Drago era o sub-secretário de Ensino Médio. Como o Proeja estava dentro do EM, o professor Paulo estava submetido ao professor Sidney. O professor Paulo trabalhou junto ao professor Sidney preparando todo este material do Proeja. No segundo semestre de 2006 o Proeja foi implantado.

Em 2006, no segundo semestre começou a funcionar o Proeja, o professor Paulo Fábio participou das reuniões em Brasília, junto com os outros institutos federais de ensino... Mas, no final de 2006, o professor Paulo Fábio teve uma série de incidentes na sua vida... e logo depois começou a ter síndrome do pânico. (...) Em 2007, o professor Sidney me pede para assumir no lugar do professor Paulo Fábio. Então eu fui em 2007, ainda em Fevereiro, comecei a estudar porque não participei da formação, e dei continuidade ao que o professor Fábio junto com o professor Sidney começaram a implantar. Então, o primeiro curso do proeja que formou-se aqui no colégio foi o de técnico de informática também.

E esta unidade foi a primeira?

Algumas unidades foram escolhidas. São Cristovão não foi escolhida... o espaço a noite é muito perigoso. As unidades escolhidas foram Centro, Tijuca e Realengo. No Humaitá... porque na realidade algumas unidades: Humaitá, Tijuca Centro, Realengo não..., São Cristovão, Engenho Novo já tinham o noturno. O ensino noturno no CPII começou quando sofreu o decreto... a procura diminuiu consideravelmente. Em função disso os cursos começaram a fechar. Fechou São Cristovão, ia fechar Engenho Novo... e com a chegada do Proeja a noite restabeleceu-se este turno.

O noturno era na modalidade EJA?

Não, ele era regular. Ensino Médio Regular.

Então a EJA começou no CPII com o Proeja?

Na verdade o colégio nunca passou pela EJA, ele foi direto para o Proeja, para o Ensino Médio. E aí quando eu entrei começamos a estabelecer contato com a secretaria de ensino, com a secretaria municipal de ensino que tinha a EJA, para que pudesse mandar alunos para o Proeja. Começamos a divulgar e a fazer um trabalho nas unidades Centro, Tijuca, Engenho Novo e Realengo. Essas quatro unidades..., demos continuidade no primeiro semestre ao que o professor Paulo Fábio tinha começado. Mas, aí a secretaria municipal de educação, não me lembro agora o nome da pessoa, deu uma palestra aos professores do CPII que queriam se engajar no Proeja. Nós convidamos os professores que queriam trabalhar a noite no Proeja... Esses professores participaram da reunião que ela apresentou todo trabalho... Então nós começamos o trabalho, dando uma continuidade ao que era visto lá no EJA... Ao contrário de outras instituições que partiam de temas, trabalhavam em cima de um tema central, come era o caso do Instituto Federal de Química que hoje é o Ifet... Eu pedi a professora Carmem que é chefe do SESOP, que é um setor de orientação pedagógica, que me acompanhasse nestas visitas a secretaria municipal e a algumas unidades do EJA... e no Ifet também que eu fui umas duas ou três vezes para conhecer o trabalho deles. Fomos tentando moldar a nosso trabalho.

Neste momento a escola técnica federal de Maria da Graça entra em contato com o CPII querendo estabelecer uma parceria porque eles não estavam conseguindo implantar o Proeja. E aí nós fizemos uma parceria com eles muito interessante em mecânica de automóveis. Então os nossos alunos passariam a ser alunos das duas instituições. Eles fariam a parte propedêutica aqui no CPII e a parte técnica lá em Maria da Graça. Eu preparei um horário que eles vinham para cá e iam dois dias para lá no primeiro semestre e depois isso ia aumentando conforme fosse aumentando a necessidade de lá. Mas, isso foi feito na unidade da tijuca pela facilidade de ir de Tijuca para Maria da Graça... e surtiu efeito. Os professores da escola técnica de Maria da Graça são excelentes, são pessoas tremendamente compreensivas e engajadas. Os nossos professores aqui nem se fala, eles entenderam perfeitamente o perfil do aluno que é muito complicado e a coisa foi caminhando...

Dois anos depois há uma modificação. A professora Vera que era secretária de ensino concorre a direção já que o professor Choeri teria que sair pela compulsória... E aí a professora Vera concorre e ganha..., vai para Direção geral e eu teria que mudar de função. Mas, eu não queria, eu queria dar continuidade ao trabalho. Isso criou uma certa animosidade da minha parte. Não vou falar que é da parte de ninguém, mas da minha parte. Eu me senti assim... comecei um trabalho junto

³⁸ Por ser uma entrevista de aproximação, o professor já começou falando sobre o processo de implantação do Proeja no Colégio Pedro II espontaneamente. Depois de pedir uma pausa comecei a gravar. Desta forma a entrevista teve um formato diferente das demais.

ao professor Sidnei e queria dar continuidade. Nós falávamos a mesma linguagem, porque já vínhamos juntos elaborando várias coisas... No momento em que ele sai para assumir um cargo superior e eu não quis ir, realmente fui convidado e não quis ir, me senti meio sozinho. E aí a secretária que entrou, professora Ana Cristina, que eu gosto muito... Eu teria que começar de novo e eu não me senti muito bem. Ter que começar de novo, ter que galgar novos espaços... Muitas coisas que estavam em projeto se perderam. Havia proposta do Proeja em administração, administração escolar especificamente, para turismo... Já estava tudo preparado, íamos liberar logo depois, mas infelizmente eu achei por bem sair. Eu saí por livre e espontânea vontade, não teve discussão... Eu não queria começar todo trabalho de novo, achei que já tinha começado, já tinha contribuído e que quem entrasse depois iria dar continuidade melhor do que eu.

Isso foi em 2008? Você ficou um ano?

Não, foi em 2009. Eu fiquei dois anos. Eu pedi para voltar para minha unidade de origem que era aqui. Chegando aqui automaticamente o diretor queria que eu fosse para coordenar o Proeja, mas eu também achei por bem melhor não. Eu tornaria a me sentir mal. Eu de diretor geral do proeja para coordenar uma unidade do proeja... As outras unidades diriam: - "Poxa, a unidade Centro foi privilegiada". Para não ser injusto, eu disse não, vou ficar aqui de manhã dando aula. Ele não quis e me pediu para ficar aqui sendo acessor dele. ... e eu fiquei aqui na acessoria ajudando ele na administração da unidade escolar por mais dois anos e aí agora como estou em fase de final de carreira... fiquei em 2011 e 2012 como professor de sala de aula e este tempo ajudando na administração, apenas no cartão corporativo. Esse ano agora, 2013 é meu ano final aqui na unidade e também no CPII, porque provavelmente eu devo me aposentar.

Você falou que fez uma parceria com a prefeitura, com o Peja. Como era o ingresso desses alunos no CPII, tinha alguma seleção?

Olha só... Não chegou a existir uma parceria propriamente dita, a coisa é meio complicada. A parceria estadual e municipal fica complicada porque não falamos em determinado momento a mesma língua..., o que é natural. Mas, a pessoa que era responsável na época foi de uma gentileza, de uma cordialidade... Veio, deu palestra, apresentou, levou jovens lá...

E relação a entrada eles faziam prova como os outros. Todos faziam prova. Porque nós tínhamos x vagas. Se nós deixássemos estas vagas para os alunos da EJA o ministério da educação não aceitaria. Não pode reservar vagas para ninguém... A prova era a nível de EJA, a partir do que eles faziam na EJA.

Então eles faziam prova.

Isso... prova de seleção. Então os melhores iriam ficar.

Mas, o que acontece para o Proeja e para o EJA também é que tem uma dificuldade muito grande de permanecer. Naquela época, existia a dificuldade por questões financeiras. Eles tinham que pagar a passagem de volta. Porque eles ganhavam passagem do trabalho, uns tinham e outros não, as donas de casa não tinham, e não tinham como voltar. Então nós conseguimos que eles passassem como nossos alunos a ter o direito de transporte com o uniforme do colégio. Depois o governo federal deu uma bolsa devido a dificuldade que eles tem de estudar, de se manter... Isso fez com que melhorasse um pouquinho essa saída, essa evasão que há naturalmente no Proeja. Então, no Proeja você começa uma turma com trinta alunos. Você vai terminar esta turma com uns dez. Não é porque alguns deles vão ficando reprovados, agente tem até como recuperar esses reprovados... Há dificuldades neles que já saem tarde do trabalho, então tem que convencer o patrão, o chefe de liberá-los um pouco mais cedo.

E depois tem o problema de estudar. Porque os professores mandavam material para casa e muitos não conseguiam horário para estudar, para fazer seus trabalhos... Conversamos com professores e decidimos que em alguns casos estes trabalhos deveriam ser feitos aqui na escola, mas para isso eles teriam que chegar mais cedo também, nova dificuldade... Então nós sempre vínhamos tentando aparar as arestas.

Os professores na época eram os efetivos?

Sim, efetivos.

Hoje são contratados?

Não. Veja bem, hoje há nas instituições federais uma gama de professores contratados e concursados efetivos e no Proeja não foge a regra...

Este cargo de coordenador geral do Proeja seria um cargo de confiança?

Sim... Um dos motivos da minha saída foi justamente esse porque anteriormente nós havíamos acordado, eu e Sidnei, tínhamos alinhavado justamente que existiria o coordenador geral para o Proeja, que era eu, mas poderia ser outra pessoa. O que exigia controlar não apenas uma unidade, mas tinha que controlar cinco unidades, que eram as quatro que já existiam e uma que iria existir, além de vários cursos diferentes que iriam surgir ao longo do tempo. O ideal seria uma pessoa que centralizasse as coisas. Mas, a professora Ana na época não concordou, ela achou que não era uma função de coordenação geral. Então não existiu este cargo de coordenador geral, como não existe até hoje. Quem está responsável pelo ensino do Proeja é a subsecretaria, agora pró-reitoria do ensino Médio, professora Eliana.

Então dentro do Organograma, o Proeja está debaixo da coordenação do ensino médio?

Isso aí, perfeito. É um ramo do ensino médio.

Você falou que o CPII não adotou a pedagogia de projetos, como o IFRJ. Existe um Projeto Político Pedagógico específico para o CPII?

Ora, havia na época que estávamos lá um plano de se fazer isso. Eu hoje digo para você que não sei. Não vou te dar esta informação porque não sei. Mas, havia sim, nós já estávamos trabalhando uma coisa neste sentido, porque a especificidade deste grupo foge um pouco do regular. Mas, nós estávamos pensando se agregaríamos ao Ensino Médio técnico ou faríamos um específico para o Proeja. Isso ficou em aberto quando eu saí...

Então ficou a mesma pedagogia adotada para o regular?

Claro que há adaptações para o público alvo...

Qual é a sua leitura do CPII antes e depois do Proeja? Você acha que a entrada do programa alterou alguma coisa na instituição?

Em termo geral acho que não, sinceramente acho que não.

Mas, em termos de resgatar pessoas que estavam fora, alheios, às margens eu acho que sim. Tanto é que alguns jovens que concluíram o Proeja já estão empregados, em condições bem melhores do que antes, inclusive um deles trabalha aqui neste setor. Ele trabalha no setor de informática, por uma firma terceirizada, ele entrou para firma que presta serviço aqui e foi destacado para trabalhar aqui conosco na área de informática.

Então, em termos gerais eu acho que não houve grandes mudanças para instituição, mas em termos da sociedade eu acho que o CPII contribuiu em muito sim, porque... eu acho que o CPII, durante esses anos, ajudou a resgatar jovens que estariam marginalizados por não estar podendo fazer o seu ensino médio. Eu acho que a ideia é muito boa. Precisaríamos mudar um pouquinho em relação a estas dificuldades que eles enfrentam para estudar a noite. Estudar a noite é muito cansativo, muito exaustivo depois da pessoa ter um dia inteiro de trabalho. Muitos saíam de Paciência de madrugada, trabalhavam o dia inteiro, chegavam aqui seis e meia, tinham aula até umas dez, dez e meia e depois tinham que voltar para Paciência. Imagine o tempo que o cara ficava em casa descansando. Qual era o tempo que ele ia ter para estudar? Ou estudavam mais eram donas de casa, que fazia supermercado, tinham que cuidar de filho, levar filho para escola e assim mesmo tinha que salvar um tempinho... Esta equação de várias incógnitas tinha que ter uma solução...

Se eu pedisse para você destacar aspectos positivos e negativos...

Positivo é o resgate do grande número de jovens que saem daqui com aquela... Agora mesmo estamos tendo hoje a despedida do terceiro ano. O terceiro ano está encerrando hoje em função da greve... Hoje eles estão fazendo a festa deles aí... Eles saem daqui com espírito diferente. Eles se dizem alunos do CPII eternamente... Os alunos do Proeja também se sentem assim. Eles se sentem como ex-alunos do CPII, eles não se veem de forma diferentes, como o patinho feio que estuda a noite. Não... eles saem daqui como ex-alunos do CPII, não importa a modalidade. Então, eles estão realmente inseridos no contexto e essa inserção é um ponto muito positivo para eles. Eu acho que isso é muito bom e deveria ser melhor trabalhado... Inclusive tentar, não sei se estou viajando..., uma parceria pública e privada, ou entre instituições públicas.. Para tentar realmente... porque hoje nós temos muitos alunos que abandonam, não terminam o Ensino Médio, por várias dificuldades. Meninas que acabam engravidando antes de terminar e não tem como retornar, rapazes que por dificuldades da família são obrigados a trabalhar e não conseguem estudar aqui pela manhã... Essas coisas precisavam ser pensadas para que tivéssemos uma população pelo menos com ensino médio terminado, ainda mais o ensino médio com uma formação profissional, melhor ainda. Depois que eu saí outros cursos técnicos foram criados, como o técnico em administração..., e isso é muito bom, é positivo.

Você chegou a dar aula para as turmas do Proeja?

Dei sim por interesse meu. Por quê? Eu queria sentir o que estava acontecendo com os garotos. Quando você fica na administração, fica muito afastado da realidade. Você escuta o que os coordenadores das unidades e o que os professores falam, mas você não vivencia. Eu queria vivenciar. Então eu ajetei o meu horário de forma que eu pudesse dar uma aulinha aqui na Unidade Centro, à noite... O maior problema que eles tinham era a entrada justamente porque eles saíam do trabalho. Eles geralmente têm horário para entrar no trabalho, mas para sair foge do horário, porque tem alguma coisa para fazer... e acaba atrasando. Eu queria sentir isso... Vivi um ano com eles sentindo isso aí. Em função disso eu usei alguma coisa do que eu vivi com eles na minha dissertação de mestrado...

Como era a sua percepção em relação ao aprendizado deles?

Eu tentei fazer um trabalho mais voltado para a visualização da coisa, com cálculo, mas observação dos fenômenos, dos fatos do dia à dia. Para isso usei muito Power Point, errei... Era um teste que eu estava fazendo, mas eles ficavam tão cansados... A imagem do meio para o final da aula cansa também... Eu sentia que alguns davam um cochilo, mas foi muito válido. Eu não fiz um trabalho como eu faço com o regular, só quadro e giz. Além do quadro e giz eu fiz um trabalho mais voltado para a contextualização, mais voltado para o dia à dia deles, do que um trabalho mais voltado para teoria e cálculo... Cálculo tinha muito pouco. Tinha mais a observação do fenômeno do que propriamente cálculo.

E em relação à aprendizagem deles...

Olha, no final e consegui um bom índice de aprovação, na verdade todos foram aprovados. É óbvio que alguns com mais dificuldade, outros não... Aqueles que estavam com mais dificuldades eram os que não vinham regularmente, que estavam com oscilações... Mas, o importante é que no final eles deram uma virada. Tive aprovação total na minha disciplina. Em outras disciplinas não posso dizer o mesmo.

Você chegou a acompanhar alguma turma do início ao final?

Não acompanhei. Apenas uma turma que eu escolhi aleatoriamente, para poder pegar à medida que preparei o material justamente para trabalhar com aquela série... Pelo que eu sei, daquela turma todos se formaram.

Como funciona a questão do orçamento do Proeja, ele recebe alguma verba extra?

O Proeja aqui no CPII é incluído na verba geral, então é contado como mais um aluno do CPII e recebe a mesma verba do aluno regular. Agora... o aluno do Proeja além disso ganha uma bolsa, particularmente. Então ele tem o vale transporte como todo aluno..., mas também ganha uma bolsa para ajudar... Ela vem do governo federal. Eles são obrigados a abrir uma conta na Caixa Econômica, quando chegam aqui, e o governo federal deposita. Nem sempre regularmente, mas deposita uma quantia para eles que atualmente não sei quanto é.

O Proeja prevê um curso de especialização para os professores. Os professores daqui chegaram a fazer?

O que eu acompanhei... quando estava começando a fazer isso, é que outras instituições, por exemplo, como o caso da Federal de Química, se reuniram um final de semana em uma cidade do interior e fizeram lá um trabalho para os professores. Nós aqui começamos o trabalho um pouco diferente já que nós não tínhamos esse tempo de pegar um final de semana inteiro de sexta à domingo... então nós fizemos por períodos. Ao final do primeiro semestre nos reunimos em São Cristóvão, no

auditório de São Cristóvão e demos pequenos tópicos de conhecimento do que era o Proeja, não capacitação na disciplina deles, cada professor ali já tinha passado por concurso, mas sobre como eles deveriam lidar com a nova realidade. E depois nós demos um tempo para que cada um relatasse o que estava acontecendo em suas unidades... Então nós tentamos criar um padrão único Pedro II. Fizemos isso em dois encontros, no final do primeiro semestre e um no final do segundo semestre.

E quem dava estes cursos?

Eram pessoas convidadas. Eu também participei em um momento de uma oficina, mas nós convidávamos pessoas desta área da secretaria estadual de ensino, secretaria municipal de ensino e pessoas que tem material escrito também sobre isso, e pessoas da própria instituição que estavam dedicando os seus mestrados e doutorados àquele assunto, psicólogas, orientadoras que nós temos aqui no nosso quadro... Havia proposta para fazer um curso de capacitação? Havia, mas faltava recurso porque isso demanda um custo e faltava tempo para os professores que além de dar aula aqui à noite, eles davam aula também durante o dia em outras instituições. Então eles teriam que faltar para fazer essa capacitação... eu estava tentando equacionar isso quando eu saí.

Para finalizar, você pode falar um pouco sobre a sua pesquisa no Mestrado, uma vez que ela foi sobre o Proeja?

A proposta era o uso de novas tecnologias no ensino de física... Mas, acabou que no final ficou mais voltado para o Proeja mesmo... Então ficou: "Novas tecnologias no ensino de física para alunos do Proeja". Gostei muito do que eu fiz, mas se pudesse voltar eu faria diferente. Porque na época tinha muito material teórico, material prático..., tinha muito pouco na época. Uma coisa é o que você escreve atrás de uma mesa, em um escritório. Outra coisa é o que você vivencia em sala de aula com eles. Então nisso eu senti falta... Quando eu releio o meu trabalho eu sinto falta disso, de mostrar a realidade de cada um desses alunos no seu dia a dia, para que através disso nós encontrássemos soluções que pudessem amparar o maior número de jovens possível. Realmente eu não fiz. Gostaria da oportunidade de no doutorado fazer isso aí, mas, já estou seguindo uma outra linha para o doutorado e nem sei se vou fazer doutorado, porque já estou mais para me aposentar... Mas, foi basicamente isso aí, o mundo das novas tecnologias para o ensino de física para o Proeja. Então é usar o computador..., como se poderia usar simulações, eu usei muitas simulações com eles, todos os programas que tinham simulações e fiz alguma coisa para eles. Eu gostei, porque ao contrário de ir ao quadro negro mostrar um desenho que não é tão perfeito... Lá eles davam as coordenadas e viam o que realmente acontecia, é óbvio que eu já tinha previsto antes e ia acontecer aquilo segundo os dados que eles escolhiam. Eu gostaria mais de usar também o laboratório real... para que pudessem comparar, mas demandaria muito tempo, o que iria interferir no conteúdo programático, já que o colégio tinha um conteúdo para aquele período. Então essa situação eu não consegui resolver: como usar o virtual e também o real. Eu senti que eles viam uma imagem, mas sabiam que aquilo ali era uma imagem... Fica legal? Fica. Ao contrário de uma aula estática eles veem a coisa em movimento. Mas, aquilo não tinha o poder de convencimento como se estivesse no laboratório. No laboratório ia ter um filtro para aquilo aconteceria e eu acho que juntando uma coisa com a outra o aprendizado ganha, é muito maior...

Um grande desafio que parece seria a taxa de evasão, não é?

Sim... A taxa de evasão é um grande problema e teria que ser muito bem estudada pelos nossos gestores da educação, não só do CPEI, mas do Brasil todo porque isso implica que você vai ter ao final do ensino médio um grupo sem formação alguma. Entrando no mercado um grupo que terminou o ensino médio, não ingressou na faculdade, mas mesmo que ingressasse iria ser fazendo o que? Ontem mesmo eu li no jornal que o MEC estava preocupado porque muitos alunos entram para um curso e não terminam, outros terminam e vão fazer um outro curso superior porque veem que aquele não é o que ele não queria. É o tipo da coisa que falta na minha opinião, um trabalho bom de orientação, já lá em baixo na base, profissional mesmo mostrando as profissões. Existia antigamente uns trabalhos que eram feitos de levar alguns alunos a determinadas fábricas..., determinados locais para que eles pudessem conviver com a realidade. Falar com engenheiro, falar com mecânico, falar... Porque nem todo mundo tem que ser engenheiro. Muitos podem ser mecânicos e ganhar muito bem e ser feliz com aquilo. Não precisa fazer um curso superior. Como muitos por aí que tem curso superior em determinadas áreas, mas não exerce aquilo, vão trabalhar em uma área completamente diferente porque descobrem que a realidade do seu dia-a-dia é completamente diferente. E muitos não conseguem terminar seu ensino médio. Não sei precisar exatamente, mas acho que está em torno de 40% o número de alunos que não terminam o ensino médio porque não conseguem. Eles vão para sala e a desmotivação é muito grande. E eles ficam mais prejudicados do que aqueles que terminaram pelo menos o ensino médio.

Você se refere ao regular, mas se colocar o Proeja...

É pior... Eles já se sentem marginalizados porque não conseguem voltar, por conta da idade, ao regular. Por mais que lês queiram largar o trabalho, não conseguem por que já passou da idade. Aí eles pegam a EJA porque o ensino regular noturno é pior ainda. Fazer prova de física, química, matemática como deve ser no regular é pior ainda. Se você pegar a aprovação do ensino regular noturno, se o professor seguir a mesma linha que ele pega pela manhã, é reprovação maciça. Ele acaba dando na verdade um regular noturno médio mais voltado para o fundamental do que realmente o médio... Então eu acho que é preciso sentar e ver o que é fundamental para o aluno aprender no ensino regular, principalmente, mas depois passando pelo Proeja. O que o aluno precisa aprender para ingressar na faculdade. Porque hoje se você pegar a prova do Enem e comparar com os programas que são dados em sala... não tem nada a ver. Porque o Enem quer saber se o aluno foi capacitado para, se consegue se virar...

Gestora Elaine

Qual é a sua idade e estado civil?

Tenho 39 anos e sou solteira.

Tem filhos?

Não.

Mora em que bairro?

No Lins.

Qual a sua formação?

Sou doutora em meio ambiente.

Como foi a sua trajetória escolar?

Estudei a minha vida inteira em escola pública, desde a educação infantil até o doutorado.

Como foi a sua trajetória profissional antes de trabalhar no colégio Pedro II?

Eu trabalhei como professora do estado, trabalhei em colégio particular e aí fiz concurso para o Pedro II e passei... Fiquei ainda um tempo trabalhando na área privada e no estado, mas aí depois eu saí dos dois e hoje eu to só no Pedro II.

Qual é a sua Licenciatura?

Química.

Sempre trabalhou com Proeja no Pedro II?

Não. Eu comecei trabalhando com aluno regular, até 2007 e em 2008 eu comecei no Proeja. Eu já tinha trabalhado na iniciativa privada como professora de jovens e adultos.

Como você percebe o fato dos alunos da EJA estudarem em um colégio como o Pedro II?

Mostra que o governo tem interesse na formação de pessoa dessa idade. É uma necessidade brasileira melhorar posição de alguns dados estatísticos, de ter a vaga de emprego e não ter pessoas capacitadas para assumirem essas vagas. Mas ainda vejo o discurso muito melhor do que a prática, por parte do governo é claro... as dificuldades que a gente tem pra isso, institucional.

Em que sentido seriam essas dificuldades?

É dificuldade... tem que ser a noite, o aluno já vem cansado do trabalho, essa é a característica de todos jovens e adultos. Agora numa cidade como o Rio que você precisa as vezes ter um deslocamento grande, o aluno é incentivado a vir pra escola, mas pra ele chegar na escola é difícil, porque você não tem educação de jovens e adultos sendo oferecidas em qualquer lugar. Você tem alguns pólos e às vezes o aluno precisa pegar duas três conduções por exemplo pra voltar pra casa. E aí não consegue pagar a condução mesmo tendo o Riocard. Depois de uma certa hora os motoristas começam a breicar, começam a passar por fora. As vezes são as próprias empresas que mandam isso, a gente não sabe, a gente vê que o aluno já está cansado, já tem todos os problemas naturais da realidade da educação de jovens e adultos e ainda encontra um certo... preconceito, resistência... com relação a sociedade. As pessoas que não trabalham com esse grupo, às vezes olham como se fosse um trabalho menos importante, então é muito difícil trabalhar com jovens e adultos. As pessoas acham que resultado é conseguir aprovação no vestibular, que resultado é ser aprovado no concurso, não vêem o ganho social, da possibilidade da promoção do cara no trabalho, da possibilidade do cara trabalhar em uma empresa melhor. Como esse ganho é difícil de ser medido as pessoas acham que não tem ganho nenhum, mas não é assim.

Você acha que a chegada do Proeja provocou alguma mudança substancial no colégio Pedro II?

Provoca. O colégio querendo ou não você provoca uma mudança uma necessidade. A biblioteca agora fica aberta até oito e meia e que não precisaria se não existisse o Proeja. Então, mudança você gera, mas ainda vê uma instituição muito mais preparada para lidar com a realidade do regular, como em todas as outras instituições, pelo pouco que eu já pesquisei é a realidade de praticamente todas as outras instituições que tem EJA e uma educação regular, mas tudo que começa é assim até conquistar o espaço.

Como gestora quais as dificuldades que você encontra em gerir um programa como o Proeja em uma instituição como o Pedro II?

Como gestora a principal dificuldade é que você tem uma estrutura noturna em cada campus mas, não tem a mesma estrutura por exemplo, na reitoria. Não funciona nada a noite, então se eu quiser resolver qualquer coisa tem que ser de dia. Então, esse tem sido meu maior problema como gestora porque os meus problemas acontecem a noite e pra eu resolver só no dia seguinte. Na verdade eu não trabalho todas as noites, eu trabalho todas as tardes e noites. Esse é o meu maior problema como gestora, mas, mesmo tendo esse problema eu não encontro as dificuldades que as pessoas as vezes relatam que não conseguem resolver as coisas. Eu quando preciso, falo com os responsáveis dos setores e geralmente é com muita tranquilidade que consigo resolver. As vezes é difícil de resolver, não que não exista boa vontade ou interesse, as pessoas são sempre empenhadas em resolver aquilo que estou levando, mas tem que ser durante o dia, não tem como resolver nada a noite, mas esse é um problema que não vejo solução. Não acho que tenha como ter toda uma estrutura pra atender o noturno como se atende ao diurno.

O numero de evasões é grande?

É bem alto, é um publico diferente. Um filho fica doente, pronto, ele não vem mais... Mudou de trabalho, ou mudou de horário..., entre trabalhar e estudar ele vai trabalhar. Até porque ele precisa se sustentar, ele precisa arcar com as responsabilidades dele como chefe de família ou dona de casa. Eles passam por problemas, ficam doentes numa proporção as vezes maior que o aluno do diurno, que tem uma qualidade de vida geralmente melhor, tem horário certo pra dormir e comer, geralmente os motivos são esses.

Tem caso de aluno parar em um ano e depois voltar?

Muito, os do primeiro ano geralmente não. Boa parte é porque acha que o curso é uma coisa e quando vê é outra. Agora os que evadem depois do primeiro ano muitos voltam, resolvem o problema que o levou a trancar naquele ano. Geralmente ele não simplesmente evadem, eles trancam a matrícula e depois retornam para reabrir.

Esses que evadem no primeiro ano geralmente são os mais jovens?

Sim, os mais velhos dificilmente evadem por esse motivo. O que geralmente eles querem é o diploma de ensino médio, e aí a possibilidade de ter uma formação profissionalizante mesmo que mínima é alguma coisa que vai compor o currículo dele.

Como é a sua relação com os alunos?

A questão de relacionamento interpessoal eu nunca tive problema com nenhum deles, eu sempre sou muito próxima de tudo que eles estão fazendo. Eu geralmente desço, os avisos sou eu que dou nas salas, eles tem acesso a minha sala a hora que eles quiserem.

Eles costumam reivindicar alguma coisa?

Não muito, é mais as coisas de sempre, os alunos tem muito problemas com essa coisa de ônibus. As vezes precisa mesmo de uma intervenção e eu mando o ofício pra empresa dizendo que os meus alunos estão tendo problema pra pegarem a linha tal, o lugar da cidade... é mais esse tipo de reivindicação do que com relação a estrutura. Uma vez ou outra que eles chegam pra reclamar de algum professor, mas a primeira pessoa que eles procuram não sou eu, tem o setor de orientação que eles procuram quando a reclamação é essa e geralmente se resolve por ali mesmo, não precisa chegar a mim.

Como você percebe a relação dos alunos com os professores?

Parece ser boa também, eles tem a mesma coisa que todo aluno, tem suas diferenças, gostam mais de uns do que de outros, mas eu vejo que é um publico mais fácil de se trabalhar nesse sentido do que o publico do diurno. Eles são mais cuidadosos nas colocações deles, eles estão acostumados com relação de trabalho e sabem respeitar hierarquia porque já vivem isso no trabalho deles, então é uma convivência bem mais tranquila do que às vezes no diurno.

Como você percebe a relação dos alunos com a da instituição Pedro II?

Eles gostam de estudar aqui, eles tem orgulho. Alguns não, alguns as vezes não são muito... Mas, a grande maioria gosta, tem prazer, são orgulhosos de estarem estudando aqui. É uma relação boa, eles descobrem quando entram aqui que isso aqui é um colégio publico como outro qualquer e isso decepciona um pouco a eles. Por ser uma instituição de renome, eles acham que a gente não tem problemas, é um colégio que tem uma tradição, que tem uma estrutura diferente. Por ser muito antiga, tem uma estrutura melhor do que muitos colégios públicos que tem por aí.

Quais marcas você acha que o nome do colégio Pedro II deixa na trajetória desses alunos?

Não consigo ter noção disso. Porque como são pessoas adultas, geralmente quando saem daqui, a gente não tem muito contato. Poucos retornam, mas, os poucos que retornam falam que nem acreditaram que eles estudaram aqui, as pessoas ficam surpresas..Eu acho que pra eles é algo bom eles terem estudado aqui, pelo menos os que retornaram até agora mostram isso pra gente, mas são poucos os que retornam pra dar notícias.

Você foi professora do Proeja durante quanto tempo?

Um ano e meio.

Como professora quais foram as principais dificuldades que você observou no aluno?

É um aluno mais difícil de se trabalhar sim porque é um aluno que vem cansado. A minha matéria não é muito fácil, que é química, então se já é difícil pros alunos do diurno que a gente cobra um pouco mais, pro aluno do Proeja também. A maior dificuldade é essa, é fato dele estar muito tempo parado. Eles vem com algumas dificuldades do fundamental... Porque alguns fizeram EJA no fundamental também, mas, não é nada que um trabalho cuidadoso... Eu sei que eu não vou conseguir chegar a lua com eles, mas se eu subir uns degraus com eles está ótimo, porque se ele saiu do zero e chegou no três é melhor que continuar no zero.

Existe um projeto político pedagógico específico para o Proeja no Pedro II?

Ate onde eu sei não.

De uma forma geral qual é a sua percepção do Proeja no colégio Pedro II?

Algo que está começando, apesar de estar desde 2006, ainda é muito novo. Ainda estão experimentando muitas coisas porque tem que ver qual é a realidade da escola e do publico. Então, as coisas estão se adaptando, se não for um projeto que morra daqui a alguns anos vai ter um retorno positivo. Se todo mundo aqui tiver o objetivo de melhorar o que se tem vai ser um curso de sucesso.

Quais sugestões você daria ao proeja?

Acho que uma coisa que ia ajudar muito era se tivesse mesmo que no diurno, alguém respondendo só pelo Proeja, porque os problemas do Proeja são muito diferentes do médio regular, aí fica muito complicado pra uma única pessoa dar conta disso. Porque a gente tem uma diretora adjunta, que na minha opinião trabalha muito e tem buscado as melhores soluções, mas ela é uma só, é desumano colocar tudo nas mãos dela. O Proeja tem problemas que mereciam uma pessoa cuidando só desses problemas. Tudo do Proeja é diferente, sistemas de notas, avaliação, então você imagina uma pessoa tendo que dar conta desses problemas e do regular e ainda tem as disciplinas técnicas então é muito complicado.

Os professores do Proeja são todos concursados?

Não, tem professor contratado também. Todos os seguimentos do Pedro II tem professores contratados.

Existe alguma historia marcante desse seu tempo como gestora que você gostaria de compartilhar?

As historias são tantas... já tive alunos que não tinha dinheiro pra pagar a inscrição do Proeja e a gente deu o dinheiro e depois ele se formou e lembrou disso na formatura. Eu tenho aluno que teve filho internado por não sei quanto tempo em CTI neonatal e teve que parar e depois voltou e conseguiu se formar. Tem tanta historia, tanta realidade... tem uma aluna que quando começou o Proeja em um determinado momento foi estuprada, abandonou, depois ela conseguiu voltar, se reerguer, conseguiu terminar o curso dela. Tem um que era envolvido com o trafico e saiu da cadeia e começou estudar, as pessoas começaram a acompanhar de perto e no final ele fugiu de casa e deixou um recado junto com a carteirinha dele e uniforme dizendo que agradecia muito tudo que nós fizemos por ele mas, que o Pedro II tinha chegado tarde de mais na vida dele. Então assim.. perdemos ele pro trafico, são muitas historias.

Professora Catarina

Professora, qual é a sua idade e estado civil?

41 anos e casada.

Tem filhos?

Não.

Qual é a sua formação?

Sou professora especialista de inglês. Eu não fiz letras na verdade, sou só professora de inglês e tenho bacharelado e formação em psicologia também, e tenho mestrado em psicologia.

Como foi a sua trajetória escolar?

Estudei a vida inteira em escola pública.

E sua trajetória profissional antes de trabalhar no colégio Pedro II?

Eu dava aula em cursos de inglês. Os principais foram: Brasas, por dois anos e Cultura e Ibeu, por 12 anos. Quando eu entrei aqui eu continuei a trabalhar no Brasas e na Cultura por 2 anos e depois fiquei só com o colégio.

Trabalha no colégio Pedro II há quanto tempo?

8 anos. Fez em abril.

E no Proeja?

Bem, eu to voltando pro Proeja agora. Eu comecei no Proeja quando o Proeja começou... Foi em agosto de 2006, e fiquei direto... Não só no Proeja, mas, também dando aula a tarde. Fiquei direto de 2006 até final de 2009, foram 3 anos e meio... E voltei agora esse ano.

Você pensou em trabalhar com o público da EJA em algum momento da sua carreira?

Se a minha vinda pro Proeja foi por vontade própria?

Também.

Nesse momento sim, na primeira vez não. Eu fui simplesmente informada de que eu trabalharia à noite. Eu era a mais nova da equipe, acabado de entrar para o colégio, então fui comunicada disso. Numa noite eu fui comunicada que eu daria aula à noite.

E agora sim..., essa minha vinda foi por escolha.

Até então você nunca tinha trabalhado com educação de jovens e adultos?

Não.

Quais são os principais procedimentos pedagógicos que você usa com os alunos do Proeja? São muito diferentes do diurno?

Diferença de conteúdo né, que é incomparavelmente menor. Mas com relação ao esquema de aula, abordagem, metodologia não. Agente em inglês... O colégio tem a finalidade de trabalhar a leitura, então agente trabalha as estratégias para que os alunos possam captar a ideia central do texto. Eu diria que em relação a isso o procedimento é o mesmo... Trabalhar muito vocabulário, puxar aí... Em inglês a gente usa o termo elitizado, porque no inglês existe isso, não sei se no português existe, mas em fim..., a gente tenta puxar do aluno, fazer com que ele chegue a compreensão dos seus próprios termos... Agora esse ano, eu to fazendo uma coisa diferente, porque na época que eu comecei no Proeja só havia o curso de informática, e agora vindo turmas de administração, então eu procurei dar uma inovada e fazer um trabalho na oralidade também. Trabalhar um pouco da oralidade pra que eles possam se virar basicamente, encaminhar alguém que chegue falando inglês para alguém tenha mais conhecimento, fazer a primeira recepção né, isso não acontece no diurno, a parte da oralidade.

Quais as principais dificuldades que você encontra com o público do Proeja?

Dificuldades, acredito que... dificuldades de compreensão mesmo. Por vários fatores, um óbvio que por mais que a gente não queira acreditar é verdade, que quanto mais velho é mais complicado aprender, então eles já partem com essa desvantagem. A questão do cansaço, da vida difícil de vir do trabalho, isso tudo influi negativamente por um lado.

Agora outros tipos de dificuldade eu diria que pelo contrário eles são interessadíssimos, o que já difere do pessoal do diurno.

Como você descreve o perfil dos alunos do Proeja?

Essa pergunta é difícil pra eu responder. Porque eu to tendo... assim eu to conhecendo um novo perfil de alunos agora que eu voltei.

Aí posso fazer essa comparação?

Pode, claro.

Eu tive a impressão agora retornando, em 2013 que o conhecimento dos alunos de hoje está um nível acima do que os que começaram o Proeja. Naquela época, por exemplo, eu tinha alunos com muita dificuldade mesmo de escrita a ponto de errar a escrita do seu próprio nome...

Como é a relação com os alunos?

É ótima. Eu acho que é ótima, da minha parte é. Porque óbvio que tem exceções, qualquer faixa etária tem, mas, com os adultos do Proeja é um relacionamento mais tranquilo, mais amigável. Eles estão ali porque querem, sabem que isso é importante, sabem que estão se esforçando e tem que fazer dali esse esforço. Então eu diria que na maioria das vezes é bemcordial e ele valorizam demais os professores que é tão raro hoje em dia.

O que você percebe como principais dificuldades dos alunos?

Eu diria que é a falta mesmo de bagagem anterior, porque por exemplo inglês né, ensino médio, a gente jamais vai fazer um trabalho partindo do pré suposto que eles já tiveram o conhecimento tal pra dar continuidade. Isso não existe no inglês, a gente começa do B A BA, então isso trava muito. Porque em três anos com esse público que tem essa dificuldade de horário, de cansaço, da vida... com as responsabilidades da vida. Com encontros curtos é difícil que eles saiam daqui com conhecimento razoável da língua. É muito pouco tempo pra isso. Por conta do fato de eles não terem tido isso no ensino fundamental, então a gente tem que começar do zero. Eu diria que é a falta de bagagem mesmo nas disciplinas.

Quais são os pontos fracos e fortes do Proeja na sua concepção?

Pontos fortes... a proposta no papel é belíssima. Se ela fosse colocada em prática efetivamente seria uma maravilha, mas a gente sabe que não acontece, então, vou falar dos pontos fracos... Ainda ficando na esfera dos positivos, apesar de todos os problemas que o Proeja tem, da falta de interesse de quem tem a responsabilidade de fazer com que aconteça da melhor

maneira possível, apesar disso eu acho que os alunos saem daqui com uma nova postura diante da vida. Eles chegam meio cabisbaixos, com medo, meio se sentindo inferiores e você vê que ao longo do tempo eles vão se soltando, eles vão falando mais de uma forma assertiva. Já se consideram mais senhores de si, então nesse aspecto... digamos que psicológico e social eu acho que contribui bastante.

Agora pontos fracos assim, tem inúmeras falhas, na questão, por exemplo, da informática, não há uma infra-estrutura adequada pra que efetivamente eles aprendam fazer manutenção de computador, suporte.

O pessoal de administração também, embora a maioria dos alunos aparentemente já trabalhe na área de administração, o que fica mais fácil em relação ao pessoal de informática, é que devia ser oferecida parceria com empresa para que eles tivessem essa experiência, mas isso não acontece. O lado profissional que é a vertente principal do Proeja deixa muito a desejar, isso é uma falha enorme.

Como você compreende e costuma avaliar o processo de aprendizagem dos alunos?

A gente vive em um esquema que tem que fazer as avaliações... Por enquanto não tem como fugir disso. São provas, eles fazem avaliações em dois momentos, uma primeira certificação que eles vão começar a fazer na semana que vem, e a segunda em novembro. Pra compor essa nota da primeira certificação existe uma prova com valor de seis, um ponto é de auto-avaliação... e os outros 3 restante o professor tem a liberdade de distribuir em pelo menos 2 avaliações diferentes da prova. Podem ser trabalhos em grupos, testes, enfim... as avaliações a gente não tem como fugir disso, mas o mais importante é o que acontece em sala de aula, no dia a dia, é o momento que eles tem pra estar ali e a nota em si é o que tem menos peso.

Como você percebe a relação dos alunos com a instituição Colégio Pedro II?

Eu diria num primeiro momento que existe uma distância muito grande entre o aluno e a instituição. Na verdade eu acho que existe um abismo. Porque... uma outra falha gigantesca, eu vejo uma separação muito grande do que acontece no regular e o que acontece no Proeja como se fossem duas escolas diferentes, o que é inaceitável. Mas, começou assim e a gente já tá no sétimo ano e eu não vejo melhorar, não vejo mudar, é uma coisa privada. São duas escolas diferentes. Então quando você me pergunta instituição eu não vejo, não vejo essa conexão dos alunos com a instituição, eu vejo uma conexão deles com a direção aqui do turno da noite, com a coordenação, mas com o colégio Pedro II em si, essa coisa simbólica eu não consigo deslumbrar.

Como você percebe o fato de um aluno da EJA estar nessa instituição de tamanho peso simbólico?

Eu acho que muitos vêm parar aqui sem saber muito bem o que eles vêm fazer aqui. A maioria, com certeza, deve ter ouvido falar do Pedro II, que esse colégio é nacional, um colégio padrão né, então... que ideia boa poder estudar num colégio público que é famoso que tem essa tradição toda... Então, a maioria deve se encantar com essa possibilidade, mas não é exatamente sabendo o que vai encontrar por aqui. Do meu ponto de vista eu acho ótimo que a gente possa receber o pessoal de EJA. E na verdade, vamos falar utopicamente, não deveria haver diferença nenhuma nessa transição de um EJA com o Proeja. Deveria ser tipo agora em nível médio, tá vindo do fundamental veio parar no Pedro II. É apenas uma continuidade dos estudos, mas, a gente sabe que é muito grande a diferença. Assim, na minha disciplina, eu fico chocada quando os alunos me dizem que nunca fizeram inglês, que na minha ingenuidade eu achava que uma língua estrangeira era obrigatória, então por maiores que fossem as dificuldades das outras escolas públicas eles teriam que ter tido alguma aula. Mas, muitos não tiveram nada, ou então tiveram um ano... Mais doido ainda é quando na antiga quinta série tiveram inglês, aí na sexta não tiveram nada, veio a sétima aí foi pro francês e na oitava espanhol, isso me choca um pouco.

A maioria dos alunos trabalham e estudam. Nesse tempo que você ficou você percebeu alguma mudança deles na vida profissional?

É difícil pra um professor conseguir perceber isso. Assim eu não tenho lembrança de ter tido a minha atenção chamada pra isso naqueles anos em que eu fiquei. E agora tá meio que recente que aulas começaram em abril, não saberia te responder essa pergunta.

De uma forma geral qual é a sua análise do Proeja no colégio Pedro II?

Vou repetir o que eu falei ainda pouco. Eu acho que há um abismo gigantesco, acho não, existe um abismo gigantesco entre o que se faz no diurno... Não é o que se faz, na verdade é preocupação, digamos assim, a preocupação que ocorre com o ensino regular, no diurno e com o curso do Proeja a noite. Eu não acho que o Proeja receba a atenção que deveria receber, o interesse que deveria ter. E isso parte não só da direção, e quando eu digo direção é direção de uma maneira geral tá. Não é a direção específica de um campus, e também dos professores. É isso que eu posso te afirmar com toda certeza... É do tipo professores que por acaso já estiveram dando aula no Proeja, alguns apenas por questões de completar a carga horária pra ser uma coisa mais prática na vida, e os que não estão dando aula, muitos deles criticam os que estão como se estivessem fazendo um trabalho menor, como se dar aula no Proeja fosse um trabalho preguiçoso. Muitos não querem dar aula no Proeja de jeito nenhum, mas tem esse discurso de que não é trabalho, de que é digamos... uma forma fácil de se ganhar dinheiro e completar a carga horária. Há muito preconceito.

Você veio por opção?

Agora sim.

Teve algum motivo específico que te despertou ou foi uma coisa que ficou lá do passado?

Um conjunto de coisas. A questão de gostar de dar aulas para adultos em geral... Eu tenho mais prazer em dar aulas pra adulto do que pra adolescente. A questão social, de poder contribuir de alguma forma para que eles possam sair daqui mais senhores de si e saberem trilhar um caminho melhor, não que a vida vá mudar miraculosamente a gente sabe que isso não vai acontecer... Que possa encarar a vida de uma maneira mais assertiva, é trabalhar com esse tipo de aluno que eu gosto.

Outros motivos... Trabalhar a noite não foi um motivo mas era a única possibilidade de tá com esse público... E houve o convite da Soraia..., na verdade foi um convite pedido pra que eu viesse ajuda-la na coordenação. Eu estava na coordenação da equipe de inglês no diurno e tava dando aula também... e aí por conta disso tudo eu resolvi aceitar.

Você teria alguma sugestão pra dar para o programa?

Muitas... ,muitas sugestões gerais: mais compromisso do governo com o programa em si, das direções, do colégio com o programa. Mais dedicação, mais atenção, mais seriedade, porque se não houver isso fica muito difícil você conseguir fazer um trabalho só porque você leva a sério. Não adianta ter um direção de um campus que trabalhe arduamente ou uma coordenação que acredite no programa, porque a gente sozinho não consegue fazer muita coisa. O ideal era que se colocasse realmente em pratica aquilo que foi proposto. O objetivo fundamental é atender a esse publico que não teve a chance de estudar na época que, digamos assim apropriada. E fora isso oferecer uma formação, um treinamento profissional com o qual eles possam sair daqui e se candidatar a uma vaga de emprego ali naquela área. Se atendesse a isso já estava ótimo, mas tem que ter interesse e falta interesse. Agora assim, na pratica ver essa questão séria do treinamento profissional aqui no caso de informática e administração e fazer parcerias com empresa próximas para que os alunos possam estagiar, eu diria que é uma mais urgente.

Funcionária Ana

Shirlei, qual é a sua idade e estado Civil?

Sou casada.

Tem filho?

Não.

Reside em qual bairro?

Miguel Couto.

Qual a sua formação?

Fiz Direito na Gama Filho e fiz Psicologia na Veiga e Mestrado no Paraguai. Estou fazendo também uma especialização de neuropsicologia, na Santa Casa.

Como foi a sua trajetória profissional antes de chegar no CPII?

Eu sempre quis ser professora porque eu tive um estudo muito fraco. Eu era fraca por ter um estudo já fraco e mesmo assim eu fui pulada de série, tive muita dificuldade na aprendizagem. Eu decidi ser professora e coloquei na minha cabeça que nunca ia pular ninguém de série por essa minha dificuldade. Então, fiz o normal e depois a prova para antiga FUNABEM. Trabalhei no Padre Severino como professora. Como acabou a FUNABEM nós fomos redistribuídos. Nessa época eu estava fazendo Direito... eu ia pedir para o Ministério do Trabalho para ir para essa área. Mas, quando cheguei lá, vi que tinha a chance de ser distribuída para o CPII. E aqui não me colocaram como professora, mas como administrativo. Daí me colocaram... na secretaria escolar, fiquei lá dois anos e me disseram que na biblioteca estava precisando de gente e me perguntaram se eu poderia ir para a biblioteca. Ainda não existia o Proeja não. O Proeja existe a mais ou menos cinco ou seis anos. Aí trabalhei na biblioteca. Depois me pediram para ir para o protocolo... Depois voltei para minha origem na biblioteca. Como estavam precisando que a biblioteca abrisse a noite, não sei porque mais nessa época os alunos exigiam muito o uso da biblioteca, então me perguntaram se eu queria trabalhar a noite para atender aos alunos do Proeja. Eu disse que tudo bem e aqui estou até hoje. E gosto de fazer o que faço. Pego um pouquinho da tarde. Eles saem às seis e vinte e fico à noite.

Então você veio para biblioteca à noite para trabalhar especificamente com o Proeja?

Sim.

Existia essa reivindicação dos alunos para biblioteca funcionar à noite?

Tinha.

Dos alunos do Proeja?

Sim, do Proeja.

Você falou que sempre quis ser professora. Em algum momento da sua carreira você pensou em trabalhar especificamente com esse público da EJA?

Quando eu trabalhei no Padre Severino, eu era nova de formada, como era nova de idade. Lá tinha os jovens. Aqui tem jovens e adultos, lá não tinha adultos. Mas, os jovens tinham dificuldades que hoje aqui se encontram. E eu fiquei perdida nessa época porque quem faz o normal ou uma faculdade não tem uma especialização para tratar de jovens e adultos, e é muito difícil. Os professores precisam de um jogo de cintura para atingir todos os alunos... Quando eu trabalhava lá no Padre Severino era assim, uns sabiam mais ou menos ler, outros não sabiam... Era uma variedade no tipo de fala que eles tinham... Não era uma aula só. Eu tinha vinte oito alunos. Para satisfazer todo mundo eu tive muita dificuldade e garanto que não fui uma ótima professora. Até me decepcionei porque nunca peguei uma turma com a faixa etária normal, porque a lei de lá atendia crianças até 18 anos. Então, a idade era variada como o conhecimento também. Eu tive muita dificuldade. E depois de lá, nunca mais entrei em uma sala de aula.

Como você vê a relação dos alunos do Proeja com a biblioteca?

Eles quando chegam aqui ficam admirados porque tem acesso a livros de qualidade, a livros atuais. Essa biblioteca, embora seja do governo, nós cobramos uma taxa de R\$ 5,00 para eles entrarem, para poder levar livro para casa. E cobramos uma taxa também de multa para aqueles que não entregam ou renovam na época certa e isso volta para eles porque são comprados livros novos. Nós temos uma caixa ali de livros que os alunos dão ideias... Por exemplo, não tem o livro que eles querem , então eles escrevem o nome e colocam na caixa. A biblioteca vai e compram estes livros. Então, estão sempre atualizados os livros que eles gostam. O Proeja é menos... Mas, eles também quando chegam aqui que não temo o hábito de ler, eu gosto de recebê-los dou toda explicação, atenção, pergunto o tipo de livro que eles gostam... As vezes eles não gostam de ler e eu faço uma tentativa, falo para eles escolherem um livro e tentar ler. Tem uns que pegam gosto e vem frequentemente e começam a pegar livros. Tem pessoas que começam a pegar livro em um ano e no outro passam a pegar mais de um em um ano. Para quem nunca leu nada isso já é... E um vem forçando o outro... Quando eles vem aqui para estudar, conhecem a biblioteca,

porque até então agente anuncia e eles não dão ouvidos. Mas, quando vem aqui para estudar para prova, começam a ter o gosto... E a biblioteca é uma biblioteca boa, aconchegante... To do mundo deveria conhecer...

Como você descreveria a relação com os alunos no dia-a-dia?

A minha relação é muito boa. Mas, poderia ter um projeto em que eu pudesse além de mostrar a eles que ler é importante..., para eles terem um conhecimento além de sala de aula... Eu faço isso por espontânea vontade, não é minha função fazer isso. Mas, como eu conheço um pouco como é esse público, faço esse papel. Por exemplo..., eu trabalho no sábado de plantão e não faço esse papel ao sábado, mas com eles eu mostro a importância de ler um livro que ele goste, ou ler um livro que o professor passe, que hoje ele não gosta, mas futuramente poderá gostar. Então, a relação é muito boa e eu gosto dessa função que eu faço.

Como percebe o fato de alunos da EJA estarem estudando em uma instituição como o CPII?

O que eu percebo é o seguinte... O Proeja não é do CPII é um programa do governo. Nós temos muito bem claro isso, só que não temos essa distinção dos alunos do CPII com eles que são lotados no CPII. Este programa está lotado no CPII, mas ele não é do CPII... Eu vejo o seguinte, para eles é uma satisfação imensa é como... Um rapaz de sessenta e dois anos, que tinha o segundo grau dele e falou que nunca conseguiu estudar no CPII e teve essa oportunidade de estudar aqui. E veio fazer a segunda vez o segundo grau, para ter o diploma do CPII. Essa pessoa idolatra o CPII. Para ele é um incentivo muito grande... As vezes eles estão fragilizados quando fazem uma prova, isso é comum... E quando tiram uma nota baixa... – Será que eu vou passar? Será que não vou? – Eu reforço: “você está no CPII. O CPII é um tópico lá em cima. E você talvez nunca tenha sido tão exigido e também perdeu muito tempo para voltar a escola, ou não pôde por vários motivos...”. Então não é porque a pessoa é forte, o colégio é forte e ela se sente forte também e ultrapassa todas as barreiras. É o que eu vejo nos alunos do Proeja.

A partir do convívio com os alunos, quais as principais dificuldades que percebe neles?

Aqui na biblioteca não, mas o que eles trazem sempre de dificuldade é que não entenderam a matéria, que está difícil a matéria... Eu não posso dizer se é o contexto dele com o conteúdo ou se é o professor que não consegue chegar na aprendizagem dele... Todos eles vem também com a deficiência porque os jovens e adultos estão fora da faixa etária... a dificuldade é grande. A única dificuldade que eles falam é sobre isso. Eles reclamam muito quando tiram nota baixa. Ficam muito arrasados... Ficam muito desanimados. Tem pessoas até que trancam a matrícula porque sabem que não vão passar.

Isso é curioso porque eles já vêm de uma trajetória escolar interrompida... É curioso a nota baixa ter um peso tão grande na vida deles. Você já pensou sobre isso?

Já sim. Eles já se sentem discriminados pela faixa etária, por terem que voltar para escola... E a baixa auto-estima, a nota representa o quanto está valendo. Se ele estiver com problema lá fora, vai juntar tudo e se sentir menos ainda. Não é um problema exclusivo da nota, mas do contexto em que ele está. Ele pode até entender, não aceitar, mas pelo contexto que ele está lá fora, juntando com a nota aqui... ele se sente muito mal. Até hoje quando chego e pergunto a nota que eles tiraram... eu falo isso é bom, significa que você poderá melhorar, saber onde errou e se sair bem, independente de tirar zero... Eu tento passar que até o grande gênio já tirou nota baixa e repetiu de série, imagine nós que somos mortais.

Na sua opinião, a chegada do Proeja aqui no CPII trouxe alguma mudança significativa para instituição?

A nível maior eu não sei, mas ao meu nível não. Para mim não modificou nada, a única coisa é que passamos a ter o turno da noite.

Em relação as características do CPII, mudou alguma coisa com a chegada da EJA?

Não, nós aqui temos o Proeja, não é EJA, é Proeja. Não... não mudou... O que mudou é... ter o turno da noite. Os professores são os mesmos, o que deveria ter um professor preparado especificamente para trabalhar com essas turmas, pois eles ficariam sabendo como lidar com tantas dificuldades e o aluno saberia se chegar melhor nessa situação... Eu acho agonizante tanto o lado do professor, porque sou professora e sei como funciona certas coisas, e também do lado do aluno. Os dois sofrem e a vida continua...

Quais as marcas que você acha que o nome do CPII deixa na trajetória desses alunos?

Você precisa ver na formatura como eles se sentem tão orgulhosos de ter conseguido chegar até o final do curso. Realmente é uma vitória para eles... Poderia ser aqui e em qualquer outro colégio, porque a dificuldade para eles é muita. Para eles conseguirem chegar até o final... Como qualquer um outro... Com você no Mestrado, com outras pessoas... Porque nós não temos um incentivo para estudar, embora no Proeja eles tenham um incentivo. Eles tem a passagem, um jantar aqui, agente fala que é lanche mais é um jantar que é feito exclusivamente para eles. O funcionário do CPII vem exclusivamente naquele horário para fazer a comida. Não é sobra da comida da manhã. É comida fresquinha que o Beto faz e não tem como ninguém reclamar da comida. É fresquinha a comida. E tem ainda o incentivo de R\$100,00. O governo incentiva esses alunos a voltar a estudar, coisa que no passado não acontecia.

De uma forma geral, qual a sua percepção do Proeja no CPII?

O CPII tem a obrigação pela lei de ter esse programa aqui. Se tirassem, para nós profissionais, nós seríamos neutros... Mas, quem ganha é o aluno. Eu não sei mais acima como é feita a transação deste projeto aqui dentro... Se o CPII ganha alguma coisa para investir, não sei dizer. Agora, quem ganha é o aluno que consegue chegar, permanecer, porque a nossa equipe é unida, todo mundo quer que o aluno continue, progrida e que consiga vencer outras etapas. Em toda formatura, o diretor, o professor Flávio fala que aqui é o primeiro passo e que eles vão ter o segundo, sucessivamente... Então, eu vejo que com o Proeja quem ganha são os alunos.

Quais sugestões você daria ao programa?

Eu diria o seguinte, que nós profissionais aqui da biblioteca, por exemplo, poderíamos ter mais atividades para os alunos. Os professores deveriam ter treinamento para lidar com jovens e adultos e o apoio de um estudo dirigido, para que o professor pudesse encaminhar as pessoas com dificuldades... As vezes a pessoa tem uma idade, mas não tem a vivência daquela idade. Por exemplo, a pessoa tem trinta anos, mas não tem a vivência de trinta anos. O professor conclui o seguinte: - a pessoa tem

trinta anos, já passou por várias etapas e então vai entender isso... –E não, as vezes não encaixa o conhecimento da pessoa com a idade que ela deveria ter. Deveria ter um profissional para isso. Isso é que eu acho que deveria acrescentar ao Proeja. Aí ficaria ótimo, o professor não ficaria também com tanta carga, tendo um estudo dirigido àquele aluno que tem dificuldade. Não são todos que tem dificuldade, tem gente que está com quarenta anos e dá uma banho em quem está dom dezoito anos... As vezes é uma pessoa que pode causar um sofrimento a família e a uma série de pessoas. Então, é importante que essa pessoa tenha na escola uma assistência maior.

Funcionária Maria

Qual é a sua idade e estado civil?

67 anos, solteira.

Tem filhos?

Tenho uma filha.

Mora em que bairro?

Quintino.

Qual é a sua formação?

Segundo grau completo.

Como foi a sua trajetória profissional antes de trabalhar no Pedro II?

Trabalhava em escola. La eu fiz varias coisas. Comecei na limpeza, depois cozinha, depois fui pra copa, da copa pra patrimônio e enfim eu vim trabalhar com alunos.

Está a quanto tempo no CPII?

Desde 1998, novembro de 1998.

Como a Sra. começou a trabalhar com o Proeja?

Tem quatro anos, porque a minha mãe ficou doente, perdi meu irmão e ela ta com Alzheimer. Para eu poder tomar conta durante o dia, o diretor deixou eu vim trabalhar a noite.

Qual é a diferença de trabalhar com o pessoal da tarde e o pessoal do Proeja?

Teve uma diferença... No começo eu fiquei..., não conseguia me acostumar. Agora eu já , acostumei tem diferença sim. Diferença porque a tarde são crianças, jovens e adolescentes e a noite são adultos. Logo no começo eu esquecia e pensava que tava trabalhando de tarde então eu tratava os alunos do mesmo jeito. Custei, levei uns dois anos pra me adaptar a trabalhar com adultos, mas consegui.

Como é seu relacionamento com os alunos?

Tudo bem, tudo bem com eles.

Como a senhora percebe a relação dos alunos do Proeja com o CPII?

Olha, eu acho que tem a mesma continuidade do que tem a tarde, só que eles não tem tempo pra se expandir muito. Eu acho que é mesmas coisa. Eles se sentem alunos, então eles acham que ta faltando isso, aquilo. Eles reclamam, de vez enquanto, que ta faltando alguma coisa , alguma coisa que eles sabem que acontece de manhã e de tarde... Então, eles acham que a noite também tem que acontecer. Eu falo que não dá pra ser a mesma coisa, o tempo é curto. Quando eles entram ali, se sentem um pouco crianças, então, reclamam... gostariam que tivesse isso e aquilo.

O que mais eles reivindicam?

Só isso...Tem o horário... As vezes chegam atrasados do trabalho e tem horário pra entrar... Eles tem o horário de 18:20 às 20:00 pra entrar, olha só quanto tempo. De manhã e de tarde não tem esse tempo. Também falam que não vão ficar até o terceiro ano que não aguentam... Eu fico dando força pra eles, é uma luta para fazer eles ficarem até o final do ano.

Quais são as maiores dificuldades deles?

Cansaço, trabalho, moram longe... Eu fico dando exemplos da minha vida para ver se eles se animam. Tem muitos que conseguiram com esse exemplo que eu dei.

Como é a relação deles entre si?

Boa, boa.

E com os professores?

Não posso falar porque é dentro de sala... Mas, eu acho que também é boa porque não vejo muito eles reclamarem. Também é muito pouco tempo de 18:20 a 22:20, mas é boa.

A senhora percebe neles alguma empolgação de estudar em uma instituição como o CPII?

Sinto, eles gostam. E aos que não sentem, eu estou sempre dando um empurrãozinho.

Tem alguma experiência marcante que a senhora gostaria de contar?

Não, a única coisa é que eu sei que muitos deles tem problemas sérios e não tem uma assistente social pra dar um suporte... Tem sim o SESOP, mas, eles ficam com vergonha de ir lá... Quando eu vejo que eles tão mesmo com problema sério eu mando para o SESOP, para conversar. Ou então, a gente fala com a Claudia, que é do SESOP, e ela chama eles e conversa ... Teve aluno que já chorou, já fez, aconteceu, foi embora... Então o SESOP é bom, mas, eles ficam com vergonha de ir lá... eles tem problema, os alunos da noite tem problemas sérios, gravíssimos, mas, ficam com vergonha de falar.

A senhora teria alguma sugestão pra dar ao Proeja no CPII?

Acho que está bom o que está acontecendo porque o tempo é curto. Não da pra fazer outras coisas, o que tem já é o básico. Os professores já fazem o que pode, o tempo é muito curto... Esse lazer que eles gostariam de ter, eu acho que eles gostariam porque eles se sentem criança aqui dentro... e não pode ter... Antigamente até teve no começo mas não deu o tempo é curto.

Como era no começo?

Sempre tinha ... jantar poético... Tinha um jornal do Proeja a noite... Agora vai ter a festa de são João e eles vão participar junto porque não tem como fazer separado... Já começou ... Alguém tem que ir na sala e avisar: -a gente ta tentando fazer pra

vocês o que a gente pode, como a mesma coisa manhã, tarde e noite... - A gente faz o que pode... O professor de história outro dia levou eles para o museu porque eles sabem que tem isso tudo de dia.

Aluno João

Qual a sua idade e estado civil?

23 anos e sou solteiro.

Você tem filhos?

Não.

Você reside em que bairro?

Santa Tereza.

Você trabalha?

Sim.

Qual é a sua ocupação?

Zelador. Trabalho em um condomínio residencial.

Você pode me descrever o seu dia-a-dia?

É bem simples... De manhã cedo acordo às seis horas em ponto. O celular me acorda, o alarme... escovo os dentes, lavo o rosto, penteio o cabelo, troco de roupa, desço, pego o ônibus. Chego no trabalho, lá faço o café... O trabalho é perto, 20 minutos caminhando. De ônibus é coisa de sete, oito minutos. Aí faço o café, as vezes aguardo dá o horário de início do trabalho às 7 horas. E aí inicia aquela rotina diária de sete ao meio dia e de uma às três e vinte. E aí quando encerro este meu horário lá, subo para o local onde é destinado, onde a gente fica para descansar, tomar banho, trocar de roupa... Tomo banho, aí eu visto o uniforme e venho para o colégio. Aí eu pego o ônibus que vem pela orla para demorar mais um pouquinho, porque se eu pegar o metrô eu chego mais rápido aqui e fico mais tempo ainda aguardando a aula começar. Eu não volto para casa porque... Se eu voltar para casa quando eu vier aqui para o colégio, vai ser horário de rush e aí o trânsito para e eu não vou conseguir chegar no colégio.

Então você sempre chega aqui cedo?

Sempre, o dia que dá pra chegar mais cedo, eu chego. Bem mais cedo também.

Como foi a sua vida escolar antes de chegar ao Proeja?

Foi bem..., bem bagunçada pra ser sincero... Eu estudei em várias daquelas escolas do interior, porque eu sou do interior da Paraíba, e cresci na zona rural... Minha mãe morava em uma localidade, meu pai em outra. Eu estudava no município de Logradouro. Depois nos mudamos para o município de Campos de Santana, lá onde meu pai morava... Aí eu já comecei a estudar em outra. Fiz até a quarta série, aí quando eu iniciei o ensino fundamental, a segunda parte do ensino fundamental foi no colégio estadual Maria de Carvalho Neves.

Lá no interior?

Mas já em outra cidade, agora já em Caiçara. Aí assim... eu fiz até o sexto ano lá, tentei fazer a sétima série mas tive que parar. Surgiu uma oportunidade de emprego pra mim em João Pessoa, que é a capital, e naquele local trabalho é muito difícil. As oportunidades de trabalho a gente tem que... pegar mesmo, porque elas vem e se a gente não agarrar talvez não venha outra, aí eu tive que largar. Comecei o colégio... fui pra João pessoa. Aí eu trabalhei alguns anos no trabalho lá e saí desse trabalho me enfiei em outro... Surgiu uma oportunidade de voltar a estudar, mas estudar a noite era um colégio normal, não era Proeja, era educação para jovens e adultos, só que logo depois eu tive que ser transferido do meu trabalho pra interior... Trabalhava na firma de construção e eu trabalhava na parte que distribuía material, aí tive que largar novamente. Quando eu vim aqui para o Rio conheci uma professora que morava lá no prédio que eu trabalho lá, o nome dela é Andréia. Ela me indicou que havia "aqui" na rua da Conceição do lado do Detran, uma escola que, era o CREJA (Centro de Referência de Educação de jovem e Adulto), aí lá eu terminei a sétima e oitava série, que veio a se tornar o nono ano. Quando terminei, ela me falou que aqui no Pedro II havia educação para jovens e adultos e o técnico. Ela me cadastrou na internet. Aí assim, ela me indicou e fez até minha inscrição. Eu vim, fiz a prova, fui chamado. Eu iniciei o ano passado (2012), no início de 2012. Só que teve um problema com a minha passagem, meu transporte pra vir pra cá... Acabou que eu tive que trancar a matrícula. Esse início de ano me ligaram para saber se eu iria querer voltar... e óbvio né, quando a gente tem uma oportunidade e a gente tá vendo ali que é única a gente tem que agarrar.

Com quantos anos você começou no Proeja?

Em 2012, eu tinha 22 anos.

Me conta um pouco de como foi a processo seletivo. Quais foram as maiores dificuldades para fazer a prova? Você teve dificuldade? Qual foi a sua impressão?

Houve dificuldade pra mim... Primeiro era assim..., teve uma data marcada e a gente foi levado pra uma classe e tinha um inspetor observando o nosso comportamento na hora de fazer a prova. Eu achei que a prova não era difícil não. Bastante simples, mas, para quem está um certo período longe da escola, acaba que dificulta um pouco..., mas não é coisa assim... da gente se desesperar não.

No seu caso você terminou o ensino fundamental e já veio direto tentar aqui?

Foi, foi.

Porque você escolheu essa carreira (Técnico em informática)?

Eu me identifico mais, por isso, estudar e lidar com tecnologia pra mim acaba se tornando bem mais fácil..., bem mais compreensível do que cálculos de administração.

Como é a sua relação com os professores do programa?

É legal... Eu acredito que seja comum. É um relacionamento de professor e aluno, o professor dá o assunto..., ali ele solta uma coisa engraçada pra distrair a mente, tranquilo, a gente se dá super bem com os professores.

Quais as maiores dificuldades que você encontra para estudar aqui no Proeja?

A maior dificuldade aqui... o Proeja não é difícil, não quer dizer que seja fácil também, mas assim, acho que o problema daqui mesmo é falta de tempo pra estudar. A gente... Através da minha rotina você acaba percebendo, eu trabalho por exemplo: seis dias na semana aí folgo um dia na semana... esse dia na semana pode ser um domingo no mês e os demais dias eu posso até optar pelo dia que eu quiser, só que pra vocês se manter bem..., bem contextualizado com o assunto, bem aplicado ao assunto, é necessário um tempo para estudar em casa, coisa que eu não tenho. A maior dificuldade é essa aí.

Se você tivesse que apontar aspectos negativos e positivos do curso quais você apontaria?

O positivo? São vários. A oportunidade que a gente tem, não é em qualquer lugar, principalmente aqui no Pedro II. É uma instituição de respeito. Os professores são super bacanas, a gente é recebido super bem, tem biblioteca, tem laboratório de informática, tem uma certa infraestrutura aqui que é bem bacana.

Os pontos negativos daqui? Eu acho que não nem... se trata mesmo do curso, mas, rotina que a gente vive diariamente, trabalho, colégio... é meio complicado.

Qual disciplina você mais gosta?

É difícil responder essa. Eu gosto de história, biologia, no geral eu gosto assim de ciências, mas química é um pouco complicado, matemática é complicado também, mas, eu diria que... a que eu mais sinto prazer mesmo é biologia. Eu gosto bastante de biologia porque ela acaba revelando coisas que a gente nem percebe diariamente, por exemplo: protozoários, uma bactéria um vírus, seres vivos... Eu também sou fã de animais e vegetação, aí ajuda bastante também.

Você já conhecia o CPIL antes de tentar o Proeja?

Conhecer, vir ao Pedro II..., não. Mas, a gente já, tinha uma ideia do que era a instituição, a forma com que ela é aceita na sociedade e tudo mais. Vem sempre na minha mente: "colégio de primeira classe", algo assim, entendeu? Embora público, isso que é bom.

Antes você conhecia mais de ouvir. Hoje que você estuda aqui, como você a instituição CPIL?

A instituição, eu vejo com bons olhos, bastante legal aqui. Eu acho que poderia ser melhor, na infraestrutura... do prédio. A gente vê que é complicado isso aqui. Você não pode se quer cobrar porque não tem acesso à informação, tipo quanto de verba vem pra o colégio ou algo assim. O que está sendo feito, de que forma tem sido gasto, o que sobra, porque eu vejo... aqui é um prédio histórico, tem vários locais que precisam ser reformados, restaurados. Até documentos históricos... A gente olha pra um quadro com as fotos dos "bacharéis" tudo estragado, então essa questão aí eu reprovo totalmente. Mas, sobre o ensino, o ensino aqui é superior a qualquer local que eu estudei.

Quais as principais mudanças na sua vida depois desse retorno aos estudos? Principalmente depois da sua entrada no Proeja, teve mudança?

Sempre tem, a gente sempre tem esperança de um futuro melhor... concreto. Não é só esperança, a gente sabe que se batalhar e seguir nesse caminho, a gente consegue algo de bom. Aspecto físico é mais sonho.

Como você se sente estudando hoje em uma instituição com esse peso que tem o CPIL?

É isso que eu ia te falar. Eu sempre fui daquele aluno que chegava no colégio olhava para um lado e para o outro e falava: "poxa para que usar uniforme? Isso é besteira...?", falava assim mesmo, cara. Eu nunca gostei de usar uniforme, hoje não... Dá o gosto de você usar uniforme que o Pedro II exige que você use, entendeu? Pra ser sincero, no meu caso eu até acho que eles são bastante flexíveis porque deveria ser bem melhor o uniforme, entendeu? Eu não gosto dessa cor aqui não, azul, deveria ser branco como os demais.

Você recebe a bolsa que o governo dá?

Até agora eu ainda não recebi, mas vou receber, tenho certeza.

Isso é um incentivo a mais pra você estudar?

Não, pra ser sincero não. Eu queria sim, que o governo... realmente arcasse com as minhas despesas para eu estudar. Poderia devolver no futuro quando terminasse o curso e começasse a trabalhar se o governo quisesse... O governo não quer...

Mas você diz despesa com o que? Com material?

Não, geral, tudo. Eu já vi, existem vários exemplos aí de países que conseguiram integrar essas pessoas no mercado de trabalho e o Brasil precisa de mão de obra pra caraça... Aí o governo federal... ele está importando mão de obra lá de fora, está deixando de empregar os filhos do Brasil pra empregar gente de fora. Eu acho que se o governo investisse nas pessoas, como existe exemplo de outros países..., pagasse, buscasse essas pessoas, levasse para um local adequado... Eu penso que se o governo dispusesse lá na universidade um local pra pessoa residir, estudar, se dedicar aquilo ali... Quando ele se formasse o governo descontaria do salário dele ou algo assim, o governo sairia ganhando. É um investimento... não é a longo prazo não... Eu acho que se o governo fizesse isso em oito anos estaria dando resultado.

E o que você pensa para o seu futuro após concluir esse curso?

Primeiro eu vou querer exercer a profissão, e depois eu vou continuar estudando pra fazer faculdade.

Pretende fazer faculdade de que? Já tem noção?

Biologia ou história, a princípio seria biologia, mas história é muito legal também.

Aluna Andreia**Qual é a sua idade e estado civil?**

Tenho 36 anos, sou casada, tenho um filho.

Mora em que bairro?

Benfica.

Trabalha?

Atualmente estou desempregada. Eu tava até trabalhando um mês atrás.

Trabalhava com o que?

Como caixa.

Me descreva sua rotina diária:

Meu dia a dia é levar o filho para o colégio, volto e preparo almoço... , tenho as responsabilidades de dentro de casa e depois do almoço vou estudar um pouco e venho para o colégio.

Como foi sua trajetória escolar antes de chegar no Proeja?

Eu só fiz até a oitava série, aí depois eu não fui mais pra escola... Depois de dez anos fiz a prova do Proeja, consegui passar e estou aqui até hoje. Vou segurar com todas as garras que eu puder.

Você sempre estudou em escola pública?

Sim, escola pública.

Por que você parou de estudar?

Para trabalhar.

Em que ano e com qual idade você começou no Proeja?

Eu comecei em 2012, com 35 anos.

Como você tomou conhecimento do Proeja?

Foi através da televisão, tava passando no RJTV, aí eu tive conhecimento. Mas antes eu não sabia da existência do Proeja.

Como foi o processo seletivo?

Até que a prova em si, pra mim, no dia foi fácil, porque eu me preparei. Não foi difícil e eu fiquei em décimo terceiro lugar... tantos anos sem estudar. O dia da prova também foi fácil, eu pensei que.... iam ter várias pessoas que pudessem ser melhores do que eu. Mas acabou que pra mim não foi difícil.

Você pegou o conteúdo das prova na internet?

Peguei. Peguei o edital e imprimi outras provas de anos anteriores e estudei por ali, pelo que estava no edital.

Por que você escolheu técnico em administração?

Foi mais pela oportunidade, e o técnico também está muito visado na área de trabalho... Informática também, mas, eu acho que sou mais na área de administração. Entre informática e administração eu acho que administração é bem melhor.

Como é a sua relação com os professores?

Até agora eu não tenho o que reclamar deles não. São excelentes profissionais, pessoas maravilhosas e eles estão ali mesmo pra ensinar. Eles não estão pra prejudicar ninguém então, são excelentes mesmo, adoro todos eles, gosto muito.

Qual disciplina você gosta mais?

Historia, o professor comove muito a gente em sala de aula, parece que a gente está em outro lugar, sabe... Nós estamos vendo agora a era de Getulio Vargas, a gente se vê como se fosse ali.

Quais são as suas maiores dificuldades no programa?

Quando eu voltei eu estava muito... Porque tinha dez anos que tinha parado de estudar. Então, para lembrar é muito... Você encontra dificuldades, mas através das dificuldades o professor está ali para te ensinar, os colegas... Quando tem trabalho, um chega mais cedo e te ajuda e assim... todo dia tem dificuldade em sala de aula, mas, os professores estão para ensinar. Tem as dificuldades, mas, se você tiver um tempinho em casa... um tempo pra fazer uma revisão tem como você se sai bem.

Destaque aspectos positivos e negativos do curso

Pra mim, no entanto... está tudo bem, a gente vê que é serio mesmo, não tem nada de brincadeira. Tudo é contado com a presença do aluno em sala de aula, todos os dias os professores estão em sala de aula e isso é um ponto muito positivo pra todo mundo porque a gente quer realmente terminar o ensino médio, ninguém ta aqui para brincadeira.

E o lado negativo é difícil de falar, porque eu não vejo um lado negativo. Janta tem todo dia, isso já é um lado positivo porque nem todo mundo vem com dinheiro pra comprar um lanche. É difícil de falar o lado negativo.

Você já tinha ouvido falar no CPII antes do Proeja?

Sim, através de uma prima que estuda no Pedro II, mas ela é do diurno. Eu escuto só coisa boa, o Pedro II é um colégio que abre caminho. Só coisa boa.

O que mudou na sua vida depois da volta aos estudos?

Minha linguagem, o meu entender, o meu português, em matemática, mudou muita coisa... Na literatura... sabe? Mudou muita coisa. E antes eu falava assim: “quem sabe de repente eu posso fazer uma faculdade quando eu terminar?” Eu pretendo não parar, mesmo que eu não faça uma faculdade agora, devido as dificuldades do meu trabalho e tudo, isso motiva muito. Eu posso fazer um cursinho ou um cursinho de inglês, não quero parar totalmente como eu passei dez anos. Entendeu? Eu passei dez anos parada, sem fazer cursinho, sem fazer nada. Agora não, como eu voltei estudar eu não pretendo mais parar, eu pretendo continuar.

Como você se sente estudando em uma instituição como o CPII?

É assim, quando eu falo pra alguém que estudo no Pedro II... Só em passar na prova foi um bom caminho. Eu fico muito feliz, muito satisfeita porque nem todo mundo vai terminar o ensino médio em uma instituição federal como o Pedro II. O Pedro II é muito conhecido em todo Brasil. Eu pretendo não desistir justamente por eu ter terminado no Pedro II.

Quais são seus planos para o futuro?

Eu pretendo não desistir, quero continuar.

Já tem em mente a faculdade que você pretende fazer?

Vem em mente uma, vem outra sabe? Quando eu terminar , pretendo pensar realmente o que quero realmente fazer, para não ter que fazer uma faculdade e depois ter que voltar... Porque é difícil então tenho que saber escolher mesmo.

Assim, Fisioterapia eu já pensei, em gastronomia, então tudo tem que pensar. Pensar positivo pra poder dar certo. Porque a gente não é obrigado a fazer uma faculdade de administração, vai que de repente eu quero outra coisa, aí eu tenho que saber escolher.

Aluna Patrícia

Qual a sua idade e estado civil?

Eu tenho 30 anos, estou solteira.

Tem filhos?

Não.

Em que bairro você mora?

Eu moro no Santo Cristo.

Você trabalha?

Trabalho, agora eu estou trabalhando. Eu tava um bom tempinho parada, desempregada, mas agora eu consegui um emprego graças a Deus.

Qual a sua ocupação?

Eu trabalho na farmácia, sou perfumista.

Me descreva seu dia a dia:

É corrido, é cansativo. Agora depois que eu comecei a trabalhar não estou tendo tempo para nada. Aí, está muito cansativo... nas aulas ao invés de assistir aula eu fico dormindo, batendo cabeça, porque eu acordo cedo... , não consigo dormir direito. Mas, fora isso é normal, é correria como todos nós temos.

Como foi a sua trajetória escolar antes de chegar aqui?

Eu estudei lá na minha cidade, lá em Recife... É porque aqui é complicado, é segundo grau completo ou incompleto como é? Eu concluí o fundamental todo. Foi na escola noturna eu sempre estudei à noite.

Foi EJA?

Não, não, lá tinha... uma coisa assim como o Proeja mesmo que era pra jovens e adultos, mas eu não peguei essa fase aí desse Proeja... Não é Proeja não, é para jovens e adultos, é EJA... Um negócio assim pra jovens e adultos. Aí eu não estava fazendo porque já tinha acabado e não queria voltar novamente. Mas, no colégio eu fazia lá... em Recife. Lá tinha bolsa também como tem aqui, para os aluno estudarem e os aluno só iam estudar porque tinha bolsa pra ajudar... financeiramente. Quem não está trabalhando... esse dinheiro ajuda.

Sempre estudou em escola pública?

Eu estudei em escola do município e do estado, lá em Recife.

Em que ano e com que idade você começou no Proeja?

Minha idade eu não sei não.

Qual foi o ano?

2010 que eu entrei, e estou até agora...mas se Deus quiser esse ano eu saio.

Como você tomou conhecimento do programa?

No começo eu não sabia não... Esse curso aqui não é divulgado. Mas, sabe o que aconteceu? Eu soube por uma moça... , no meu antigo emprego. Eu trabalhava em salão de beleza. Essa cliente que frequentava lá o salão trabalha aqui no Pedro II. Ela me indicou, perguntou se eu gostaria de fazer, aí eu fiz em cima da hora, não tive nem muito tempo pra estudar... Em redação eu sou péssima... , mas eu vim... fazer a prova numa chuvaçada e consegui a última vaga.

Você estava quanto tempo sem estudar?

Muito tempo, muito tempo... um ano ou dois anos por aí sem pegar no livro. Tudo que eu aprendi, eu esqueci, sem brincadeira, se eu falasse que não esqueci eu to mentindo. E eu sou péssima em matemática. Aí você acredita eu consegui a última vaga aqui pra entrar, sortuda... Eu estava pensando que não poderia entrar. Engraçado, você acredita? Eu, eu comecei aqui no... Proeja e aprendi muita coisa que eu não sabia antes. Eu não tinha nem uma noção de ligar um computador, porque eu nunca... peguei em um computador pra ligar e nem sabia. (...) Eu fui fazer um curso na Microlins, mas, não aprendi quase nada, aprendi mais aqui no curso.

Como foi pra você depois de dois anos parada fazer a prova do processo seletivo?

Foi complicado... foi um pouquinho complicado na redação e na matemática, mas eu fiz com calma. Calma não, não tinha como ter calma, cheguei atrasada e molhada, mas, eu fiz.

Porque você escolheu técnico em informática?

Eu não escolhi não e nem quero seguir essa carreira, só pra ter o conhecimento da informática.

Como é a sua relação com os professores do Proeja?

Maravilhosa, eu me dou bem com todos os professores, todos... Todos entre aspas, porque tinha um que ele não batia muito bem não porque... Não sei se ele implicava comigo, eu também implicava com ele mas não discutia com ele não, sempre respeitei os professores. Mas, tinha um assim que não me agradava muito, mas o restante, todos bons professores.

Quais são as suas maiores dificuldades aqui dentro do programa?

No começo várias. Tinha tanta dificuldade que eu repeti um ano devido essa dificuldade. Mas, depois aos pouquinhos com a ajuda de meus colegas eu... estou superando ainda essa dificuldade... Melhorando muito, porque eu era muito... E com ajuda dos professores, eu expliquei minha situação e eles começaram a me ajudar. Viram que agora eu estava tendo interesse... No começo eu tinha interesse, mas... tinha minhas dificuldades... Mas, eu falando direitinho eles me ajudaram, aí agora eu to superando, não vou dizer que eu superei ainda, mas estou superando. Aos pouquinhos eu vou melhorando, mas no começo foi muito difícil, tinha muita dificuldade mesmo. Dificuldade da informática que eu não tinha noção nenhuma. Eu reprovei na matéria também... Eu não consegui passar, porque não tenho uma base nem uma lógica de computação, estava perdida, mas depois com essa experiência, aí fui pegando, melhorei e passei.

Quais aspectos positivos e negativos do curso você apontaria?

Agora me pegou... isso aí me complicou, nem o positivo nem o negativo... O positivo é que... O positivo em comum assim... eu... tenho minhas dificuldades né, não, o negativo é que no começo eu tinha minhas dificuldades né? E o positivo é que eu melhorei bastante sobre essa questão, e sobre a parte negativa também é que quando eu entrei aqui eu pensei que o curso era uma coisa e é outra, é meio... meio chatinho... É um curso básico, não é aquele curso técnico, é só básico, o básico é pouca coisa, não é aquele curso mais avançado entendeu? Não é só minha opinião não... Outros alunos também falam a mesma coisa, que pensou que aqui era uma coisa mas quando viu era outra, aí... acho que cada opinião é uma opinião, mas mesmo assim eu to aqui. Mas, esse básico me ajudou muito, nesse emprego agora que eu estou, me ajudou muito... O pouco que eu aprendi aqui está me ajudando muito no meu emprego. Porque eu tenho uma noção de mexer um pouco no computador. E o positivo é isso, que me ajudou muito nessa empresa que eu estou agora e... futuramente vai me ajudar. Mas, assim eu não quero aprender para ter uma carreira na informática, só mesmo pra ter uma noção.

Você já conhecia o CPII antes do Proeja?

Nunca pensei que aqui era um colégio... Porque aqui é um colégio, mas, ninguém sabe que é um colégio... Esse curso também não é muito divulgado, ninguém sabe de muita coisa, só sabe que é um colégio quando os alunos já estão saindo.

Como você vê o colégio CPII?

Eu gosto, acho muito legal aqui, aqui... O pouco tempo que eu estou aqui foi muito bom para mim. Tem muitas coisas boas que eu vivi aqui nesse colégio, e quando eu sair daqui vou sentir saudades, principalmente das pessoas maravilhosas.

O que mudou na sua vida depois do retorno aos estudos?

Muitas coisas mudaram, muitas coisas na minha vida, muitas coisas mesmo. Assim... quando eu não estava estudando a cabeça estava parada... A nossa cabeça fica parada, e aqui eu aprendi a ficar vindo na biblioteca. No começo nem vinha na biblioteca. Aí comecei a pegar livro. Antigamente eu não vinha pegar livro aqui, eu não sou muito chegada a ler, mas com incentivo, ajuda dos colegas eu estou pegando agora livro e melhorei bastante nessa questão.

Você recebe a bolsa?

Direitinho não, mas quando tem atraso a gente recebe com atraso. Aí é uma boa ajuda... Quando estava atrasado e entrava o dinheiro era bom, porque já estava uns meses atrasado, aí é uma maravilha porque ajuda muito.

Como você se sente estudando em uma instituição como o CPII?

Me sinto normal. É porque esse colégio aqui é muito falado... Tem o privilégio de ter estudado aqui né.

Quais são os seus planos para o futuro? Após concluir o Proeja?

Eu pretendo não parar, quando eu acabar esse curso aqui eu pretendo me aprimorar em outros cursos, fazer um concurso público futuramente, mas antes eu vou fazer um preparatório. Eu tenho que ver o que eu vou fazer. Você acredita que eu ainda não sei o que eu vou fazer? Uma faculdade, eu não sei qual faculdade, eu vou fazer 31 anos agora em maio e não sei o que eu quero da minha vida. Mas eu pretendo quando sair daqui, pretendo... porque eu quero melhorar de emprego, eu quero melhorar de vida, quero... Aos pouquinhos vou seguindo, eu não quero seguir logo de cara, aos pouquinho eu vou... com meus esforços, estudando... Aí é isso.

Aluna Joana

Qual é a sua idade e estado civil?

Sou separada e tenho 65 anos.

Tem filhos?

Tenho.

Mora em qual bairro?

Benfica.

Trabalha?

Atualmente estou desempregada

Qual foi sua última ocupação?

Auxiliar de secretária. Trabalhava na secretaria de uma faculdade.

Está parada há muito tempo?

Não, tem dois meses. Trabalhei lá 17 anos.

Descreva como é a sua rotina diária:

Eu acordo, almoço..., procuro fazer meus trabalhos... Estudo para o período de provas e estou me preparando pra concurso.

Como foi a sua trajetória escolar antes de chegar ao proeja?

Eu estava a muito tempo parada.

Sempre estudou em escola pública?

Sempre.

Começou a fazer o ensino médio em algum lugar ou começou aqui?

Não, eu estava parada... , comecei, parei e agora retornei.

Ficou quanto tempo parada?

Ah... tem bastante tempo, mais de 15 anos.

Como a senhora tomou conhecimento do programa?

Não fiquei sabendo por jornal, nada disso. Tem uma pessoa que estuda aqui no colégio. Estava na época fazendo... não foi nem aqui que ele ficou sabendo, ficou sabendo no Cefet. Ele na época estava fazendo Cefet . Aí um professor do Cefet passou pra ele e ele me informou, eu entrei no site do colégio e foi quando eu fiquei sabendo.

Como foi o processo seletivo do Proeja?

Eu fiz a inscrição, paguei a taxa de inscrição... Fiz prova de matemática, português e uma redação.

A senhora teve alguma dificuldade?

Não, foi fácil.

Porque a senhora escolheu a carreira de técnico em informática?

Porque eu já fazia curso de informática. Eu sempre fazia um cursinho rápido... , aí falei assim: “vou fazer técnico de informática porque eu já entendo um pouquinho”.

Como a senhora descreve a relação com os professores ao longo do curso?

Bem. Não tenho problema com os professores não.

Quais foram as maiores dificuldades que a senhora encontrou no programa?

Bom, dificuldade eu tive em uma disciplina... Porque eu nunca tinha estudado antes. Foi em filosofia... Até a me adaptar a disciplina eu levei uns quatro meses.

Mas depois ficou tudo bem?

Ficou. Eu me cobro muito, eu acho que eu não estou aqui brincando, então eu tenho que estudar...

Me destaque aspectos positivos e negativos do curso:

Olha, aspecto negativo eu não tenho o descrever não... Só tenho aspecto positivo mesmo. O curso... não é aquela coisa, aquele curso técnico... Como a gente pode falar? Porque é um curso noturno, então ele não é tão puxado. Assim, dentro do programa, do que é proposto eu acho que está bem.

Qual disciplina a senhora mais gosta?

Que eu mais gosto? É... , português e inglês.

Tem algum motivo especial?

Eu acho que é porque... eu acho mais fácil essas duas disciplinas.

Já conhecia o CPH antes de tentar o Proeja?

Já conhecia sim.

Quais as impressões a senhora tinha anteriormente sobre o Pedro II?

É um colégio de peso! Um colégio federal, tem nome, é um colégio público federal.

As impressões que a senhora tinha se mantém hoje?

A única coisa chata foi a greve... Ano passado nós ficamos três meses sem aula, aí depois eu acho que isso foi um ponto negativo para o... aluno.

Mas vocês foram informados sobre os motivos da greve?

O que eles passaram é que foi por causa do acordo salarial. Então assim, foi por isso que eles entraram em greve.

Quais as principais mudanças da sua vida depois do retorno aos estudos?

Mudança? Olha eu... o que eu posso falar que mudou? Eu ainda não comecei a obter os frutos dos meus estudos ainda não, mas eu acredito que até o final do ano... Eu fiz a inscrição para o Enem ... Vamos ver se eu consigo aí uma boa pontuação e se eu consigo uma colocação para eu entrar em uma faculdade. É difícil, mas não é impossível.

Qual curso a senhora pretende fazer?

Eu... ainda não estou... assim muito firme, mas pretendo fazer pedagogia ou serviço social.... De repente informática, tecnologia de informática.

Como a senhora se sente sendo uma aluna do Pedro II?

Como eu me sinto? Bom, um pouco realizada. Ainda não estou totalmente não, só um pouco.

A senhora acha que tem diferença estudar aqui?

No regular faz.

E no Proeja?

No Proeja vamos ver né?! Vou ver depois que eu fizer a prova do Enem.

A senhora recebeu a bolsa do governo, nesse tempo que estuda aqui?

Bom, demora viu? Não é uma coisa que eu possa está contando.

Atrasa?

Sim.

Chega atrasar mais de um mês?

Sim.

Aluno Marcos

Qual é a sua idade e seu estado civil?

Tenho 34 anos e sou casado.

Tem filhos?

Tenho um filho.

Mora em que bairro?

Campo Grande.

Trabalha?

Trabalho aqui, na praça Tiradentes.

Qual é a sua ocupação?

Sou repositor de mercearia no mercado.

Me descreva rapidamente como é o seu dia a dia:

Eu tenho que sair seis horas de Campo Grande, levanto as cinco, mais ou menos, e chego em casa uma hora da manhã. Eu perco mais ou menos umas três horas de viagem, dependendo do trânsito até mais. Eu saio seis horas de Campo Grande, pego as oito no serviço e saio às cinco.

Como foi a sua trajetória escolar antes de chegar ao Proeja?

Estudei em colégio municipal e estadual. Concluí o primeiro grau e no estadual eu comecei o segundo grau, mas, não concluí. Parei no segundo ano.

Desde quando você está sem estudar?

Desde 1998.

Você parou por que motivo?

Negócio de emprego... na hora de arrumar namorada...

Como você tomou conhecimento do Proeja?

Através de funcionários, quando ia abrir a inscrição eles me falaram...

Mas como você soube que existia o Proeja aqui?

É que o meu irmão trabalha aqui no colégio.

Quais foram as suas maiores dificuldades no processo seletivo do Proeja?

Não tinha tempo pra estudar, mas a prova foi tranquila. Mesmo com esse tempo que fiquei parado, estudei um pouco e passei. A prova foi tranquila.

Por qual motivo você escolheu técnico de informática?

Porque eu gosto da área. Se eu fosse pegar administração ia ficar mais chato pra mim, porque eu não gosto.

Como é a sua relação com os professores do Proeja?

Muito boa. Praticamente ótima, eu gosto de todos eles.

Quais são as maiores dificuldades dentro do programa?

Nenhuma. Os professores são bem atenciosos, explica bem a matéria.

Quais aspectos positivos e negativos do Proeja você apontaria?

Positivos são... os conselheiros são muito bem empenhados na profissão, em ensinar. Negativo... acho que nenhum.

Qual disciplina você mais gosta?

Informática.

Por qual motivo?

Porque eu mexo com informática, eu aprendi a mexer com eletrônica com cinco anos de idade, então mexer com manutenção é comigo.

Você conhecia o colégio CPIL antes do Proeja?

Já. Muito bem falado.

Quais as impressões que você tinha antes? Quando ouvia falar?

Um ótimo colégio, bem conceituado, e tem muita... história: "você vai estudar num colégio que é muito bom, é o melhor que tem no Rio de Janeiro, ou um dos melhores".

Essas impressões se mantêm?

É isso mesmo, continuou a mesma coisa.

Quais as principais mudanças na sua vida depois do retorno aos estudos?

Pouco tempo pra dormir, e ficar longe da família... Chego em casa todo dia uma hora, meia noite e quarenta... No outro dia saio as cinco, não vejo mais família, só final de semana. E o aprendizado...

Como você se sente depois de tanto tempo parado ter voltado a estudar em uma instituição como o CPIL?

Voltei a ser aluno, vim aprender de novo. Sempre progredindo... Parado, você para no tempo, morto... Agora que voltei tive que aprender de novo.

O fato de você ter voltado no Pedro II faz alguma diferença?

Uma coisa que é muito bem conceituado né.

Quais são seus planos para o futuro após concluir o curso?

Ou trabalhar na área, ou então fazer uma faculdade de informática.

Aluno Pedro

Qual é a sua idade?

18 anos

Estado civil?

Solteiro.

Tem filhos?

Não.

Mora em que bairro?

Ilha do governador.

Trabalha?

To fazendo um bico agora no momento.

Qual é a sua ocupação?

Estou fazendo um bico como eu disse anteriormente, na empresa Ambiente Brasil, no depósito da receita federal, desmanchado caça níqueis... materiais apreendidos.

Já trabalhou antes?

Já trabalhei.

Com o que?

Eu trabalhava de ajudante de estofador.

Me descreva a sua rotina diária:

Bem, eu saio da Ilha do governador umas 06h30..., para está em Benfica umas 8h. Aí eu vou para o trabalho, faço o que tenho que fazer, saio às 17h e venho diretamente para o colégio. Saio do colégio as 22h20 e chego em casa por volta de 00h.

Como foi a sua trajetória escolar antes de chegar ao Proeja?

Bem, eu cursei praticamente a minha vida inteira em escolas públicas, com exceção do 9º ano que eu fiz no colégio particular.

Começou o ensino médio em algum outro lugar?

Eu fiz até o 2º ano do ensino médio.

Parou por qual motivo?

Eu parei por conflitos familiares, namorada, coisa de adolescente.

Ficou quanto tempo parado?

Eu parei praticamente em maio do ano passado. Então não chegou nem a ser 1 ano.

Como você tomou conhecimento do Proeja?

Pelo jornal “Folha Dirigida”.

Me conte um pouco de como foi o processo seletivo:

Super tranquilo, eu achei muito fácil.

Não teve nenhuma dificuldade com as provas?

Não.

Por que você escolheu essa carreira de administração?

Porque eu tenho vontade de aprender como se administra uma empresa. Porque eu tenho um pequeno sonho de abrir uma empresa de... uma montadora de aviões de pequeno porte. Mono - motores, bi – motores, e estou querendo ir para esse lado.

Isso tem alguma relação com o trabalho que você faz?

Não, não tem nada a ver. Eu estou fazendo esse bico para pagar um pré- vestibular, no caso.

Você já está fazendo esse pré- vestibular?

Não, eu pretendo começar acho que é no meio desse mês ou no final, que vai começar o pré- vestibular é intensivo... sábado o dia inteiro.

Como é a sua relação com os professores do programa?

Excelente.

Quais são as suas maiores dificuldades dentro do programa?

Nenhuma.

Me destaque aspectos positivos e negativos do curso:

O curso técnico eu acho muito bom, porque a gente já vai fazer uma formação para disputar uma vaga de emprego em uma empresa. E quanto ao ensino do Proeja como colégio de ensino médio, eu acho ele um pouco fraco, mas tem que se levar em consideração também que as pessoas já chegam aqui com a mente cansada, as pessoas não veem a matéria a muito tempo, então... regular, o ensino, no meu ponto de vista.

Qual disciplina você gosta mais?

Matemática e física.

Tem algum motivo especial?

Desde pequeno quando eu fui apresentado a matemática eu fiquei louco por ela, amor a primeira vista.

Você já conhecia o CPII antes de tentar o Proeja?

Já, minha mãe, ela estudou no CPII.

Quais as impressões que você tinha anteriormente aqui da instituição?

Que era um colégio de excelência em ensino..., basicamente isso. Um colégio muito bom. Acima da média.

E hoje essa visão se mantém?

Se mantém a respeito do colégio, mas a respeito do Proeja caiu um pouco, que eu esperava um pouco mais.

Como você se sente hoje estudando em uma instituição como o CPII?

Sinto-me lisonjeado porque é um colégio que é muito forte e é ponto de referência para qualquer escola pública, está acima de qualquer uma. Mesmo o Proeja, se você comparar com o ensino noturno de escolas estaduais, municipais, você vai ver que é bem melhor do que as outras escolas.

Você acha que faz diferença no seu currículo carregar o nome CPII?

Faz. Com certeza.

Quais são seu planos para o futuro após concluir o curso?

Eu tava com a intenção de fazer matemática aplicada na UFRJ, e posteriormente... digamos tentar, porque é muito difícil o instituto tecnológico da aeronáutica.

Aluna Marcela

Qual é a sua idade e estado civil?

45 e sou e sou solteira.

Tem filhos?

Tenho um.

Você mora em que bairro?

Bonsucesso.

Trabalha?

Trabalho.

Qual é a sua ocupação?

Eu sou doméstica.

Me descreva o seu dia a dia:

Nossa, eu acordo as 05h30, tomo banho, troco de roupa, pego ônibus, vou pra Copacabana... Trabalho o dia inteiro e saio de lá por volta de três, três e pouca e venho para cá. Aí fico na biblioteca ou então na sala de informática. Depois assisto as aulas e retorno para casa, chego por volta de 23h30.

Como foi a sua trajetória escolar antes de chegar no Proeja?

Foi bem difícil porque eu sempre trabalhei, desde muito nova. Então, quando se é jovem não se dá muito valor. Mesmo depois de certa idade eu tive filho aí fui criá-lo. Agora não, agora com filho criado, eu quero uma profissão melhor...

Você sempre estudou em escola pública?

Sim.

Chegou a começar o ensino médio?

Comecei o primeiro ano mais parei.

E antes disso você já tinha parado alguma vez?

Várias.

Você ficou quanto tempo parada?

Nossa, agora eu to a uns 10 anos parada ou mais.

Qual foi o principal motivo que fez você parar?

O principal é que eu tinha perdido uma filha. Aí eu não queria saber de mais nada, só trabalhava e muito mal. Cheguei quase... na berada do poço. Depois eu me levantei um pouco e quis fazer alguma coisa por mim mesma.

E nas outras vezes?

As outras vezes era dificuldade de trabalho mesmo, eu trabalhava muito. Eu me sustentava, sempre me sustentei... , então não tinha como mesmo. Eu até tentava mais parava. Não vou te dizer que agora é fácil, mas, naquela época tinha mais dificuldade. Só que hoje eu poderia estar com uma profissão melhor. E agora eu tenho que ter... vamos, dizer o dobro do sacrifício, devido a idade, devido cansaço entendeu? As condições não ajudam, mas sem sacrifício na vida...

Como você tomou conhecimento aqui do programa?

Foi através de um amigo meu, ele fez um comentário, inclusive já era pra eu estar no segundo ano, mas, ano passado devido a greve aquela coisa toda, acabou passando. Eu fiquei vigiando, ele vigiava pela internet para mim porque ele é muito meu amigo, aí eu consegui.

Me conte o que você achou do processo eletivo:

Eu acho o processo bem rigoroso, mas também acho que tem que ser assim. Eu tive muita dificuldade devido ao tempo que estava parada. Eu simplesmente parei e não providenciei os documentos e eu não morava aqui, morava longe. Então, eu tive muita dificuldade para arrecadar os documentos. Só essas dificuldades que eu tive.

A prova você achou tranquila?

Bom, toda vez que você vai fazer uma prova dizem: “Pedro II, Pedro II”. Quando eu fazia qualquer comentário que já tinha feito a inscrição sempre vinha um idiota falar: “lá é ruim de você passar.” Então, vou ser bem sincera, quando eu vim fazer a prova eu pensei assim: “tanto faz tanto fez se eu passar ou não”, já tinham me desanimado tanto que eu nem esperava. Mas, Deus é tão bom que eu passei e ainda passei com nota máxima.

Por que você escolheu essa carreira de informática?

Eu sempre gostei de informática e acho que a informática te dá a opção de trabalhar nela de varias formas.

Como é a sua relação com os professores?

Acho que ótima.

Quais as maiores dificuldades que você tem encontrado dentro do programa?

Eu acho que no inicio... eu não posso nem dizer que seja uma dificuldade, mas as matérias são difíceis entendeu? Devido ao fato de eu estar muito tempo parada, mas depois acredito que seja...

Me destaque aspectos positivos e negativos do curso:

Positivos todos possíveis e negativo nenhum.

Qual disciplina você mais gosta?

Matemática.

Tem algum motivo específico ou você sempre gostou?

Quando eu era bem novinha não, mas depois eu fui gostando, gostando, pra você ver eu tirei nove em matemática, uma coisa que já tinha anos que eu não estudava.

Você já conhecia o CPlI antes de tentar o Proeja?

Não.

Já tinha ouvido falar?

Já, ouvido falar muito... Sempre tem alguém que comenta, mas conhecer assim no modo geral não.

Quais as impressões você tinha antes pelo que você ouvia falar?

Sinceramente, é aquilo que eu tinha falado. Eu pensei que jamais passaria, porque é um ensino feito com coisa muito superior a gente entendeu? Sabe? Você se sente incapaz de chegar até lá. Não é a assim na realidade.

Como você vê a instituição hoje? Corresponde o que você ouvia falar?

Com certeza, acho o máximo. Adoro a escola, adoro tudo. O comportamento dos funcionários, as regras da escola. Acho tudo o máximo.

Quais foram as principais mudanças na sua vida depois que você retornou aos estudos?

Tem pouquinho tempo, mas são bastantes mudanças porque... eu acho que eu saio em um horário razoável do serviço, então chegava muito cedo e não tinha muito o que fazer. E acaba sendo uma coisa muito importante que eu acabo fazendo por mim

mesmo. Não só uma questão de profissão, mas, uma questão de ocupação, questão de preencher mesmo o espaço que fica. E as mudanças são todas, agora é chegar em casa e tomar banho para dormir, amanhã acordar e... , de segunda a sexta. Fico sem tempo para farra, para bagunça, para amiguinhas entendeu? Então as mudanças são todas.

Como você se sente hoje estudando em uma instituição como o Pedro II?

Me sinto muito orgulhosa de mim mesmo, sem brincadeira. Principalmente pelo que eu te falei que sempre aparece um engraçadinho: “você não vai passar, isso é que a escola lá é isso, a escola é aquilo”... Eu digo é assim: porque eles são muito rigorosos, a prova lá é muito difícil, fulano é novo fez e não passou, eles são muito rigorosos. Então eu me sinto muito orgulhosa de mim mesma.

Você acha que isso faz alguma diferença no seu currículo?

Faz toda diferença. Ontem mesmo eu e uma parceira de fora estávamos comentando. Ela falou que quando eu completei o meu primeiro grau eu chorava tanto. Agora eu to tão orgulhosa de mim mesma de está em uma escola como o Pedro II, sempre fica o nome, a pessoa vai levar esse patamar dela de grandeza para o resto da vida.

Quais são os planos para o futuro após concluir o curso?

Nossa, eu não quero nem concluir, vou começar estágio, vou começar... A partir do ano que vem, se Deus quiser minha vida vai mudar muito e pra melhor. Eu vou procurar estágio... esse ano ainda não, já tem gente procurando, só que primeiro que eu ainda tenho o meu emprego e segundo eu já acho que dei um passo grande para quem não estava estudando a muito tempo. Eu não quero apressar as coisas entendeu? Mas, a partir do ano que vem eu já acho que já sou capaz de enfrentar um Enem, por exemplo, procurar um bom estágio. Aqui na própria escola oferece estágio. Lógico que eu vou fazer aos sábados porque eu vou está muito mais ocupada, vai ser ótimo.

Egresso Rodrigo

Qual a sua idade e estado civil?

Meu nome é Anderson, tenho 39 anos, sou divorciado, não tenho filhos...

Como foi sua trajetória escolar antes de chegar no PROEJA?

Meu ensino fundamental foi em escola pública, depois eu fiz Martins, depois eu fiz (...) supletivo lá no Méier, quando eu morava lá. Quando eu terminei não dei continuidade, aquela pausa que você faz... “depois eu continuo”. E aí a vida veio, eu casei, fui trabalhar, e tal... Daí fui para uma loja lá na Tijuca, a loja fechou, depois fui gerente de um posto de gasolina em Realengo, morando aqui. Mas, nunca dava tempo de rever isso. Daí eu tinha um colega que trabalhava em um colégio do município aqui no Centro, que tinha um Cartaz do Proeja. Ele comentou comigo, para eu dar uma olhada, para retomar... “Porque você parou pela metade, não concluiu”. Eu vim aqui fazer a matrícula, me apaixonei pelo lugar, pelas pessoas...

Em que ano você começou aqui no PROEJA? Você tinha quantos anos?

2007, no início. Eu tinha 33 anos.

Então você tomou conhecimento através de um amigo. Você passou por um processo de seleção? Como foi isso?

Sim, tem uma prova. Eu fiz a prova de seleção e passei, não lembro se em segundo ou terceiro lugar...

O que você achou da prova?

Achei tranquila, não tive dificuldade não...

Você teve uma passagem pelo Colégio Martins....

Sim, tive no Martins do Meier da sexta a sétima série.

Você chegou a iniciar o Ensino Médio antes?

Não. Fiz todo aqui.

Como foi o seu preparo para prova de seleção? Você estudou antes, teve acesso ao conteúdo?

Sim, sim... No site aqui do colégio, tem o edital. Lá tem o conteúdo, tem até provas antigas de outros concursos. Então você consegue ter uma base do nível da prova, de como vai ser, do que vai ser cobrado... E aí dá para se preparar bem. Eu estudei por conta própria mesmo.

O que te levou a escolha do curso técnico em Informática?

Eu escolhi o curso de informática por não entender nada de computador. Qualquer problema, minha irmã tinha que levar o computador ao técnico. Eu não dominava as coisas. E o detalhe é que depois que terminei o curso nunca mais tive problemas no computador... Mas, o curso foi ótimo. Eu tinha o computador a muito tempo e não entendia nada daquilo ali. Era entrar na internet, olhar as coisas... e até o e-mail que é uma coisa simples, eu não entendia direito como funcionava aquele esquema... Mas, o curso... Hoje eu monto computador, conserto o meu e até de amigos mesmo... Mas... foi para mim maravilhoso, “é sair da escuridão total e ver o claro”.

Mas, você pensou algum momento em trabalhar com isso ou fez esta escolha mais por querer aprender a usar o computador?

Eu queria aprender a mexer e também trabalhar, caso houvesse a oportunidade. Tanto que o meu trabalho aqui é com a informática. Olha que legal, como deu a oportunidade mesmo. E o lance daqui é o que te falei, me encantei com o lugar, com as pessoas. Fiquei o tempo todo aqui sonhando em um dia trabalhar aqui. Então acabou abrindo esta oportunidade...

Gostaria que você falasse sobre as suas principais lembranças durante o seu tempo no curso.

Eu fiz amigos que eu guardo até hoje. Aqui é diferente mesmo, olha só... eu tenho muitos amigos professores, não só daqui... da minha escola e agente ouve muitas coisas ruins das instituições.... mas, aqui você se sente acolhido, eu me senti... É a forma diferente que é o Colégio Pedro II, você não é apenas mais um aluno, você é o aluno do Pedro II.... Então, isso me dava orgulho. Para quem parou de estudar lá atrás... Porque quando você para de estudar a sensação é que você se perdeu, eu tinha essa sensação de estar perdido. Você perdeu chances, oportunidades, parou no tempo. Eu me sentia mal com isso. Estudar aqui foi me reenergizando. Vou te falar... eu acho que nunca faltei, não lembro de ter faltado... Era o dia inteiro na cabeça já em chegar a noite para estudar... Os professores são espetaculares, maravilhosos. Não tem aquela de você entender

mais ou menos, você entende mesmo. Se você precisar pode procurar um professor fora do horário. Tem aquela atenção, o carinho.... Você ver que a pessoa se preocupa com você, que você não está chateando... Pô eu adorei tudo que vivi aqui e lamentei ter acabado. Tanto que na formatura eu fui o orador da turma e fiz um discurso para falar e foi difícil terminar. Era muita pausa para o choro, entendeu... eu estava muito emocionado. Que bom que eu estou aqui! Eu me sinto pelo Proeja, não só pelo Pedro II, eu me sinto resgatado. É o que eu te falei, eu me sentia perdido e me sinto no meu lugar graças a este curso.

Então a relação com os professores era excelente...

Eu terminei aqui como aluno e tinha contato com eles via internet, Orkut, depois facebook... Tem pouco tempo que eu vim trabalhar aqui. É porque o negócio é sincero e o contato permaneceu mesmo depois de sair daqui.

Qual disciplina você gostava mais ?

Informática... O professor era ótimo... O professor Luiz Roberto também era aquele professor amigo. Aqui você se sente da família, é uma família que você sente orgulho de fazer parte dela. Eu fiquei surpreso com o que encontrei aqui. O que eu passei aqui foi tudo maravilhoso. (...) Engraçado que não é nem por matéria. Agente acaba gostando pelo professor que tem mais afinidade... Pô se entra aqui um professor que brinca com a turma, que sorri.... não há como não gostar.

Você trabalhava com o que na época em que estudava?

(...) trabalhava com eventos. Havia uma firma que fazia eventos para empresas como a Petrobrás e eu gerenciava o evento.... Quando eu entrei aqui... “Pô eu vou estudar no Pedro II...” Já era um orgulho para mim. Depois que eu vi o que era, que era melhor do que eu pensava, eu pensei isso aqui é minha prioridade... (...) Então eu me retirei de eventos de segunda à sexta, eu pude fazer isso. Eu ia para reuniões durante o dia, mas eventos mesmo eu fazia só à noite.

Qual a visão que você tinha antes do CPII?

Que era maravilhoso, exatamente o que ele é.

Como você se sentiu, depois de está tantos anos parados em voltar a estudar em uma instituição como o CPII?

Orgulho de estar aqui. Foram três anos felizes, o tempo que eu estudei aqui. É uma sensação de resgate. Você carregar o nome do Pedro II na sua história, para mim é maravilhoso.

Quais foram as maiores dificuldades que você encontrou ao longo do curso?

Cara eu não tive dificuldades porque assim... Eu tive a facilidade do trabalho... Aqui você não tem dificuldade porque você não tem falta de acesso... Eu não tive dificuldade... Como eu te falei eu me apaixonei por isso aqui, eu fiz amigos tanto alunos quanto funcionários... Como eu trabalhava com eventos, eu ajudava nas festas... Até dificuldade de matéria não teve. Uma coisa que tem no Proeja que na época eu percebia, mas não sei se poderia ser diferente é que entram no Proeja, o aluno que tem mais base, que pararam a pouco tempo, no meu caso eu já tinha parado a bastante tempo, mas sempre lia....; e o aluno que não tem nada, que parou a muito tempo e não lembra mais de nada.... Então tem estas duas realidades no Proeja, o aluno que tem muita dificuldade e o aluno que está querendo mais.... E aí, a instituição, o professor tem que medir isso, tem que ponderar. (...) Tem que agradar os dois. Não pode ser devagarinho... e não pode ser muito avançado. Seria interessante se houvesse a separação de de repente no momento da prova... Não sei nem se isso seria possível. Mas, havia esta reclamação em sala... “isso já foi dado”.... Mas, as vezes tinha um ou dois alunos que não tinham alcançado.... Então tinha que desacelerar para acompanhar aqueles que sabiam menos. Esta era a parte mais difícil.

A sua turma começou e terminou com quantos alunos, aproximadamente?

Aproximadamente, mesmo... Minha turma começou com uns 35 e terminou com uns 18 se não me engano.

Há uma desistência no início do processo. Assim, a desistência, como eu tinha contato com todo mundo, não é pelo curso, porque eu não consegui acompanhar, porque é muito difícil, como eu falei, o professor desacelera... Cada um que acabou desistindo foi por questões pessoais, coisas de fora... Mas, pelo colégio você não encontra desistência não, porque o colégio vai no seu ritmo.

Você chegou a receber a bolsa que o governo dava? Era para todos os alunos?

Sim, tem isso até hoje. É para todos os alunos. Recebia cem reais mensais. Sempre foi tudo certinho. Ajudava bastante. É um estímulo.

Principais aspectos positivos...

O principal é aquele de que você já faz a matrícula pensando: Eu vou mudar a minha vida. Eu vou melhorar de alguma forma. No Pedro II, caramba, você já fala isso... Daí que você entra, já começa enxergar, ver o processo, como as coisas são conduzidas, e são conduzidas com carinho mesmo (...) até coisas pessoais, de fora daqui você trás para o professor, pro funcionário e eles te dão uma palavra. As vezes agente não tem ninguém lá fora. Aqui você se sente mesmo em uma família. É esta sensação sem dúvida. Esse é o principal aspecto positivo, o que é a instituição. É uma instituição maravilhosa. E isso é muito bom. No meu aprendizado foi maravilhoso...

Você pretende continuar os estudos?

Pretendo, eu estou estudando para fazer concurso para cá, para o Pedro II. E aí sim depois eu pretendo fazer uma faculdade mesmo...

Como foi a sua relação com o mercado de trabalho depois que você concluiu o Proeja? Você teve que procurar emprego, já saiu com alguma indicação?

Depois que eu saí daqui, continuei trabalhando com eventos, então não houve uma busca. E a primeira vez que eu usei o currículo com o nome do Pedro II foi para esta empresa que trabalho hoje, que presta serviço para o Pedro II. (...) E assim, quando você sai com o nome do Pedro II no currículo, você se sente na vantagem...

Egressa Vanessa

Qual a sua idade e estado civil?

Tenho 33 anos e sou solteira.

Tem filhos?

Sim, um filho.

Você mora em que bairro?

Inhaúma.

Como foi a sua trajetória escolar antes de chegar no Proeja?

Eu tive vários altos e baixos, eu estudei em várias escolas, principalmente particular. Eu precisava de alguma coisa que fosse a longo prazo, para que eu tivesse bastante experiência e tivesse algo mais. O Proeja me possibilitou isso, além de o 2º grau, tem o técnico em administração, além de ser uma escola conceituada como o Pedro II, o que pesa muito no currículo.

Você já tinha o Ensino Médio?

Já tinha sim.

E fez de novo?

Sim, fiz de novo. Já tinha muito tempo.

Você concluiu o Ensino Médio anteriormente em que escola?

Em uma escola que falhou, infelizmente. Como eu não tinha com comprovar isso porque não saiu em Diário oficial, eu tive que fazer de novo. Mesmo que eu não quisesse eu teria que fazer de novo.

Você ficou muito tempo sem estudar depois que concluiu o Ensino Médio na primeira vez?

Fiquei cinco anos.

E ao terminar o Ensino Fundamental você ficou quanto tempo sem estudar?

Dois anos e meio.

Você começou o Proeja em que ano?

Em 2009. – Então você tinha trinta anos? – Isso.

Como você tomou conhecimento do programa?

Através de um panfleto. Eu trabalhava aqui na Presidente Vargas e eles distribuíram o panfleto aqui no bairro e aí chegou lá onde eu trabalhava, no condomínio. Então eu fiquei sabendo através deste panfleto e aí vim fazer a inscrição. Minto, fui entrar no site para saber como se faz a inscrição.

Como foi o processo seletivo?

Foi uma prova que fizemos com caráter eliminatório e se não me engano forma 35 e cinco que passaram. Mas, também acho que as vagas eram poucas. Na época eram 45 vagas se não me engano.

Você encontrou alguma dificuldade em relação a prova?

Não.

Por que você escolheu o Técnico em Administração?

Pela área que eu atuo. Eu trabalho na parte de saúde, mas assim como supervisora..., administração... Então mexe com tudo isso. Informática não é o meu forte. Nem se eu quisesse.

Quais as principais lembranças em relação a época do curso?

Ai... todas que você possa imaginar, dos funcionários, dos professores, dos colegas, da comida que era maravilhosa... de tudo, tudo. Eu me lembro muito!

Como foi a sua relação com os professores?

Ótima, eu era representante de turma, ótima, não tenho o que reclamar. Sempre tem aqueles que agente não... Não que tenha divergência, mas tem aqueles que não é xodó, não é o preferido. Mas, assim não tive problema com nenhum deles, com nenhum...

A identificação a que você se refere é em relação a matéria ou a pessoa?

Não, a pessoa.

Você trabalhava durante o curso?

Eu trabalhava inicialmente em um emprego só. Do segundo ano para o terceiro eu comecei a trabalhar em dois empregos. Então, nessa época o colégio me ajudou muito porque eu trabalhava de manhã, de oito às seis da noite em um, saia dele ia para o outro e trabalhava de sete da noite a sete da manhã, saia dele e vinha para cá de novo até as seis da noite e vinha para cá para o colégio.

Como era isso, quando você trabalhava 24 horas não assistia aula?

Quando eu entrei neste outro trabalho à noite, trouxe uma declaração do trabalho porque eu teria que faltar e justificar as minhas faltas, então eu estudava dia sim, dia não. Eu tive ajuda tanto dos professores, quanto da direção em relação a isso porque eles tentavam conciliar o máximo trabalhos, testes e provas nos dias que eu pudesse fazer. Eu tive muita ajuda da escola em relação a isso e até mesmo dos colegas que me passavam as matérias. Eu estudava o final de semana todo. Não deixava de fazer prova, de fazer trabalho de fazer nada. Mas, era puxado, bem puxado.

Quais as maiores dificuldades encontradas dentro do programa?

Eu acho que não tive grandes dificuldades. Agente teve uma vantagem muito grande porque a nossa turma era pequena e todo mundo se entrosava muito bem. Um ajudava o outro quando tinha dificuldade. As vezes eu ia para o quadro para explicar o que os outros não sabiam e eu sabia. As vezes agente ia para casa de colega... Dificuldade em si agente não teve, em relação a matéria, aos professores.

E pessoais?

Pessoais, mais em relação a trabalho... Muita dificuldade para conciliar. As vezes eu dormia na sala. O professor deixava eu dormir porque eu não tinha condições de assistir. Mas... eu tive muita dificuldade em relação a isso, por não dormir. A questão era essa, eu não dormia. As vezes eu passava 24, 48 ou trocava e passava três dias seguidos... Quando chegava na aula estava morta. Eu tive dificuldade em relação a isso, a dormir. O cansaço pegava bastante. Muitas vezes os professores evitavam de passar datashow, filme... porque era inconveniente, eu dormia mesmo. Ninguém me acordava porque ficava com pena, eu não aguentava mais chegava no limite.

Houve muita desistência?

Na nossa turma bastante. Nós começamos o curso com 45 alunos e terminamos com 12.

Você sabe quais foram os principais motivos para que as pessoas desistissem?

Uma boa parte desistiu por causa do horário que não batia com o horário do trabalho. Eles não conseguiam se soltos no horário para chegar na escola e isso impossibilitou. Agente teve um problema sério no primeiro ano para o segundo, porque nós perdemos um professor de administração, ele morreu. Ficou muito complicado para o Pedro II conseguir colocar outro profissional no lugar a tempo para dar aquela disciplina. Mas, eles conseguiram fazer uma divisão e antecipar algumas matérias que seriam do segundo ano, para que nós tivéssemos outras no segundo e no terceiro. Então nós conseguimos arrumar tudo direitinho. A maior dificuldade em relação foi essa, conciliar o trabalho com a escola, muitos desistiram por causa disso. Chegavam muito atrasados não conseguiam fazer trabalhos, passavam da data.

Você se sentiu bem acolhida pelos funcionários?

Muito! Até hoje...

Destaque aspectos positivos e negativos do curso:

Olha... positivo... o comprometimento que os professores tem. É um comprometimento muito grande. A maioria deles não dá aula nem com o livro. Você pode falar a dúvida que você tem eles explicam, repetem dez vezes. Enquanto não entrar na sua cabeça eles não vão parar. Eles voltam a matéria... São muito em prol do aluno e isso é muito importante.

Aspecto negativo... Uma coisa negativa foi em relação a bolsa. A bolsa teve uma parte negativa porque assim, existe, eu não sei qual é, uma dificuldade grande do governo para liberar a verba. Essa é a grande dificuldade. Na verdade quando eu vim fazer, não sabia que quando agente entra para o Proeja ganha uma bolsa de R\$100,00. O intuito era se formar, era ter a estabilidade e a bolsa foi consequência. Mas, até isso vir parar na nossa mão foi muito complicado. Até hoje é. Esse é um ponto negativo, fora isso não tem nada não.

Qual disciplina você mais gostou?

Matemática.

Tem algum motivo especial?

Eu sempre gostei de matemática, mas o professor é maravilhoso. Adoro ele de paixão.

Você fez estágio?

Não, eu fui liberada do estágio, até mesmo pelas funções que eu exercia no trabalho. Consegui comprovar e não precisei fazer estágio.

Você já conhecia o CPII antes de tentar o Proeja?

Já, meu pai estudou aqui.

Quais impressões você tinha da instituição?

Sempre muito boas, nunca vi ninguém falar mal do Pedro II..., por enquanto até hoje nunca vi não.

E como você vê hoje a instituição CPII?

Adoro. Se eu pudesse faria tudo de novo.

Como era a sua experiência com a escola antes de estudar aqui?

Nas outras escolas em que estudei? – Sim. – Nunca tive problema nenhum não. Eu parei infelizmente por conta do trabalho. Esse problema que gera em relação a você sair para estudar. Muitas empresas não facilitam para você estudar, conciliar, sempre querem mais de você e acabam atrapalhando. Todas as vezes que eu parei de estudar não foi porque eu não passava, pelo contrário, eu sempre passei. O problema era conciliar uma coisa com a outra. O trabalho não me deixava. Como eu tinha que escolher, escolhia o trabalho.

As imagens, lembranças que você tinha de escola eram positivas?

Positivas.

Essa experiência nova no CPII mudou alguma coisa?

Não. Sempre melhor, não mudou nada.

Quais as principais mudanças na sua vida depois de retornar aos estudos?

É bom porque você começa a conhecer pessoas novas, ambientes novos... Professores que são completamente diferentes, porque assim, o Proeja tem uma equipe de trabalho muito boa. Tanto dos funcionários que faxinam, que fazem comida dos professores. Eles tem uma equipe muito boa. O entrosamento deles é ótimo, então assim é muito difícil você pegar algum ponto negativo em relação a isso. Aqui no CPII eu não tenho o que falar da equipe total do Proeja.

De que forma o Proeja contribuiu para sua vida profissional?

Por enquanto ainda pretendo colher os frutos. Ainda não colhi, eu já trabalhava na função. Não fez tanta diferença por enquanto. Eu estou custeando agora um outro trabalho e talvez isso agora faça toda a diferença.

Você acha que o Proeja contribuiu para mudar a relação que você tinha com o trabalho?

Contribuiu com certeza. A administração tem um leque muito grande. Você pode fazer para uma área patrimonial, de segurança, de saúde. A administração em si te abre muitos leques. Depende da oportunidade que você tem. O Proeja te ajuda bastante, principalmente na área que você se forma, o técnico em administração. Pesa no currículo. É aquilo que eu te falei, pesa muito no currículo você o CPII e mais o técnico em administração. Eles veem com outros olhos.

O fato de você ter estudado em uma instituição como o CPII fez alguma diferença significativa na sua vida?

Sim, como eu te falei pesa no currículo. Meu pai estudou aqui, minha prima estudou aqui e conhece a Cláudia do Sesop. Eu sempre tive referências muito boas e continuo tendo.

Qual seria a sua sugestão para o Proeja no CPII?

Eu acho, não sei como, que o CPII poderia proporcionar oportunidade para aqueles que não fizeram estágio. A diferença de idade que tínhamos na nossa sala era muito grande. A mais nova quando entrou, tinha 17 anos e a mais velha 65. A

divergência, diferença de idade era muito grande. É legal quando a pessoa tem oportunidade de fazer. O mercado de trabalho não ajuda. Você tendo uma ajuda da própria instituição é legal.

Tem casos de pessoas na sua turma que não conseguiram fazer o estágio?

Sim.

Essas pessoas não conseguem pegar o diploma enquanto não fizerem?

Não. A pessoa de 65 anos falava: - ninguém vai querer me dar estágio nesta idade. E não era só ela tinha pessoas de 50, 60.

A maioria não conseguiu estágio?

Eu não tenho contato com todos. Mas, eu posso dizer que de uns 12 que se formaram uns 6 não conseguiram estágio.

Quais são os planos atuais?

Eu comecei a fazer um pré-vestibular, mas tive que parar por conta de horário. Mas, estou custeando outro emprego. Estou esperando para poder conciliar o que eu vou fazer. Eu pretendo me formar em psicologia. Eu gosto muito de trabalhar com a mente.

Egressa Denise

Qual a sua idade e estado civil?

Tenho 37 anos, solteira.

Tem filhos?

Tenho um.

Você mora em que bairro?

Gardênia Azul, Jacarepaguá.

Como foi a sua trajetória escolar antes de chegar no Proeja?

Bom, eu parei de estudar com 15 anos. Eu parei na... fiz a oitava série até a metade e não concluí. Dali eu não estudei mais. E daí com as confusões de família. E daí na época quando eu resolvi voltar, tem um projeto aqui do CREJA, do lado do Detran. Passei ali, achei interessante, entrei para ver como funcionava. Daí não tinha vaga pra oitava série, deixei meus dados... E ela falou tem para sétima, você aceita? Eu falei: É bom porque relembro que muita coisa eu tinha esquecido. De lá eu vi os panfletos daqui que botam lá, me escrevi, fiz o concurso para cá, passei e resolvi ficar aqui. Aí... tinha informática e administração e eu preferi, administração... eu achava mais interessante.

Você ficou quanto tempo sem estudar?

Fiquei 17 anos sem estudar.

E você parou por algum motivo específico?

Família. Na época minha mãe se separou, eu morava na casa de um, na casa de outro em bairros diferentes, cada mês eu estava na casa de um. Daí depois também eu não quis...

Em que ano você começou aqui no Proeja?

Em 2009. – Então você tinha trinta e cinco anos? – Um... 34.

Então você tomou conhecimento do programa no CREJA através do panfleto?

Isso.

Como foi o processo seletivo, você teve dificuldade?

Eu particularmente não tive dificuldade não, porque lá no CREJA eles dão um preparo para o aluno e eu não senti dificuldade não.

Que legal! No Creja eles dão um preparo para prova daqui?

Dão um preparo sim. É muito interessante também lá.

Como funciona isso, eles pegam provas antigas e resolvem com vocês ou pegam as disciplinas, os conteúdos?

As disciplinas, os pontos que vão caem, que caíam... Não sei se hoje em dia está assim, porque agora tem a distância lá também. Eu nem sabia, passei lá estes dias para ver os professores também e agora tem a distância. Mas, no tempo que eu estava lá tiveram as matérias matemática e português, deu aquele preparo. Aí eu fiz aprova aqui e graças a Deus passei.

Então já no nono ano você já sabia que ia vir para cá, eles começaram a incentivar?

Metade do ano. Porque quando agente está terminando eles começam... incentivam. Mandam fazer a inscrição pelo matrícula fácil, pela internet e aí falam comentam sobre aqui. Assim... em outubro eles buscam os panfletos aqui ou alguém leva, não sei bem... Aí eu fui entrei no site, vi e comecei a conversar com os professores e eles falaram que iam dar um preparo mais ou menos... No caso quem fez lá... Tem quatro meninas que vieram, tem uma que é a aparecida da nossa turma que veio de lá junto comigo e terminamos juntas o ensino médio.

Por que você escolheu a área de administração?

Administração... O que acontece eu já trabalho com... é mais contabilidade a parte que eu trabalho. Então eu achei mais interessante que informática porque eu não sou muito fã de informática.

Quais as principais lembranças em relação a época do curso?

Todas, todas... não tem nem como descrever professores, alunos, funcionários, matéria, sei lá... tudo, tudo.

Como foi a sua relação com os professores?

Eu não tenho que reclamar, para mim foi ótima. Eu nunca tive problema com professor nenhum. Não tenho que reclamar não, todos eles...

Você trabalhava durante o curso?

Trabalhava. No mesmo lugar.

Como era a sua rotina?

Eu trabalho aqui perto. Em relação ao horário dava para eu chegar aqui na hora, não tinha problema. Eu saía de lá, vinha para cá e depois ia para casa.

Você trabalha com o que?

Eu trabalho em um partido político, no PDT, com a parte contábil. Não sou contadora, só ajudo.

Quais as maiores dificuldades encontradas dentro do programa?

Dificuldade... que eu lembre assim, em relação a bolsa que demora... que eu lembre só.

Você pode falar sobre as desistências na sua turma?

Por causa do trabalho, do horário... Teve também o caso da idade, a pessoa ficava cansada e não aguentou.

Essas pessoas de mais idade geralmente trabalhavam também?

Sim, sim.

Todas as pessoas da sua turma trabalhavam?

Todas, até a de dezessete anos. Ah... menos a Aparecida, mas ela trabalhava em casa.

Você se sentiu bem acolhida pelos funcionários?

Com certeza. Não tenho que reclamar nada, que falar nada. São ótimos.

Destaque aspectos positivos e negativos do curso:

Positivo, por exemplo... Você fazer um ensino médio com técnico é muito bom para o seu currículo. A maioria das escolas não tem. Não sei se na frente vai ter este enlace dos dois. Eu acho que é muito positivo para pessoa que volta e que depois quer entrar no ramo de trabalho. Ela pode tentar fazer um concurso... É bem positivo.

Negativo... Em relação ao estágio que deveria ser mais acessível para os alunos, principalmente de mais idade.

Você fez estágio?

Não fiz por causa do trabalho... Como eu já trabalho nessa área não tive necessidade de fazer.

Você já conhecia o CPII antes de tentar o Proeja?

Com certeza, a filha da minha madrinha estudou na escola, na época.

Quais impressões você tinha da instituição?

Ótimas. Não tem nem como falar.

E hoje continuam?

Continuam, com certeza, eu vivo aconselhando todo mundo a fazer concurso para cá e... até para o Proeja. Teve colegas minhas... Fui lá no final do ano. Deixei o papelsinho lá para incentivar... Todo ano eu vou lá e faço isso.

Como era a sua experiência com a escola antes do Proeja, você gostava da escola?

Gostava, sempre gostei. As outras escolas que estudei também não tive que reclamar, sempre gostei, tive boas amigas... Só parei de estudar devido a problemas pessoais

Quais as principais mudanças na sua vida depois de retornar aos estudos?

Caramba... teve um monte, nossa! Olha quando eu voltei a estudar, se eu pudesse faria um monte de coisas ao mesmo tempo, pena que não dá, não tem tempo por causa do trabalho. Quando terminei aqui o primeiro passo que fui fazer foi inscrição no PVS (Pré-vestibular social). Falei para turma toda, inscrevi todo mundo... Teve gente que foi selecionada, eu também fui selecionada... Só que eu fiz PVS e também fiz para o PSG Senac, que é Programa de Gratuidade Senac e também fui selecionada para lá, para fazer o técnico em contabilidade. Eu queria fazer os dois, só que não deu.

Você já tinha concluído aqui o Proeja?

Isso. Foi chegando o final do ano eu comecei a ficar desesperada para fazer alguma coisa. E comecei a fazer pesquisa pela internet e vi o pré-vestibular social e falei com a turma toda e todo mundo se inscreveu. E o PSG eu também falei com todo mundo, teve gente que se inscreveu e eu por sorte fui selecionada também para os dois ao mesmo tempo e pretendo continuar.

E atualmente você está...

Eu estou fazendo o técnico em contabilidade no Senac, em Botafogo.

De que forma o Proeja contribuiu para sua vida profissional?

Bom na parte de administração abriu mais... lógico eu trabalho na contabilidade, mas administração eu entendia pouco. Me ajudou bastante, algumas dúvidas que eu tinha, apesar de não ter tido dificuldade com os professores, então as dúvidas que eu tinha eu consegui aqui com a professora. A professora é ótima.

Na área de administração vocês tiveram só uma professora?

No caso tivemos o professor que morreu e depois ela entrou. A matéria era dividida e ela dava as três matérias. Por fora agente tinha aula de direito que era outro professor.

Mudou alguma coisa na sua concepção de trabalho, de mercado de trabalho?

Não, porque como estava falando, eu fiz administração trabalho com contabilidade, pretendo continuar...

A próxima pergunta seria se você trabalha ou pretende trabalhar na área que se formou...

Sim, trabalho a dez anos.

O fato de você ter estudado em uma instituição como o CPII fez alguma diferença significativa na sua vida?

Bem... o nome Pedro II é bem forte, tem peso... Mas, fora isso em relação ao nome eu sempre tive vontade, coisa pessoal... Eu via minhas colegas vindo estudar, fizeram concurso e passaram. Eu ficava olhando... Nunca imaginei que depois de uma certa idade eu estaria aqui, né... Foi tarde, mas foi realizado.

Qual seria a sua sugestão para o Proeja no CPII?

Seria em relação ao estágio. O programa em si é legal, mas teria que ter um complemento para as pessoas de mais idade. Abrir algum espaço assim para não ter essa dificuldade em relação a estágio. Uma pessoas com 50 anos, 56 ou 60 para arrumar estágio fica difícil. Acho que tinha que ter algum complemento, abrir alguma porta aí para poder... Seria interessante que o CPII tivesse convênio com as instituições para encaminhar as pessoas para as instituições.

Essas pessoas de mais idade pretendem trabalhar na área?

Olha, tem a Aurelina que se formou com agente, ela é como se fosse assistente social... Isso para ela seria importante. A conclusão do estágio para ter esse diferencial no currículo dela...

Quais são os planos atuais?

Todos! Olha que eu parei de estudar a muito tempo e quando voltei, voltei com a carga toda. Pretendo concluir o técnico em contabilidade, pretendo fazer a prova do CFC para exercer como técnico, vou fazer a prova do Enem para ver se eu consigo entrar na UERJ para fazer a Ciências Contábeis, mas se eu não passar não vou desistir, vou fazer o pré-vestibular ano que vem.